CEDEPLAR

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

II SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA

História Econômica de Minas Gerais

A Economia Mineira dos Anos Oitenta

DIAMANTINA
[illegible]

Seminário sobre a Economia Mineira

S471a 2, Diamantina, 1983.
1983

Anais. - Belo Horizonte: CEDEPLAR
FACE/UFMG, 1983.

1. Economia: Seminários. I. Haydn
Coutinho Pimenta, ed. II. Título.
CDU 33(81)

Obra publicada
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE

PATROCÍNIO

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FJP - Fundação João Pinheiro
INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
Minas Caixa - Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A.
SEPLAN-MG - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CEDEPLAR

II SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA

História Econômica de Minas Gerais
A Economia Mineira dos Anos Oitenta

Editor: HAYDN COUTINHO PIMENTA

DIAMANTINA
1983

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

Diretor: José Alberto Magno de Carvalho

Coordenador de Pesquisa: Donald Rolfe Sawyer

Coordenador de Curso: Clotilde de Andrade Paiva

Coordenador da Área de
Economia Regional e Urbana: Roberto Luis de Melo Monte-Mor

Coordenador da Área de
Demografia Econômica: Paulo de Tarso de Almeida Paiva

Coordenador da Área de
Teoria Econômica: João Antônio de Paula

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II SEMINÁRIO

Paulo de Tarso Almeida Paiva | Roberto Borges Martins

Fausto Reynaldo Alves de Brito | João Antônio de Paula

Haydn Coutinho Pimenta

Dagmar Magalhães Renault

CEDEPLAR/UFMG: Rua Curitiba, 832 - 9º andar
30000 - Belo Horizonte, MG
Tels.: (031) 201-3253
(031) 201-3211 - R. 30-35

APRESENTAÇÃO

Tornar o Seminário sobre Economia Mineira evento regular do calendário de atividades da Universidade Federal de Minas Gerais foi decorrência do êxito do I Seminário, organizado pelo CEDEPLAR em setembro de 1982. Estes anais, por sua vez, são conseqüência lógica da fixação do evento, constituíndo-se produto imprescindível à continuidade dos bons efeitos trazidos pelos trabalhos e debates.

O I Seminário não gerou anais, embora os trabalhos apresentados venham a ser publicados na Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 58, da edição de janeiro de 1984.

A idéia de realizar-se um seminário sobre a economia mineira, nem tanto sob a ótica meramente econômica, surgiu de uma conjunção de exigências e carências no âmbito do relacionamento entre o mundo acadêmico, o setor público, a intelectualidade de modo geral, como resposta às necessidades da sociedade mineira.

Sabe-se que os mineiros sempre projetaram seu pensamento e ação em direção ao Brasil e tudo o que lhe diz respeito. Mas é hora de pensar Minas, o que não significa esquecer o país, mesmo porque Minas e Brasil são indissociáveis. É hora de pensar Minas no tempo do despojamento de sua economia pela grave crise, e de seus acervos, pela ação do tempo favorecida pelo descuido. É hora de pensar Minas no tempo em que a "inteligentsia" mineira e nacional se desviam tanto para outros lados. É hora de conservar Minas e suas coisas, pois o Brasil será disso beneficiário.

Diante deste quadro de necessidades, Diamantina surge como porta magnífica, carente de cuidados embora, do pobre vale que bem revela o cenário econômico-social do Estado e do país. Diamantina; não só porque alí se encontra expressiva frente de trabalho da UFMG, através do Centro de Geologia Eschwege, do Instituto de Geo-Ciências, mas porque evoca, ao mesmo tempo, glória e esquecimento, riqueza e pobreza, sempre emoldurados, no entanto, por espírito de contagiante alegria e solidariedade, características seculares de seu povo. Diamantina, enfim, retrato de Minas.

Estes anais recolhem os trabalhos apresentados e discutidos durante o II Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina, Minas Gerais, no período de 22 a 26 de novembro de 1983. São divididos em duas partes, a primeira delas versando sobre a "História Econômica de Minas Gerais", composta de cinco trabalhos e um painel, este sobre "Tendências da Historiografia Brasileira". A segunda parte compõe-se de trabalhos que tratam da "Economia Mineira dos Anos Oitenta", em número de sete, bem como de dois painéis, um dos quais constitui uma "Avaliação das

Alternativas Política Econômica Estadual em uma Situação de Crise" e outro que trata da "Economia Mineira no Contexto da Crise".

Somos enormemente gratos à UFMG, na pessoa do Magnífico Reitor, Professor José Henrique Santos, ao Professor Edésio Teixeira de Carvalho, Diretor do Instituto de Geo-Ciências e, em especial, ao Professor Ivo Antônio Dossim e à Sra. Maria Idelma Seabra Maia, respectivamente, Diretor e Secretária do Centro de Geologia Eschwege. Nosso agradecimento especial à comunidade diamantinense por sua generosa e alegre acolhida, em especial à Faculdade de Odontologia de Diamantina, na pessoa de seu Diretor, Dr. João Antunes de Oliveira, pela cessão de seu anfiteatro. Somos gratos à ANPEC e ao INPES/IPEA pelo apoio dado através do programa ANPEC/PNPE que tornou possível a publicação destes anais.

Cabe-nos agradecer, também, o apoio decidido de órgãos públicos como o BDMG, CEMIG, CNPq, Fundação João Pinheiro, INDI, Minas Caixa, SEPLAN-MG, quer pela participação de dirigentes e técnicos nos trabalhos do Seminário, quer pela ajuda material, sem a qual seria impossível a realização do evento. Ainda que com o risco da grave omissão de outros nomes é dever nosso reconhecer o esforço pessoal de Cândido Luís de Lima Fernandes e Teodoro Lamounier, de que muito dependeu a realização do II Seminário de Diamantina. Nosso agradecimento, ainda, a todos os participantes e assistentes, em especial, aos professores, pesquisadores e funcionários do CEDEPLAR e de outras unidades e instituições da UFMG, por sua colaboração antes e durante a realização do Seminário. Agradecimento especialíssimo cabe-nos fazer às funcionárias da Seção de Mecanografia, Hildette Siqueira, Lúcia Efigência de Santana, Maristela Sette e Rosemary Felix da Silva, pelo extenuante esforço, sacrificando até mesmo dias de descanço e lazer, para aprontarem, em tempo hábil, os originais destes anais, e à Secretária do CEDEPLAR, Dagmar Magalhães Renault, que com o mesmo espírito de colaboração e sacrifício ajudou-nos, bastante, na organização do II Seminário de Diamantina.

Haydn Coutinho Pimenta
Editor

II SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA

PROGRAMA

DIA 23/11 - QUARTA-FEIRA

8h 30min - ABERTURA

Prof. José Henrique Santos - Reitor da UFMG
Prof. José Alberto Magno de Carvalho - Diretor do CEDEPLAR
Prof. Aluísio Pimenta - Presidente da Fundação João Pinheiro

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

PRIMEIRA SESSÃO

Coordenador: José Márcio Camargo (PUC/RJ)

9h - Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a Siderurgia e a Indústria Têxtil

Expositor: João Antônio de Paula (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Déa Fenelon (Depto. História/UNICAMP)
Maurício Coutinho (DEPE/UNICAMP)

10h - A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX

Expositor: Roberto Borges Martins (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Peter L. Eisenberg (Depto. História/UNICAMP)
Eustáquio José Reis (INPES/IPEA)

11h - A Mina de Morro Velho: caso limite das articulações entre o escravismo e o capitalismo oitocentista.

Expositor: Douglas Cole Libby (Depto. História/UFMG)

Debatedores: Pedro Carvalho de Mello (Mestrado Transportes/IME)
Marcelo de Paiva Abreu (INPES/IPEA)

SEGUNDA SESSÃO

Coordenador: Francisco de Assis Andrade (Arquivo Público Mineiro)

15h - Tributação em Minas Gerais no Século XVIII

Expositor: Fernando A. Rezende da Silva (INPES/IPEA)

Debatedores: Winston Fritsch (PUC/RJ)
Flávio Versiani (UnB)

16h - Notas sobre o Censo Brasileiro de 1872

Expositores: Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Robert Slenes (Depto. História/UFF)
Altiva Pilatti Balhana (Depto. História/UFPR)

17h - Painel: Tendências Atuais da Historiografia Brasileira

Participantes: Francisco Iglésias (UFMG) - (Coordenador)
Marcelo de Paiva Abreu - (INPES/IPEA)
Peter Eisenberg (Depto. História/UNICAMP)

DIA 24/11 - QUINTA-FEIRA

SEGUNDA PARTE

SESSÃO ÚNICA

Coordenadora: Clotilde Andrade Paiva

9h - Apresentação e discussão de trabalhos sobre Minas Gerais, por estudantes de graduação e pós-graduação

TERCEIRA PARTE

A ECONOMIA MINEIRA NOS ANOS OITENTA

PRIMEIRA SESSÃO

Coordenador: Afonso Henriques Borges Ferreira (FACE/UFMG)

15h - Tendências Recentes da Agricultura Mineira

Expositores: Maria Regina Nabuco e Valdemar Servilha (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Fernando Homem de Melo (IPE/USP)
Nuno Monteiro Casasanta (BDMG)

16h - A Urbanização e a Crise na Economia Mineira

Expositor: Afrânio Alves Andrade (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Ricardo Pinheiro Pena (Fundação João Pinheiro)
Thompson Almeida Andrade (INPES/IPEA)

17h - Painel: Avaliação das Alternativas de Política Econômica Estadual em uma Situação de Crise

Coordenador: Fausto Alves de Brito (CEDEPLAR/UFMG)

Participantes: Fernando Rocha (Ministério do Trabalho)
Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite (Secr. Fazenda MG)
Marcos Giannetti da Fonseca (CEESP)
Marcos Coimbra (DCP/UFMG)

DIA 25/11 - SEXTA-FEIRA

SEGUNDA SESSÃO

Cooordenador: Roberto Vasconcelos Moreira da Rocha (SEI/SEPLAN-MG)

9h 30min - O Ocaso dos Bancos Mineiros: 1966/82

Expositores: Jacques Schwartzman (FACE/UFMG)
Ricardo Cançado (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Fernando Nogueira (DESDE/IBGE)
Roberto Brant (Minas Caixa)

10h 30min - Uma Breve Nota Sobre o Desempenho Recente das Exportações de Minas Gerais

Expositor: João Heraldo Lima (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Marcelo Correia de Oliveira (SEPLAN/MG)
Maurício Barata de Paula Pinto (IPE/USP)

TERCEIRA SESSÃO

Coordenador: Cândido Luis de Lima Fernandes (SEPLAN-MG)

15h - A Crise do Emprego em Minas Gerais

Expositor: Paulo Paiva (CEDEPLAR/UFMG)

Debatedores: Dorothéia Werneck (CNRH/IPEA)
Virgílio Guimarães (Sind. Economistas MG)

16h - O Setor Industrial em Minas Gerais: Características, Desempenho Recente e Perspectivas

Expositor: Paulo Brant (BDMG)

Debatedores: Eduardo Augusto Guimarães (IEI/UFRJ)
Luís André Rico Vicente (INDI)

17h - As Raízes do Endividamento Mineiro Recente

Expositores: Fabrício Augusto de Oliveira (Fundação João Pinheiro)
Raul de Mattos Paixão (SEI/SEPLAN)

Debatedores: Carlos Maurício de Carvalho Ferreira (FACE/UFMG)
Rogério Furquim Werneck (PUC/RJ)

20h 30 min - Painel: A Economia Mineira no Contexto da Crise

Coordenador: Roberto Borges Martins (CEDEPLAR/UFMG)

Participantes: Dércio Munhoz (UnB)
Francisco Guilherme Gonçalves (Ass. Comercial de MG)
João Manoel Cardoso de Mello (DEPE/UNICAMP)
Paulo Roberto Haddad (FACE/UFMG)

SUMÁRIO

HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

Página

Dois Ensaios sobre a Gênese da Industrialização em Minas Gerais: A Siderurgia e a Indústria Têxtil, por João Antônio de Paula ... 17

A Indústria Têxtil Doméstica de Minas Gerais no Século XIX, por Roberto Borges Martins 75

A Mina de Morro Velho: Caso Limite das Articulações entre o Escravismo e o Capitalismo Oitocentista, por Douglas Cole Libby .. 95

A Tributação em Minas Gerais no Século XVIII, por Fernando A. Rezende da Silva 113

Revisão Crítica do Recenseamento de 1872, por Clotilde Andrade Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins 149

A ECONOMIA MINEIRA NOS ANOS OITENTA

Tendências Recentes da Agricultura Mineira, por Maria Regina Nabuco e Valdemar Servilha 169

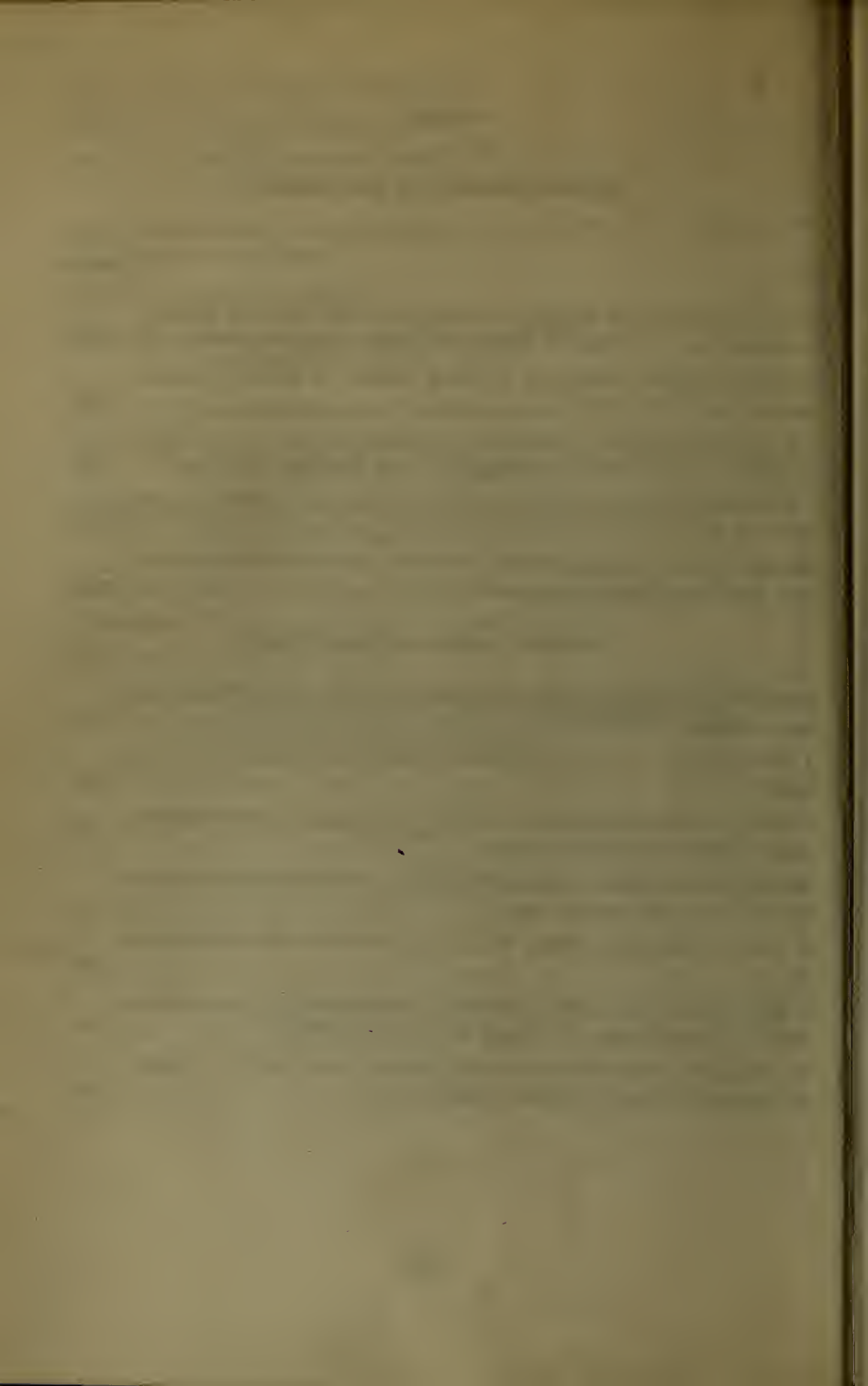
A Urbanização e a Crise na Economia Mineira, por Afrânio Alves Andrade 191

O Ocaso dos Bancos Mineiros: 1966/82, por Jacques Schwartzman e Ricardo Cançado Gonçalves de Souza 211

Uma Breve Nota sobre o Desempenho Recente das Exportações de Minas Gerais, por João Heraldo Lima 267

A Crise do Emprego em Minas Gerais, por Paulo de Tarso Almeida Paiva 287

O Setor Industrial em Minas Gerais: Características, Desempenho Recente e Perspectivas, por Paulo Eduardo Rocha Brant 315

As Raízes do Endividamento Mineiro Recente, por Fabrício Augusto de Oliveira e Raul de Mattos Paixão Júnior 337

HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

Coordenadores: José Márcio Camargo
Francisco de Assis Andrade
Francisco Iglésias

INTRODUÇÃO

Os trabalhos da sessão de história econômica testemunham a preocupação do CEDEPLAR/UFMG com o desenvolvimento passado da economia mineira e o crescente investimento que o Centro vem fazendo nessa área de pesquisa, com o apoio da FINEP e do PNPE.

O Século XIX, bastante negligenciado pelos historiadores da economia mineira, é o alvo da maioria dos trabalhos que, somados às pesquisas concluídas anteriormente e aos projetos em andamento, começam a constituir um respeitável corpo de conhecimentos sobre a realidade econômica do período. A característica comum a todos os trabalhos é o fato de apresentarem uma sólida base empírica, cuja construção vem permitindo, entre outros avanços, o surgimento de importantes revisões de várias teses até agora prevalecentes. Roberto Martins apresenta um estudo exploratório da indústria têxtil artesanal doméstica, cuja existência já era conhecida, mas revela que o setor tinha uma dimensão e uma importância que não foram suficientemente ressaltadas na historiografia. A indústria mineira é também o tema de João Antônio de Paula, que enfoca as iniciativas siderúrgicas do Século XIX, bem como o surgimento da indústria têxtil fabril em Minas Gerais.

Douglas Libby (do Depto. de História da UFMG) apresenta um estudo de caso da Saint John del Rey Mining Co., em que fica ressaltada a complexidade da questão dos modos de produção no passado brasileiro, por se tratar de uma empresa de constituição nitidamente capitalista e que se utilizava largamente de trabalho escravo. Seu trabalho desafia ainda as já claudicantes mas ainda presentes teses sobre a incompatibilidade entre trabalho servil, tecnologia moderna e métodos eficientes de gestão da produção.

Fernando Resende (do IPEA) nos leva de volta ao Século XVIII, com seu estudo sobre o sistema fiscal do ciclo do ouro, quando a região das minas era o centro nevrálgico do império português e sua principal fonte de receita.

Finalmente Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins apresentam os resultados preliminares da revisão do censo do império (1872), mostrando que a eliminação dos erros até agora presentes na versão publicada desse recenseamento conduzirá a importantes revisões na interpretação de vários aspectos de nossa história oitocentista.

DOIS ENSAIOS SOBRE A GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS: A SIDERURGIA E A INDÚSTRIA TÊXTIL

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA*

* Professor do Departamento de Economia e do CEDEPLAR/UFMG

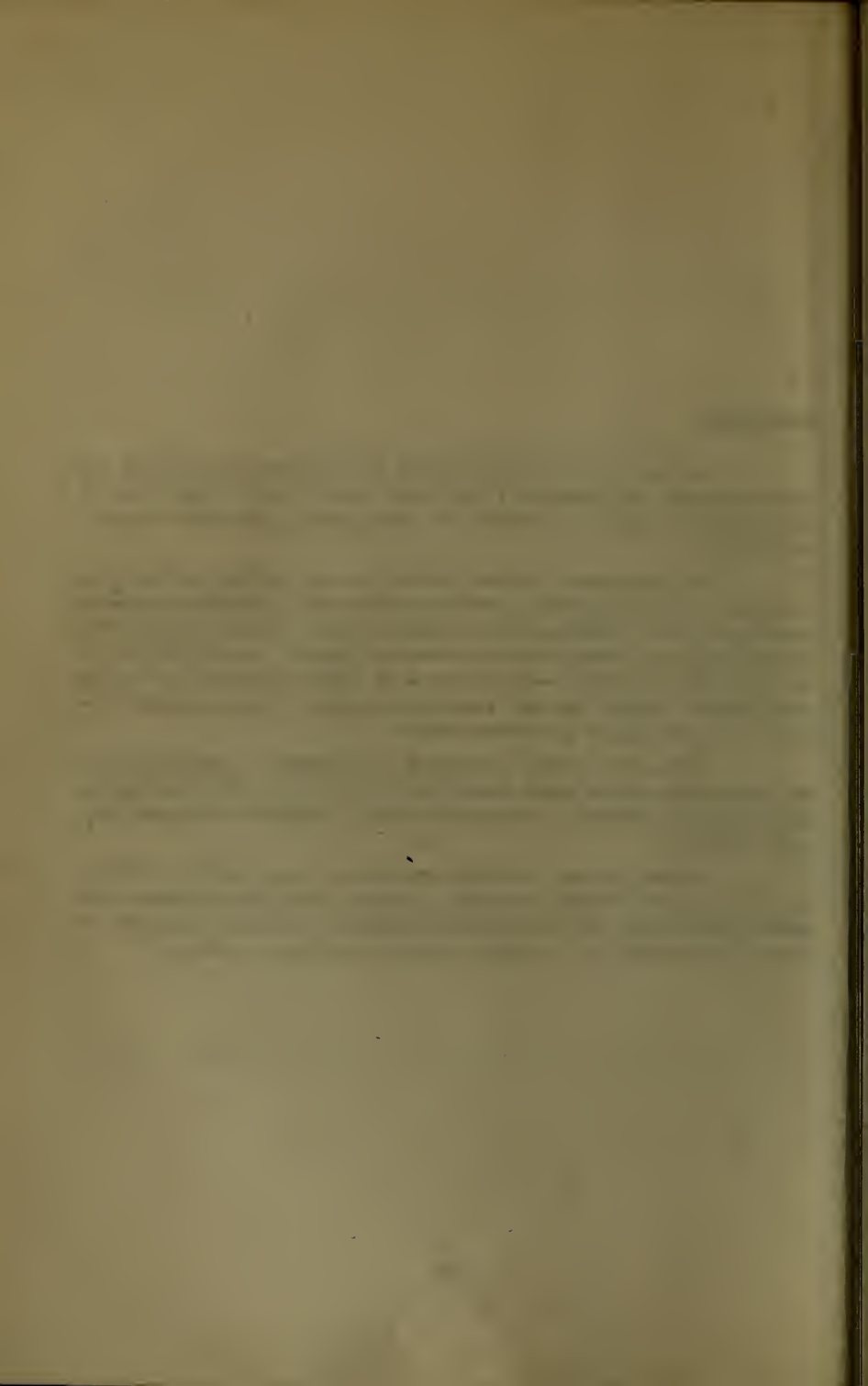
APRESENTAÇÃO

Os ensaios que ora apresentamos foram elaborados no bojo de pesquisa realizada pelo CEDEPLAR a partir de convênio com a FINEP, cujo título geral do projeto era: "Raízes da Industrialização em Minas Gerais - 1860-1930".

Ao oferecermos à leitura os dois artigos justapostos moveu-nos a certeza de que há unidade no método que orientou a elaboração daqueles ensaios bem como a presença de uma temática comum, de uma problemática única que atravessa os dois ensaios tornando-os gêmeos. Trata-se da busca e identificação dos traços característicos da industrialização em Minas Gerais a partir de dois dos mais importantes segmentos industriais de Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil.

Unifica-os, ainda, a tentativa de responder a especificidades da industrialização em Minas Gerais vis-à-vis os casos das industrializações nos países centrais e mesmo com relação à trajetória da industrialização paulista.

Estamos cientes do caráter preliminar, exploratório, do muito que estes ensaios contêm; entretanto, estamos também convencidos que eles podem constituir-se em interessantes hipóteses, no sentido de lançar luz sobre a ainda hoje pouco estudada trajetória industrial mineira.

A SIDERURGIA EM MINAS GERAIS - 1809-1888

1 - INTRODUÇÃO

A implantação da grande siderurgia em Minas Gerais confunde-se com a instalação, em 1937, da Usina de Monlevade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, empreendimento importante por uma série de títulos: pela utilização do carvão vegetal em usina integrada de grande porte; pela presença do capital estrangeiro, através do grupo europeu ARBED; pelo seu caráter inovador, pioneiro mesmo, na implantação de novas tecnologias e a adaptação destas às condições físico-sociais da região; pela força transformadora de relações sociais que a grande indústria traz, a proletarização, a concentração fundiária (fruto da expansão das necessidades de carvão vegetal), etc.

A implantação da Usina de Monlevade é capítulo importante de um intenso processo político em que estavam em pauta questões como a exportação de minérios "versus" a necessidade da emancipação da siderurgia nacional, questão tornada central por mais de uma década no bojo da chamada questão da concessão da Itabira Iron.

Disputa política, debate técnico, conflito de interesses, equívocos, falsos dilemas, "partidos": os "exportacionistas" (Pedro Rache, Farquhar, a Itabira Iron), os "siderurgistas" (Arthur Bernardes, Clodomiro de Oliveira,...), mas, sobretudo, uma grande questão nem sempre corretamente explicitada: a viabilidade e o sentido da construção da grande indústria siderúrgica no Brasil.

Por grande siderurgia estamos entendendo aquela unidade produtiva integrada que "resulta de estabelecimentos com uma produção de aço em torno de um mínimo de 100 mil toneladas anuais e com programas permanentes de expansão, fundamentais em pesquisa tecnológica. Essa produção de grande porte é praticada por unidades siderúrgicas que se destacam por elevada técnica operacional, incluindo práticas de sinterização, emprego de coque siderúrgico ou de carvão vegetal - a base de uma política de reflorestamento, uso intensivo de fornos elétricos e elevado grau de automatização".[1]

A questão, então, além de suas óbvias implicações técnicas, tem dimensão político-econômica importante. A implantação da grande siderur-

---

[1] - GUIMARÃES, Alisson. Apud BAETA, Nilton. A indústria siderúrgica em Minas Gerais . Revista da UFMG, Belo Horizonte, (17):80-1, 1967.

gia em Minas Gerais, no Brasil, implicaria, inelutavelmente, em transformações econômico-sociais ponderáveis tanto diretas quanto indiretas, tanto locais quanto regionais e mesmo nacionais. Significaria uma mudança de qualidade na estrutura industrial, em todo o setor produtor de bens de produção. Significaria, também, o início de uma alteração, por certo, incipiente, da divisão internacional do trabalho.

O objetivo deste ensaio é buscar entender os elementos constituintes do processo de implantação da grande siderurgia em Minas Gerais. Para tanto, pretendemos remontar às pioneiras experiências, no início do Século XIX, de fabricação do ferro em Minas Gerais. Tal recuo no tempo nos permitirá acompanhar as vicissitudes daquelas experiências vis-à-vis as transformações tecnológicas siderúrgicas na Europa que redefiniriam toda a indústria, com o desenvolvimento da fabricação do aço.

É nossa intenção, com esse recuo no tempo, apresentar os termos da real problemática com que se defronta a industrialização brasileira em geral: que o processo de industrialização brasileira está irremediavelmente comprometido pela forma mesma da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, por seu passado colonial e, sobretudo, por iniciar tal processo industrializante quando já consolidado o capital monopolista a nível mundial.

2 - AS EXPERIÊNCIAS SIDERÚRGICAS EM MINAS GERAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XIX

2.1 - Rivalidades e disputas

O livro do Barão Eschwege, Pluto Brasiliensis, editado na Alemanha em 1833, é dos testemunhos mais citados sobre a economia mineira dos Séculos XVIII e XIX. Centrado nos aspectos minerais da economia do Brasil, sobretudo na trilogia ouro-diamante-ferro, é referência quase obrigatória, ainda hoje, para tantos quantos se interessem pelo estudo de Minas Gerais.

Naquele livro encontra-se exame detalhado das tentativas pioneiras de implantação da siderurgia no Brasil no início do Século XIX: a do Intendente Câmara em sítio que é hoje Monlevade, financiada com dinheiro público; a de São João do Ipanema, em São Paulo, também financiada com dinheiro público, e a do próprio Eschwege, em Congonhas do Campo, implantada com recursos privados.

O livro de Eschwege, a tantos títulos meritório tem, entretanto, tom acrimonioso contra o Intendente Câmara e seu projeto de implantação de altos-fornos no Brasil, que ultrapassa em muitoposto que cunhou tradição de interpretação - uma possível idiossincrasia de Eschwege. A for-

ma deselegante e implacável com que Eschwege investe contra Câmara tem ofuscado aspectos da questão que me parecem importantes na compreensão da história da industrialização brasileira.

O projeto do Intendente Câmara de construção de altos fornos no Brasil para a produção de ferro será alvo das mais aceradas críticas de Eschwege, que questionará tanto a oportunidade e conveniência do empreendimento, quanto a capacidade técnica e administrativa de Câmara em levar a termo a iniciativa. Eschwege condena tanto o projeto em si, para ele exagerado e incompatível com as condições do país, quanto a competência de seu propositor e executor, o Intendente Câmara.[2] E mesmo a honestidade pessoal de Câmara, Eschwege colocou em dúvida, ao afirmar os lucros auferidos por Câmara com sua "generosa proposta" de comprar a usina após o fracasso da mesma.[3]

Essa violenta oposição que não se deteve diante de nenhum comedimento ético ou de elegância era, ao mesmo tempo, um panegírico da própria iniciativa. A detratação de Câmara e seu projeto eram o outro lado da moeda do auto-elogio, a justificação do projeto de Eschwege, da pequena fábrica de ferro, dos fornos baixos, mais "realistas" para as condições brasileiras.[4]

Essa matriz de argumentos cunhada por Eschwege foi seguida por Calógeras em seu clássico As Minas do Brasil e sua Legislação, que também emitirá juizo negativo sobre Câmara e seu projeto. Na mesma linha de argumentação conta-se, também, Varnhagen, Visconde do Porto Seguro, em sua História Geral do Brasil, filho do Coronel Varnhagen, responsável pela usina de São João de Ipanema depois do fiasco da equipe sueca originalmente responsável pelo projeto.

Na mesma linha crítica a Câmara está o professor francês da Escola de Minas, A. de Bovet,[5] e mais recentemente o professor Francisco de Assis de Magalhães Gomes.[6]

---

2 - ESCHWEGE, W.L. Pluto brasiliensis. São Paulo, USP/Itatiaia, 1979. p.207-8 e seguintes.

3 - Ibid, p.260.

4 - Ibid, p.250, 260-1.

5 - BOVET, A. A indústria mineral na província de Minas Gerais. Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto, 2, 1883, p.36.

6 - GOMES, Francisco de Assis Magalhães. História do desenvolvimento siderúrgico no Brasil. Belo Horizonte, CETEC, 1978. v.1, p.135.

A defesa do Intendente Câmara encontra-se em dois livros: no de Marcos Carneiro de Mendonça, O Intendente Câmara,[7] e no de Joaquim Felício dos Santos, Memórias do Distrito Diamantino.[8] Nestes livros, principalmente no de Marcos Carneiro de Mendonça, que é ricamente documentado, empreende-se a recuperação da figura do Intendente Câmara, resgata-se sua competência e integridade assoladas pela nem sempre correta argumentação de Eschwege, cheia de omissões e meias-verdades.

A defesa empreendida por Mendonça e Joaquim Felício, entretanto, cinge-se a mostrar a pouca lisura dos ataques de Eschwege, a recuperar a imagem de Câmara, sua competência técnica. Em nenhum momento, porém, aprofunda-se a questão, realmente decisiva, em jogo: a viabilidade da construção de altos fornos no Brasil nas primeiras décadas do século passado. A construção de tais altos fornos, dimensionados tanto para abastecer o mercado interno quanto para exportação, significaria, efetivamente, a constituição, no Brasil, da Grande Indústria do Ferro, antes mesmo que a Inglaterra o fizesse, o que só ocorrerá com o grande impulso empreendido pela expansão das ferrovias a partir de 1840.

2.2 - A questão da viabilidade da siderurgia em Minas Gerais no início do Século XIX

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, veio afrouxar o nó asfixiante da dominação colonial. Um resultado líqüido desse processo foi a criação do primeiro Banco do Brasil, instituição capaz de centralizar a circulação monetária e financeira na ex-colônia, abrindo caminho para a constituição de um capital mercantil nacional.

Os projetos do Intendente Câmara no Morro do Pilar, em Minas Gerais, e de São João de Ipanema, em São Paulo, serão financiados com recursos da coroa, cerca de trezentos mil ducados cada um.[9]

Havia, naquele momento, clima de euforia na ex-colônia convertida em Sede de Reino. A produção diamantífera expande-se;[10] José Bonifácio, geólogo e entusiasta das iniciativas metalúrgicas no Brasil é apoio decisivo daquelas iniciativas, além de amigo pessoal de Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt, e Sá, nomeado, em 1807, Intendente Geral das Minas

---

[7] - MENDONÇA, Marcos Carneiro. O Intendente Câmara. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933.

[8] - SANTOS, Joaquim Felício. Memórias do Distrito Diamantino. 3 ed. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1956.

[9] - ESCHWEGE, op. cit., p.205.

[10] - Ibid, p.123.

dos Diamantes. Há iniciativa oficial industrializante de variada natureza, como o Alvará de 28 de abril de 1809, sobre o qual fazemos referência em nosso artigo sobre a indústria têxtil em Minas Gerais.

A vinda da corte para o Brasil transforma a qualidade da vida econômica brasileira, abrindo-lhe novas perspectivas, retirando-a do garrote asfixiante do Pacto Colonial. É claro que a efetiva concretização de um processo de emancipação econômica não estava garantida com a simples alteração do estatuto jurídico do Brasil. De qualquer maneira, a vinda da corte foi também a possibilidade do desenvolvimento de um capital mercantil nacional e, sobretudo, o aporte dos consideráveis recursos do Tesouro do Reino, transferidos para o Brasil, o que nos leva a considerar viável financeiramente o projeto da grande indústria do ferro no Brasil, pelo menos em sua primeira etapa, com os projetos de Câmara e São João de Ipanema.

a) A questão do mercado

O projeto do Intendente Câmara, segundo Eschwege, "gigantesco", previa a construção de 3 altos-fornos e 12 fornos de refino. Previa, além do abastecimento do país, a exportação para os países platinos,[11] construindo assim um "amplo" mercado capaz de justificar o dimensionamento do projeto.

A questão do mercado, de que ele era estreito e, portanto, insuficiente para absorver uma produção realizada por métodos produtivos mais eficientes como os dos altos-fornos, foi um dos argumentos centrais de Eschwege em sua crítica à viabilidade da grande indústria do ferro no Brasil.

Bovet, em seu estudo citado, também, invoca a estreiteza do mercado como fator proibitivo para a implantação dos altos-fornos no Brasil.[12]

Por outro lado, é possível deduzir, por relatos e depoimentos que o próprio Bovet transcreve, que a região central da província mineira estava coalhada de forjas, que quase todas as grandes fazendas tinham forjas, produzindo ferro por método precário (cadinhos), para um sem número de usos: ferraduras de animais, peças de engenho, ferramentas agrícolas, etc.

Além desse mercado formado pelos estabelecimentos agrícolas, somam-se os garimpos e lavras de ouro e diamantes e suas ferramentas, os uten

---

11 - ESCHWEGE, op. cit., p.204.

12 - BOVET, op. cit., p.55.

sílios de ferro para encanamento e esgotos e, posteriormente, a demanda por objetos de ferro (cabeça de pilão, ferramentas, etc.) das grandes minas de ouro dominadas pelo capital estrangeiro que marcaram a segunda metade do Século XIX da mineração em Minas Gerais. Essa importante demanda das grandes minas de ouro por objetos de ferro levou a mina de Gôngo-Soco, em 1828, a implantar altos-fornos, que acabaram não funcionando.[13]

A questão do mercado, nesse sentido, seria um falso problema. Havia um amplo consumo de ferro na região; havia uma ampla rede de produtores de ferro, também, em torno de 84 forjas, na região central da província por ocasião do Relatório de João Monlevade em 1853, que produziam de 145 a 150 arrobas de ferro por ano, empregando 2 mil pessoas.[14]

As condições técnicas dessa produção, entretanto, eram de tal forma rudimentares que uma estrutura produtiva mais eficiente (representada pelo alto-forno), com uma maior produtividade do trabalho, em pouco tempo, deslocaria aquela produção tradicional, pelo diferencial dos preços dos produtos de ferro que ela possibilitaria.

De qualquer forma é característica freqüente da indústria de bens de produção seu não-condicionamento à demanda corrente. É a natureza técnica mesma desta indústria, as indivisibilidades técnicas, as questões referentes à escala econômica mínima que determinam um "superdimensionamento" nas etapas de implantação ou de expansão desta indústria. Por outro lado, este fato - a não-absolutização do critério de demanda na definição da implantação da indústria de bens de produção - coloca, portanto, problema para a argumentação da estreiteza do mercado como fator impeditivo da construção da grande indústria de ferro no Brasil.

b) A questão da técnica e da mão-de-obra

Em certo momento de seu livro, Eschwege constata, consternado, as dificuldades de utilizar a mão-de-obra assalariada em sua usina, a Patriótica. Seus empregados sucessivamente o abandonando sempre que treinados nos ofícios da forja. Um tanto constrangido, ele fala dos seus sonhos de europeu civilizado, que abominava a escravidão, serem destruídos pela realidade do país atrasado, e ele sendo obrigado a empregar a mão-de-obra escrava.

> "Aqui, também, a maior dificuldade foi conseguir pessoal permanente no serviço, e feitores, nos quais se pudesse confiar. A

---

13 - BDMG, Diagnóstico da Economia Mineira. Belo Horizonte. vol.5, p.129; Eschwege, op. cit., p.254.

14 - BDMG, op. cit., p.129.

princípio, não foram comprados escravos, porque eu, naquele tempo, possuindo ainda a mentalidade européia, julgava que esses serviços deviam ser executados por pessoas livres. A conseqüência dessa minha atitude foi que se passaram anos sem que fosse possível preparar sequer um mestre ou aprendiz. De fato, depois de ter aprendido a trabalhar com o mestre alemão, o pessoal debandava alguns meses depois, sem que me fosse possível conservá-lo. Nada adiantava assinar contrato em boa forma jurídica, com prazo determinado: fugiam ao cair da noite, ou, quando não o faziam, comportavam-se tão mal, que era um alívio vê-los pelas costas.

Com escravos alugados, o caso era ainda mais desagradável: assim que os seus donos julgavam estarem os mesmos aptos para o serviço, logo os reclamavam. Desse modo, vivia-se a lutar contra a incapacidade dos aprendizes.

Finalmente, cheguei à conclusão de que era absolutamente necessário comprar escravos, com os quais pudesse formar aprendizes de confiança, castigando-os quando fosse necessário. A partir dessa ocasião, pude trabalhar melhor e mais vantajosamente".[15]

Indignado, fala da ausência de instrumentos capazes "de obrigar os homens ao cumprimento dos seus deveres e de torná-los perfeitamente submissos e obedientes".[16] Saudades da acumulação primitiva...

A ausência de mão-de-obra livre qualificada, a dificuldade de manter assalariados é questão constante de todos quanto durante o Século XIX e mesmo nas principais décadas deste século empreenderam atividades industriais ou outras que exigem regularidade e constância do trabalho. A sazonalidade do trabalho interrompido pelo calendário agrícola é característica marcante das relações de trabalho em Minas Gerais até a primeira metade deste século.

Em relatórios da Diretoria da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, é possível ler-se a mesma coisa: os problemas da usina de Sabará, da companhia localizavam-se fundamentalmente na sazonalidade do trabalho, o enorme absenteísmo nos períodos de safra agrícola.[17]

Tal característica não é mais que expressão da <u>não-proletarização</u> daqueles trabalhadores. São índice de uma ambígua situação em que eles estão ainda com um pé no campesinato, resistindo ao chamamento compulsório das novas relações sociais de produção.

A indignada reação de Eschwege é um paradigma que se repetirá insistentemente, marca registrada das necessidades e da ideologia que se querem hegemônicas. Um exemplo dessa visão encontra-se nas respostas a

---

15 - ESCHWEGE, op. cit., p.248.

16 - Ibid, p.249.

17 - Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. <u>Relatório da Diretoria - 1928</u>.

questionário formulado pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais em 1892. A uma pergunta sobre a existência de abundância de trabalhadores na cidade, a resposta é exemplar: "Nenhuma, posto que se encontre grande número de indivíduos vadios entregues ao ócio e à vagabundagem".[18]

O sentido desses reclamos é claro e tem precedentes históricos clássicos. Veja-se a legislação dita sanguinária, na Inglaterra, na França, durante os Século XVI, XVII, contra a vadiagem, as penas cruéis, a intransigente política de disciplinamento, a constituição de um padrão de comportamento compatível com as novas necessidades, em que o absenteísmo e a rebeldia estivessem banidos.[19] O sentido da legislação sanguinária contra a vadiagem é completado com o surgimento de uma série de instituições que vieram conformar definitivamente os limites entre o comportamento sadio, positivo, correto e o comportamento incompatível com os novos padrões de racionalidade, "normalidade", sociabilidade, civilidade, etc...[20]

Na ex-colônia brasileira tal processo virá com atraso, com peculiaridades, mas nem por isso descaracterizado. Aqui, como lá, o processo de constituição da relação de trabalho capitalista teve que enfrentar, e vencer, a resistência dos que, expropriados, impedidos de sobrevivência autônoma, teimam em não aceitar a nova lógica, as novas exigências do capital e, sobretudo, podem viver sem se subordinarem à ordem capitalista.

O outro lado da questão da mão-de-obra é a necessidade, dadas tais condições, da utilização da mão-de-obra escrava nos trabalhos da fabricação do ferro.

Aqui, veremos aflorar tese dominante, durante o Século XIX, sobre a incapacidade técnica dos escravos, sua incompatibilidade com a tecnologia moderna. Como centro desse argumento estará a constatação da dominância do "método dos cadinhos", precário e ineficiente, como a técnica mais usada em Minas Gerais, durante o Século XIX, na fabricação do fer

---

18 - RELATÓRIO da Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. 1893. p.12.

19 - Esta questão será retomada no artigo sobre a indústria têxtil em Minas Gerais.

20 - A revelação do significado destas instituições, o quanto elas são fundamentais na complementação da Acumulação Primitiva, no sentido em que vêm disciplinar, submeter a força de trabalho é contribuição notável de Michel Foucault em seus livros: A História da Loucura. O Nascimento da Clínica, Vigiar e Punir e Microfísica do Poder. No Brasil, um grupo de pesquisadores liderados por Roberto Machado, produziu estudo - A Danação da Norma - em que busca-se percorrer o brilhante itinerário traçado por Foucault.

ro, método único capaz de ser assimilado pelos escravos, mesmo porque por eles introduzido no Brasil.

Sobre isso, é exemplar a colocação de Bovet:

"Em toda a parte, se pode dizer, visto serem raras as excepções, o trabalho é exclusivamente entregue a escravos, é felizmente muito certo que a escravidão está prestes a desaparecer no Brasil, porém, é bem certo também que si é possível por meio de castigos obter de um escravo uma certa soma de trabalho diário, ordinariamente pequena, não se pode exigir senão um serviço brutal, tendo-se suprimido os principais estimulantes da atividade humana: a necessidade de ganhar a vida e, por conseguinte, o desejo de melhorar sua situação.

Confiar deles, então, um trabalho que pede attenção, destreza e intelligencia é expor-se quasi com certeza a um insuccesso".[21] (grifos meus J.A.P.).

A discussão sobre a compatibilidade entre trabalho escravo e tecnologia moderna não será feita aqui. De qualquer forma, vale a pena insistir nos exemplos inúmeros de escravos funcionando em unidades produtivas modernas, segundo divisão técnica do trabalho e processo de trabalho de tipo capitalista.[22]

Por outro lado, argumento irrefutável foi a própria viabilidade técnica da produção de ferro em altos-fornos, demonstrada pelo Intendente Câmara que, apesar dos percalços, fez, em 14 de agosto de 1814, a primeira corrida de ferro gusa no Brasil a partir de um alto-forno.

c) A questão dos transportes

Dentre os problemas técnicos freqüentemente apontados contra o projeto do Intendente Câmara, um, na verdade, de ordem mais infra-estrutural merece destaque por sua pertinência: trata-se do problema dos transportes.

A ausência de uma infra-estrutura de transportes adequada, ainda mais se considerarmos as condições topográficas de Minas Gerais, contribui para o encarecimento dos produtos, precariedade e irregularidade em sua distribuição, limitação espacial do mercado, etc., constituindo-se, de fato, em sensível obstáculo à expansão da indústria do ferro em Minas Gerais. Este é, por exemplo, o argumento central de Bovet para recomendar as pequenas forjas catalãs como a tecnologia adequada para a indústria do ferro em Minas Gerais.[23]

---

21 - BOVET, op. cit., p.48.

22 - CASTRO, Antonio B. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral, org. Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

23 - BOVET, op. cit., p.55.

d) a questão das tarifas e o papel do Estado

A questão da importância das tarifas no processo de industrialização tem suscitado polêmica quando se trata de analisar o caso brasileiro no Século XIX. Caio Prado Jr. é enfático em insistir sobre o caráter nocivo para a industrialização brasileira do liberalismo "preferencial", imposto pela Inglaterra à recém-emancipada colônia. Em perspectiva contrária a esta acha-se Celso Furtado, que relativizará a importância do liberalismo tarifário, invocando o efeito compensatório das desvalorizações cambiais efetuadas, como igualmente restritivas às importações, posto que as encarecia.

É certo que a tarifa, por si só, não cria indústrias, que tal medida será inócua sem um arcabouço de outras tantas medidas e condições que efetivamente promovam a industrialização. Dentro desse quadro, é inegável reconhecer ser o Estado ator principal, protagonista. O caso alemão, nesse sentido, é exemplar. Desde as teorizações de Lizt em Sistema Nacional de Economia Política (1841), até a obra política de Bismarck, a unificação e a industrialização alemã fazendo-se sob a tutela e o guante do Estado.[24]

A política tarifária praticada no Brasil durante o Século XIX padecerá de inconstância e ambigüidade. Em 1844, Manuel Alves Branco revoga a política de tarifas preferenciais de que gozavam os produtos da Inglaterra e França, estabelecendo tarifas de até 60% sobre os produtos importados. Em 1860, nova recaída "liberal" com Silva Ferraz. Em 1868, Rodrigues Torres restabelece o protecionismo tarifário. Em 1874, de novo, e exarcebado, o liberalismo, com Rio Branco, o que provocará intensa onda de falências; em 1879, de novo o protecionismo de Afonso Celso de Assis Figueiredo.[25]

De qualquer forma, é patente a observância de duas ordens de questões relevantes para o entendimento do problema:

1 - a quase completa omissão dos governos imperiais, com exceção das medidas de recuperação da Usina de São João do Ipanema por ocasião da guerra do Paraguai, no referente ao desenvolvimento da indústria do ferro no Brasil até a implantação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876;

---

24 - JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

25 - Sobre isso ver: BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. História geral da civilização brasileira; O Brasil monárquico, v.4, T.2, cap.4; também LUZ, Nivia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

2 - a ausência de política industrialista consistente por parte dos governos imperiais, marcada, no Brasil, por vacilações e recaídas livre-cambistas que só torpedearam a possibilidade de surgimento de indústrias.

3 - A INDÚSTRIA DO FERRO EM MINAS GERAIS: 1820-1888

Em 1821, Eschwege volta à Europa; em 1831, a Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar é fechada; a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema é fechada em 1860, reaberta em 1865, por ocasião da Guerra do Paraguai e definitivamente fechada em 1895.

A história da indústria do ferro em Minas Gerais no Século XIX, encerradas as experiências pioneiras de Câmara e Eschwege, até a emergência da Usina Esperança em 1888, será marcada pela pequena forja, pela manufatura do ferro e por uma grande presença empreendedora: João Monlevade.

Engenheiro francês, chega Monlevade ao Brasil, com 25 anos, em 1817. No mesmo ano inicia a construção de fábrica de ferro em Caeté; em 1825, monta forja em Itabira; em 1827, constrói a usina de São Miguel de Piracicaba, que produzirá ferro pelo método catalão, a única a funcionar por este método em Minas até 1872, ano de sua morte. A usina passa a ser dirigida por seu filho que continuará a obra, modificando a técnica produtiva, rebaixando-a, posto que introduzindo a forja italiana. Em 1895, a fábrica será fechada, sendo, àquela altura, propriedade da Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros do Rio de Janeiro, que a havia comprado em 1891.[26]

Importante é o relatório de 1853, elaborado por Monlevade, sobre a situação da fabricação de ferro em Minas Gerais. Nele fala Monlevade da existência de 84 forjas, na zona central de Minas Gerais, além de inúmeras tendas que elaboravam o ferro adquirido em outras fábricas.[27]

Em 1883, em seu artigo para os Anais da Escola de Minas de Ouro Preto, Bovet fala da existência de 75 forjas entre Ouro Preto e Diamantina.[28] Em relatório preparado para a Exposição Mineira e Metalúrgica do Chile em 1894, a comissão preparatória, composta entre outros por Paul

---

26 - As datas desses empreendimentos de Monlevade são controvertidas; nos baseamos no documento do BDMG, já citado.

27 - BDMG, op. cit., p.129.

28 - BOVET, op. cit., p.51.

Ferrand e J.C. da Costa Sena, fala da existência de 55 fábricas de ferro (entre as quais as 6 usinas já instaladas em Minas Gerais desde 1888).[29]

Esses números não esgotam a realidade das fábricas de ferro em Minas Gerais. Foram coletados, principalmente, na região central da província mineira, o que se chama hoje zona metalúrgica. Escapando-lhe, portanto, a produção de ferro, espalhada por todo o território, fruto das pequenas forjas disseminadas pela província, com quase tanta freqüência quanto os teares domésticos.

Será útil, entretanto, apresentar um quadro do processo de produção de ferro em Minas Gerais a partir dos primeiros métodos aqui empregados: o dos cadinhos, o italiano e o catalão.

3.1 - Tecnologia das fábricas de ferro de Minas Gerais no Século XIX

a) método dos cadinhos

> "O método dos cadinhos executa-se em pequenos fornos de manga (cadinhos), soprados por trompa e agrupados em um mesmo maciço de alvenaria em número de 4 a 6. Carrega-se cada forno com carvão de madeira miúdo ao qual se põe fogo por baixo e, à medida que a carga desce, despeja-se alternativamente por cima carvão e minério em pó, da qualidade chamada jacutinga; no fim de duas horas extrai-se uma bola de ferro esponjoso, cheia de escórias, que é malhada no martelo hidráulico para dar uma barra de ferro bruto de peso de 8 a 10 kilogramas.
>
> Em cada fábrica há geralmente só 3 a 4 cadinhos acesos conjuntamente, e se faz neles de 3 a 5 operações por dia, de modo que a produção diária varia de 90 a 120 kilogramas de ferro em barras".[30]

Método bastante generalizado na província de Minas Gerais, Bovet fala que 4/5 das fábricas de ferro existentes em Minas Gerais utilizam o método dos cadinhos.[31] Generalizado e precário, este é o juizo dos especialistas sobre aquele método. Alto consumo de carvão e minério, baixo rendimento. Para a produção de uma tonelada de ferro em barras, 27 dias de trabalho (3 trabalhadores), 7.000 kg de carvão e, no mínimo, 4.000 kg de minério de altíssima qualidade (73% de protótido de ferro).[32]

---

[29] - REVISTA Industrial de Minas Gerais, 1(5), fev. 1894.

[30] - FERRAND, Paul. Relatório preparado para a exposição mineira e metalúrgica do Chile em 1894. Revista Industrial de Minas Gerais, 1(5): :103, fev. 1894.

[31] - BOVET, op. cit., p.51.

[32] - Ibid, p.42.

b) método italiano

> "O método italiano emprega o forno-baixo catalão, de dimensões reduzidas, soprado igualmente por trompa. O trabalho é feito pelo mesmo modo: no princípio de uma operação ajunta-se com a jacutinga uma pequena carga de itabirito em fragmentos e, no fim, depois de decorridas 3 a 4 horas, extrae-se uma grande bola de ferro envolvida de escorias pastosas, que rola debaixo do malho para a cinclagem; obtem-se assim uma lupa de ferro, que, depois de caldeada no mesmo forno e cortada em pedaços é espichada para dar três barras de ferro pesando no total de 30 a 45 kilogramas. Por dia efetua-se três operações para produzir de 90 a 135 kilogramas de ferro em barra".[33]

Menos generalizado na província de Minas Gerais que o método dos cadinhos, o método italiano é de rendimento superior àquele. Para 1.000 kg de ferro em barra, emprega-se 5.500 kg de carvão, 2.200 kg de minério e 18 a 19 dias de trabalho.[34]

c) método catalão

Para exemplificar a estrutura e funcionamento de uma forja catalã, veja-se a descrição que Eschwege faz de sua usina, A Patriótica, em Congonhas do Campo:

> "O primitivo plano da fábrica, que foi realizado, constava de 4 pequenos fornos, 2 forjas de ferreiro, 1 malho e 1 engenho de socar, instalados todos em um único edifício.
>
> A água necessária para as trompas dos fornos e das forjas, assim como para as rodas, era represada em um grande reservatório de madeira. A experiência, porém, veio demonstrar que o nível da água variava muito, em virtude do consumo irregular pela roda do malho e, em conseqüência, exercia uma pressão irregular nas colunas d'água ao cair nas trompas. Por esse motivo, a insuflação do ar era irregular.
>
> Para obviar este mal e aumentar ao mesmo tempo o número de fornos de fundição, construiu-se, alguns anos mais tarde, em nível inferior, um telheiro para o malho e as duas forjas de ferreiro, dispostos de acordo com o plano primitivo. O malho foi colocado entre as forjas, e, assim, houve bastante espaço para a instalação, no primeiro edifício, de mais quatro pequenos fornos de fundição. Estes trabalhavam alternativamente, de modo que quatro estavam sempre em serviço.
>
> As lupas obtidas eram atiradas, por um orifício, na casa do malho. A diferença de nível entre os dois edifícios era tão considerável, que a água podia ser totalmente aproveitada por meio de uma nova queda".[35]

---

[33] - FERRAND, op. cit., p.103-4.

[34] - BOVET, op. cit., p.45.

[35] - ESCHWEGE, op. cit., p.248.

3.2 - A economia da fábrica de ferro de Minas Gerais no Século XIX

Bovet, em seu artigo já citado, apresenta tabela em que visualiza-se o rendimento dos métodos existentes:

TABELA 1

COEFICIENTES TÉCNICOS DE PRODUÇÃO DOS MÉTODOS DE FABRICAÇÃO DE FERRO PRATICADOS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

	Consumo de Carvão	Consumo de Minério	Mão-de-obra	Produção de Ferro em Barra
Cadinhos	7.000 kg	1.000	27 dias	100 kg
Forja Italiana	5.500 kg	1.000	18 dias	120 kg
Forja Catalã	3.000 kg	1.000	13 dias	320 kg

FONTE: BOVET, op. cit., p.47.

Com relação aos preços de venda aos custos de produção, capital das empresas, vale a pena citar longamente Bovet:

"Os preços com efeito são variáveis. Nos arredores de Ouro Preto e de Santa Barbara o preço do ferro em barras, vendido na porta da forja, é de 3$000 à 2$800 por 15 kilos para o ferro fabricado em cadinhos, e de 3$000 à 3$200 para o fabricado pelo sistema italiano. Pode-se admitir em média 3$000, o que por tonelada de barras brutas representa um preço médio de 188$, se elevando facilmente à 200$000 e mais, para o ferro fabricado na forja italiana. Quando trabalhado, este ferro aumenta rapidamente de preço, e tanto mais quanto todo este trabalho é manual. Se o transforma sobretudo em ferraduras, pregos e instrumentos de agricultura. Não posso dar uma melhor idéia do preço a que atinge o ferro trabalhado, senão copiando alguns algarismos da forja Monlevade, a única que se acha organizada para a produção de objetos variados. Ferro em barras de secção determinada (conforme a grossura) de 232 a 400 réis do kilo:

Ferradura de Besta .... 1$200 a dúzia
Ferradura de Cavalo .... 3$400 a dúzia
Cravos Superiores .... 8$000 o milheiro
Cravos Ordinários .... 7$000 o milheiro
Caldeirão de Ferro Batido .... 1$200 o kilo
Mancaes (para rodas hidráulicas) ... 1$000 o kilo
Bigornas de Ferreiro .... 1$000 o kilo
Charrua .... de 50$000 a 60$000

Devo acrescentar que um milheiro de pregos peza em média 12 1/2 kilos, uma dúzia de ferraduras de besta 5 1/2 à 6 kilos e uma dúzia de ferraduras de cavalo 7 1/2 kilos. Estes preços são os da região onde a população é relativamente densa, o consumo e sobretudo a produção é assaz considerável. À medida que se afasta para o norte os preços aumentam, ainda que nos arredores da

Diamantina existam algumas forjas, em que as despesas não devem ser mais elevadas do que as das forjas do sul e cujos produtos bem como o processo de fabricação são inferiores. O ferro em barras já na Conceição, que fica á 170 kilômetros de Ouro Preto, vale 264$000 a tonelada; no Serro, á 275 kilômetros, 332$000, e em Diamantina, á 340 kilômetros, 464$000. - Á medida que se vai para regiões mais afastadas das fábricas, ao mesmo tempo que cresce o preço do ferro cresce o do transporte, que nas proximidades de Ouro Preto é de 800 réis o kilômetro por tonelada, e mais elevado no norte, em que as vias de comunicação estão em pior estado; chegando muitas vezes á preços tão excessivos que o ferro torna-se quase um objeto de luxo e é um sinal de grande abastança mandar ferrar os seus animais.

Voltemos á região em que o fabrico de ferro é mais ativo e os preços são mínimos, admitindo para esta região um valor médio de 200$000 por tonelada de ferro. Nesta região o salário de um operário, incluindo tudo, é em geral 2$000 (ganham menos, mas com a comida) e o de um ajudante 1$000 mais ou menos. Admitirei todavia que 2$000 é o salário médio para todos os trabalhadores, operários e ajudantes, para estar certo de estar além da verdade. O minério tem um valor insignificante, é levado de uma pequena distância da fábrica, e pode custar de 800 a 1$200 réis a tonelada. Suponhamos que seja 1$200 réis. De outro admitindo para preço do carvão o que indiquei no começo deste estudo, 10$000 a tonelada, podemos chegar á avaliação das despezas, que acarretam a produção do ferro por um e outro processo estudado, avaliação exagerada e que por conseguinte, comparada ao preço da venda, nos oferecerá uma avaliação mínima dos lucros possíveis. Estas fábricas não tem fundos em giro, dão saída aos seus produtos á medida que os fabricão e todos os bons fabricantes confesão que si mais fabricassem, acharião a mesma venda fácil para toda a sua produção. Quanto ao capital de fundação nunca é muito consideravel; conheço uma forja italiana que seu proprietário queria vender por 5.000$000 e pode-se avaliar o capital talvez em 6.000$000 para as forjas italianas, que produzem por ano ao menos trinta toneladas, e mais ou menos 4.000$000 para os cadinhos. Julgo que estes algarismos não se afastam muito da verdade compreendendo neles o valor das terras, porém são muito variáveis e é do outro lado difícil ter sobre este ponto informações absolutamente exatas. Por este motivo me contentarei, depois destas observações, em avaliar simplesmente as despezas da fabricação. Acharemos assim para cada tonelada de ferro:

nos cadinhos:	
7 toneladas de carvão á 10$000	70$000
27 dias de trabalho á 2$000	54$000
4 toneladas de minério á 1$200	4$800
Total da despeza de fabricação (exagerada) .	128$800
Preço mínimo da venda	186$400
Diferença ...	57$600

Para o processo italiano:	
5,5 toneladas de carvão á 10$000	55$000
18 dias de trabalho á 2$000	36$000
minério	2$400
Preço exagerado do fabrico	93$400
Preço da venda	208$000
Diferença	114$600

Repito que exagerei propositalmente os preços do carvão, mão-de-obra e minério; quanto aos preços de venda admiti para os cadinhos o preço mínimo de 2$800 por 15 kilos, ainda que seja geralmente perto de 3$000 e algumas vezes mesmo este preço é excedido. Eu poderia citar algumas forjas que vendem á 3$200 15 kilos. Nas forjas italianas o preço do ferro é geralmente 200 e 400 réis mais elevado que nas de cadinhos por cada 15 kilos.

Os lucros indicados são portanto inferiores aos lucros reais e são, como se vê, mais que suficientes para pagar o juro do capital de fundação. Serião talvez tentados, á pezar da minha afirmação, á julgá-los exagerados e objetarem que, admitidos estes preços, todos os fabricantes farião fortuna rapidamente. A conclusão não seria justa, pois é preciso não esquecer que a produção de cada estabelecimento é pequena (de 20 toneladas para cadinhos e 30 para as forjas italianas), e que num país onde a vida é fácil e onde cada fabricante obtem sem grande acréscimo de trabalho, num recanto das suas terras, os produtos agrícolas que lhe são precisos, não é raro ver-se uma forja sustentar 50 ou 60 pessoas e algumas vezes mais. Devo acrescentar ainda que não é preciso ter-se viajado longo tempo no país, para ter reparado a comodidade relativa de quase todos os senhores de forja. Enfim todos sabem que o estabelecimento de Monlevade, que, graças ao seu forno catalão, tinha uma produção muito mais elevada, deu em menos de cinçoenta annos, ao seu proprietário, uma fortuna considerável".[36]

A seguir Bovet fará destilar seus preconceitos, de toda uma geração, de uma pseudo-ciência. A produção limitada será atribuída por ele à "indiferença natural dos habitantes dos países quentes e fertilíssimos".[37]

Bovet, entretanto, aponta questão que me parece decisiva para discutir a problemática da possibilidade da expansão da siderurgia em Minas Gerais no Século XIX. Segundo Bovet, a produção de ferro poderia ser duplicada ou triplicada sem se correr risco de encontrar dificuldades de venda.[38] Ou seja, que havia mercado insatisfeito, expresso no fato de que os fabricantes não podiam satisfazer a toda as encomendas feitas. Se considerarmos que o transporte dos produtos de ferro era feito em tropas de mulas, que tinha, portanto, uma limitação físico-geográfica rígida, veremos que a resolução do problema do transporte teria aberto extraordinárias oportunidades para a indústria do ferro em Minas Gerais.

A presença dessa demanda insatisfeita, a possibilidade de ocupar os outros mercados privinciais, resolvida a questão dos transportes, nos permite afirmar que a não-consolidação e expansão de uma forte indústria do ferro em Minas Gerais não teve na estreiteza do mercado um entrave, o que pode ser verificado, também, pelos dados sobre importação de produtos de ferro.

[36] - BOVET, op. cit., p.51-4.
[37] - Ibid, p.54.
[38] - Ibid, p.55.

TABELA 2

IMPORTAÇÕES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - PRODUTOS BRUTOS, EM NÚMERO DE TONELADAS

Produtos	1880-81	1881-82	1882-83	1886-87	1889	1890	1891
Ferro guza	6.126	5.932	6.374	6.435	1.291	1.476	1.543
Ferro bruto em barras, etc.	-	-	-	-	6.500	8.644	8.366
Aço bruto, idem	237	197	532	320	634	505	405
Total	6.363	6.129	6.906	8.425	6.755	10.625	10.314

FONTE: FERRAND, Paul. Indústria do ferro, seu estado atual no Brasil. Revista Industrial Mineira, 1(5), fev. 1894.

TABELA 3

IMPORTAÇÕES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - PRODUTOS BRUTOS E EM OBRAS - VALOR OFICIAL EM CONTOS DE RÉIS

Produtos	1880-81	1881-82	1882-83	1886-87	1889
1 - Produtos brutos:					
Ferro guza	592	626	673	610	43
Ferro bruto em barra, etc.	-	-	-	-	656
Aço bruto, idem	59	45	133	80	169
Total	651	671	806	720	868
2 - Produtos em obras:					
Ferro e aço	1.926	2.065	2.101	2.987	3.856
Máquinas e aparelhos mecânicos	2.887	3.324	3.336	4.187	3.111
Trilhos para estradas de ferro	460	681	1.128	570	470
Objetos para cutelaria	-	249	263	374	476
Total	5.581	6.319	6.828	8.118	7.913

FONTE: FERRAND, Paul. Indústria do ferro, seu estado actual no Brasil. Revista Industrial Mineira, 1(5), fev. 1894.

4 - DA INDÚSTRIA DO FERRO À GRANDE INDÚSTRIA DO AÇO

As usinas que a partir de 1888, com a usina Esperança, começam a ser instaladas em Minas Gerais não marcam a entrada do Brasil na era da grande siderurgia. Tais usinas, em sua grande maioria, continuaram a ser produtoras de ferro gusa.

Experiência que, se se realizasse, teria sido a primeira usina siderúrgica integrada do Brasil, é a de São João de Ipanema. Leandro Dupré, em sua memória sobre aquela fábrica, fala dos planos de se instalar ali um convertedor Bessemer, isso em 1885;[39] entretanto, a fábrica, gerida pelo exército nacional, é fechada em 1895, sem que lá se tenha instalado o convertedor.

A primeira usina siderúrgica integrada em Minas Gerais, no Brasil, será, então, a Usina Siderúrgica, em Sabará, criada em 1917, que começou a funcionar em 1919 e que em 1921 será encampada, transformando-se em Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Episódio que merece destaque nos primórdios da indústria siderúrgica no Brasil foi a tentativa da Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros de constituir "trust" do ferro no Brasil ao final do século passado. Além de sua usina de fundição na Rua São Pedro, no Rio de Janeiro, adquiriu, em 1891, a usina Monlevade; em 1892, a Usina Esperança e logo após a Usina Burnier. Em 1896, esta tentativa de monopolização da indústria do ferro em Minas Gerais será encerrada com a falência da Cia. Nacional de Forjas e Estaleiros, sendo os bens da companhia, as usinas inclusive, levados à hasta pública.

A importância do ferro para a nossa civilização é decisiva. Sobre este metal apóia-se a indústria, a construção civil, a presença marcante, mesmo que imperceptível, dessa espécie de "alma" da nossa reprodução material, o que lhe dá consistência, o que liga, o que dá suporte, embalagem e miolo, ponta e base, armas e ferramentas.

Em Braudel, citando Morgan, lê-se: "Quando o ferro conseguiu tornar-se a matéria mais importante da produção, então foi o acontecimento dos acontecimentos na evolução da humanidade".[40] A época desse grande acontecimento é a segunda metade do Século XIX. Entretanto, a metalurgia do ferro é antiga; na China é conhecida desde o Século I A.C. e terá ali notável e precoce progresso até o Século XIII, quando curiosamente estagnou-se.[41]

A Europa só conhecerá a fundição do ferro no estado líqüido no Século XIV e a fundição pelo coque no Século XVIII, quando os chineses já a realizavam desde o Século XIII.

---

[39] - DUPRÉ, Leandro. Memória sobre a fábrica de ferro de São João de Ipanema. In: Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto, 2 ed., nº 4, 1885 p.68.

[40] - BRAUDEL, Fernand. Civilização material e capitalista. Edição Cosmos, 1970, p.307.

[41] - Ibid, p.310.

Em 1800, a produção mundial de ferro foi de, aproximadamente, dois milhões de toneladas. "A produção total da Europa, cerca de 1700, compreendida a Rússia, avalia-se entre 145.000 e 180.000 toneladas. No Século XVIII, especialmente na Europa onde se realiza o essencial dos progressos, nota-se um grande salto para a frente, francamente acentuado para além de 1780. Se formos procurar o final desta viva corrida cerca de 1830, o salto será prodigioso: a Inglaterra produz 68.000 toneladas de ferro fundido em 1788, 125.000 em 1796, 250.000 em 1806, 678.000 em 1830".[42]

Entretanto, a verdadeira barreira será transposta com a emergência dos novos métodos de fabricação de aço na segunda metade do Século XIX. A fusão do aço é descoberta de 1740, mas a tecnologia que possibilitará a consolidação da grande siderurgia vem com os seguintes desenvolvimentos: convertedor Bessemer (1856), com o processo básico de Thomas e Gilchrist (1878), com os processos Siemens (1856), Martin (1865), com o forno elétrico (1878), com o forno de arco (1896).

Estes desenvolvimentos tecnológicos mudam a qualidade da indústria do ferro. Da pequena unidade fabril, quase uma manufatura, transita-se para as grandes siderúrgicas, produzindo milhões de toneladas de aço, empregando milhares de trabalhadores, maquinaria e tecnologia sofisticadas, exigindo um volume enorme de capital para a sua instalação. É a época da dominação do grande capital, do capital monopolista, do capital financeiro.

O ferro é o gênero, o aço, espécie. O aço é ferro com menor teor de carbono. Esta redução do teor de carbono implica em adicionar propriedades outras ao aço, além da dureza: resistência, dutibilidade, plasticidade, elasticidade.

As principais inovações técnicas, que permitirão a massificação e a redução dos custos da produção do aço são: a) a utilização do sopro de ar, posteriormente, de oxigênio puro, durante o processo de fusão, desenvolvido a partir do convertedor Bessemer; b) a utilização dos gases liberados pela fusão para o superaquecimento do material fundente - processo Siemens-Martin; c) a utilização de material básico (calcário) como aglutinador da escória produzida pela fusão do minério - processo básico de Thomas. Estas inovações vêm dar formato-padrão à tecnologia siderúrgica.[43]

---

[42] - BRAUDEL, op, cit., p.315-6.

[43] - ZIMMERMANN, Erich W. Recursos Industriais del Mundo. Mexico. Fondo de Cultura Econômica, 1957. p.594-603.

TABELA 4

PRODUÇÃO MUNDIAL DE FERRO GUSA, 1850-1948[1] (MILHÕES DE TONELADAS)

	1850	1860	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1929	1932	1937	1940	1945	1946	1947	1948
Estados Unidos ...	0,6	0,9	1,8	4,2	10,1	15,2	30,0	40,0	46,5	9,8	41,6	47,4	54,9	46,5	60,1	61,0
Canadá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	1,1	1,4	2,0	1,5	2,2	2,4
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,2	0,3	0,4	0,6	0,6
Inglaterra	2,5	4,3	6,6	8,5	8,7	9,9	11,1	7,6	8,4	4,0	4,5	9,2	8,0	8,7	8,5	10,3
França	0,4	-	-	-	2,1	3,0	4,4	3,7	11,2	6,1	8,7	4,1	1,3	3,8	5,4	7,2
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	1,2	4,4	3,0	4,2	2,0	0,8	2,4	3,1	4,3
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	0,8	3,2	2,2	2,8	1,2	0,3	1,5	2,0	2,8
Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,3	0,3	-	0,1	0,2	0,5
Alemanha	0,4	0,6	1,4	2,7	4,4	8,2	14,2	8,8	14,5	4,3	15,1	15,4	1,6	2,4	2,5[a]	6,4
Sarre	-	-	-	-	-	-	-	1,1	2,3	1,5	2,4	2,0	-	0,3	0,7	1,3
Áustria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,4	-	-	0,1	0,3	0,7
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	0,4	0,5	-	0,2	0,3	0,3
Rússia	-	-	-	-	-	-	-	-	4,3	7,0	16,0	16,5	18,8	16,8	18,0	18,5
Tchecoslováquia ..	-	-	-	-	-	-	-	0,8	1,8	0,5	1,8	1,8	0,6	1,1	1,6	1,8
Polônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,8	0,1	0,3	0,8	0,9	1,2
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	1,0	1,2	0,1	0,2	0,4	0,6
Espanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,2	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,3	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9
Japão	-	-	-	-	-	-	-	0,8	1,8	1,7	3,1	4,4	0,6	0,2	0,4	0,9
Índia	-	-	-	-	-	-	-	0,3	1,5	-	1,9	2,3	1,5	1,7	1,6	1,6
União Sul Africana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,3	0,7	0,7	0,7	0,7
Áustralia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	1,3	1,2	1,0	1,3	1,3
Total	4,9	8,0	13,0	20,0	29,4	43,8	71,2	67,5	106,0	42,1	113,5	113,1	94,3	91,7	112,2	125,9

FONTE: ZIMMERMANN, Erich W. Recursos Industriais del Mundo. Mexico. Fondo de Cultura Econômica, 1957, p.610.

a - Zona Ocidental somente.

1 - Os dados de 1850-1910 foram tomados de Horace B. Davis. Iron and Steel Industry. Encyclopedia of the Social Sciences, v.8 p.301 e O.R. Kuhn, The Iron Age, 18 de fevereiro de 1926. Os dados de 1920-1932 são do U.S. Department of commerce. Commerce Yearbook 1931 v.2 p.697. Os dados para 1937-1946 do American Iron and Steel Institute. Annual Statistical Report 1947 p.183-5. Os dados de 1947 e 1948 são de Statistical Office of the United Nations Monthly Bulletin of Statistics; esta fonte foi usada como suplemento dos dados do American Iron and Steel Institute.

- Na interpretação deste quadro convém ter em conta as mudanças advindas das fronteiras políticas.

TABELA 5

PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO, 1870-1948[2] (MILHÕES DE TONELADAS)

	1870	1880	1890	1900	1910	1913	1920	1929	1932	1937	1940	1945	1946	1947	1948
Estados Unidos	0,04	1,4	4,7	11,2	28,1	34,4	46,3	61 3	15,3	56,6	67,0	79,7	66,6	85,0	88,4
Canadá	-	-	-	-	0,8	1,1	1,2	1,5	0,4	1,5	2,2	2,8	2,3	2,9	3,2
México	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,3	0,4	0,3
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,4	0,4	0,5
Inglaterra	0,24	1,4	3,9	5,4	7,0	8,5	10,0	10,7	5,9	14,5	14,5	13,2	14,2	14,2	16,4
França	0,09	0,4	0,8	1,7	3,7	5,1	3,3	10,5	6,2	8,7	4,9	1,8	4,9	6,3	8,0
Bélgica	-	0,1	0,2	0,7	1,1	2,6	1,3	4,5	3,1	4,3	2,1	0,8	2,5	3,2	4,3
Luxemburgo	-	-	-	0,2	0,7	1,4	0,7	3,0	2,2	2,8	1,1	0,3	1,4	1,9	2,7
Alemanha	0,14	0,8	2,3	7,1	14,2	20,5	10,0	17,6	6,4	19,3	21,1	0,3	3,0	3,3	6,0
Sarre	-	-	-	-	-	-	0,8	2,4	1,5	2,6	1,2	-	0,3	0,8	1,3
Áustria	0,02	0,1	0,5	1,1	2,3	2,9	0,2	0,6	0,2	0,7	-	0,2	0,2	0,4	0,7
Hungria	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,7	0,8	0,1	0,4	0,7	0,8
Rússia	0,01	0,2	0,6	2,4	3,8	4,6	0,2	5,3	6,4	19,6	20,1	19,8	20,0	22,0	22,2
Tchecoslováquia	-	-	-	-	-	-	1,1	2,3	0,8	2,6	2,6	1,0	1,8	2,5	2,9
Polônia	-	-	-	-	-	-	-	1,5	0,6	1,6	1,6	0,5	1,3	1,7	2,1
Itália	-	-	0,3	0,3	1,1	1,0	0,9	2,3	1,5	2,3	2,5	0,4	1,3	1,9	2,3
Espanha	-	-	-	0,1	0,3	0,2	0,2	1,1	0,6	0,2	0,8	0,6	0,7	0,6	0,6
Suécia	0,01	0,03	0,2	0,3	0,5	0,6	0,4	0,7	0,6	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4
Japão	-	-	-	-	-	0,3	1,0	2,3	2,6	6,4	8,3	1,2	0,6	1,0	2,0
Índia	-	-	-	-	-	-	0,2	0,7	0,7	1,0	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3[a]
União Sul Africana ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,3	0,4	0,6	0,6	0,7	0,7
Austrália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,3	1,4	1,4	1,2	1,4	1,4
Total[b]	0,56	4,6	13,5	30,6	65,3	83,2	77,8	128,3	55,2	148,2	155,5	127,8	126,7	153,9	169,5

FONTE: ZIMMERMANN, Erich W. Recursos Industriais del Mundo. México. Fondo de Cultura Econômica, 1957, p.611.

a - Estimado sobre a base dos oito primeiros meses.

b - Os totais de 1870 incluem estimativas da produção de diversos países que não aparecem na lista. Os totais de 1913 a 1948 são aproximações, omitindo-se a produção dos países não indicados.

2 - Os dados de 1870-1910 são de Ervin Hexner. The International Steel Cartel. University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1943 p.324-5. Os dados de 1913-1929 são de U.S. Department of Commerce. Commerce Yearbook 1931. V.2 p.150; os dados para 1922-1947 são do American Iron and Steel Institute Annual Statistical Report 1947 p.186-7. Os dados para 1948 são de Statistical Office of the United Nations Monthy Bulletin of Statistics. Esta fonte foi utilizada como suplemento dos dados da American Iron and Steel Institute.

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE FERRO E AÇO DO MUNDO - 1871-1945 (EM PORCENTAGENS)

	Ferro Gusa				Aço			
	Estados Unidos	Inglaterra	Europa Central[a]	Todos os Demais	Estados Unidos	Inglaterra	Europa Central[a]	Todos os Demais
1871-1875	16,3	47,0	27,6	9,1	14,5	42,9	34,4	8,2
1876-1880	17,4	45,1	28,5	9,0	27,7	34,0	29,8	8,5
1881-1885	20,3	40,0	29,2	10,5	28,1	32,5	29,3	10,1
1886-1890	21,6	32,9	28,0	17,5	32,8	31,3	25,8	10,1
1891-1895	31,4	28,0	29,8	10,8	34,2	22,6	31,6	11,6
1896-1900	32,4	25,1	30,5	12,0	35,5	19,3	31,7	13,5
1901-1905	40,2	19,3	28,9	11,6	42,7	14,3	30,4	12,6
1906-1910	41,5	16,9	30,5	11,1	43,3	11,9	31,5	13,3
1911-1915	41,4	13,9	31,2	13,5	42,7	11,3	31,2	14,8
1916-1920	57,4	13,3	20,1	9,2	57,6	12,5	21,4	8,5
1921-1925	50,1	9,4	30,8	9,7	51,9	9,5	27,6	11,0
1926-1930	44,3	7,1	34,1	14,5	47,2	7,5	30,3	15,0
1931-1935	28,5	8,6	37,4	25,5	34,0	9,8	30,7	25,5
1936-1940	34,2	8,3	30,0	27,5	40,9	9,6	25,5	24,0
1941-1945	51,0	6,9	18,6	23,5	53,9	8,8	16,6	20,7

FONTE: ZIMMERMANN, Erich W. Recursos Industriais del Mundo. México. Fondo de Cultura Econômica, 1957, p.612

[a] - Alemanha, Sarre, França, Luxemburgo, Bélgica.

O avanço quantitativo da produção do aço pode ser medido pelos números de sua evolução no Século XIX: em 1848, a produção de aço era de 70.000 toneladas; em 1867, de 600.000 toneladas; em 1887, de 9.945.000 toneladas; em 1897 de 18.477.000 toneladas. Para uma visualização desse fenômeno ver as tabelas 4, 5, e 6.

Uma usina siderúrgica compreende, a grosso modo, as seguintes grandes seções: 1) fornos de coque e/ou sinterização; 2) altos fornos; 3) aciaria; 4) laminação.

Os materiais principais utilizados: minério de ferro, combustível (carvão vegetal ou de pedra), fundentes e "escorificantes" (calcário); refratários (magnesita ou dolomita); oxigênio.

O coração da usina siderúrgica é a aciaria, onde o ferro gusa, produzido nos altos fornos é refinado, ou seja, reduzido o seu teor de carbono.

A percentagem de carbono existente no ferro determina suas propriedades, os diversos tipos de ferro e de aço. Utiliza-se, também, diversos minerais não-ferrosos na fabricação do aço: alumínio, que elimina gases e impurezas e melhora a dureza superficial; cromo, em pequena quantidade melhora as propriedades de dureza; mais de 10%, evita a corrosão; cobalto conserva a filo a altas temperaturas e melhora as propriedades elétricas; cobre retarda a oxidação; chumbo, mesclado com o estanho, forma um recobrimento do aço resistente à oxidação; manganês é utilizado em pequenas quantidades para eliminar gases, de 1 a 2% aumenta a dureza e a resistência do aço; molibdênio aumenta a resistência, dutibilidade; além do níquel, estanho, tungstênio, vanádio e zinco.[44]

As percentagens de outros materiais no ferro e no aço podem ser visualisadas na tabela 7.

TABELA 7
PERCENTAGENS DE CARBONO E OUTROS ELEMENTOS NA COMPOSIÇÃO DO FERRO E DO AÇO

	Carbono	Manganês	Fósforo	Enxofre	Silício	Escória
Arrabio (ferro gusa) ..	3,50	2,00	0,04	0,30	1,25	-
Ferro Doce (ferro forjado)	0,02	0,03	0,12	0,02	0,15	3,00
Aço-Bessemer	0,10	0,50	0,07	0,07	0,01	-
Aço-S.M.	0,15	0,50	0,02	0,025	0,15	-
Aço-Forno Elétrico	0,15	0,50	0,002	0,003	0,15	-

FONTE: ZIMMERMANN, Erich W. Recursos Industriais del Mundo. Fondo de Cultura Econômica, 1957, p.605.

44 - ZIMMERMANN, op. cit., p.588-9.

Sobre as propriedades do ferro-gusa, do ferro forjado e do aço citemos o trabalho de Carlos Sidney Coutinho, O Processo de Transferência de Tecnologia.

> "O ferro gusa é duro e quebradiço, sendo, portanto, difícil de ser trabalhado sem fratura. Para sua aplicação mais ampla deve ser fundido. Este tipo de ferro pode ser usado na fabricação de peças onde a compressão e a torção sejam desprezíveis, o que implica em não ser submetido a grandes pressões.
>
> O ferro pudlado (forjado) obtém suas características após ser forjado manualmente ou mecanicamente. Enquanto o ferro gusa é quebradiço, o ferro pudlado é maleável, dútil e oferece pouca resistência ao ser dobrado, trabalhado, malhado, etc., devido ao seu menor teor de carbono em relação ao ferro gusa.
>
> O aço, todavia, combina de forma singular as vantagens do ferro gusa e do ferro pudlado. O aço tem a dureza, resistência, plasticidade e a elasticidade caracterizando sua natureza intrínseca. Porém, existem tipos de aço mais maleáveis ou mais duros, cuja distinção recai novamente no teor de carbono. Por exemplo, os com o teor menor do que 0,25% de carbono têm as características do ferro pudlado. Todavia, existem outras formas de se alterar as características do aço por meio de outros processos que não o refino comum, como no caso dos aços especiais. Combinando dureza, elasticidade e plasticidade, o aço é ideal para ser usado na conformação ou corte de outros metais. Sua resistência à percussão torna-o ideal na fabricação de ferramentas, pregos, bigornas, trilhos e outros objetos sujeitos ao desgaste do uso constante. Sua resistência em relação ao peso e volume torna possível fabricar máquinas mais leves, menores, precisas e mais ágeis e resistentes. A combinação de sua compacidade e resistência torna o aço um excelente metal para a fabricação de navios e estruturas de construção onde as limitações de peso e espaço são necessidades primordiais".[45]

Do exame dos dados das tabelas 4, 5 e 6 ressaltam duas questões: 1) a perda da hegemonia da Inglaterra, potência pioneira, que perderá tal posição; 2) a extraordinária expansão da produção do aço que, também a partir de 1890, superará, em muito, a produção de ferro gusa.

Estes dois aspectos não estão desconectados; trata-se do mesmo fenômeno: a emergência e consolidação de uma nova etapa do capitalismo, o capitalismo monopolista, em que a hegemonia imperial britânica será substituída por uma multipolaridade, com a emergência das novas potências monopolistas: Japão, Alemanha, EUA, França, que é também a emergência de uma nova tecnologia, a chamada Segunda Revolução Industrial. Novo arranjo econômico e político internacional, novos padrões de concorrência, corrida colonial que repete a do Século XVI, a repartição da África, a invasão da

---

[45] - COUTINHO, Carlos Sidney. O Processo de transferência de tecnologia. In: FERREIRA, Cândido G., coord. Processo de trabalho e transferência de tecnologia na indústria siderúrgica de Minas; relatório intermediário. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982. p.1-2.

Ásia, a busca da monopolização das fontes de matérias-primas, da captura de mercado, conflitos e contradições que levaram às guerras mundiais.

5 - LIMITES DA SIDERURGIA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Não há como abrir essa discussão sem invocar a problemática colonial brasileira. A análise da experiência da industrialização do ferro em Minas Gerais, no Brasil, tem que passar por considerar as suas relações no conjunto da economia mundial, a própria dinâmica da economia capitalista mundial, após a consolidação da Revolução Industrial Britânica.

Uma primeira idéia avança no sentido de afirmar que, após a consolidação da vitória industrial britânica, os processos de industrialização que se seguirão - por exemplo, o do Japão e da Alemanha - terão uma considerável defasagem temporal com relação ao caso britânico. Enquanto este tem seu primeiro momento entre 1760-1830 e seu complemento com a Revolução das Ferrovias, entre 1830-1850, aqueles outros processos ocorrerão entre 1880-1900.

Tal defasagem temporal, entretanto, tem implicação crucial na explicaçao do sucesso japonês e alemão, na explicação da hegemonia industrial que impõem à Inglaterra.

Iniciados em 1880, os processos de industrialização no Japão e na Alemanha terão como parâmetros tecnológicos fundamentais, como base produtiva, as novas tecnologias desenvolvidas com a chamada Segunda Revolução Industrial: a revolução da indústria da eletricidade, dos equipamentos elétricos, da grande siderurgia, da indústria química pesada, do automóvel...

No caso específico da indústria do ferro, isso significou que, no Japão e, principalmente, na Alemanha, constituíram-se parques siderúrgicos homogêneos, segundo a mais moderna e eficiente tecnologia, enquanto a Inglaterra, pioneira, será palco da existência de um parque siderúrgico heterogêneo, em que unidades velhas do Século XVIII, velhos altos fornos, coexistirão ao lado de modernas usinas siderúrgicas, reduzindo assim a produtividade média da indústria.

Mas o ingrediente realmente decisivo na montagem daquelas industrializações foi a política conduzida pelos respectivos Estados: a chamada renovação Meiji no Japão e a política de Bismarck na Alemanha.

No caso japonês, assume contornos preciosos a expressão de Marx, do Estado como produtor dos produtores. O Estado como agente da acumulação primitiva, como veículo da concentração e da centralização do capital financeiro.[46]

A conseqüência da emergência dessas novas potências mundiais, o Japão, os EUA, a Alemanha, a França, é a internacionalização do capitalismo, a busca da ampliação dos mercados, uma nova corrida colonial, a multiplicação dos conflitos interimperialistas, a afirmação de uma nova divisão internacional do trabalho, de um novo "centro" e sua "periferia".

Deste modo, as nações que se industrializarem a partir da hegemonia do capital monopolista a nível mundial sofrerão as conseqüências desse fato. Terão as suas industrializações comprometidas, atrofiadas, inconclusas, dependentes. O controle tecnológico, financeiro, político exercido pelo capital monopolista, impondo padrões de industrialização aos países ditos dependentes, em que a subordinação é a marca, a dependência, a fragilidade ante os interesses do capital monopolista, as recorrentes crises do Balanço de Pagamentos, o endividamento externo como índice desse processo.

A trajetória brasileira nesse contexto é peculiar. Em particular vão nos interessar, a partir daqui, respostas à discussão sobre as vicissitudes da indústria do ferro em Minas Gerais, no Brasil, no Século XIX.

O sucesso da experiência siderúrgica no Brasil, em Minas Gerais, no Século XIX, como qualquer outro projeto da industrialização num país como o Brasil, recém-saído das malhas coloniais, dependeria, entre outras coisas, de uma sólida política protecionista da defesa da indústria nascente, dos incentivos e apoio estatal.

Ao contrário disso, no Brasil, a política adotada com a vinda da corte para o Brasil foi de extremado liberalismo, o que, sobretudo, atendeu aos interesses ingleses, beneficiados com acordo tarifário, que reviveu o velho tratado de Methuem, ainda mais vantajoso para a Inglaterra.

---

[46] - Sobre isso ver: OKABE, Haquira. Algumas reflexões sobre o capitalismo japonês. In: Argumento nº 3; HILFERDING, Rudolf. El capital financiero; NIVEAU, Maurice. História dos fatos econômicos; BARNES, Harry E. História de la economia del mundo occidental; BRAUDEL, Fernand Las civilizaciones actuales; GERSCHENKRON, A. El atraso economico em su perspectiva histórica.

As implicações desse acordo, imposto ao Brasil pela Inglaterra, resultaram na penetração maciça de manufaturados ingleses, reafirmando e aprofundando novas condições de dependência e perda de autonomia nacional.

A política protecionista de Alves Branco, em 1844, virá tarde para impedir a consolidação do produto importado, já então produzido em condições extremamente mais avançadas e, portanto, imbatíveis na competição com qualquer produto nacional similar.

Àquela altura, segunda metade do Século XIX, o grande salto tecnológico já terá se iniciado com o desenvolvimento da indústria do aço, com os processos Bessemer (1856), básico de Thomas Gilchrist (1878); Siemens (1865) entre outros grandes avanços técnicos.

Nessas novas condições tecnológicas, os requerimentos técnicos, o tamanho ótimo das plantas, o dimensionamento dos equipamentos condicionam ao processo mesmo da organização do capital. A Segunda Revolução Industrial, a estrutura técnica por ela criada exigem, determinam novas formas de organização capitalista, sobretudo, implicam em substancial aumento do volume mínimo de capital necessário para a montagem destes estabelecimentos industriais.

Manifesta-se, aqui, relação entre a técnica e a economia, em que a primeira parece condicionar a segunda. Entretanto, o processo que leva à concentração e à centralização do capital, base econômica da qual pode emergir a Segunda Revolução Industrial é, sobretudo, processo econômico, ditado pela lógica da concorrência, pela presença da crise como "solução final" para muitos capitais que, debilitados, serão absorvidos pelos "mais aptos". O ponto é que as relações entre técnicas e economia não podem ser vistas como lineares e unívocas.

As questões relevantes para a compreensão da indústria do ferro no Século XIX no Brasil são: a) durante a primeira metade do Século XIX, quando ainda não haviam ocorrido os grandes avanços siderúrgicos, teria sido possível, teoricamente, à indústria do ferro brasileira ocupar o mercado brasileiro, desenvolver uma grande indústria do ferro baseada em altos fornos; b) tal possibilidade não se efetivou porque prevaleceram no Brasil, recém-saído da situação colonial, os interesses ingleses que impuseram política tarifária ao Brasil que beneficiou a importação dos manufaturados ingleses tratados com tarifas preferenciais, além da inexistência de qualquer política industrializante estatal que garantisse os requerimentos mínimos para a implantação de indústrias; c) as medidas protecionistas adotadas a partir de 1844, por isso, não são suficientes para criar indústrias; teria sido necessário o apoio do Estado, seu supor-

te financeiro, para fazer frente às exigências de capital para tal empreendimento; d) que teria sido necessário amplo processo de constituição de mercado financeiro, de mecanismo de centralização de capitais, de base de capital-dinheiro que o Brasil não havia como realizar; e) que a emergência dos novos processos siderúrgicos - Bessemer, Siemens-Martin, etc. - estabelece fosso imenso entre estas novas indústrias e a tradicional indústria do ferro, altera enormemente a situação da indústria siderúrgica, seja pelo extraordinário aumento da escala da produção que implicam, seja pelo enorme volume de capital que exigem; f) que o sucesso da grande "siderurgia" no Brasil na segunda metade do século passado significaria, na verdade, o início de processo de endogeneização da expansão capitalista no Brasil, um passo no sentido da montagem, nas fronteiras nacionais, do departamento produtor de bens de produção; g) que tal processo significaria, portanto, a transição do Brasil para uma posição diferente na Divisão Internacional do Trabalho, posição de país capitalista independente.

Ora, essa a questão. Teria o Brasil, ex-colônia recém-saída da opressão colonial, condições de sediar processo de consolidação do modo de produção especificamente capitalista? Poderia, o Brasil, desprender-se dos laços de dependência e subordinação que o atavam e constituir-se país capitalista autônomo?

A resposta a essas indagações é o próprio curso de nossa história. Montou-se capitalismo aqui, é certo. Mas um tipo especial de capitalismo, dependente, subordinado, preso à órbita do grande capital monopolista, incapaz de controlar o processo de geração e apropriação do excedente, que é certamente o que importa do ponto de vista capitalista.

As implicações dessa questão rebatem mesmo em questões contemporâneas. Assiste-se hoje, no Brasil, a ponderável processo de internalização do setor produtor de bens de produção. Tal processo tem sido visto como redentor, encerramento da secular dependência da economia brasileira.

O que estes que assim pensam não se dão conta é que a simples instalação dessas indústrias em território nacional não torna o processo econômico, a dinâmica dessa indústrias nacionalmente determinadas. O que importa no caso é verificar as implicações do fato de continuarem, em grande parte, tais indústrias de propriedade do capital internacional.[47]

---

[47] - Sobre as implicações dessas empresas estrangeiras, sobre o Balanço de Pagamento ver OLIVEIRA, Francisco e MAZZUCCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado do Brasil: 1950-1976. In: MARTINS, Carlos Estevam, org. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, HUCITEC, 1977.

A internalização nas fronteiras nacionais dessas indústrias pode alterar a forma dos recorrentes problemas de Balanço de Pagamentos, a incidência maior dos vazamentos pode ser alterada de lugar, mas continuará a existir o problema básico e insolúvel da necessidade da remessa do excedente, em grande medida realizado em moeda nacional, e o problema da conversão em moeda estrangeira, além dos eventuais conflitos de interesses entre as filiais e as matrizes, em que sempre prevalecerá o interesse das matrizes.

1 - INTRODUÇÃO

A importância da indústria têxtil nos primórdios da industrialização mineira é decisiva. Em 1907, a indústria têxtil mineira era responsável por 62,9% do total do capital industrial do Estado, por 40,2% do valor da produção industrial, por 50% do emprego industrial. Em 1920, a participação da indústria têxtil no conjunto do capital industrial do Estado continuará significativa, 43,4%; a participação no valor da produção, apesar de decrescer em relação a 1907, é de 29,7%, enquanto que o emprego na indústria têxtil aumentará para 51,3%.[1]

A importância da indústria têxtil em Minas Gerais é fenômeno constante ao longo da história industrial da região. Desde os tempos coloniais desenvolveu-se extensa e pulverizada "indústria" têxtil doméstica, que sobreviveu mesmo aos instrumentos de pressões metropolitanas como o Alvará de 1785, posto que a "indústria" aqui existente enquadrava-se no que o Alvará admitia como exceção: a produção de tecidos grosseiros de algodão. Desse modo, perpetuou-se a tradição têxtil na região mineira, a presença permanente do tear, da roca, dos fusos, na paisagem sócio-cultura de Minas Gerais.

Sobre a importância da indústria têxtil mineira no Século XIX há pesquisa minuciosa do professor Roberto Borges Martins em que, através do levantamento da exportações mineiras durante o Século XIX, ressalta a dimensão daquela "indústria" pelo volume considerável da sua exportação. Para os propósitos desse ensaio, vale a pena registrar alguns números daquela exportação no Século XIX.

A presença da "indústria" têxtil doméstica não é especificidade de mineira, é tradição nordestina, é realidade paulista, conforme nos relata Sérgio Buarque de Holanda em seu Caminhos e Fronteiras.[2]

O fato é que, durante o Século XIX, é possível falar de um certo paralelismo entre a indústria têxtil mineira e a que se desenvolve em São Paulo, pelo menos até 1885. Senão, vejamos: em 1811 começa a funcio-

1 - Estes dados encontram-se em LIMA, João Heraldo. Café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920. Petrópolis, Vozes, 1981.

2 - BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras, 2 ed., Rio de Janeiro, 1975.

TABELA 1

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS DE MINAS GERAIS - 1818-1850

Anos	Tipo	Quantidade
1818-1819	Mantas de algodão	11.661 (unidade)
	Pano de algodão	1.242.543 (vara)
	Toalhas e guardanapos	16.120 (unidade)
1839-1840	Pano de algodão	1.023.338 (vara)
	Mantas	679 (unidade)
	Colchas	714 (unidade)
1842-1843	Pano de algodão	1.245.179 (unidade)
	Pano riscado	1.800 (vara)
	Mantas de algodão	107 (unidade)
	Mantas de retalho	36 (unidade)
	Colchas	402 (unidade)
1844-1845	Pano de algodão	909.568 (vara)
	Riscado	1.014 (vara)
	Trançado	24 (vara)
	Mantas de algodão	7.173 (unidade)
	Colchas	2.747 (unidade)
	Mantas de retalho	36 (unidade)
1849-1850	Pano de algodão	856.602 (vara)
	Riscado	9.187 (vara)
	Mantas de algodão	1.740 (unidade)
	Colchas	3.540 (unidade)

FONTE: Bernardo Jacinto da Veiga, Falla, pp.XXIV-XXVIII, Sebastião Pereira Pinto, Relatório, 4-2-1841, mapa nº 5; Francisco José de S.S. d'Andréa, Falla, mapa nº 22; Daniel de Carvalho, op. cit., p.26; Rodolfo Jacó, Minas Gerais no XX sèculo, p.36. Transcrito de VAZ, Alisson Mascaranhas. A indústria têxtil em Minas Gerais. Revista de História, 56(3):111-2, 1977.

TABELA 2

EXPORTAÇÃO DE TECIDOS MINEIROS - 1842-1909

METROS ATÉ 1897, KILOGRAMMAS DE 1897 EM DIANTE

1842-43	1.319.575	1869-70	1.717.322	1892	1.641
1844-45	1.110.939	1870-71	1.481.012	1893	3.785
1849-50	1.619.772	1871-72	1.866.163	1894	11.522
1850-51	2.285.127	1872-73	1.507.403	1895	55.679
1851-52	2.677.144	1873-74	1.566.516	1897	230.835
1852-53	2.427.418	1874-75	1.207.801	1898	384.045
1853-54	2.049.967	1875-76	538.170	1899	651.104
1854-55	1.982.806	1876-77	244.271	1900	769.966
1855-56	2.391.567	1877-78	321.942	1901	823.353
1856-57	2.045.619	1878-79	177.599	1902	852.717
1857-58	1.809.737	1879-80	198.678	1903	799.155
1858-59	1.667.579	1880-81	230.319	1904	874.583
1859-60	1.385.606	1881-82	148.916	1905	900.118
1860-61	604.913	1882-83	189.487	1906	1.129.480
1864-65	628.469	1883-84	188.546	1907	1.505.024
1865-66	2.145.155	1885-86	312.900	1908	1.117.365
1866-67	1.568.532	1886-87	853.440	1909	1.877.393
1867-68	1.913.283	1888	359.695	-	-
1868-69	2.331.788	1901	7.876	-	-
-	-		-	-	-

FONTE: Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira, 3:222, 1911.

nar, na cidade de São Paulo, a primeira fábrica de tecidos de algodão do Brasil, propriedade do tenente-coronel Antônio M. Quartin e que funcionou até os primeiros anos do Império. Em 1814, fracassa em Vila Rica, Minas Gerais, a tentativa de instalar uma manufatura de tecidos. Em 1838, é constituída a Companhia Industrial Mineira, no Distrito de Neves (Sabará), Minas Gerais, de propriedade de Antônio Luiz Avelar, que contava com 3 máquinas de aprontar algodão, 28 fusos para fio grosso e 6 teares de tecer colchas de algodão e de lã. Esta fábrica, da qual pouco se sabe, funcionou por pouco tempo. Em 1850, São Paulo e Minas Gerais entram de fato na era das indústrias têxteis. Em São Paulo é criada, em Sorocaba, por iniciativa do coronel M. Lopes de Oliveira, a primeira fábrica de tecidos de algodão movida a vapor do Brasil. Em Minas Gerais, cria-se a fábrica "Cana do Reino", no município de Conceição do Serro, de propriedade dos ingleses Pigot e Cumberland.

Entre 1860-1880, há expansão significativa na lavoura algodoeira de São Paulo, de todo o Brasil, em virtude da guerra civil americana, que desorganizou a produção do sul dos EUA. Esse aumento da produção de algodão foi acompanhado, em São Paulo, pela expansão da indústria têxtil. Em 1865, funda-se em Sorocaba a fábrica "Santa Maria"; em 1872, em Itu, a fábrica "São Luiz"; em 1873, na capital, a fábrica "Diogo de Barros".

Em 1885, existiam em São Paulo 13 fábricas de tecidos de algodão, empregando um total de 1.670 operários, produzindo doze milhões, trezentos e vinte mil (12.320.000) metros de tecidos, com um capital de 4.425:000$000. Em Minas Gerais, também em 1885, existiam 13 fábricas de tecidos de algodão, empregando cerca de 1.807 operários com um capital de cerca de 3.100:000$000.

A partir daqui se imporá substancial desigualdade entre as duas indústrias. Em 1900, as fábricas de tecidos instalados em Minas Gerais são 29 e o capital destas, 8.532:500$000. Para o mesmo ano, as fábricas em São Paulo são em número de 17 e o capital delas, 22.618:000$000, configurando concentração de capital acentuada em relação à rarefeita indústria mineira.

Em 1915, São Paulo tem 41 fábricas de tecidos de algodão, com um capital de 81.455:421$000, empregando 17.978 operários; para o mesmo ano, Minas Gerais tem 57 fábricas de tecidos de algodão, com um capital de 25.974:670$480, empregando 8.492 operários.[3]

---

[3] - Os dados citados encontram-se em: PESTANA, Paulo R. A expansão economica do Estado de São Paulo. São Paulo, 1923; LIMA, João Heraldo, op. cit; VAZ, Alisson Mascarenhas, op. cit.; Carvalho, Daniel. Notícia Histórica sobre o Algodão em Minas. 1916.

O centro da preocupação desse ensaio é examinar as determinações da prostração relativa da indústria têxtil de Minas Gerais vis-à-vis a indústria têxtil paulista durante a República Velha. Buscou-se lançar luz sobre os elementos que explicam a lentidão e o atraso da industrialização mineira nas primeiras décadas deste século.

2 - O ALGODÃO

É de 1910 a afirmação de Daniel de Carvalho: "Em Minas já se cultivou largamente o algodão. Foi tão generalizada a plantação do algodoeiro que em cada fazenda havia teares para o fabrico de tecidos grosseiros e, ao tempo da Guerra da Secessão, se fez a exportação em grande escala".[4]

TABELA 3

EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM MINAS GERAIS - 1818-1909

Anno	Kgs.	Anno	Kgs.	Anno	Kgs.	Anno	Kgs.
1818	1.379.910	1856-57	4.515	1869-70	531.075	1878-79	3.450
1823	1.485.000	1857-58	2.700	1870-71	455.610	1879-80	4.562
1842-43	4.995	1859-60	720	1871-72	508.590	1880-81	16.482
1849-50	2.400	1860-61	439	1872-73	210.480	1881-82	5.076
1850-51	5.040	1864-65	502.800	1873-74	107.100	1882-83	1.125
1851-52	10.710	1865-66	679.447	1874-75	73.910	1888	504
1852-53	5.145	1866-67	323.625	1875-76	35.310	1891	750
1853-54	3.045	1867-68	387.435	1876-77	15.047	1908	-
1854-55	3.960	1868-69	400.350	1877-78	12.520	1909	9.889

FONTE: Revista Agrícola Industrial e Comercial Mineira, 3(1):223, 1911.

A este passado feito de pulverização manufatureira e ubiqüidade no cultivo do algodão, seguiu-se realidade de prostração, só quebrada por acontecimentos externos que perturbam os tradicionais produtores e fornecedores internacionais.

No nordeste brasileiro este fenômeno se caracterizará por uma espécie de fronteira móvel do algodão que, em função dos preços internacionais, terá sua área plantada expandida, penetrando mesmo na área da lavoura canavieira.

[4] - CARVALHO, Daniel. O Algodão. Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira, 3(1):34, 1911.

Em Minas Gerais, a crise do algodão implicou em um abandono da cultura - "deu-se em Minas Gerais um interessante fenômeno: continuaram a funcionar antigas fábricas, abriram-se novas, enquanto iam escasseando as plantações de algodao, precisando Minas, que em 1892 ainda exportava algodão, de importá-lo em rama e em fios para alimentação de suas fábricas".[5]

O Brasil chegou a ser importante fornecedor de algodão para a Inglaterra entre 1780-1820; posteriormente, a Inglaterra passará a preferir o algodão cru do EUA, Egito e Índia.[6]

TABELA 4

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO - 1839-1905

Anno	Kgs.	Anno	Kgs.	Anno	Kgs.
1839-1840	10.253.414	1869-1870	43.021.065	1901	11.761.977
1840-1841	10.163.599	1870-1871	11.935.773	1902	32.127.676
1841-1842	9.395.430	1871-1672	78.516.819	1903	28.235.995
1842-1843	10.054.838	1872-1873	45.951.281	1904	13.262.788
1843-1844	11.861.405	1873-1874	56.228.231	1905	21.081.753
Somma	51.828.686	Somma	268.650.172	Somma	109.483.139

FONTE: Revista Agrícola, Industrial e Comercial Mineira, 3:219, 1911.

Por que a perda de tão importante mercado? Tanto Stein quanto Hunnicutt, em seu clássico trabalho, apontam o cultivo inadequado e o beneficiamento precário como as razões principais da perda dos mercados pelo produto brasileiro: "sua depreciação nos centros consumidores do estrangeiro".

Beneficiamento precário, larga incidência de pragas (lagarta rosada, curuquerê, etc.), cuidados agronômicos inadequados (ausência de preocupação com seleção de espécies mais adequadas), estes os males da cultura do algodão no Brasil. Há, entretanto, um conjunto de causas econômicas não menos importantes: "a começar pelo gravame do imposto de exportação, (...) o frete ferroviário, ausência de capitais e braços, a falta de vias de comunicação e a dificuldade na transferência da propriedade territorial em virtude da taxa elevada nos impostos de transmissão intervivos (...) uma

5 - CARVALHO, Daniel. O algodão. op. cit., p.34.

6 - STEIN, Stanley. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979. p.57.

causa geral da insuficiência da nossa produção a falta de conhecimentos profissionais".[7]

Mas é sobretudo no exame das relações de produção e comercialização que transparece "o verdadeiro nó" da cultura do algodão: a dominação exercida pelo capital mercantil. A figura hegemônica do intermediário, ele próprio, por vezes, usineiro, impondo condições monopsonistas aos produtores, cobrando renda pelo beneficiamento, etc.

Até a exportação o algodão passa pelas seguintes fases:

1) do produtor ao maquinista ou usineiro; 2) do maquinista ao intermediário; 3) do intermediário ao exportador; 4) do exportador aos centros consumidores.

Diz Hunnicutt: "o usineiro é, às vezes, o financiador da produção, mediante a condição do lavrador lhe destinar as suas safras. Os juros decorrentes desse financiamento variam dessa simples condição às mais onerosas taxas. Os preços do algodão em caroço para cobertura desses adiantamentos são combinados por antecipação ou no momento da entrega da mercadoria. Neste último caso, prevalecerá o preço do dia verificado no mercado e naquele, o preço previamente estabelecido, deduzidas as diferenças exigidas para a concessão do financiamento".[8] Esse processo define quase que classicamente a hegemonia, ainda presente em certas regiões, do capital mercantil sobre a agricultura no Brasil.

Daniel de Carvalho assim se refere a esse processo: "Outro aspecto da produção algodoeira do Norte (de Minas) é a exploração do intermediário. O povo é pobre e ignorante, vende seu produto pelos preços que lhe oferecem jungido pela necessidade e sem meios de verificar se são razoáveis ou não. Os intermediários fazem grande fortuna adquirindo algodão por preços irrisórios em moeda ou, o que é pior, em troca de mercadorias (em trança). Auferem assim um lucro duplo, enquanto o pobre caipira continua resignadamente a penosa vida rural, sem instrução, sem justiça, sem estradas, preso aos senhores feudais do sertão pelo interesse fundamental do tema, labutando a existência inteira sem resultado e ainda com a pedra de indolente, com que o quinhoam, de muito, os nossos sociólogos de chás-dançantes e mesas de confeitaria".[9]

---

7 - CARVALHO, Daniel. O Algodão. op. cit., p.46-7.

8 - HUNNICUTT, Benjamin. Algodão. Cultivo e commércio. São Paulo, 1936. p.197.

9 - CARVALHO, Daniel. Notícia Histórica. P.46.

Esta constatação-denúncia, em tom veemente e indignado, não desemboca, entretanto, numa análise que aponte esta estrutura de comercialização, a hegemonia do capital mercantil, como a raiz principal da agonia da economia algodoeira no Brasil. Daniel de Carvalho concluirá seu estudo propondo medidas de caráter agronômico-técnicas como as soluções para a crise da economia algodoeira: seleção de sementes, ensino de tecnologia adequada para o cultivo do algodão, organização da defesa agrícola contra lagartas, formigas, etc. e, curiosamente, propõe favores especiais aos descaroçadores, para que introduzam prensas aperfeiçoadas, ou seja, incentivo ao capital mercantil que é que controla essas atividades.[10]

Essa a realidade da economia do algodão em Minas Gerais, nos Estados nordestinos, a presença asfixiante do capital mercantil, impondo preços, monopolizando a comercialização, impedindo a capitalização dos produtores que, presos, endividados junto aos comerciantes usineiros se submeterão à sangria permanente, subordinados compulsoriamente à pressão do capital mercantil.

Isso implica em manter a cultura do algodão sem condições de se modernizar, de se capitalizar, posto que campo de exploração do capital mercantil que se apropria de lucros extraordinários, à sombra da miséria e precariedade da pequena agricultura do algodão.

3 - O ESTADO E OS INDUSTRIAIS

Menos famoso que o de 1785, o Alvará de 28 de abril de 1809, baixado por D. João VI, tem importância apreciável na gênese da industrialização brasileira, porque foi expressão de ação deliberada do governo no sentido da industrialização. O Alvará de 1809 estabelece a isenção de impostos para as fábricas que fossem instaladas, isenção de impostos para matérias-primas importadas; isenção de impostos de exportação; a utilização de artigos nacionais no fardamento das tropas reais; privilégios exclusivos, por 14 anos, para aqueles que inventassem ou introduzissem máquinas novas e sessenta mil cruzados a todos os manufatureiros que precisassem de auxílio (para a produção de lã, seda, ferro e aço).[11]

A motivação industrializante, entretanto, não foi suficiente para implantar a indústria no Brasil. Preso aos compromissos, submetido à

---

10 - CARVALHO, Daniel. Notícia Histórica. p.48.

11 - VAZ, Alisson Mascarenhas. op. cit., p.101-2.

pressão inglesa, o Regente firmará, com a Inglaterra, o famoso Tratado de Comércio de 19 de fevereiro de 1810 que, ao estabelecer privilégios aduaneiros à Inglaterra, tornou inócuo o Alvará de 1809.

Tomada de liberalismo suicida, a política do governo brasileiro será, até 1844, de não-intervenção no sentido da industrialização. Exceção a isso é a ação do governador da capitania de Minas Gerais, em 1813, Conde de Palma, que consegue junto ao governo central o envio de um mestre fabricante de tecidos, com a finalidade de ensinar o uso e a instalação de teares, para impulsionar a indústria têxtil em Minas Gerais, através da atração de capitais para o estabelecimento de fábricas na capitania.[12]

Durante o período imperial não se tem notícia de qualquer outra iniciativa do governo central ou provincial, no que diz respeito ao desenvolvimento da indústria têxtil em Minas Gerais.[13]

Com o advento da República, ressurge disposição interventora do Estado na questão da industrialização. Instrumentos importantes no estabelecimento desta política foram os Contratos Industriais, firmados entre o governo do Estado de Minas Gerais e as empresas que aqui desejavam se instalar.

O exame dos contratos, vis-à-vis a realidade dos fatos, revela de imediato um aspecto-chave da questão: a freqüente inadimplência dos contratantes privados no cumprimento dos acordos que faziam com o Estado.

Os contratos previam, mediante a instalação de empresas industriais no Estado de Minas Gerais, uma série de incentivos e vantagens que o Estado concederia: isenções fiscais, reduções de fretes, reserva de mercado, juros subsidiados, terrenos, um conjunto de medidas que, por sua abrangência, nada ficam a dever aos atuais incentivos industriais.

Incentivou-se, contratou-se muito, com empresas e ramos diversos: fábricas de bebidas (vinho), de vidros, engenhos de açúcar, álcool, salsicharias, fábricas de banha de porco, laticínios, beneficiamento de cereais, de café, fábrica de papel, de artefatos de borracha, curtumes, águas medicinais, enxofre, metalúrgicas, tijolos refratários, frigoríficos, exploração de ouro e diamantes, exploração de águas minerais.[14]

---

12 - VAZ, Alisson Mascarenhas. op. cit., p.102.

13 - IGLÉSIAS, Francisco. Política econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). Rio de Janeiro, INL, 1958.

14 - CÓDICE: Registro de Contratos Industriais (1890-1911). Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.

Há aspecto desses contratos que vai nos interessar de perto. Trata-se da questão dos incentivos à indústria têxtil. Dos contratos firmados entre 1890 e 1891, existem vários que visam incentivos à implantação da indústria têxtil em Minas Gerais, mas nenhum destes contratos diz respeito à indústria têxtil de algodão.

Há contratos que incentivam a implantação da fiação e tecelagem de linho (Barbacena), fiação e tecelagem de seda (Ouro Preto), tecelagem de lã (Barbacena), tecelagem de lã (Rio Preto), tecidos de lã (Ouro Preto). Há incentivos para importação de equipamentos, de matéria-prima, para o desenvolvimento da ovinocultura, da sericicultura. Nenhuma palavra sobre a indústria têxtil de algodão, posto que parece ser intenção desses contratos incentivar indústrias que tivessem dificuldades em se implantar no território mineiro, ou que se considerassem prioritárias. Isto também explica a quase ausência de contratos (há apenas um para instalar usina siderúrgica em Ouro Preto) para incentivar a siderurgia em Minas Gerais.

Do lado dos empresários, dos industriais mineiros há um programa sistemático de reivindicações. Na verdade, tal programa pode ser resumido num único item: a reclamação contra a carga fiscal.

Em toda oportunidade, a burguesia industrial, principalmente aquela ligada à indústria têxtil, fez ouvir sua pregação antifisco. Em duas ocasiões importantes é possível ouvir claramente esses reclamos: no Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, realizado em 1903, e no Congresso das Municipalidades Mineiras, realizado em 1923.

Estes dois eventos são significativas manifestações do fundamental da ideologia das elites mineiras: de sua burguesia industrial, de seus grandes proprietários rurais, de seus políticos, de seus governantes. Nos dois Congressos é nítida a preocupação central com as questões econômicas. Pode-se dizer mesmo que a economia mineira, sua crise, suas dificuldades são os móveis centrais daqueles dois acontecimentos.

No Congresso de 1903, a Comissão fundamental do Congresso formulou um conjunto de quesitos que tentavam abarcar o conjunto dos problemas sentidos pela economia mineira. Tais quesitos foram submetidos a comissões especiais e, em alguns casos, a especialistas que produziram pareceres básicos que serviram para informar as discussões e deliberações do Congresso. No caso específico da indústria de tecidos, o quesito foi respondido pelo industrial Francisco Mascarenhas: "Quais as necessidades das indústrias manufatureiras existentes, especialmente as das indústrias de tecidos"?

A resposta de Francisco Mascarenhas não deixa dúvidas quanto ao centro do que ele entende ser a principal dificuldade da indústria manu-

fatureira em Minas: "A indústria de fiação e tecidos, um dos grandes fatores do engrandecimento do Estado, continua sob a pressão de uma crise interminável, cujas conseqüências a ninguém é dado provar, crise essa oriunda dos exagerados e iníquos impostos federais, estaduais e municipais sobre ela sobrecarregados ou avassalando o país".[15]

O restante da exposição de Mascarenhas será uma variação em torno desse tema: reduzir o imposto sobre os equipamentos importados para as indústrias têxteis, redução do imposto de consumo sobre tecidos; os pesa dos fretes e carretos das matérias-primas; supressão do imposto de 2,5% sobre os dividendos das companhias anônimas e bancos nacionais; supressão de impostos interestaduais e intermunicipais.[16]

É oportuno relembrar aqui que muitas dessas medidas foram implementadas no caso dos contratos industriais firmados pelo Estado; entretanto, em nenhum dos casos se incentivou a indústria têxtil de algodão, centrando-se a ação do governo em estabelecer incentivo para outras indústrias têxteis como a de lã, seda e linho.

O outro lado das reivindicações de Francisco Mascarenhas tem caráter protecionista: elevação máxima do imposto de alfândega sobre os fios estrangeiros importados, com necessidade de instalação de fábricas de fiação e tecelagem que reduzissem a necessidade de importação do produto estrangeiro. Finalmente, dá destaque para a questão da formação profissional, propondo a tradução para o português de pequenos tratados práticos ingleses sobre cálculos de fiação e tecelagem que fossem distribuídos entre os operários; propõe, ainda, o restabelecimento das escolas públicas nas fábricas.[17]

As teses aprovadas no Congresso das Municipalidades Mineiras, realizado em Belo Horizonte, em 1923, insistirão também no problema fiscal, como entrave ao desenvolvimento industrial.

À pergunta: "Quais os meios ao alcance das municipalidades para animar o estabelecimento de indústrias nos respectivos municípios"? respondeu-se, através de tese aprovada pelo Congresso: "isentar de impostos, por prazo razoável, toda a indústria nova que se estabeleça no município, fornecendo-lhe força motriz gratuitamente ou por preço reduzido,

---

15 - Congresso Agrícola Comercial e Industrial de Minas Gerais em 1903. Revista da Fundação João Pinheiro, 2(5/6):153, mai/jun.1981.

16 - Congresso Agrícola, op. cit., p.153-4.

17 - Ibid, p.154.

de acordo com a energia a ser consumida, nos primeiros anos, quando a exploração dessa força for feita diretamente pelo município, o qual deve estabelecer esta condição nos contratos que vier a celebrar com empresas de eletricidade".[18]

Além dessa tese aprovada, é conclusão da comissão do Congresso que estudou a questão do comércio e indústria "conceder gratuitamente, com reversão ao município no caso de indústria, o terreno necessário para montagens do estabelecimento".[19]

Ainda sobre a questão dos impostos, é útil buscar o testemunho de Daniel de Carvalho: "(...) em Minas conhecemos apenas a produção tributada no ato de exportação. (...) Até hoje, toda a produção que não sai do Estado e é consumida dentro da fronteira deste vasto território, povoado, seguramente, por cerca de cinco milhões de habitantes é quantidade de somenos valia, é zero nos quadros oficiais da vossa vida econômica.

Parece-me que seria mais crucial e proveitosa uma diminuição efetiva nos impostos e cobrá-los com igual vigor em todos os municípios, tomando por base a realidade concreta, o valor exato em cada um deles e deixando de lado a metafísica do valor oficial".[20]

A colocação de Daniel de Carvalho oferece oportunidade de examinar em mais profundidade a questão fiscal mineira. Ressalta da colocação: 1) que os impostos só recaem sobre o produto exportado; 2) que, mesmo nesse caso, o valor do produto sob o qual recai o imposto é irreal; metafísico, segundo Daniel de Carvalho, o valor oficial; 3) disso, não é ilegítimo supor que a capacidade de arrecadação do Estado fosse precária e os impostos realmente pequenos. Ainda assim a grito, a reclamação, o protesto contra o gravame dos impostos.

Será tal rebeldia fiscal uma reminiscência atávica dos mineiros espoliados pelo fisco colonial? Um traço, uma idiossincrasia mineira semelhante à sua desconfiança e folclórica avareza?

Estes traços descritos acima compõem uma caricatura da fisionomia cultural mineira. Se adicionarmos a isso a falta de espírito empresarial, teremos o mineiro da anedota e do folclore.

---

18 - Congresso das Municipalidades Mineiras. Belo Horizonte, 1923. Annaes... Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924. p.529.

19 - Ibid, p.529.

20 - CARVALHO, Daniel de. Notícia Histórica, op. cit., p.42 e seg.

A psicologia coletiva dos habitantes das Minas Gerais é tema que extravasa este ensaio; entretanto, vale a pena registrar que o discurso das elites mineiras, de sua burguesia, revela aspectos que nada têm de retrógrados ou conservadores, sendo expressão de perfeita consciência do papel do Estado no processo de dominação capitalista, tais como: um sentido de organização classista, a atribuição e cobrança da participação do Estado no incentivo às atividades econômicas, a consciência da necessidade de se planejar o desenvolvimento econômico do Estado.

4 - O NÓ DA INDÚSTRIA TÊXTIL MINEIRA

A industrialização brasileira nas primeiras décadas do século foi a industrialização dos bens não-duráveis de consumo: bebidas, alimentos, calçados, tecidos... Nesse processo, resulta hegemônica a indústria de tecidos que, em 1920, respondeu por 29,6% do total do valor adicionado industrial brasileiro.

TABELA 5

BRASIL: ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1919-1939

(Em Percentagem do Valor Adicionado Total)

	1919	1939
Indústria de transformação	100,0	100,0
Minerais não-metálicos	5,7	5,2
Metalúrgica	4,4	7,6
Mecânica	0,1	3,8
Material elétrico e de comunicações	0,0	1,2
Material de transporte	2,1	0,6
Madeira	4,8	3,2
Mobiliário	2,1	2,1
Papel e papelão	1,3	1,5
Borracha	0,1	0,7
Couros e Peles	1,9	1,7
Química	1,7	-
Produtos farmacêuticos e medicinais	1,2	9,8
Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,7	-
Têxtil	29,6	22,2
Vestuário e calçados	8,7	4,9
Produtos alimentares	20,6	24,2
Bebidas	5,6	4,4
Fumo	5,5	2,3
Editorial e gráfica	0,4	3,6
Diversas	3,5	1,0

FONTE: Dados brutos dos Censos Industriais de 1920 e 1940. Transcrito de VILLELA, Annibal e SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. Rio de Janeiro, 1973 (IPEA/INPES, monografia, 10). p.421.

Esta forte presença da indústria de tecidos reflete o quadro típico das economias do Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais. No censo de 1907, a participação da indústria têxtil no conjunto da indústria do Distrito Federal é a seguinte: 45,4% do total do capital industrial, 19,6% do valor da produção industrial e 29,5% do emprego industrial. Para São Paulo são os seguintes os números da participação da indústria têxtil: 42,3% do total do capital industrial, 38,0% do total do valor da produção industrial e 40,3% do emprego industrial.

Para Minas Gerais, em 1907, é a seguinte a participação da indústria têxtil no conjunto do setor industrial mineiro: 62,9% do total do capital industrial, 40,2% do valor da produção industrial e 50,0% do total do emprego industrial.

TABELA 6

Minas Gerais: Estrutura Setorial da Indústria Manufatureira em 1907

Setores	Nº de Estab.	Capital (contos)	%	Produção (contos)	%	Operários	%
Alimentos e bebidas ..	270	5.094,6	18,9	10.384,5	32,6	1.631	17,3
Fumo	10	212,8	0,7	694,2	2,1	268	2,8
Têxteis	36	16.884,3	62,9	12.807,1	40,2	4.702	50,0
Vestuário e calçados..	3	92,0	*	310,0	1,0	113	1,2
Madeira e seus prod. .	13	217,0	0,8	456,0	1,4	72	0,7
Papel e papelão	-	-	-	-	-	-	-
Gráf. e editorial	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo e deriv.	-	-	-	-	-	-	-
Art. de Borracha	-	-	-	-	-	-	-
Art. de Couro	30	1.203,0	4,4	2.205,9	6,9	981	10,4
Mat. de const.	100	1.716,5	6,4	1.928,8	6,0	915	10,0
Mat. transporte	4	17,0	*	45,3	0,1	15	0,1
Vidro	-	-	-	-	-	-	-
Metal. e máquinas	32	984,0	3,6	1.940,2	6,1	503	5,3
Prod. químicos	14	338,5	1,2	957,1	3,0	89	0,9
Diversos	17	60,6	*	120,3	0,4	86	0,9
Total	529	26.820,3	100,0	31.879,4	100,0	9.405	100,0

(-) Setor inexistente, (*) valor menor que 0,1%.

FONTE: O Brasil, suas riquezas..., resumo dos dados para MG, p.60, vol.III.

Observações: V. correção à p.142 do vol.III
(transcrito em LIMA, João Heraldo. op. cit., p.82).

Os dados referentes a 1920 refletem significativas alterações no que tange aos itens que estamos destacando. A participação da indústria mineira se reduzirá no tocante ao conjunto do capital industrial, passando a registrar 42,4% daquele total e 29,7% do valor da produção indus

trial. Com relação ao emprego industrial, há elevação da participação da indústria têxtil que registrará 51,3% daquele total.

TABELA 7

MINAS GERAIS, 1920: ESTRUTURA SETORIAL DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

Setores	Nº de Estab.	Capital (contos)	%	Produção (contos)	%	Operários	%
Alimentos, bebidas e fumo	541	31.782	35,4	88.613	51,6	3.936	21,2
Têxtil	77	39.002	43,4	51.150	29,7	9.519	51,3
Vestuário e calçados.	144	2.001	2,2	4.483	2,6	785	4,2
Madeira e seus produtos	71	3.946	4,4	7.269	4,2	915	4,9
Art. de Couro	97	4.372	4,8	6.681	3,8	518	2,8
Material de construção	26	1.196	1,3	1.853	1,1	322	1,7
Material de transporte	67	363	0,4	1.205	0,7	287	1,5
Met. e máquinas	76	3.217	3,5	3.874	2,2	843	4,5
Produtos químicos ...	30	685	0,7	2.266	1,3	132	0,7
Cerâmica	141	3.155	3,5	4.630	2,7	1.258	6,8
Diversos	3	49	*	31	*	7	*
Total	1.243	89.768	100,0	172.055	100,0	18.522	100,0

(*) Valor menor que 0,1%.
FONTE: Recenseamento do Brasil, 1920, vol.V, 1ª parte, p.441.
(transcrito de LIMA, João Heraldo, op. cit., p.91.

Essa redução na participação da indústria têxtil mineira veio ao mesmo tempo "et pour cause" uma elevação da participação das indústrias de alimentos, bebidas, vestuário e calçados que tiveram suas participações aumentadas no período.

Se considerarmos o ano de 1927, ainda mais acentuada se mostrará a queda da participação da indústria têxtil mineira no conjunto da indústria do Estado. O valor da produção industrial de Minas Gerais em 1927 foi de 662.941:081$000, sendo o valor da produção têxtil 86.777:313$000, cerca de 31% daquele total. Em 1928, o valor da produção industrial de Minas Gerais foi de 883.597:306$000, enquanto a produção de tecidos alcan-

çou 86.311:946$000, 9,6% do total da produção industrial do Estado.[21]

Há, então, perda de posição da indústria têxtil mineira. Entretanto, tal perda deve ser considerada como apenas relativa. Se considerarmos que o número de teares industriais existentes em Minas em 1905 é de 2295 e que tal número passa a 7662 em 1927, que o número de fusos no mesmo período passa de 45.382 para 237.282, que o número de operários, também para o mesmo período, passa de 3.098 para 14.232, correspondendo a acréscimos percentuais de 333%, 522% e 459%, respectivamente, veremos que não há redução absoluta da importância da indústria têxtil mineira, senão que ela perde posição relativa com o crescimento de outras indústrias no Estado.

Se, entretanto, cotejarmos o desempenho histórico da indústria têxtil mineira com o da indústria têxtil paulista revelar-se-á a enorme distância que se produziu entre a poderosa indústria de tecidos paulista e a incipiente indústria de tecidos mineira.

Também entre 1905 e 1927, a indústria têxtil paulista apresentará os seguintes acréscimos percentuais: o número de teares crescerá 636%, o de fusos 723% e o de operários em 696%.

É possível dar um passo adiante na qualificação dos traços distintivos das duas indústrias têxteis, a mineira e a paulista. Um primeiro aspecto dessas diferenças entre as duas indústrias é o relativo à concentração de capital por unidade produtiva: enquanto, na indústria têxtil paulista, a média de capital por estabelecimento é 905,4 contos, em Minas Gerais a média é 506,5 contos. Também no tocante à média de trabalhadores por estabelecimento avulta a diferença: a média em 1920, em Minas Gerais, é de 123 contos, enquanto que, em São Paulo, a média é 140 contos. Se, entretanto, articularmos esta média com as médias de produção por estabelecimentos, destaca-se o traço mais importante das desigualdades entre Minas e São Paulo: a extraordinária diferença dos níveis de produtividade do trabalho entre as duas indústrias; enquanto que a média da produção por estabelecimento em São Paulo é de 1.224 contos, em Minas Gerais esta média não passa de 664 contos.[22] Eis a questão.

---

21 - Relatórios da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais: 1928/29, p.52-3 e 1929/30, p.42.

22 - Dados calculados a partir das tabelas 10 e 12, p.91 e 92 de LIMA, João Heraldo, op. cit.

TABELA 8

NÚMERO DE FÁBRICAS DE TECIDOS DE ALGODÃO, NÚMERO DE TEARES, NÚMERO DE FUSOS E NÚMERO DE OPERÁRIOS MINAS GERAIS, SÃO PAULO E BRASIL - 1885, 1905, 1915, 1920, 1928 e 1932

Anos	Nº de Fábricas			%		Nº de Teares			%		Nº de Fusos			%		Nº de Operários			%	
	MG	SP	BR	SP/MG	MG/Br	MG	SP	Br	MG/SP	MG/Br	MG	SP	Br	MG/SP	MG/Br	MG	SP	Br	MG/SP	MG/Br
1885	13	13	48	100	27	767	-	2.111	-	36	16.772	12.000	66.466	71,5*	25	1.807	1.670	-	92,4*	-
1905	30	18	110	60	27	2.295	3.907	26.240	58	8	45.382	110.996	734.928	40	6	3.098	6.269	39.159	49	8
1915	53	51	240	96	22	4.321	12.743	51.134	34	8	131.486	378.138	1.512.626	35	9	9.028	18.338	82.257	49	11
1920	60	55	242	92	25	5.800	14.700	59.208	39	10	130.000	415.900	1.521.300	31	8	18.000	25.000	108.960	72	16
1928	-	82	347	-	-	-	22.823	78.910	-	-	-	730.844	2.620.471	-	-	-	43.059	123.521	-	-
1932	-	112	355	-	-	-	24.861	83.312	-	-	-	803.509	2.695.639	-	-	-	37.386	115.550	-	-

FONTE: CARVALHO, Daniel. Notícia histórica, op. cit., dados referentes a 1885 para Minas Gerais; PESTANA, Paulo R. A expansão econômica de São Paulo num século (1822-1922), p.28, dados referentes a 1885 para São Paulo; STEIN, Stanley J. Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850/1950, p.111 e 112; VILLELA, Annibal V. e SUZIGAN, Política do Governo e Crescimento, op. cit., p.350; CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, p.292.

* Neste caso a relação é invertida, significando a percentagem da indústria paulista com relação à indústria mineira.

OBS.: Há discrepância entre os valores obtidos por Stein e Pestana no referente à indústria têxtil de algodão de São Paulo. Adotamos, quando discrepantes, os dados de Stein.

TABELA 9

VALOR DO CAPITAL, VALOR DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TECIDOS DE ALGODÃO MINAS GERAIS, SÃO PAULO, BRASIL - (VALORES EM CONTOS DE RÉIS)

1885, 1900, 1905, 1915, 1920, 1928 e 1932

	Valor do Capital			%		Valor da Produção			%	
	MG	SP	Br	MG/SP	MG/Br	MG	SP	Br	MG/SP	MG/Br
1885	3.100:000$	4.425:000$	-	70	-	1.700:000$	4.600:000$	-	37	-
1900	8.532:500$	22.681:000$	-	37	-	-	17.616:000$	-	-	-
1905	11.964:519$ (1)	27.578:290$	165.440:000$	43	7	-	19.700:000$ (4)	-	-	-
1915	25.145:000$	81.455:421$	321.111:000$	31	8	23.500:000$	59.000:000$ (4)	261.183:000$	40	9
1920	39.002:000$ (2)	106.188:000$	337.700:000$	37	11	51.150:000 (2)	308.200:000$ (4)	442.000:000$	17	11
1928	-	-	669.912:000$	-	-	86.777:313 (3)	382.300:000$ (4)	929.308:000$	23	9
1932	-	248.600:000$ (4)	669.794:000$	-	-	-	245.000:000$ (4)	911.926:000$	-	-

FONTES: As mesmas da Tabela 8.

(1) Dado conseguido a partir dos dados brutos constantes de HU, Charles. Le Brésil. Paris, 1927, p.356.

(2) LIMA, João Heraldo. op. cit., p.91; inclui toda a indústria têxtil.

(3) Dado conseguido no Relatório da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais 1928-1929; inclui toda a indústria têxtil.

(4) Dado extraído de CANO, Wilson. op. cit., p.292.

Como entender tão pronunciada defasagem? Como entender as razões que levaram à rápida ascensão da indústria têxtil paulista, sua transformação em grande indústria capitalista?

Talvez seja adequado começar a discutir pelos elementos que inibiram a "arrancada" da indústria têxtil mineira, o nó que lhe impediu tornar-se grande indústria moderna, capaz de gerar ganhos de produtividade, etc.

Há um conjunto de fatores que são sempre levantados quando se trata de diagnosticar a situação da indústria têxtil mineira durante o Século XIX até 1930.

Em relatório de 1871, o então Governador da Província de Minas Gerais, Affonso de Carvalho, apresenta diagnóstico da crise da indústria têxtil mineira em que aponta a estreiteza do mercado, a deficiência da matéria-prima e a falta de pessoal idôneo como as razões fundamentais para o fracasso da fábrica de tecidos Cana do Reino, instalada em Conceição do Serro, em 1850.[23]

A estes fatores é comum juntar-se a falta de capitais e a precariedade da estrutura de transportes como igualmente elementos bloqueadores da indústria têxtil em Minas; mais tarde haverá forte denúncia contra o que se considerava a abusiva carga fiscal que pesava sobre a indústria têxtil mineira.

Numa listagem que não pretende ser sistemática ou exaustiva, apresentamos, a seguir, alguns dos elementos que tradicionalmente têm sido invocados e que, certamente, são procedentes, como limitadores da indústria mineira, da indústria têxtil em particular, durante o período da República Velha: a) inadequada estrutura de transportes; b) pesado sistema tributário; c) ausência de estrutura de comercialização capaz de articular as atividades econômicas mineiras; d) matéria-prima (algodão) de má qualidade e precária estrutura de beneficiamento; e) falta de pessoal técnico qualificado; f) baixa entrada de imigrantes e lentidão na introdução de relações de trabalho assalariado.[24]

Gostaria de destacar, aqui, aspecto de natureza mais ampla, quase um marco histórico-estrutural que parece decisivo na explicação da não

---

23 - VAZ, Alisson Mascarenhas. op. cit., p.104.

24 - Dentre outros, é preciso destacar o trabalho de DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, tese de mestrado, Belo Horizonte, 1978, como importante contribuição na aferição das razões do "atraso" mineiro.

realização de uma grande indústria de tecidos em Minas Gerais durante a República Velha: trata-se da questão que chamarei a ausência de uma "acumulação primitiva" de capital em Minas Gerais; sobre a importância da "acumulação primitiva" de capital na gênese do capitalismo não me deterei aqui, indicando o texto clássico de Marx em seu O Capital. Entretanto, é oportuno salientar que aquele processo, acumulação primitiva, tem dois fundamentais aspectos:

1) expropriação dos produtores diretos, dos camponeses, e a conseqüente formação de uma classe despossuída, que só tem a própria força de trabalho como propriedade;

2) acumulação prévia de haveres monetários, de riqueza, base de capital-dinheiro que será utilizado na expansão capitalista.

A partir dessa questão maior, destaco, também, a presença hegemônica do capital mercantil na agricultura algodoeira, na estrutura de beneficiamento do algodão e a sobrevivência, subordinada por certo ao capital mercantil, de uma atomizada e interiorizada indústria domiciliar de tecidos, como elementos decisivos na problemática de não-industrialização mineira.

A ausência da "acumulação primitiva" do capital e a hegemonia do capital mercantil se expressam em duas fundamentais questões:

1) pela presença de uma extensa massa de "homens livres", pobres, que não foram proletarizados, que têm de alguma forma acesso à terra, que, portanto, podem sobreviver, tanto no campo quanto na cidade, de forma autônoma, sem se sujeitarem ao regime do salariato, ao regime capitalista de produção;

2) pela presença e resistência de uma extensa, pulverizada e desconcentrada (atomizada) indústria têxtil domiciliar, com baixíssimos níveis de produtividade, produzindo fundamentalmente para a auto-subsistência, sem incorporar trabalho assalariado.

Ou seja, sobreviver, em Minas Gerais, durante todo o Século XIX e primeiras décadas deste século, uma ampla rede produtiva, interiorizada, de pequenas unidades domésticas, funcionando com baixíssimos índices de produtividade, produzindo fundamentalmente para a auto-subsistência à base de trabalho familiar, mas que é ampla o suficiente para produzir excedentes que foram exportados em quantidades não desprezíveis (Tabelas 1 e 2).

Esta indústria fragmentada, pulverizada, tem no capital mercantil seu elemento principal. É ele que financia a produção de algodão, é

ele que beneficia o algodão,[25] e controla a comercialização dos tecidos tanto interna quanto externamente. A presença hegemônica do capital mercantil naquela economia algodoeira significa, sobretudo, colocar poderosos entraves tanto à agricultura, quanto à indústria domiciliar, na medida em que o exercício de poder quase monopsonista, de único fornecedor de crédito, dá ao capital mercantil condições de impor preços e condições que penalizam aquela economia, impedem-na de se capitalizar, ao mesmo tempo que a sustenta.

Esta a questão. A alteração do capital mercantil na economia do algodão tem duas importantes implicações: por um lado, mantêm a economia do algodão em Minas em níveis precários, descompatibilizado e ineficiente; por outro lado, consegue, a partir dessa incipiente base produtiva artesanal, dominar o amplo mercado regional e mesmo exportar tecidos e algodão beneficiado.

Esta atuação do capital na economia do algodão que ele articula e controla significa vários bloqueios à construção da grande indústria têxtil em Minas Gerais:

a) pelo controle que o capital mercantil exerce sobre a produção de algodão, sobre a estrutura de beneficiamento e de comercialização;

b) pelo entrave à modernização da indústria que ele implica, posto que impedindo a sua capitalização pelo exercício de pesadas condições monopolistas;

c) pelo controle que ele exerce sobre a comercialização do produto.

É claro que tais condições não são irremovíveis, mas implicam, para que se as separe, a entrada efetiva do capital industrial no setor de produção de tecidos. Ou seja, significa a constituição de um novo processo produtivo comandado pelo capital industrial, a partir de grandes e modernas unidades produtivas, utilizando-se o trabalho assalariado, e tendo na incorporação de tecnologia e na busca do aumento da produtividade seus centros motores.

Uma implicação óbvia do que se colocou anteriormente é que a realização desse processo <u>industrializante</u> exige desenvolvimento de mecanismos de financiamento e de captação e centralização de capitais, ou seja,

---

25 - HUNNICUTT, Benjamin. op. cit. e CARVALHO, Daniel. <u>Notícia Histórica</u>.

o desenvolvimento do sistema bancário e financeiro, bem como ampliação e melhoria das condições de comercialização e transporte.[26]

Por outro lado, a não proletarização de extensa quantidade de homens que, não sendo proprietários de capital ou de terra, também não estão compulsoriamente condenados ao regime do trabalho assalariado, ou seja, a presença de homens que sobrevivem autonomamente, no campo e nas cidades, é elemento recorrente da queixa da burguesia mineira para explicar os problemas da indústria e agricultura mineiras.

No Congresso de 1903 lê-se: "Não constitui poderoso auxílio à agricultura e às indústrias a repressão à vadiagem"? A presença do ócio, dos vadios, da preguiça, da vagabundagem é dos motivos mais caros à burguesia mineira para explicar seus percalços. Veja-se o trecho dos anais do citado Congresso: "Não é conveniente o restabelecimento das colônias correcionais modeladas sobre bases que garantem seu perfeito funcionamento e os fins altamente humanitários que devem visar? (...) A falta de segurança individual e das propriedades, a escassez de braços para os trabalhos agrícolas e industriais, a alta de salários, a desorganização do serviço doméstico são males devidos, principalmente, à falta de leis reguladoras do trabalho e repressivas da vadiagem".[27]

É inevitável a lembrança do processo da acumulação primitiva tal como Marx a descreve. As colônias correcionais que a burguesia mineira exige, que não são senão parentes dos "workhouses" ingleses,[28] a exigência de legislação repressiva da vadiagem são saudades da "legislação sanguinária" que se abateu sobre a população expropriada da Europa a partir do Século XVI.

Eschwege, em seu Pluto Brasiliensis, indignado, fala da ausência de instrumentos capazes "de obrigar os homens ao cumprimento dos seus deveres e de torná-los perfeitamente submissos e obedientes".[29]

Esta queixa de Eschwege é parte de um discurso constante da burguesia mineira durante todo o Século XIX e início desse século. Em resposta a questionário da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, de 1892, vemos, nas respostas das autoridades municipais que responderam

---

26 - DINIZ, op. cit., cap.4.

27 - Congresso... 1903, op. cit., p.162.

28 - Sobre isso ver HECKSHER, Eli. La Epoca Mercantilista. México, Fondo de Cultura Económica, 1943 p.211.

29 - ESCHWEGE, W.L. Pluto Brasiliensis. São Paulo, USP/Itatiaia, 1979. p.249.

ao questionário, repetirem-se afirmações sobre o mal da vadiagem, como este mal afeta os salários, obrigando os proprietários a suportarem os caprichos e exigências dos trabalhadores. Exemplo nesse sentido é a resposta do Conselho Distrital de São João Nepomuceno. À pergunta: "Há abundância de trabalhadores"? respondem: "Nenhuma, posto que se encontre grande número de indivíduos vadios, entregues ao ócio e à vagabundagem".[30]

Por detrás do discurso preconceituoso, há elemento fundamental. A resposta consegue apontar que o problema não é a falta de pessoas, de gente; essas existem em bom número, o que não existem são pessoas compulsoriamente obrigadas a se empregarem, a se assalariarem, ou seja, não existe é proletariado.

No mesmo Relatório, observa-se uma grande insistência das respostas em colocarem na imigração de estrangeiros uma das saídas para a indústria e agricultura mineiras.

A possibilidade da sobrevivência de uma extensa população sem se submeter ao salariato é o outro lado da moeda de uma estrutura, a economia mineira, que preservou, também, intactos, uma estrutura fundiária, formas de parceria e colonato, pequenas unidades produtivas atomizadas e interiorizadas.

Essa a realidade da economia mineira até a República Velha, a ausência de processo de constituição de relações de trabalho assalariado, a permanência de formas pré-capitalistas de produção no campo, a ausência de concentração de capital industrial.

Se cotejarmos tal realidade com a vivenciada pela economia paulista, avulta toda a diferença. Em São Paulo, o processo da expansão cafeeira significou num mesmo e complexo movimento: a) concentração fundiária e conseqüente expropriação dos pequenos produtores agrícolas; b) isso resultou num fechamento ao acesso à terra que se torna mercadoria, concentrada nas mãos dos grandes proprietários; c) maciça imigração estrangeira, o que cria as condições para o surgimento do proletariado em São Paulo, do trabalho assalariado.[31]

A expansão cafeeira é processo em que se combinam vários elementos determinantes da gênese capitalista: montagem da infra-estrutura (ferrovias); desenvolvimento de uma infra-estrutura de serviços urbanos

---

[30] - RELATÓRIO DA Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, 1893. p.12.

[31] - Sobre isso, ver SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

(energia elétrica, bondes, etc.); desenvolvimento de uma rede bancária. Mas, sobretudo, a expansão cafeeira é a realização do sentido mesmo da acumulação primitiva do capital: a) formação do proletariado, através da imigração e da concentração fundiária, o que limitaria as possibilidades de existência de um campesinato autônomo, e b) acumulação de haveres monetários, pré-requisito igualmente decisivo para a expansão propriamente capitalista.[32]

São tais condições que não se realizaram em Minas Gerais. Aqui prevaleceu a dominação do capital mercantil, uma pulverizada indústria domiciliar de tecidos, a não-proletarização, a não-generalização das formas de trabalho assalariado. Aí as razões da não-industrialização mineira até os anos 30.

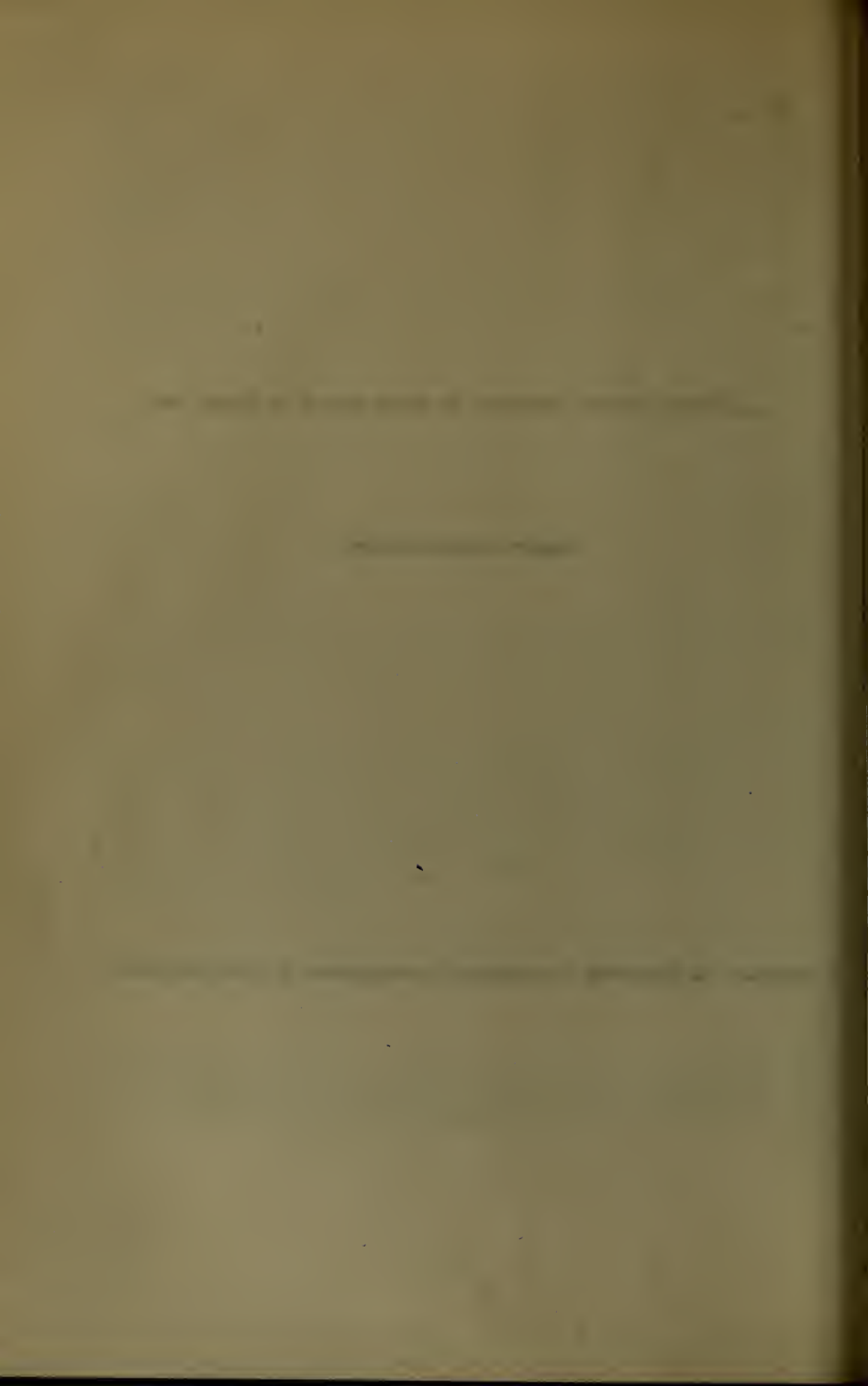
---

32 - Sobre isso ver DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973, cap.5.

A INDÚSTRIA TÊXTIL DOMÉSTICA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

ROBERTO BORGES MARTINS*

* Professor da FACE/UFMG e professor e pesquisador do CEDEPLAR/UFMG

A INDÚSTRIA TÊXTIL DOMÉSTICA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX *

No seu conhecido trabalho sobre a formação econômica do Brasil, Celso Furtado fez o seguinte comentário sobre a economia de Minas Gerais no período colonial:

> O desenvolvimento endógeno da região mineradora - isto é, aquele baseado no mercado dentro da própria região - foi praticamente inexistente. É fácil compreender que a mineração tinha absorvido todos os recursos disponíveis nos estágios iniciais. Entretanto não é tão fácil explicar porque mesmo as atividades manufatureiras de baixo nível não se desenvolveram quando foram estabelecidos os centros urbanos.

Em trabalhos anteriores já mostramos que a idéia de que o apogeu da mineração foi seguido de atrofia econômica generalizada em Minas carece de fundamento. A economia mineira, mesmo na fase ascendente do "ciclo do ouro" apresentou tendência à diversificação, tendência essa que foi muito acentuada quando sobreveio a crise da mineração. Essa diversificação atingiu tanto a produção agrícola quanto a atividade manufatureira, e se baseava principalmente no mercado interno da região.

Nesse artigo apresentamos um estudo exploratório da indústria têxtil doméstica que se desenvolveu em Minas e que certamente foi uma das atividades manufatureiras mais importantes do Brasil até a metade do Século XIX.

O Setor Algodoeiro

O cultivo do algodão em Minas é tão antigo como a própria colonização da região, tendo se iniciado no princípio do século dezoito.[1] Essa cultura cresceu ininterruptamente e na virada do século tinha se tornado muito disseminada.

Os primeiros viajantes estrangeiros mencionam o plantio em larga escala em Itabira, Queluz, Carandaí, além de São João del Rei e outras partes da Comarca do Rio das Mortes.[2] No vale do São Francisco era culti

---

* Versão preliminar de pesquisa em andamento. Não pode ser reproduzido sem autorização expressa do autor. A parte já concluída da pesquisa foi financiada com recursos da FINEP e da UFMG.

vado na vasta região de Abaeté até Pirapora e a foz do Rio das Velhas.[3] A principal área produtora era o termo de Minas Novas, nos vales do Jequitinhonha e do Arassuaí. Fanado, Água Suja, Peçanha, São Domingos, Chapada, Sucuriú, Bom Jardim e São Miguel eram todos produtores de porte.[4]

Existem evidências do emprego de escravos no algodão, mas esta era principalmente uma cultura camponesa. O investimento era mínimo e o trabalho requerido tão pouco que o algodão não interferia com o cultivo de alimentos para subsistência.

Em Minas Novas, Saint-Hilaire observou que "nada custa tão pouco ... como o plantio do algodão, e nada produz tão bem". Enquanto cultivava um alqueire de algodão um trabalhador poderia cuidar da mesma área plantada em milho e feijão.[5] O algodão era, por essas razões, perfeitamente adequado como um produto mercantil suplementar numa agricultura camponesa.

Mesmo no pico do boom algodoeiro, na região de Minas Novas o algodão era cultivado principalmente por colonos que tinham poucos ou nenhum escravo. Não havia plantadores ricos nessa área.[6] Em todo o termo, em 1812, não existiam mais de mil escravos, que representavam cerca de 4,1 por cento da população.[7]

Mais tarde Richard Burton observou que em Minas o algodão era uma "lavoura de pobre".[8] Nos anos setenta, James Wells anotou que uma das maiores fábricas da província recebia "o algodão bruto, entregue na porta pela gente da vizinhança, que o cultiva em pequenas roças no vizinho Vale do Rio das Velhas".[9]

No início do século dezenove Minas Gerais era um grande exportador de algodão. O produto da região de Minas Novas gozava de alta reputação, por sua qualidade, entre os importadores de Liverpool. Agentes das casas importadoras inglesas costumavam fazer a longa viagem do Rio de Janeiro a Minas Novas para comprar as colheitas in loco. O algodão era embrulhado em bruacas de couro e transportado por mulas até o Rio de Janeiro ou, numa proporção bem menor, por via fluvial, através do Jequitinhonha até a Bahia.

Nesse período Minas Novas era a principal região algodoeira do Sul do Brasil e fornecia a maior parte do algodão exportado pelo Rio de Janeiro. Esse produto era, de longe, o principal item da pauta de exportação mineira, de cujo valor representava 22 por cento em 1818-19.[10]

O boom da exportação de algodão foi muito efêmero: tendo começado, segundo Saint-Hilaire, em torno de 1808, pelo final dos anos vinte já estava inteiramente esgotado. As razões do declínio abrupto são bastante claras. O enorme crescimento da oferta norte-americana e, em me-

nor escala, da produção do Egito (a qual, por suas características técnicas competia mais diretamente com o produto brasileiro) deprimiu o preço internacional e colocou o algodão mineiro numa posição inframarginal. De quase 35 centavos de dólar por libra em 1818 o preço caiu para cerca de 11 centavos em 1825. Entre 1829 e 1831 permaneceu abaixo de 10 centavos por libra. Depois de breve recuperação nos anos trinta a tendência declinante retornou, com o preço atingindo 5 centavos por libra em 1842 e 1844. De 1845 a 1860 a libra de algodão oscilou entre 5 e 12 centavos de dólar.[11]

As províncias do Nordeste mantiveram o volume de suas exportações praticamente inalterado até a década de 1860, mas o algodão de Minas, pesadamente onerado pelos custos de transporte, foi inteiramente excluído do mercado internacional.[12] A explicação, sugerida por Luís Amaral, de que o declínio das exportações mineiras se deveu ao deslocamento do algodão pelo setor cafeeiro emergente nos anos 20, é inteiramente destituída de fundamento.[13]

O mercado internacional não foi a causa do surgimento do algodão em Minas, e a queda na exportação não significou o seu fim. Aparentemente a produção decaiu na área de Minas Novas, a principal região exportadora, mas a lavoura algodoeira sobreviveu e se espalhou para outras partes da província.

No meado dos anos 40 uma sinopse econômica de vinte e oito municípios registrou o cultivo do algodão em Bonfim, Queluz, Barbacena, Pitangui, Três Pontas, Aiuruoca, Jacuí, Caldas e Araxá.[14] Em 1851 Burmeister observou essa cultura em Pomba e Lagoa Santa.[15]

As exportações voltaram a crescer rapidamente nos anos 60, estimuladas pela "fome de algodão" que se abateu sobre o mercado internacional em virtude da Guerra de Secessão americana. Mas o segundo _boom_ foi curto e não teve o vigor do primeiro: no seu ponto máximo, em 1865-66, a província exportou apenas 679 toneladas. Já no início da década de 70 veio a decadência, que foi, mais uma vez, fulminante. A participação de Minas nas exportações brasileiras de algodão nesse período nunca chegou a atingir 2 por cento.

A exportação permaneceu insignificante até o final do século e Minas se tornou um importador de algodão quando se acelerou o desenvolvimento da indústria têxtil. O algodão entretanto continuou a ser cultivado. Nos anos 70 o vale do Rio das Velhas era uma região cotonífera importante. Em 1878, Pitangui, Tamanduá, Baependi, Bonfim, Santa Luzia, Alfenas, Três Pontas, Curvelo, Sacramento, Pará e Abaeté foram listados como produtores, bem como Arassuaí, Minas Novas e São João Batista em 1879. Quatro anos mais tarde Montes Claros, Grão Mogol, Rio Pardo e Salinas foram mencionados como áreas algodoeiras em documento oficial.[16]

TABELA 1

MINAS GERAIS: EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO,[1] 1818-1891

Ano	Quilos	Ano	Quilos
1818-19	1.379.910	1865-66	679.447
1820	1.056.105	1866-67	323.625
1823	1.485.000	1867-68	387.435
1827-28[2]	125.160	1868-69	399.090
1829	105.000	1869-70	532.575
1839-40	23.625	1870-71	455.460
1842-43	4.995	1871-72	508.590
1844-45	19.125	1872-73	210.480
1847-48	3.180	1873-74	107.100
1850-51	5.040	1874-75	73.910
1851-52	8.175	1875-76	35.310
1852-53	5.145	1876-77	15.047
1853-54	3.045	1877-78	12.524
1854-55	3.960	1878-79	3.450
1855-56	3.390	1879-80	4.562
1856-57	4.515	1880-81	16.482
1857-58	2.700	1881-82	5.076
1858-59	5.760	1882-83	1.175
1859-60	720	1888	504
1860-61	1.065	1889	1.227
1861-62	15.495	1890	765
1864-65	502.800	1891	750

FONTE: Martins, "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

NOTAS: 1 - Inclui "Algodão em rama" e "Algodão com caroço".
2 - Exportação para o Rio de Janeiro apenas.

A Indústria Têxtil Doméstica

Durante a maior parte do século dezenove quase todo o algodão produzido em Minas era manufaturado na própria província. O desenvolvimento fabril bem sucedido só começou no terceiro quartel do século, mas Minas tinha uma vasta indústria têxtil doméstica, cujas raízes remontam pelo menos à metade do século dezoito.

São escassas as informações sobre os primórdios dessa indústria, mas é certo que em 1775 ela já tinha crescido o bastante para preocupar a administração colonial portuguesa. Nesse ano o governador D. Antônio de Noronha manifestou o receio de que a capitania pudesse se tornar independente das manufaturas do Reino, tal o estado de desenvolvimento em que suas manufaturas se encontravam. Em seu relatório de transmissão do cargo a D. Luiz de Vasconcellos, em 1779, o Marquês de Lavradio insiste no tema, salientando

> a independência com que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares, nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si e à sua família e escravatura, fazendo panos e estopa e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã.[17]

O alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibiu a manufatura de tecidos na colônia, embora considerado como a quintessência da opressão metropolitana, parece ter afetado pouco a indústria têxtil mineira. Em primeiro lugar porque a proibição excetuava os teares "em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão que serviam para uso e vestuário dos negros, para enfardar e empacotar fazendas e para outras misteres semelhantes", que constituíam certamente o grosso da produção da capitania. Além disso a atividade têxtil em Minas era de tal forma pulverizada e dispersa que a execução do alvará era impraticável, fosse "pela brandura ou por violência", como recomendavam as instruções que o acompanhavam.

Tanto foi assim que três anos mais tarde Martinho de Mello e Castro voltou a condenar o desenvolvimento manufatureiro de Minas em sua instrução para o Visconde de Barbacena. E em 1802 o governador Pedro Maria Xavier de Athayde Mello recebeu ordem régia determinando "que procure evitar que nesta Capitania se faça uso de qualquer manufatura que não seja de Portugal, não consentindo que alguém se lhe apresente sem ser vestido de tecidos manufaturados no Reino ou em seus domínios da Ásia".[18]

No início do século dezenove a indústria têxtil doméstica estava em franca prosperidade. O algodão era fiado e tecido por toda parte na província, não só nas fazendas mas também no setor camponês e nas áreas urbanas, empregando um grande número de pessoas.[19]

Essa atividade era a base econômica de aldeias e vilas inteiras. "Quase todas as mulheres de Sucuriú fiam o algodão e na maioria das casas dessa aldeia são tecidos panos de algodão ... Os artigos mais finos são consumidos pela família e o restante é vendido", escreveu Saint-Hilaire no nordeste de Minas. Ainda nessa região ele observou que "o que sustenta a maioria dos habitantes de Água Suja e sua vizinhança é a manufatura de cobertores e panos grosseiros", e na Vila do Fanado notou que o povo era geralmente bem vestido porque "o pano de algodão é barato e um grande número de pessoas o fabrica em suas casas". Em Conceição, no centro de Minas, o mesmo autor registrou que "quase todo mundo fabrica pano de algodão, cobertores, colchas e toalhas, que são consumidos no local ou exportados para o Rio", o que já tinha sido observado anos antes por John Mawe.[20]

Na mesma época São João del Rei era o centro de uma área têxtil importante, segundo Mawe, Pohl e Luccock. Esse último autor anotou que nos arredores dessa cidade se fazia "uma grande quantidade de tecidos de algodão, à custa de matéria-prima nativa".[21] A manufatura doméstica foi observada ainda por esses viajantes em Barbacena, nas regiões de Itambé, de Patrocínio, na grande fazenda do Crasto, próxima a Piranga e na área de Vila Rica, considerada por Luccock "alguns passos à frente do restante de seus conterrâneos (o povo das províncias costeiras) no que tange à indústria", embora avaliasse a tecnologia empregada como extremamente rudimentar.[22]

Assim, mesmo durante o <u>boom</u> das exportações de algodão no início do século, a indústria doméstica prosperava e uma grande parte da produção algodoeira era manufaturada localmente. Parece que a competição do mercado internacional de algodão e a liberação do comércio colonial criaram alguns embaraços, como foi registrado por Luccock em sua visita ao estabelecimento do Padre Rodrigues, no Registro Velho. A tecelagem estava arruinada e o proprietário se queixava de que

> as matérias-primas de que precisava eram vendidas na capital com um aumento de trezentos por cento sobre o que dantes por elas pagava, com a importante vantagem para o produtor do pagamento à vista em vez de crédito por dez a doze meses. Os tecidos ingleses, por outro lado, começavam a assediar o país ... sendo oferecidos aqui a preço muito inferior ao dos gêneros cujo lugar pretendiam usurpar.[23]

Alguns anos mais tarde ainda se ouviam queixas contra a concorrência que o produto estrangeiro fazia à produção local de tecidos mais finos, mas se ressalvava que "a tecelagem do algodão grosso ainda está em bom pé e ocupa um grande número de braços", embora nessa área também se sentisse a pressão gerada "pela introdução dos canamaços e outros tecidos grossos estrangeiros" para sacaria.[24]

A queda do preço internacional do algodão e o declínio das exportações mineiras trouxeram novo estímulo para a manufatura local. Em 1836 um observador notou que "nas partes mais remotas da província de Minas não vale a pena coletar o algodão bruto para exportação ... sua transformação, portanto, em pano grosseiro para consumo doméstico e para exportação para a costa se torna quase uma questão de necessidade", comentando ainda que a "imensa quantidade" de algodão consumida no interior era "quase incrível".[25]

De qualquer modo a indústria parece ter se expandido pelo menos até o meado do século. O "Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da Província" aponta doze dos 28 municípios incluídos como produtores de têxteis, entre eles alguns não mencionados por fontes anteriores.[26] Além disso, embora a maior parte da produção fosse constituída de pano grosseiro, usado para vestuário de escravos e da população pobre, algumas fontes indicam uma considerável diversificação e afirmam que as qualidades mais finas eram usadas para a confecção de roupas masculinas e roupa de baixo, além das conhecidas toalhas de mesa, lençóis e colchas. Segundo essas fontes a produção de alguns lugares rivaliza em qualidade com as mais finas importações.

Quando o Conselho Provincial se reuniu em 1831 alguns deputados estavam vestidos com o "algodão de Minas", e anos mais tarde o deputado Martinho Campos era conhecido na Corte por suas calças de tecido de Pitangui.[27]

Alguns autores acreditam que nos anos 60 a indústria doméstica entrou em decadência, sucumbindo "às investidas de imitações inglesas importadas e à produção das poucas fábricas brasileiras". Escrevendo em 1862, Tavares Bastos atribuiu o declínio ao desenvolvimento dos transportes entre Minas e o Rio de Janeiro, que facilitava a remessa de mercadorias para o interior.[28]

Durante a Guerra do Paraguai outro observador menciona a decadência do setor, mas ajunta que ele sobrevivia nas fazendas e nas localidades remotas. Em 1869, o presidente provincial lamentava o fato de que "a indústria manufatureira já prosperou na Província mais do que hoje, e tende a decair cada vez mais, com a concorrência dos produtos estrangeiros mais perfeitos e menos custosos que a facilidade das vias de comunicação vai introduzindo na província".[29]

Essas opiniões claramente subestimam a resistência do "pano de Minas". Durante toda a década de 60 e parte da seguinte ele continuou sendo largamente consumido internamente e as exportações se mantiveram num nível alto. Em 1863, Gerber indicou que a indústria doméstica continuava "em todas as partes da província, de preferência porém nos municípios

de Queluz, Bonfim, Pitangui, Desemboque, Pium-í, Tamanduá e outras daquele lado".[30] Segundo Luís Amaral a Guerra Civil nos Estados Unidos provocou um surto de prosperidade na produção doméstica mineira: "quando nos demais estados algodoeiros se incrementava a exportação da matéria-prima, no Estado Central os teares gemiam noite e dia: cada dona de casa chegava a tecer de 6 a 10 metros de pano, diariamente, exportando-se a produção dessa indústria para o Rio de Janeiro".[31]

Cruzando a província em 1867, Richard Burton encontrou com freqüência rodas de fiar e teares manuais e anotou que o fabrico caseiro de pano "era um passatempo tão geral em Minas como na França antiga". Observou, entretanto, que embora o pano doméstico fosse forte e durasse mais que as espécies fabris, ele era caro e a oferta não conseguia acompanhar o crescimento da demanda. Em Morro Velho, Burton visitou um grande departamento de fiação e tecelagem mantido pela companhia, e que empregava os filhos dos escravos e meninas livres da vizinhança.[32]

Na década de 70, James Wells registrou o fabrico de tecido doméstico em vários lugares, e indicou que ele era "largamente usado pelos habitantes".[33] Uma corografia de 1878 informava que a indústria caseira do algodão prosperava em quase todos os municípios da província, sendo 22 deles apontados como grandes produtores, não contando aqueles onde havia fábricas têxteis em operação. Esses municípios eram: Queluz, Barbacena, Bonfim, São João del Rei, São José, Lavras, Oliveira, Pitangui, Bonsucesso, Tamanduá, Campo Belo, Formiga, Pium-í, Araxá, Patrocínio, Bagagem, Uberaba, Paracatu, Passos, Sabará, Aiuruoca e Pará.[34] Essa informação está em linha com os resultados do censo do Império (realizado em Minas em 1873), cuja distribuição ocupacional mostra pessoas classificadas como "operários em tecidos" em 55 dos 72 municípios de Minas.[35]

Em 1883-84, trabalhando nos vales dos rios Pará e Camapuão, o engenheiro inglês Dent documentou a indústria caseira e comentou que a colheita de algodão estava sendo fiada "em cada casebre da vila" do Brumado do Suassuí.[36]

Nos anos 80 o "pano de Minas" tinha perdido definitivamente os mercados externos à província, e certamente não podia competir com a emergente indústria têxtil fabril. Não obstante, a indústria doméstica não desapareceu pelo menos até a Primeira Grande Guerra. A monografia de Daniel de Carvalho, de 1916, afirma que a maioria dos municípios mantinha a tradição dos teares domésticos e lista 17 deles como produtores comerciais.[37]

Exportações e Estimativas da Produção

Grande parte da produção doméstica de tecidos era consumida, sem dúvida, pelos próprios produtores, suas famílias, ou pela população escrava das fazendas onde era produzida. A indústria não era, entretanto, uma "indústria de subsistência", no sentido proposto por Antônio de Castro.[38]

Boa parte do produto era mercantilizada. Além das vendas nos mercados da própria província, a indústria exportava para outras províncias, o que pareceu a observadores do início do século "uma colossal quantidade de pano de algodão muito grosseiro, que se emprega para a roupa dos escravos e da gente pobre da roça".[39]

As exportações de algodão em pano e outros produtos têxteis constituíram uma parcela ponderável do valor das exportações mineiras, especialmente durante a primeira metade do século.[40] Os panos, colchas, toalhas e mantas de algodão eram transportados em tropas de mulas para o Rio de Janeiro, de onde eram distribuídos para as outras províncias. O mercado consumidor do "pano de Minas" no início do século dezenove se estendia até o Rio Grande do Sul e mesmo Buenos Aires. Quantidades menores eram enviadas para São Paulo, Bahia e Goiás.[41]

O nível das exportações se manteve elevado durante os três primeiros quartéis do século, acima de 1,5 milhão de metros na maior parte do tempo, e atingindo 2 a 2,5 milhões em alguns anos.

Na metade da década de 70 a quantidade exportada caiu verticalmente, permanecendo deprimida até o final do período em estudo. É bastante provável que a partir dessa época o principal componente dessas exportações não mais fosse o produto artesanal, mas sim aquele produzido no setor têxtil fabril que começava a se firmar na província.

A série de exportação é bastante completa, mas dados sobre a produção total da manufatura doméstica são extremamente escassos e imprecisos. Em 1827-28, segundo Sturz, a quantidade produzida e consumida internamente na província era estimada em cerca de 5.800.000 jardas, ou seja, um pouco mais de 5.300.000 metros. Juntando-se a isso a exportação (para o Rio de Janeiro) de 2.140.000 metros, obtemos a estimativa de 7.440.000 metros para a produção total do setor nesse ano.[42] Alguns anos mais tarde, em sua Corografia Histórica, de 1837, Cunha Matos afirmava que "o algodão tecido que se consome em Minas Gerais, não é talvez menos de 4 milhões de varas" (4.400.000 metros).[43] Já na segunda metado do século, em 1863, Gerber estimava a produção da indústria doméstica em 4 milhões de varas e 10.000 peças de colchas por ano, não explicando se os números se referem à produção consumida internamente ou se incluem também a ex-

TABELA 2

MINAS GERAIS: EXPORTAÇÃO[1] DE TÊXTEIS DE ALGODÃO, 1818-1892

Ano	Pano de Algodão[2] (Metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (Unidades)
1818-19	1.366.797	11.677
1827-28[3]	2.139.335	105
1839-40	1.125.672	1.393
1842-43	1.371.732	2.561
1844-45	2.101.666	9.967
1847-48	2.594.834	6.082
1850-51	2.062.959	8.562
1851-52	2.413.780	6.099
1852-53	2.322.106	7.766
1853-54	1.848.185	2.694
1854-55	1.787.776	1.300
1855-56	2.156.331	730
1856-57	1.844.411	*
1857-58	1.631.730	1.027
1858-59	1.503.548	357
1859-60	1.249.317	102
1860-61	1.571.818	68
1861-62	1.977.264	1.541
1865-66	1.934.156	*
1866-67	1.414.250	*
1867-68	1.725.178	208
1868-69	2.102.432	188
1869-70	1.548.409	681
1870-71	1.326.413	362
1871-72	1.866.363	907
1872-73	1.507.383	291
1873-74	1.566.510	876
1874-75	1.270.801	479
1875-76	538.170	1.075
1976-77	244.272	*
1877-78	321.942	*
1878-79	177.599	*
1879-80	198.678	*
1880-81	230.319	*

continua...

continuação

Ano	Pano de Algodão[2] (Metros)	Colchas, Mantas e Toalhas de Algodão (Unidades)
1881-82	148.946	*
1882-83	189.487	*
1883-84	188.546	*
1885-86	312.900	*
1886-87[4]	853.440	*
1888	359.695	*
1889	626.703	*
1890	251.298	*
1891	45.006	*
1892	9.377	*

FONTE: Martins, "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

NOTAS: * - Significa dado não-disponível.

1 - Exportação aqui significa toda a produção que saiu do território mineiro através das recebedorias, para qualquer destino.

2 - Inclui pano de algodão, pano de algodão riscado e pano de algodão trançado.

3 - Exportação para o Rio de Janeiro apenas.

4 - O ano financeiro de 1886-87 foi prorrogado até o final de 1887, incluindo portanto 18 meses.

portação.[44] Observando que até a década de 70 as exportações se situavam na faixa de 1,5 a 2 milhões de metros por ano, é razoável concluir que, se as estimativas contemporâneas não estiverem muito fora da realidade, a produção total do setor era da magnitude de 6 a 7 milhões de metros de tecido por ano.

Para se ter uma idéia do que essa quantidade representa, basta notar que ela é consideravelmente superior à produção total de todas as fábricas têxteis do Brasil em 1866 (cerca de 3,9 milhões de metros).

A produção doméstica mineira estimada para 1827-28 é equivalente a quase 20 por cento das importações brasileiras médias de tecidos de algodão inglês no período 1827-1831.[45]

Força de Trabalho

Vários observadores indicaram que a indústria doméstica empregava grande número de braços, mas também neste ponto as informações são escassas e vagas.

Pode-se entretanto afirmar com certeza que a indústria era constituída por dois setores de características bastante distintas quanto à mão-de-obra empregada. Nos teares das grandes propriedades rurais certamente o grosso da força de trabalho era constituído por escravas adultas e crianças escravas com supervisão e ocasional participação das mulheres da família. No setor camponês (posseiros e pequenos sitiantes) bem como nas aldeias e vilas, o trabalho era feito sobretudo pela parte feminina da família, ocupando-se as crianças mais jovens de tarefas auxiliares.

A única fonte segura sobre a força de trabalho empregada na indústria doméstica é o recenseamento do Império, realizado em Minas Gerais em 1873. O Censo registrou indistintamente as pessoas ocupadas na fabricação de tecidos, mas podemos estar certos de que a sua quase totalidade estava na indústria doméstica, pois nesse ano Minas tinha, no máximo três fábricas têxteis em operação, as quais conjuntamente não empregavam mais do que umas duzentas pessoas.

O Censo mostra a enorme disseminação da indústria pelo território provincial: foram registrados trabalhadores têxteis em nada menos de 55 a 72 municípios existentes. Indica ainda uma grande preponderância dos livres sobre os escravos e das mulheres sobre os homens. De cada 6 mulheres livres com profissão declarada uma era tecelã, o mesmo ocorrendo com uma dentre cada 11 mulheres com idades entre 11 e 60 anos. O número de pessoas efetivamente empregadas na produção artesanal era certamente muito maior que aquele indicado pelo censo, porque muitas mulhe

res que fiavam e teciam como parte de sua rotina doméstica devem ter sido classificadas como "serviço doméstico" ou sem profissão.

Os 70.548 tecelões de Minas (64.093 livres e 6.455 escravos) representavam 50,7 por cento de toda a força de trabalho têxtil do Brasil.

Notas

** - Do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR - UFMG.

1 - Informação do Barão do Serro, em Branner, Cotton in the Empire. p. 65.

2 - Saint-Hilaire. Viagem pelo Distrito dos Diamantes, p.186, 207; Viagem às Províncias, 1: 230, Spix e Martins, Viagem, 1: 293; Pohl, Viagem, 1: 201-202.

3 - Pohl, Viagem, 2: 256, 259-61, 272, 274, 281.

4 - Saint-Hilaire, Viagem às Províncias, 1: 289, 337-39; 2: 16, 90-216; Spix e Martins, Viagem, 2: 141, 148-50, Pohl, Viagem, 2: 297 - 312, 342,362.

5 - Saint-Hilaire, Viagem às Províncias, 1: 339-40.

6 - Para evidência de que o algodão era principalmente uma cultura camponesa no início do século dezenove. Veja: Spix e Martins, Viagem, 2: 166-67; Pohl, Viagem, 2: 272-342; Saint-Hilaire, Viagem às Províncias, 1: 350; 2: 17, 41, 128, 159, 199, 216. Esses autores também mencionam o emprego de escravos em alguns lugares.

7 - Spix e Martins, Viagem, 2: 166-67.

8 - Burton, Explorations, 1: 106.

9 - Wells, Exploring and Travelling, 1: 214. A respeito de outras partes do Brasil, veja: Branner, Cotton, p. 36; Stein, The Brazilian Cotton Manufacture, p. 47; Andrade, A Terra e o Homem, p. 150-55; e Cunniff, "The Great Drought".

10 - As informações sobre o comércio algodoeiro de Minas, sua importância nas exportações mineiras, as rotas comerciais, etc., são de: Spix e Martins, Viagem, 1: 120, 148; 2: 140-150, 164; Saint-Hilaire, Viagem às Províncias, 2: 16, 199; e Martins, "As Exportações de Minas Gerais no século XIX". Segundo Lewis Gray, nesse período o algodão brasileiro era considerado inferior apenas ao egípcio, em termos de finura e comprimento da fibra. Em 1816-20 o Brasil detinha quase 30 por cento do mercado britânico, enquanto os Estados Unidos tinham cerca de 50 por cento. Veja Gray, History of Agriculture, 2: 693.

11 - Esses são preços de exportação do algodão americano de fibra curta, segundo Gray, History of Agriculture, 2: 697. Os preços do algodão brasileiro podem ter divergido um pouco, mas a tendência certamente foi a mesma.

12 - As exportações brasileiras de algodão oscilaram, sem uma tendência definida, entre 12 e 17 mil toneladas do início da década de 1820 até o fim dos anos 50. Stein, The Brazilian Cotton Manufacture, p. 198.

13 - Luis Amaral, História Geral da Agricultura, 2: 235. Amaral se baseia no comentário de Daniel de Carvalho. Notícia Histórica, p.17, de que é "curioso" notar o contraste entre a queda na exportação de algodão e o crescimento do café. Antônio de Castro, Sete Ensaios, p. 45, repete o argumento de Amaral, já mostramos em outro trabalho, que o setor cafeeiro de Minas era muito pequeno nesse período e não teria empregado mais de um milheiro de escravos até o mercado da década de 1830. O café não competiu com o algodão por mão-de-obra (que no algodão era principalmente livre), nem por terras, que eram abundantes (as zonas cafeeira e algodoeira eram completamente distintas). Veja Martins, Growing in Silence, cap. 3.

14 - "Estado Moral e Material dos Diversos Municípios da Província", em Falla ... Quintiliano José da Silva, 1846, p. 28-59.

15 - Burmeister, Viagem, p. 169, 234.

16 - Silva, Tratado de Geographia; Relatório ... Pres. Rebello Horta, 879, p. 47-48; Falla ... Pres. Gonçalves Chaves, 1883, p. 37-38.

17 - Carvalho, Notícia Histórica, p. 8-9; Maxwell, Conflicts and Conspirancies, p. 62-63.

18 - Carvalho, Notícia Histórica, p. 10-11.

19 - A evidência apresentada abaixo contraria a afirmação de Alison Vaz, de que sobre a indústria doméstica "a única certeza que se tem, é que estava ligada às grandes propriedades rurais, onde era aproveitado o trabalho escravo". Vaz, "A Indústria Têxtil em Minas Gerais no Século XIX", p. 110-11.

20 - Saint-Hilaire, Viagem ao Distrito, p. 75, e Viagem às Províncias, 2: 84, 212, 216. Nesse último livro veja também 1: 230, 337 e 2: 73, 98 e 199. John Mawe, Viagens, p. 149.

21 - Mawe, Viagens, p. 182; Pohl, Viagem, 1: 201-202; e Luccock, Notas, p. 305.

22 - Mawe, Viagens, p. 138-39, 147; Pohl, Viagem, 1: 229 e Luccock, Notas, p. 337, 355. A tecnologia da fiação e tecelagem domésticas é descrita por Carvalho, Notícia Histórica, p. 22-25.

23 - Luccock, Notas, p. 356.

24 - Cunha Matos, Corografia Histórica, p. 101-102.

25 - Sturz, Review, p. 81, 111.

26 - Falla ... Pres. Quintiliano José da Silva, 1846, p. 28-59. Os municípios listados como produtores de tecidos de algodão são: Queluz, Piranga, Barbacena, Sabará, Três Pontas, Aiuruoca, São João del Rei, Oliveira, Caldas, Pium-í, Araxá e Montes Claros. Esse inquérito econômico foi incompleto. Veja também Saint-Adolphe, Diccionário.

27 - Silva, Tratado, p. 56-177; Iglésias, Política Econômica, p. 106; Dornas Filho, Aspectos, p. 173; Carvalho, Notícia, p. 21-22, Gerber, Noções, p. 38 e Wells, Exploring, 1: 132.

28 - Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, p. 4; Tavares Bastos, *Cartas do Solitário*, p. 432.

29 - Taunay, *A Marcha das Forças*, p. 105, citado por Dornas Filho, *Aspectos*, p. 173-74 e *Relatório ... Pres. Andrade Figueira*, 1869, citado por Iglésias, *Política Economica*, p. 107.

30 - Gerber, *Noções*, p. 38.

31 - Amaral, *História*, 2: 57. ,O autor não dá nenhuma indicação da fonte dessa informaçao.

32 - Burton, *Explorations*, 1: 133-34, 157, 242-43.

33 - Wells, *Exploring*, 1: 100, 104, 131-32, 164.

34 - Silva, *Tratado*, p. 41, 56-177.

35 - Veja a tabela abaixo.

36 - Dent, *A Year in Brazil*, p. 137, 145, 173.

37 - Carvalho, *Notícia*, p. 21-22.

38 - Veja Castro, *Sete Ensaios*, 2: 103.

39 - Spix e Martins, *Viagem*, 1: 118.

40 - Veja Martins, "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX".

41 - Spix e Martins, *Viagem*, 1: 120, 148, 187. Todos os outros viajantes do período mencionam os tecidos como um importante item do comércio de Minas e descrevem as tropas usadas no seu transporte.

42 - Sturz, *Review*, p. 111.

43 - Cunha Matos, *Corografia Histórica*, p. 102.

44 - Gerber, *Noções*, p. 38.

45 - Branner, *Cotton*, p. 41 e Sturz, *Review*, p. 104-105. Segundo essa última fonte o Brazil importou da Inglaterra, em média, 40,7 milhões de metros de tecido de algodão por ano, entre 1827 e 1831.

MINAS GERAIS: TRABALHADORES EMPREGADOS NA FABRICAÇÃO DE TECIDOS, POR MUNICÍPIOS E REGIÕES, 1873

Municípios e Regiões	Livres	Escravos	Total
Bonfim	4.373	91	4.464
Itabira	366	30	396
Mariana	451	80	531
Ouro Preto	3.236	217	3.453
Queluz	2.857	552	3.409
Sabará	4.036	408	4.444
Santa Bárbara	2.149	264	2.413
Santa Luzia	1.487	131	1.618
São João Del Rei	1.058	185	1.243
Sete Lagoas	1.342	39	1.381
METALÚRGICA-MANTIQUEIRA	21.355	1.997	23.352
Juiz de Fora	369	92	461
Leopoldina	294	86	380
Ubá	55	14	69
São Paulo do Muriaé	8	3	11
Ponte Nova	2.310	54	2.364
Pomba	920	102	1.022
Rio Novo	1.329	131	1.460
Rio Preto	2	0	2
Santa Rita do Turvo	1.805	292	2.097
MATA	7.092	774	7.866
Alfenas	284	16	300
Baependi	992	92	1.084
Cristina	369	14	383
Cabo Verde	364	17	381
Campanha	174	110	284
Pouso Alegre	625	102	727
Dores de Boa Esperança	1.124	173	1.297
Itajubá	115	96	211
Lavras	859	209	1.068
São José do Paraíso	1.187	137	1.324
Três Pontas	669	94	763
Turvo	593	18	611

continua...

continuação

Municípios e Regiões	Livres	Escravos	Total
SUL	7.355	1.078	8.433
Bonsucesso	600	0	600
Formiga	367	16	383
Marmelada	903	64	967
Oliveira	1.411	319	1.730
Pium-Í	1.214	196	1.410
Santo Antonio do Monte	860	0	860
Tamanduá	2.705	100	2.805
OESTE	8.060	695	8.755
Prata	49	15	64
TRIÂNGULO	49	15	64
Curvelo	265	16	281
Guaicuí	705	0	705
Montes Claros	767	51	818
São Romão	415	0	415
SÃO FRANCISCO-MONTES CLAROS	2.152	67	2.219
Araxá	965	157	1.122
Bagagem	661	37	698
Patrocínio	2.022	401	2.423
Sacramento	561	24	585
Santo Antonio dos Patos	1.025	33	1.058
ALTO PARANAÍBA	5.234	652	5.886
Diamantina	612	65	677
Grão Mogol	3.373	145	3.518
Minas Novas	2.834	295	3.129
Rio Pardo	2.838	285	3.123
Santo Antonio do Arassuaí	972	173	1.145
Serro	736	178	914
JEQUITINHONHA-MUCURI-DOCE	11.365	1.141	12.506
Paracatu	1.431	36	1.467
PARACATU	1.431	36	1.467

continua...

continuação

Municípios e Regiões	Livres	Escravos	Total
MINAS GERAIS[1]	64.093	6.455	70.548
OUTRAS PROVÍNCIAS[2]	63.273	5.165	68.438
BRASIL	127.366	11.620	138.986

FONTE: Recenseamento 1872. Minas Gerais: tabelas paroquiais; outras províncias: Quadros Gerais do Império do Brasil.

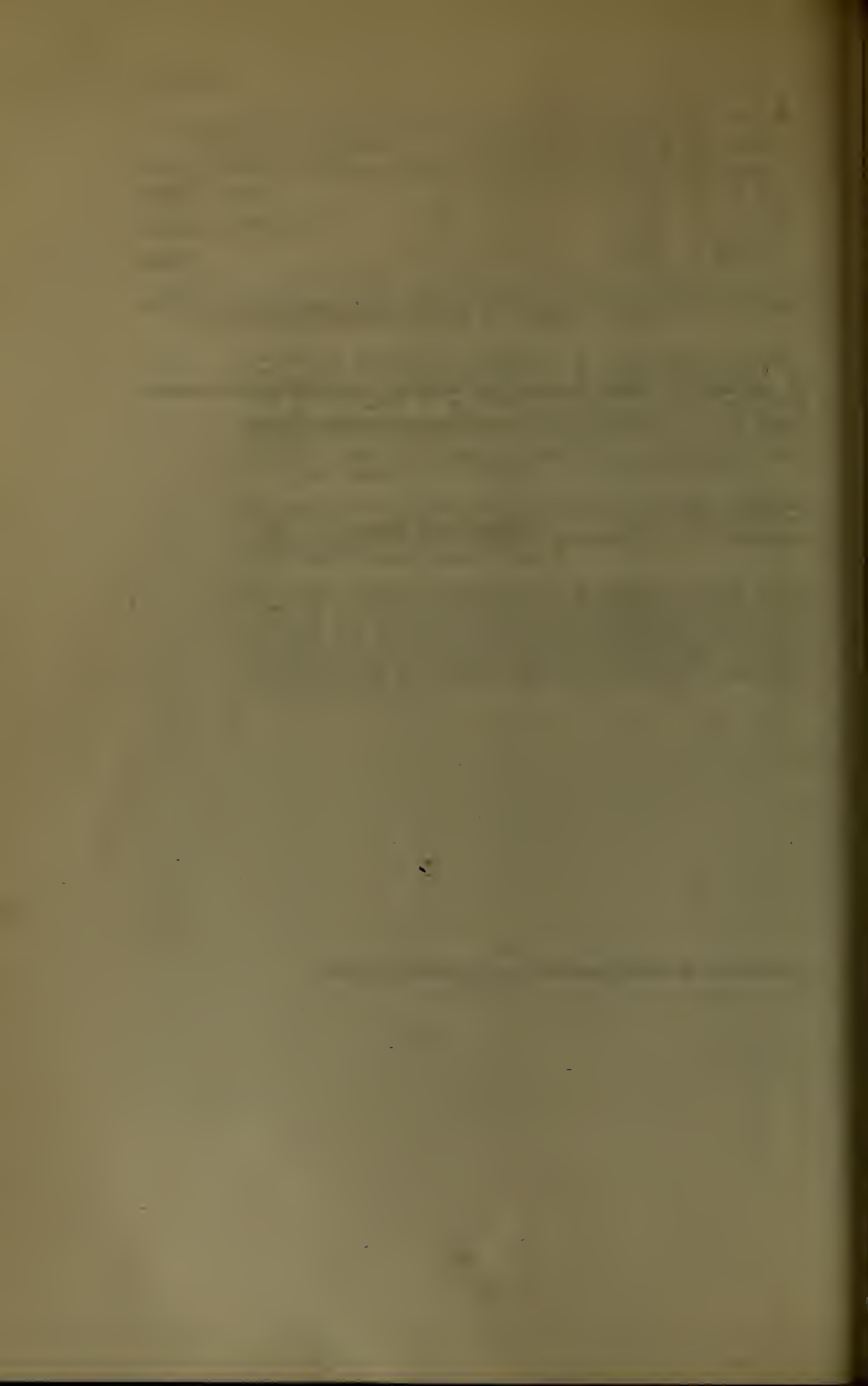
1 - Esses são os números corretos para Minas Gerais, obtidos pela soma dos dados paroquiais. A tabela provincial dá 62.873 livres e 8.031 escravos, mas está errada. Não foram recenseadas 14 das 370 paróquias mineiras, assim distribuídas pelos municípios: 3 em Diamantina, 2 em Santo Antonio do Arassuaí, e 1 em Conceição, Juiz de Fora, São Paulo do Muriaé, Caldas, Curvelo, São João Batista, Passos, São Sebastião do Paraíba, e São João Del Rei.

2 - Os totais das outras províncias foram obtidos subtraindo dos totais nacionais os números de Minas Gerais. Os totais brasileiros foram então reconstruídos adicionando os totais corretos para Minas.

3 - Em Minas Gerais o Recenseamento do Império só foi realizado em 01-08-1873. Não foram registrados trabalhadores têxteis nos seguintes municípios: Barbacena, Caeté, Conceição, São José Del Rei, Mar de Espanha, Monte Alegre, Uberaba, Aiuruoca, Caldas, Jaguari, Ouro Fino, Passos, São Sebastião do Paraíso, Pitangui, Januária, São João Batista e Piranga.

A MINA DE MORRO VELHO: CASO LIMITE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE O ESCRAVISMO E O CAPITALISMO OITOCENTISTA

DOUGLAS COLE LIBBY*

* Professor do Departamento de História da UFMG

A MINA DE MORRO VELHO: CASO LIMITE DAS ARTICULAÇÕES ENTRE O ESCRAVISMO E O CAPITALISMO OITOCENTISTA

Há quatro anos defendemos nossa tese de Mestrado intitulada "O trabalho escravo na Mina de Morro Velho".[1] Desde então estivemos empenhados numa pesquisa mais ampla sobre a mão-de-obra no setor não-agrícola em Minas Gerais durante o período imperial, o que, forçosamente tem-nos conduzido a estudos mais aprofundados sobre a escravidão e o escravismo em geral, bem como sobre o processo de desenvolvimento do trabalho livre nas sociedades escravistas periféricas e nas sociedades de economia central. Consideramos que as conclusões alcançadas na nossa tese, cuja síntese constitui o corpo da presente comunicação, são relevantes para a historiografia da escravidão, mais particularmente para chegar a uma compreensão da extrema flexibilidade e adaptabilidade do sistema escravista face aos avanços do capitalismo industrial que se fazem sentir ao longo do Século XIX. Portanto, parece-nos necessário fazer aqui algumas reflexões gerais sobre a natureza do escravismo, antes de considerar os resultados da nossa pesquisa sobre a Mina de Morro Velho.

De início é preciso enfatizar que o escravismo, enquanto sistema econômico dominante, é fundamentalmente incompatível com pleno desenvolvimento industrial capitalista dentro da sociedade por ele dominada. As razões desta incompatibilidade são várias, e a mais óbvia delas é que, enquanto a escravidão persiste como modo de controle de mão-de-obra predominante, impede-se a plena formação do trabalho livre e das relações de produção que são a alma do modo de produção capitalista. É desnecessário aqui aprofundarmos sobre a fundamentalidade da relação de troca de equivalentes - força de trabalho por um salário - e a resultante apropriação de mais-valia pelo detentor de capital para a reprodução do sistema capitalista. Basta-nos reiterar que o escravismo jamais poderia engendrar a difusão de tais relações sem perder seu caráter de sistema econômico dominante. Ao mesmo tempo, a economia escravista enfrentava a crônica deficiência de acumulação de capital, tão vital ao desenvolvimento industrial, pois sua expansão extensiva inevitavelmente implicava em maciços reinvestimentos em terras e escravos adicionais, congelados na forma de capital fixo. Ainda que o sistema escravista tenha mostrado uma larga capacidade de absorver aqueles avanços tecnológicos e administrativos oriundos das economias centrais que lhe convinha, cabe destacar justamente a origem externa dos avanços; ou seja, o progresso técnico-administrativo

---

* - Professor Assistente do Departamento de História, FAFICH/UFMG.

não se constituiu em um mecanismo inerente à reprodução do sistema, como acontece no modo de produção capitalista. Finalmente, como Eugene Genovese convincentemente demonstra,[2] a utilização do trabalho compulsório impregna as camadas livres da sociedade escravista com um forte sentimento de desprezo com relação ao trabalho manual, enquanto os senhores de escravos se engajavam em altos gastos com consumo de artigos de luxo (pouco compatível com a acumulação de capital) e geralmente possuíam atitudes aristocráticas que valorizavam atividades não produtivas. A visão do mundo da sociedade escravista foi marcada pela formação de uma ideologia eminentemente (e às vezes agressivamente) anticapitalista e o resultado foi um Século XIX caracterizado por inúteis conflitos entre o escravismo, em suas várias expressões coloniais e/ou nacionais, e o capitalismo mundial.

As breves reflexões acima devem nos alertar para a impossibilidade de o sistema escravista, através de seus recursos internos, conduzir sua auto-evolução em direção ao desenvolvimento industrial capitalista. Isto não quer dizer, no entanto, que o escravismo é um monolito, impermeável às pressões mudancistas provenientes dos centros dinâmicos da economia mundial. Aliás, a própria gênese do escravismo moderno, nascido como peça essencial do capitalismo comercial que se desenvolve a largos passos do Século XVI em diante, salienta a sua susceptibilidade às influências exógenas. Quando tratamos de compreender a transição do regime de trabalho escravo ao regime de trabalho livre, ou seja, o processo de desmantelamento do sistema escravista, torna-se imprescindível examinar as complexas relações entre este sistema e o capitalismo industrial ao longo do Século XIX. Se a transição efetuou-se através do conflito aberto e armado em apenas dois casos, parece-nos relevante focalizar os esforços da historiografia do escravismo oitocentista naquelas relações que podem ser denominadas como articulações entre um modo de produção capitalista, cada vez mais dominante no cenário mundial, e um submodo de produção escrava que, ao usufruir dos avanços tecnológicos e administrativos introduzidos da Europa ou do norte dos Estados Unidos, lentamente assina seu próprio atestado de óbito. Trata-se de articulações constituídas por uma interpenetração dos dois modos de produção. O capitalismo industrial, em sua incessante busca por novos mercados e novos espaços para investimento, vai introduzindo nas economias escravistas, além dos bens de consumo produzidos em suas fábricas, métodos de trabalho inovativos, novos sistemas administrativos, uma maquinaria em constante evolução, bem como fertilizantes e outras limitadas reformas agrícolas. Acima de tudo, na era industrial imprime-se, onde possível, um <u>ritmo</u> industrial aos processos produtivos. À sua maneira, as entidades produtivas do sistema escravista - seus

donos, seu pessoal de supervisão e, sobretudo, sua mão-de-obra escrava - vão se adaptando às mudanças. São articulações complexas, às vezes toscas, às vezes surpreendentemente "progressistas", e, por isso, sucitam todo um leque de interessantes estudos comparativos. O que é mais importante é que constituem a chave para entender a transição em suas manifestações concretas, pois, se o capitalismo industrial inexoravelmente penetrava nas economias escravistas com todos seus meios, essas economias se mostravam capazes de absorver uma boa dose de progresso técnico-administrativo e caminhar em direção ao inevitável resultado do processo histórico: a instauração de um regime de trabalho livre.

Uma vez que a transição brasileira pode ser considerada, em termos comparativos, como uma das mais pacíficas de toda a história da escravidão moderna, seria de esperar que ela nos oferecesse um campo fertilíssimo para o estudo das articulações entre o capitalismo industrial e o escravismo. Não obstante, a historiografia brasileira tende a fixar-se em moldes bastante tradicionais e na tarefa primordial, mas às vezes excessivamente restritiva, de descobrir as raízes do subdesenvolvimento nacional. Com efeito, com raríssimas exceções, o sistema escravista e a industrialização são tratados como historicamente excludentes. Em geral, considera-se que o caráter fortemente rural da sociedade escravista e uma certa formação aristocrática e patriarcal, de cunho antiliberal e anticapitalista, dos senhores escravos constituíram um terreno pouco profícuo para projetos de industrialização. É, no entanto, o próprio trabalho escravo que é visto como a peça fundamental deste entrave ao desenvolvimento industrial no Brasil. Os estudos sobre a escravidão brasileira são repletos de argumentos que afirmam que o escravo é um trabalhador irresponsável, sem instrução, incapaz de exercer tarefas mais complexas que as exigidas pela monocultura do açúcar ou do café e que, com à chegada da abolição, a mão-de-obra escrava tende a ficar cada vez mais onerosa.[3] Desta forma, estabelece-se a incompatibilidade do trabalho escravo e do regime escravista com o desenvolvimento industrial, ignorando-se a possibilidade de delinear articulações que implicam em mudanças ordeiras. Ao mesmo tempo se explica, pelo menos parcialmente, a entrada tardia do Brasil na era fabril e da modernização tecnológico-administrativa. É lamentável que, na maioria das vezes, os estudos que demonstram a larga, bem sucedida e lucrativa utilização de mão-de-obra escrava em inúmeros processos produtivos do setor não-agrícola no sul dos Estados Unidos têm sido vistos como curiosos e interessantes, mas de pouco valor na formulação de novas linhas de pesquisa sobre a escravidão brasileira, uma vez que faltam exemplos de utilização similar.[4] Talvez a tendência de o revisionismo historiográfico norte-americano basear-se, às vezes excessivamente, numa econometria que pouco se importa com a realidade qualitativa, tenha afasta-

do o pesquisador brasileiro das importantes implicações que os achados desse revisionismo têm para a análise da escravidão. Não obstante possíveis discordâncias metodológicas, a evidência empírica sugere a oportunidade de analisar uma clara articulação de interesses e de processos produtivos do sistema escravista com os do capitalismo industrial. Ao reconhecer a articulação, cabe-nos examinar de que forma as mudanças se processaram.

A verdade é que no Brasil imperial não faltaram exemplos da utilização de mão-de-obra escrava em empreendimentos industriais. Podemos citar a fábrica imperial de armamentos da Corte, a fundição de ferro "estatal" de Ipanema em São Paulo, bem como a bem sucedida fundição de João Monlevade em Minas Gerais, além de vários projetos do Barão de Mauá, todos essencialmente baseados no uso do trabalho escravo. Sobretudo temos a capitalização britânica da mineração aurífera subterrânea em Minas Gerais que, ao longo do Século XIX, empregou alguns milhares de cativos. Das empresas de mineração britânica instaladas em território mineiro no período, destacaram-se a Imperial Brazilian Mining Association de Gongo Soco, a North d'El Rey Mining Company, com suas explorações no Morro de Santa Anna, a Santa Bárbara Mining Company trabalhando a Mina de Pary e, principalmente, a Saint John d'El Rey Mining Company, com sua famosa Mina de Morro Velho.

A escolha da Mina de Morro Velho como o objeto central da nossa pesquisa de tese se deveu à sua condição de grande e bem sucedido empreendimento utilizador de mão-de-obra escrava e à disponibilidade de documentação relativa à sua operação no século passado, particularmente o arquivo da Saint John d'El Rey Mining Company, que se encontra na Universidade do Texas. No entanto, a magnitude da escala das operações e do sucesso lucrativo da Companhia revelada por nosso estudo detalhado superou todas as expectativas. A Mina chegou a contar com uma força de trabalho de quase três mil pessoas, incluindo escravos, trabalhadores livres brasileiros e empregados e administradores europeus e, sem dúvida, constituiu uma das maiores entidades industriais do país. Num período de 52 anos, de 1835 a 1886, Morro Velho teve uma participação de mais de 50% da produção aurífera de Minas Gerais (efetivamente a produção aurífera <u>brasileira</u> da época), enquanto a Companhia St. John registrava uma taxa de rendimento médio anual de 18% sobre o valor do capital nominal. Esta taxa de rendimento estabeleceu a Companhia como o mais lucrativo empreendimento britânico dentre os instalados tanto no Brasil quanto no resto da América Latina durante todo o século passado.[5]

Ao focalizar mais detalhadamente o desempenho financeiro da Companhia, constatamos que os altos lucros se fizeram a partir de elevadas despesas operacionais, das quais a esmagadora maioria (uma média de 60%) foi destinada à remuneração e à manutenção da sua mão-de-obra. A natureza da empresa como marcadamente intensiva em mão-de-obra, assim revelada, se torna particularmente relevante, uma vez que também constatamos que a escala das operações, em conjunto com um teor de ouro relativamente baixo, geralmente manteve o empreendimento próximo à sua margem operacional. Esta combinação de fatores exigia que os processos produtivos fossem muito eficientemente organizados, o que implicava principalmente na organização sistemática da força de trabalho. Tal organização sistemática da divisão de trabalho sugere que a mão-de-obra empregada na Mina teria de ser capaz de adaptar a um ritmo de produção imposto pela racionalidade do capitalismo industrial do Século XIX. No caso, estamos falando basicamente da mão-de-obra escrava.

A história descritiva das operações da Mina nos mostrou um retrato da capitalização da mineração brasileira, ou seja, a penetração do capital britânico no setor diretamente produtivo, em contraste com a maioria dos investimentos britânicos no Brasil que se destinavam ao setor de infra-estrutura (ferrovias, iluminação urbana, instalações portuárias, instituições financeiras, etc.). Do início das operações em Morro Velho até seu término, após um desastre sofrido em 1886,[6] a Companhia se empenhou na tarefa constante de modernizar a planta física. Tal modernização estivera concentrada no melhoramento do sistema de transporte do minério bruto para a superfície, mas incluiu a ampliação de uma extensa rede de captação de água utilizada como força hidráulica que movia várias maquinarias, a instalação de certas máquinas a vapor e o constante desenvolvimento de novas técnicas de redução.[7] Tratava-se de uma modernização relativa que, embora colocasse a Mina a par da tecnologia européia da época, demonstra um certo atraso da mineração mundial do século passado em relação aos avanços tecnológicos que se registraram contemporaneamente na indústria fabril. A elevada dependência da empresa St. John na sua mão-de-obra decorreu exatamente da incapacidade da tecnologia contemporânea em superar os obstáculos naturais, como os desabamentos e as súbitas baixas no teor de ouro do minério bruto extraído. Portanto, não nos surpreendemos ao constatar que a Companhia se mostrou mais "moderna" na sua organização enquanto empresa e na disposição racional da grande força de trabalho por ela empregada.

A St. John era uma companhia por ações cuja diretoria em Londres mantinha contatos contínuos, através de correspondência, como a superintendência no Brasil. A superintendência, por sua parte, administra-

va as operações na Mina, que contava com sete departamentos, cada um com esfera de atividades bem definida. O rígido controle que a administração mantinha sobre as operações em geral e os custos em particular é revelado por um exame dos volumosos relatórios anuais, cujos meticulosos balancetes demonstram o uso de uma contabilidade rigorosamente científica. Pudemos observar que a Companhia geralmente preferia concentrar seus esforços somente na produção do ouro, deixando a outros as atividades periféricas, tais como a produção de alimentos, suprimento de madeira e carvão vegetal, preparação de pólvora e a produção de ferro. Assim, vê-se que o regime implantado em Morro Velho estava baseado numa racionalidade nitidamente capitalista e que nada tinha das características "latifundiári - as" comuns entre as minerações instaladas em outros países latino-americanos na época. O aproveitamento de sua posição de relativo monopsônio na região, isto é, a manipulação dos produtos agrícolas, o controle dos preços e a resultante manutenção de certos custos operacionais a um nível "aceitável", indica que a Companhia agiu com bastante habilidade dentro da economia livre em que se encontrava implantada. Ao mesmo tempo, a atuação política da St. John como uma virtual potência econômica provincial revela preocupações típicas do espírito de liberalismo do Século XIX: eliminação de impostos, aversão a qualquer forma de regulamentação governamental e defesa total da propriedade particular (inclusive, é claro, a propriedade escrava). A Companhia também utilizou certas políticas em relação à sua força de trabalho que são ainda mais reveladoras da racionalidade capitalista que permeava suas operações. Visando a fixação de trabalhadores livres na vizinhança imediata de Morro Velho, A St. John construiu várias dezenas de casas que eram alugadas a seus empregados livres por um preço meramente simbólico, copiando assim uma política comum das company towns da própria Inglaterra e do norte dos Estados Unidos. Os trabalhadores livres foram contemplados com aumentos salariais substanciais sobre o pagamento semanal por trabalharem também aos sábados, enquanto, a partir de 1846, a Companhia iniciou uma política de conceder "prêmios" mensais e pagar horas extraordinárias aos escravos. Estes incentivos, é óbvio, visavam estimular a produtividade da força de trabalho.

Nossa análise da composição da força de trabalho de Morro Velho serviu para confirmar, o primeiro, que a escala das operações era bem grande, já que o total de empregados da Mina atingiu até quase 3 mil indivíduos; e segundo, que pelo menos até a última década do período considerado, a mão-de-obra escrava constituiu a franca maioria dessa força total. Do ano de 1843 em diante, por força de uma lei britânica que proibia aos cidadãos ingleses em qualquer parte do mundo a compra de cativos, a Mina preencheu grande parte de suas necessidades de mão-de-obra através

do aluguel de escravos. O amplo sistema de aluguel de cativos vigente na Província de Minas Gerais desde o período colonial parece ter trazido benefícios tanto para as minerações inglesas quanto para os senhores escravistas. Não resta dúvida de que, durante a maior parte do período imperial, a maior e mais confiável força de trabalho na região centro-sul do Brasil era a mão-de-obra escrava. Assim, a prática de aluguel permitiu que as companhias inglesas se abastecessem desta preciosa mão-de-obra numa época em que elas foram legalmente proibidas de obter escravos pela compra direta. Embora a evidência pareça indicar que o sistema de aluguel fosse mais caro do que a simples compra de escravos, devemos lembrar que havia a possibilidade de estas companhias e outros empreendimentos fazerem contratos visando utilizar os escravos justamente em seus anos de vida mais produtivos, explorando-os intensivamente num período que variou de três a sete anos sem ter que arcar com sua manutenção, uma vez terminado o contrato. Para os donos de escravos, a prática do aluguel oferecia benefícios monetários imediatos num período em que, por uma razão ou outra, esta camada necessitava de capital líquido. A St. John foi particularmente beneficiada pelo sistema de aluguel, pois ela conseguiu firmar contratos para centenas de escravos já treinados no trabalho de mineração. Esta constatação paralelamente nos sugere que o uso do trabalho escravo havia sido bastante difundido entre as minerações capitalizadas da província. De qualquer forma, o grande número de escravos - alugados ou não - empregados pela Companhia indica que o trabalho escravo permeava todos os ramos da divisão de trabalho estabelecida na Mina.

O trabalho livre passa a ser numericamente importante nas operações da St. John somente a partir da década de 1850, e a mão-de-obra livre não seria majoritária na força de trabalho total até 1880. Não obstante, a entrada de trabalhadores livres para a Mina ocorreu numa época em que a Companhia estava com dificuldades para aumentar sua força escrava devido à elevada procura de escravos então registrada. Ficou demonstrado que o aumento da procura de mão-de-obra escrava, em que pese o crescimento da oferta de mão-de-obra livre, deveu-se ao processo de expansão econômica que acarretou uma escassez de mão-de-obra em geral. Dentro deste processo de expansão, a mão-de-obra escrava tendia a ficar concentrada nas maiores unidades produtivas, como os grandes cafezais e as minerações inglesas, entre outras. O processo havia elevado os preços de escravos no decorrer dos anos e com a cessação do tráfico negreiro estes preços praticamente dobraram, continuando em ascensão até a abolição da escravatura. Toda essa tendência de elevação do preço dos escravos fez com que o pequeno proprietário mineiro, normalmente dono de poucos cativos, ficasse impossibilitado de comprar mais, sendo gradativamente forçado a redu-

zir sua plantação. Uma vez que lhe faltava o pequeno excedente, antes produzido por seus escravos, que lhe permitia comprar certos bens essenciais somente disponíveis no mercado monetário, o pequeno proprietário se viu na necessidade de procurar trabalho assalariado.

Como ficou ampla e consistentemente demonstrado na nossa documentação, foram justamente os pequenos proprietários, ou muito provavelmente posseiros, que se ofereceram para trabalhar em Morro Velho, especialmente a partir de 1850. Mas, como as queixas constantes dos administradores ingleses indicam, o trabalhador livre continuou trabalhando em suas roças quando necessário, saindo do emprego durante as épocas do ano em que as plantações exigiam um cuidado mais intensivo. Assim, o trabalhador livre mineiro do século passado era semiproletarizado, possuindo ainda suas terras, mas sendo incapaz de sobreviver apenas com a produção proveniente delas. Dado que o trabalhador livre era geralmente também um pequeno proprietário, ele possuía hábitos de trabalho pouco regulares, não preenchendo totalmente os requisitos da rigorosa organização de trabalho da companhia inglesa. Ao mesmo tempo, o trabalho livre oferecia certas vantagens sobre o trabalho escravo, dadas as crises de produção tão comuns na mineração do século passado. Trata-se da facilidade de despedir a mão-de-obra livre nas horas de paralisação da produção e de necessidade imediata de reduzir os custos operacionais. É verdade que, através de mediações, a mão-de-obra escrava alugada também poderia ser removida, mas não resta dúvida de que o fato de o trabalhador livre poder ser dispensado assim que surgisse uma crise interna aumentava a possibilidade de a empresa superar tais crises. Não obstante, a crescente dependência da St. John em relação ao trabalho livre na última década imperial acarretava problemas graves, pois a oferta de trabalho livre simplesmente nunca foi suficiente para suprir as necessidades globais de mão-de-obra da Mina. Considerando-se as características gerais da mão-de-obra livre é interessante observar que a sua parcela mais "confiável" e "regular" era composta de ex-escravos, liberados pela Companhia e por indivíduos que antes alugavam seus cativos à Mina. Sem a posse de terras, estes escravos alforriados, que chegaram a constituir mais de 50% da força livre na década de 1880, encontravam-se mais nitidamente proletarizados do que seus companheiros pequenos proprietários.

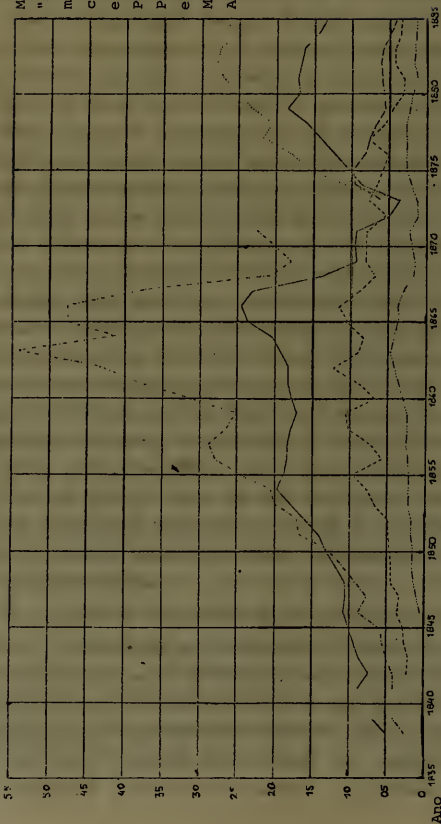
Se a irregularidade dos hábitos do trabalhador livre contribuía para a freqüentemente constatada preferência dos administradores ingleses pela mão-de-obra escrava, uma comparação dos custos destes dois setores da força de trabalho revela mais um forte motivo para esta preferência. Segundo nossas amostras, percebe-se que de 1867 a 1879 a mão-de-obra escrava custava de 33% a 81% menos do que a livre, e que, nestes doze a-

nos, os custos daquela subiram apenas 7,7%, e os desta, 46,6%. Mais convincentes ainda são nossos cálculos das taxas de mais-valia auferidas sobre estes dois setores da força de trabalho.[8] Ficou comprovado que a taxa auferida sobre o escravo é sistematicamente mais alta do que a taxa auferida sobre o trabalhador livre, e que aquela chega a ser duas vezes mais alta do que esta durante quatro dos sete anos considerados. Qualquer preferência pelo trabalho escravo por parte de nossos capitalistas ingleses se torna perfeitamente compreenssível quando consideramos que o escravo era mais lucrativamente explorado do que o trabalhador livre. Ao mesmo tempo, estas taxas de mais-valia indicam que o capitalismo é plenamente capaz de utilizar elementos tradicionais ou não-capitalistas quando a situação o exige ou quando oferecem vantagens.

A importância da reconstrução da divisão de trabalho do departamento subterrâneo e do departamento de redução, os maiores (pelo menos 70% da força de trabalho total estava empregada neles) e mais bem documentados da Mina, reside mais no seu conjunto do que no exame das dezenas de categorias individuais de tarefas. Este conjunto é complexo e revela uma organização sistemática de uma grande força de trabalho. É um tipo de organização que exemplifica o capitalismo transicional do Século XIX na medida em que, faltando-lhe meios tecnológicos para aumentar lucros através da eliminação do trabalho humano, cabe-lhe sistematizar a divisão de trabalho, aumentando assim a taxa de mais-valia absoluta. Esta organização é a maior contribuição da penetração inglesa na mineração brasileira. Se no Brasil faltavam tanto o hábito da associação de capitais quanto capitais individuais suficientemente vultosos para organizar a mineração nesta base, o capital britânico estava disponível e era capaz. Uma vez que uma antiga mineração fosse dotada com a relativamente simples tecnologia européia, tornar-se-ia lucrativa aproveitando uma organização de trabalho cuja eficiência fora revelada ao mundo no Século XVIII por Adam Smith. Embora seja conhecido que alguns grandes cafezais brasileiros do nosso período agregavam mais trabalhadores do que a Mina de Morro Velho, o ritmo da produção agrícola necessitava apenas de uma divisão de trabalho muito rudimentar, a não ser em termos sazonais. Portanto, Morro Velho deve representar uma das maiores e mais complexas experiências de divisão de trabalho no Brasil Imperial, desempenhando assim um importante papel modernizador através de um efeito de demonstração.

Pelo exame das categorias que integravam esta complexa divisão de trabalho, verificamos que os escravos participaram em todas as categorias, o que significa que o trabalho escravo não é somente adaptável às mudanças de ordem organizacional ditadas pela racionalidade do capitalismo do século passado, mas também pode servir como a mão-de-obra básica para efetuar tais mudanças. O trabalho escravo, portanto, não representa ne

GRÁFICO I

DIVISÃO DAS DESPESAS COM MÃO-DE-OBRA
(MORRO VELHO) 1838-1885

FONTE: Saint John D'El Rey Mining Company, Limited. Annual Reports 1839-1859. Londres, R. Clay, 1839-1859.

___. Annual Reports 1860-1884. Londres, R. Clay, Sons, and Taylor, 1860-1884.

___. Annual Reports 1885-1886. Londres, R. Clay, Sons, and Taylor, 1885-1886.

QUADRO I

COMPARECIMENTO MÉDIO DIÁRIO NO DEPARTAMENTO DE MINAS
ANOS SELECIONADOS: 1850-1885

SEÇÃO	FUNÇÃO	1850	1855	1860	1865	1870	1875	1880	1885
Abertura de galeria	broqueiros	236	261	263	231	151	111	117	82
	selecionadores	41	68	-	-	-	32	37	33
	foguistas	15	18	15	16	13	6	7	4
	carreg. de broca	18	21	11	13	9	3	6	4
Transporte do minério	carregadeiros	23	30	113	160	96	39	42	59
	caçambeiros	30	41	42	42	37	12	17	68
	pesadores	7	10	10	10	9	4	4	5
	maquinistas	4	6	7	6	5	5	5	10
	plateau-praça	-	14	24	23	15	-	-	4
Segurança	escoradores	20	29	52	88	22	*21	*53	*65
	perfuradores	5	9	8	19	6			
	pedreiros	-	2	-	5	-	-	-	-
	abrigo segurança	12	-	-	-	-	5	7	4
Várias	ferreiros	25	24	24	18	10	*13	*14	*12
	assist. ferreiros	17	18	19	21	12			
	explorações	3	6	9	2	-	-	-	-
	zelad. ferramentas	4	5	2	2	2	-	-	2
	regos	10	51	8	31	19	15	20	6
	superfície	-	2	11	22	-	30	-	-
	feitores	2	2	3	5	3	2	1	-
	miscelânea	19	17	26	29	15	7	36	29
	mulheres	8	8	9	13	13	1	3	1
	convalescentes	18	23	8	11	7	4	-	-
	doentes	25	20	21	28	20	20	20	12
Totais	trab. livres	55	274	275	343	228	136	249	306
	escravos	486	407	409	453	235	196	141	95
	TOTAL	541	681	684	796	463	332	390	401

* de 1875 a 1885 estas categorias estão unificadas na apresentação do comparecimento médio.

FONTE: SAINT John d'El Rey Mining Company. Annual reports 1851, 1856. Londres, R. Clay, 1851, 1858.

___. Annual reports 1861, 1866, 1871, 1876, 1881. Londres, R. Clay, Sons and Taylor, 1861, 1866, 1871, 1976, 1881.

___. Annual report 1886. Londres, R. Clay and Sons, 1886.

nhum entrave estrutural ao desenvolvimento das novas relações de produção introduzidas pelo nascente capitalismo industrial. Quanto às tarefas individuais, vimos concretamente que o escravo é capaz de ser inserido numa complexa divisão de trabalho, concentrando-se numa só atividade subordinada a um ritmo de trabalho industrial. Ademais, dentro dos limites dos avanços tecnológicos da mineração do século passado, o trabalho escravo provou-se capaz de acompanhar diretamente o melhoramento tecnológico gerado nesta época. Havia escravos maquinistas, dezenas de cativos empregados no engenhoso trabalho de escoramento e nos processos de redução, bem como vários escravos encarregados de tarefas de supervisão. Deve-se notar que, enquanto a administração inglesa julgava certos escravos para assumirem atividades de responsabilidade técnica e de supervisão, não temos nenhuma evidência de que estas atividades fossem atribuídas a trabalhadores livres, com a exceção de forros libertados pela própria Companhia.

É preciso enfatizar a qualidade desta divisão de trabalho como uma organização altamente racional e, em função de sua racionalidade, uma organização de cunho nitidamente transicional. Uma formação econômico-social em plena fase de transição, como a do Brasil imperial, necessariamente se caracteriza por uma série de contradições estruturais e neste sentido, as articulações entre o capitalismo industrial e o escravismo que se registraram no âmbito dos processos produtivos durante o século passado representam uma contradição básica para a continuada reprodução deste. Sabemos perfeitamente que o desenvolvimento de uma complexa divisão de trabalho antecedeu a Revolução Industrial européia, constituindo, de fato, uma das condições prévias para o processo de industrialização que se deu a partir da segunda metade do Século XVIII. Não seria normal imaginar, então, que qualquer formação econômico-social tem de passar por uma fase em que sua força de trabalho é submetida à crescente complexidade de uma divisão técnica de trabalho antes que ela possa ingressar na era da plena industrialização? Ora, no caso do Brasil imperial, a mão-de-obra mais amplamente disponível era a escrava e, nas minerações inglesas de Minas Gerais, é a força escrava que serve como base para o desenvolvimento de uma divisão de trabalho comparável à organização de trabalho utilizado pelo próprio capital industrial europeu da época. Se, nesta fase, a formação de uma força de trabalho livre, plenamente proletarizada, é bastante precária, temos que voltar as nossas atenções para o trabalho escravo, pois é ele que sente de perto as pressões mudancistas e reage de acordo com sua capacidade. Em outras palavras, na sociedade escravista brasileira do Século XIX, o escravo é o trabalhador transicional que caminha paulatinamente em direção à formação do proletariado nacional.

Antes de concluir, parece-nos legítimo fazer uma indagação que

nos ocorre desde nossa defesa de tese. A Mina de Morro Velho representaria um caso tão excepcional das articulações concretas entre o escravismo e o capitalismo industrial, reduzindo seu valor enquanto objeto de análise para compreender o processo transicional global? Ao considerar isoladamente as inovações tecnológicas introduzidas na Mina pelos ingleses, a resposta certamente seria negativa. Quanto a sua complexa divisão técnica de trabalho e seu aparelho administrativo rigorosamente moderno, em termos contemporâneos, podemos afirmar que no Brasil do Século XIX a entidade Morro Velho/Saint John configurava, no mínimo, um exemplo singular de organização racional. No entanto, não encontramos evidência alguma de que a sociedade escravista se sentia ameaçada pela nova organização de produção que foi se construindo no seu bojo - pelo contrário, teciam-se inúmeros elogios na imprensa mineira ao "maravilhoso" progresso trazido pelo capital britânico. Nossa análise dos custos comparativos dos três componentes da força de trabalho da Mina, especialmente o cálculo da taxa de mais-valia auferida sobre cada um, realmente foge dos quadros de objetos que normalmente se encaixam nos estudos sobre a escravidão. Àqueles que insistem na impossibilidade de fazer tais cálculos sobre o trabalho escravo, respondemos que a contabilidade da Companhia literalmente pede ao pesquisador realizá-los. É claro que condições especiais e muito específicas existentes na Mina - o grande número de escravos alugados, o pagamento de prêmios e horas extraordinárias, a detalhada contabilidade das despesas de manutenção da força cativa e a amortização dos gastos com a compra de escravos ainda pertencentes à empresa no período em que baseamos nossos cálculos - facilitaram esta parte da análise. Não estamos querendo sugerir que se possa extrapolar os achados do nosso estudo de caso para os últimos trinta anos da escravidão brasileira. Eles apenas apontam para a caracterização da Mina de Morro Velho, no seu conjunto histórico, como um caso limite que demonstra os extremos da flexibilidade do sistema escravista nas suas articulações com o modo de produção capitalista.

De qualquer forma, o propósito original do nosso trabalho de tese foi o de diminuir uma imaginada distância qualitativa entre o trabalho escravo e o trabalho livre, que sugere que este é uma forma de mão-de-obra superior àquele, e que o trabalho escravo, em si, teria representado um entrave à industrialização das sociedades escravistas. Esperamos ter demonstrado com nosso exemplo da Mina de Morro Velho que esta distância não se comprova ao nível de uma empresa estrangeira cuja racionalidade capitalista ficou amplamente revelada. Assim, se o sistema escravista se tornava cada vez menos compatível com o avanço do capitalismo industrial, devemos estar atentos aos exemplos da transição modernizante processada dentro deste mesmo sistema. A relevância de nossas conclusões pa-

ra a historiografia da escravidão decorre do papel evolucionário do trabalho escravo na transição do sistema escravista para o modo de produção capitalista. Com base nas experiências de Morro Velho é possível afirmar que as relações de produção do sistema escravista estavam em transição no Século XIX na medida em que o fator capital se modernizava, enquanto o fator trabalho se ajustava a esta modernização, provocando a emergência de uma nova categoria de trabalho: o trabalho livre.

NOTAS

1 - Uma versão revisada e com apresentação do Prof. Francisco Iglésias deve ser lançada pela Editora Itatiaia até o fim do ano.

2 - The Political economy of slavery. New York, Vintage Books, 1967. The world the slaveholders made. New York, Vintage Books, 1971.

3 - Ver, entre outros: NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. 4 ed. Petrópolis, Vozes/Brasília, INL, 1977. p. 161. COSTA, Emília Viotti da. O escravo na grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (direção). História da civilização brasileira. t. 2. v. 3. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. p. 168. IANNI, Octávio. Raças e classes sociais no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p. 30-1. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 7 ed. São Paulo, Nacional, 1967. p. 148. CARDOSO, Fernando Henrique. Condições sociais da industrialização de São Paulo. Revista Brasiliense. 28: 35, 1960. GORENDER, Jacob. Escravismo colonial. São Paulo, Ática, p. 74-5.

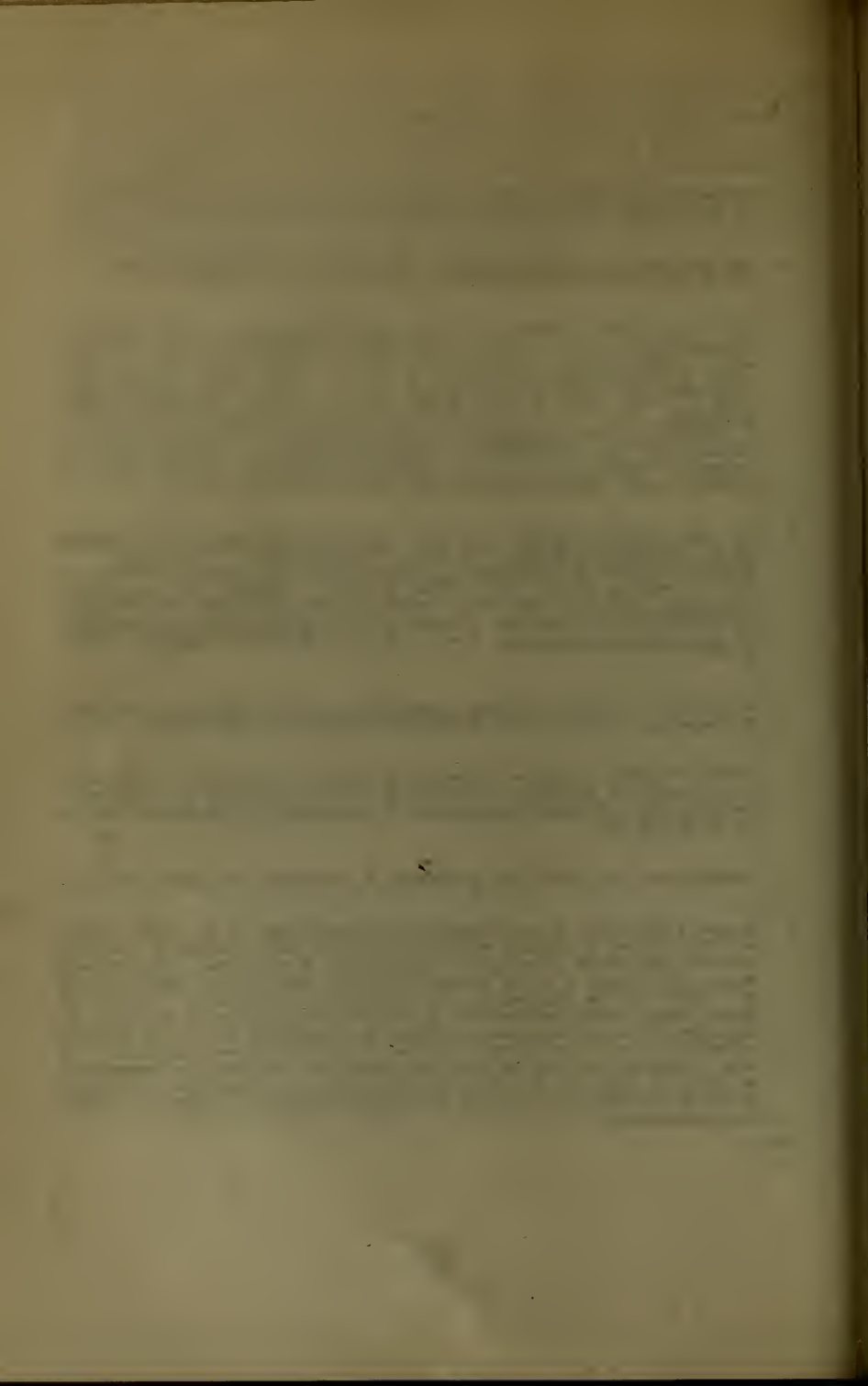
4 - Ver, por exemplo: STAMP, Kenneth M. The peculiar institution: slavery in the ante-bellum south. New York, Vintage Books, 1956. p. 67. STAROBIN, Robert S. Industrial slavery in the old south. New York, Oxford University Press, 1970. WADE, Richard C. Slavery in the cities: the south 1820-1860. New York, Oxford University Press, 1972. FOGEL, Robert William & ENGERMAN, Stanley L. Time on the cross: the economics of american negro slavery. Boston, Little, Brown and Company, 1974. p. 199.

5 - Ver: RIPPY, J. Fred. British investments in Latin America, 1822-1949. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1959, p. 174-8.

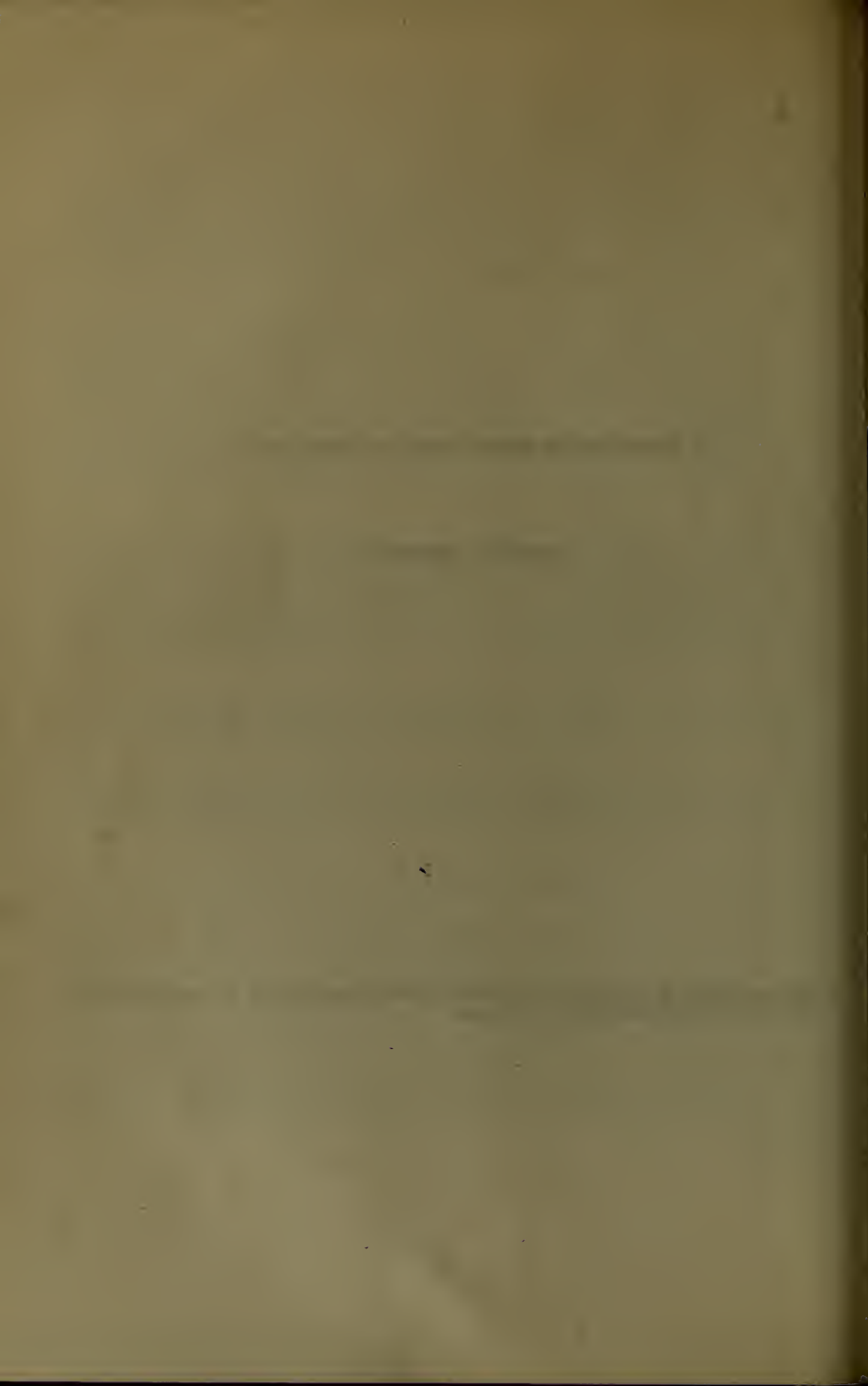
6 - A Mina só seria reaberta novamente nos meados da década de 1890, após a realização de extensos trabalhos de modernização que a estabeleceram como uma instalação precursora da tecnologia da mineração aurífera do Século XX.

7 - Redução aqui se refere aos processos de refinação do minério bruto.

8 - Graças à detalhada e bem organizada contabilidade da St. John, pudemos discriminar o capital variável avançado para custear o trabalho escravo (os custos de aluguel e manutenção de escravos, além de pagamentos de prêmios e horas extraordinárias), bem como o capital variável envolvido nos pagamentos salariais aos trabalhadores livres. Ao mesmo tempo, tendo determinado a composição proporcional da força de trabalho total, conseguimos calcular as proporções do lucro líquido auferido sobre a mão-de-obra escrava e sobre a mão-de-obra livre. Assim, a taxa de mais-valia auferida sobre cada um dos dois componentes da força de trabalho foi obtida dividindo-se a respectiva proporção do lucro líquido pelo capital variável avançado para custear o respectivo componente.

/les.

A TRIBUTAÇÃO EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

FERNANDO REZENDE*

* do Instituto de Pesquisas do IPEA e Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas

E porque tive informação de que no tempo em que os quintos se pagaram por via da contribuição repartida pelos moradores,houve queixas dos povos contra os que cotizaram para que no caso de haver em alguns anos falta na soma do ouro que ficar nas casas de fundição, e nos resíduos dos anos precedentes, seja necessário perfazerem-se as sobreditas cem arrobas por via de derrama: Ordeno, que estas em tais casos se façam nunca pelas respectivas câmaras separadamente, mas sim por elas, concorrendo conjuntamente a assistência e a intervenção do ouvidor, intendente, e fiscal de cada comarca. Aos quais todos encarrego, e mando que com os olhos em Deus e na justiça ponham todo o cuidado e toda a diligência para que cada um pague em proporção ao que tiver, evitando a grande desordem de se aliviarem os ricos com a consequência de serem os pobres vexados, sobre pena de que tendo informação desta desigualdade me darei por muito mal servido, e mandarei proceder contra os que para ela concorrerem por comissão, ou ainda omissão, segundo o merecer a gravidade do caso, e a culpa dos que nele achar compreendidos.

(trecho de Alvará Real de 3/12/1750)

(*) Este artigo resume os resultados de uma pesquisa realizada para a Escola de Administração Fazendária - ESAF - com base em documentos originais constantes da Coleção Casa dos Contos, cuja preservação e organização constitui um importante projeto daquela Escola. A pesquisa e a redação do relatório original contou com a participação dos seguintes pesquisadores: Martha Bastos Guedes, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, Sheila Gabeto Martinez, Paulo Roberto Elian dos Santos e Francisca Helena de Oliveira. A eles deve ser creditado a maior parte do trabalho que permitiu a preparação deste artigo.

I - Introdução

A análise histórica da evolução da carga fiscal e das modificações estruturais no sistema tributário contribui para recuperar o aspecto político na análise de alternativas de política fiscal. Trata-se de identificar os fatores que explicam a ampliação da capacidade extrativa do Estado e a forma como o incremento do ônus tributário se reparte por diferentes grupos sociais, buscando analisar as relações de poder em diferentes períodos, as desigualdades internas quanto às iniciativas governamentais e os efeitos redistributivos que resultam desse conflito.

Não obstante a sua relevância, os aspectos históricos da tributação têm estado ausentes do debate atual sobre os problemas fiscais do país. Isto, quando a atitude usualmente adotada para solucionar os recorrentes déficits orçamentários não se diferencia substantivamente da prática da derrama utilizada pelo governo português no período colonial; quando o cálculo do imposto devido por estimativa continua sendo uma forma de contornar dificuldades operacionais; e quando a descentralização da arrecadação se propõe a tornar mais eficiente a administração fiscal.

Os resultados parciais de estudo sobre a tributação em Minas Gerais durante o ciclo ouro, resumidos neste artigo, mostram que diversos aspectos da política e da administração tributária do período mantêm a sua atualidade. Em particular, é importante destacar que a distância entre a intenção de justiça enfatizada no édito real e os resultados empíricos que revelam uma acentuada iniquidade na repartição do ônus tributário permanece como o ponto central das críticas ao sistema tributário brasileiro, a despeito da complexidade e sofisticação incorporadas ao longo de quase dois séculos e meio de história nacional.

2. O SISTEMA TRIBUTÁRIO

2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O sistema tributário em Minas Gerais, no século XVIII, caracterizava-se por uma acentuada fragmentação. Taxava-se tudo: a produção, as vendas, a circulação de mercadorias e pessoas, a propriedade e sua transferência.

Pelos padrões atuais podemos identificar as seguintes categorias de impostos: a) impostos sobre a produção (quinto do ouro e dos diamantes, dízimos reais e misto); b) impostos sobre a circulação de mercadorias (entradas, subsídios voluntários, portagem); c) impostos sobre a prestação de serviços (donativos, terças-partes, propinas); d) impostos sobre a renda (dízimos pessoais); e) impostos especiais (subsídio literário); f) impostos sobre a circulação de pessoas (passagens, pedágio); g) impostos sobre a propriedade (foro; censo); h) im

postos sobre a transmissão de propriedade (sisa - imóveis - meia -sisa - escravos); i) contribuição de melhoria (mão comum); j)contribuições diversas destinadas à Igreja (pé de altar, côngruas; miúças, Bula de Cruzada).

Os impostos sobre a produção eram ad-valorem e estipulavam uma contribuição de 20%, caso do ouro e dos diamantes, e de 10% no caso das demais mercadorias (ver quadro 1).

Os impostos sobre a circulação de mercadorias e de pessoas eram específicos, isto é, estabeleciam uma contribuição fixa segundo a espécie de mercadoria, as pessoas e as montarias que cruzavam os registros localizados nos principais caminhos para a região das minas.Convém lembrar que os escravos eram considerados como mercadorias e por eles se pagavam direitos de entradas, da mesma forma que pelas mercadorias em geral. As alíquotas abaixo vigoraram, aparentemente, durante todo o século:

Passagens - $080 por pessoa e $160 por montaria;

Entradas - duas oitavas por escravo; duas oitavas por cavalo ou mula sem sela; uma oitava por cabeça de gado vacum; uma oitava e meia por duas arrobas de carga de fazenda seca; e meia oitava por carga de molhados.

Os chamados dízimos pessoais eram uma modalidade de imposto sobre a renda. Incidiam sobre o lucro de qualquer cargo, comércio ou ofício, sendo pagos diretamente ao clero na proporção anual de 10%. A alíquota do imposto sobre a transmissão de propriedade imobiliária (sisa) era equivalente à atual: 1%. A venda de escravos estava sujeita à alíquota de 0,5% - meia sisa - a metade do imposto sobre a venda de bens imóveis.

Na prestação de serviços o fisco atuava através da cobrança de donativos, terças-partes - a terça-parte dos rendimentos - pagos ao fim de cada ano pelos serventuários dos ofícios de Justiça e Fazenda; e de propinas - instituídas na capitania em 1715. As propinas consistiam em um acréscimo aos contratos da Fazenda Real, quantia destinada inicialmente aos ministros e oficiais do Conselho Ultramarino. A partir de 1720, tais ministros passaram a receber do Contrato dos Dízimos 800$000 anuais.

3. RECEITA E CARGA TRIBUTÁRIA

3.1. A ESTRUTURA DA RECEITA

Como atividade que caracterizava o próprio ciclo, a produção de ouro era, de longe, a principal base impositiva. Considerando as informações existentes sobre arrecadação dos principais impostos, a receita proveniente do tributo sobre a extração de ouro representava, no

Quadro I

Sistema Tributário em Minas Gerais no Século XVIII

Composição e Características dos Principais Tributos

CAMPO DE INCIDÊNCIA	ALÍQUOTA NOMINAL	FORMA DE ARRECADAÇÃO	PROCEDIMENTOS UTILIZADOS DADA A COBRANÇA
- Produção de Ouro	20%	Direta	Variável no período adotando-se, alternativamente o critério de estimativas (fintas), capitação dos escravos utilizados na mineração e cálculo efetivo do quinto (Casas de Fundição).
- Produção de Diamantes	20%	Direta	Capitação dos escravos.
- Produção de Mercadorias em geral	10%	Contratos de Arrematação	...
- Circulação de Mercadorias nos caminhos para a região das minas.	- duas oitavas por escravos ou animal - uma oitava por cabeça de gado - uma oitava e meia por duas arrobas de carga de fazenda - meia oitava por carga de molhados	Contratos de Arrematação	Instalação de Registros em pontos estratégicos dos caminhos.
- Circulação de Pessoas nos caminhos para a região das minas.	- $80 por pessoa. - $160 por mercadoria.	Contratos de Arrematação	Instalação de Registros em pontos estratégicos dos caminhos.
- Rendimentos auferidos por pessoas, ofícios.	10%	...	...

início do século, cerca de 70% da receita total. Se adicionarmos a arrecadação sobre a produção de diamantes e dois terços de arrecadação dos dízimos, é possível estimar em pouco mais de 80% a participação dos impostos sobre a produção no total da receita. Os impostos sobre circulação de mercadorias respondiam por 15% da arrecadação, revelando a absoluta predominância de impostos indiretos sobre mercadorias no sistema fiscal. (Ver Quadro 2).

Modificações estruturais ao longo do período refletem as transformações na economia regional. A queda na participação relativa do imposto sobre o ouro na segunda metade do século resultou do declínio na atividade de mineração e é acompanhada de uma sensível redução na receita total.

Durante a fase ascendente do ciclo da mineração, a receita dos principais impostos sobre transações internas - entradas e dízimos - cresceu a taxas superiores ao crescimento da arrecadação do quinto sobre a extração mineral. A decadência da mineração, na segunda metade do século não foi acompanhada, no entanto, de um decréscimo equivalente da arrecadação dos demais tributos, a qual manteve uma relativa estabilidade, indicando um esforço das autoridades em ampliar a extração fiscal da renda gerada na Colônia.

O quadro 3 mostra as taxas de crescimento da receita do quinto e dos demais impostos cobrados na época, revelando a diferença de comportamento na segunda metade do século. Enquanto a receita do quinto apresentou acentuada queda, os demais tributos mantiveram um comportamento mais regular. As entradas apresentaram taxas de crescimento negativas, porém insignificantes. O mesmo verificou-se no caso dos dízimos, ainda que nesse caso as taxas tenham sido positivas.

3.2. A CARGA TRIBUTÁRIA

A inexistência de estimativas sobre a renda da Capitania de Minas Gerais no século XVIII impede o cálculo de coeficientes de carga tributária segundo os critérios atuis. Não obstante, algumas evidências a respeito podem ser obtidas a partir de informações disponíveis sobre a arrecadação das principais modalidades de tributos. Dos impostos vigentes à época, o quinto sobre a produção mineral (ouro e diamantes) era de incidência restrita, e podemos admitir que o ônus do confisco era integralmente suportado pelos mineradores.

A população arcava, direta ou indiretamente, com o ônus dos demais impostos que incidia sobre pessoas e mercadorias - principalmente entradas, passagens e dízimos. A arrecadação desses impostos "gerais" fornece, assim, uma estimativa da carga tributária global em valores

Quadro 2

MINAS GERAIS - SÉCULO XVIII

ESTRUTURA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - MUDANÇAS OCORRIDAS NO PERÍODO

ANO	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA TOTAL - PERCENTAGENS					
IMPOSTO	1725	1740	1755	1770	1785	1799
Quinto do ouro	74,0	65,5	58,0	57,4	58,0	50,0
Quinto dos diamantes	...	11,0	14,0	18,0	...	...
Entradas	14,0	14,5	21,0	16,0	27,0	30,6
Dízimos	11,2	8,3	6,2	8,0	14,1	18,3
Passagens	0,8	0,7	0,8	0,6	0,9	1,1
Arrecadação total (em mil réis)	692.561	1.232.713	979.341	788.367	463.177	395.824

Fonte: Noya Pinto, Virgílio. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português. op. cit.

Nota: Nos dados acima não estão incluídos impostos menos importantes para os quais não foram encontradas quaisquer estimativas de arrecadação.

A capitação dos diamantes foi iniciada em 1730 e perdurou até 1771. A partir dessa data a extração de diamantes passou a ser realizada diretamente pela Coroa Portuguesa.

Quadro 3

RECEITA TRIBUTÁRIA EM MINAS GERAIS - SÉCULO XVIII

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO

PERÍODO / IMPOSTO	1714-1725	1726-1734	1735-1750	1751-1768	1769-1799
Quinto do Ouro	10,3	0,08	2,6	-2,0	-2,4
Passagens	6,5	-4,16	4,8	-3,6	0,01
Entradas	28,0	3,4	2,4	-0,8	-0,1
Dízimos	15,0	0,5	-0,8	0,4	0,5

Fonte dos Dados Brutos: Noya Pinto, Virgílio. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português.op. cit.

absolutos. Como a renda oriunda da extração mineral constituía a base econômica da Capitania, a relação entre a receita dos impostos "gerais" e a renda implícita na arrecadação do quinto é uma das formas de avaliar a evolução da carga tributária no período.
Os coeficientes globais de carga tributária, calculados segundo critério mencionado anteriormente, são apresentados no quadro 4. Vale a pena notar que teria ocorrido um acréscimo mais significativo durante o último quartel do século, coincidindo com a decadência da mineração e com a insurreição mineira. Durante cerca de 50 anos, a pressão fiscal teria guardado uma relativa estabilidade (entre 9 e 12% da renda proveniente da mineração). A tentativa do Estado em aumentar o nível de extração fiscal na fase do declínio da produção de ouro agravou as tensões sociais e gerou clima propício à revolta. É sintomático que entre os conspiradores se incluíssem pessoas que eram ou tinham sido contratadoras de impostos com a Coroa, e cuja dívida estaria, possivelmente, aumentando em face da crescente impossibilidade de a população atender aos compromissos assumidos.

Ao se tomar por base as estimativas populacionais utilizadas por Cassio Lanari[1] cada habitante livre estaria pagando, em 1776, cerca de 1$200 ao Erário local, sob a forma de direitos de entradas, passagens e dízimos.

3.3. A DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Se em termos agregados os coeficientes de carga tributária não parecem muito elevados quando comparados com os padrões atuais, é certo que a tributação atingia de forma relativamente severa toda a população. Levantamento da arrecadação dos dízimos em 1751 mostra uma extensa relação de contribuintes. Estavam sujeitos ao pagamento do imposto: escravos, pretos alforriados, pardos, prestadores de serviços, militares, agricultores, artesões, comerciantes, viúvas, ausentes (os que não habitavam na comarca) e, até mesmo, defuntos. A contribuição variava de frações mínimas da oitava de ouro a, aproximadamente, mil oitavas, conforme a categoria social do contribuinte.
O quadro 5 mostra os resultados do levantamento referente aos dízimos recolhidos em 1751, segundo classes de valores de contribuição. Verifica-se uma acentuada concentração da receita com apenas 15% dos contribuintes respondendo por 70% do total arrecadado.
A contribuição média também variava acentuadamente: de 6$200, para os valores mais baixos, a 1:140$700, para quantias acima de 500 oitavas de ouro. A média geral foi calculada em 82$300.

Quadro 4

ANOS	Receitas das entradas, passagens e dízimos (mil réis) (A)	Renda de produção de ouro (mil réis)[1] (B)	Coeficiente de carga tributária (A/B)
1715	3.141	737.868	0,02
1725	181.756	1.912.232	0,09
1735	241.025	2.037.254	0,12
1745	286.436	3.624.023	0,09
1755	276.631	2.899.607	0,10
1765	284.396	2.255.270	0,13
1775	222.567	1.845.007	0,12
1785	193.839	1.077.350	0,18
1790	202.995	818.073	0,25
1795	195.886	884.736	0,22
1799	199.217	786.432	0,25

[1]Correspondente a 80% do valor do ouro extraído, calculado com base na arrecadação do quinto.

Fonte: Dados brutos de Noya Pinto, Virgílio. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português. op. cit.

Quadro 5

DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DOS DÍZIMOS - 1751

CLASSES DE RECEITA (EM OITAVAS DE OURO)	FREQÜÊNCIA (Nº DE CONTRIBUINTES)	MÉDIA DA DISTRIBUIÇÃO POR CLASSE (EM MIL RÉIS)	ARRECADAÇÃO TOTAL (EM MIL RÉIS)
0 a 10	239	6,2	1.482
10 a 20	89	22,2	1.980
20 a 50	104	53,1	5.520
60 a 100	42	115,2	4.832
100 a 300	45	212,2	9.548
200 a 500	51	502,3	15.570
mais de 500	6	1.140,7	6.844
TOTAL	556	82,3	45.782

Fonte: Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos. Microfilme 003.127-72, Rolo 128, v. 2029.

4. A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

4.1. INTRODUÇÃO

Se as dificulades administrativas ainda são apontadas hoje em dia como causa de baixa eficiência na arrecadação de impostos, é fácil imaginar os problemas enfrentados pelas autoridades da época. Grandes distâncias, precárias comunicações, organização econômica incipiente e baixa qualificação profissional dos quadros públicos, contribuíam para sucessivas regulamentações, buscando garantir um rendimento satisfatório do fisco.

Com exceção do ouro e dos diamantes, para os quais a concentração da atividade produtiva facilitava a arrecadação direta, a arrecadação dos demais impostos era objeto de arrematação. Os contratos estipulavam o montante a ser pago ao Estado em um determinado período (geralmente três anos), cabendo ao contratador a responsabilidade pelo sistema de cobrança e pela forma de arrecadação.2

Gastos excessivos, riscos e dificuldades na administração dos diversos tributos eram os motivos alegados pelo Erário Real para transferir a particulares a responsabilidade pelo sistema de arrecadação. Isentava-se, portanto, tomando para si apenas o encargo de fiscalizar e regulamentar a cobrança de cotas estabelecidas, mediante leilão,para os triênios em que vigoravam os contratos arrematados.

4.2. O QUINTO SOBRE A PRODUÇÃO DE OURO E DIAMANTES

A vastidão do território e a diversidade de caminhos para a circulação de mercadorias tornavam difícil o controle fiscal sobre as atividades de mineração. Assim, embora a legislação portuguesa previsse o monopólio da Coroa sobre a extração mineral e o pagamento do quinto (equivalente a 20% da produção aurífera) a aplicação desses dispositivos era tarefa complicada. As sucessivas mudanças nos métodos utilizados para a cobrança do impsto sobre o ouro refletem os problemas enfrentados pelas autoridades portuguesas para coibir o descaminho e a sonegação.

Entre 1700 e 1713, a arrecadação do quinto apresentou valores insignificantes ,sofrendo variações bruscas. Muitas vezes o volume do metal confiscado sobrepujou o do arrecadado, apesar de, como afirma Antonil[3], a extração anual situar-se em cerca de 300 arrobas. Em 1710, tentando-se diminuir a deficiência fiscal, o quinto passou a ser cobrado sobre o número de bateias utilizadas - o que incidia diretamente sobre o número de escravos , à semelhança da capitação. O sistema, embora dificultoso, produziu melhores resultados, pois a arrecadação atingiu 13.579 oitavas em 1711, contra 5.682 oitavas no ano anterior[4].

A partir de 1713, o cálculo do quinto foi substituído pela fixação

arbitrária de quantias anuais a serem pagas pelos mineiros, como estimativa do imposto devido - um método até hoje utilizado pela administração fiscal. Essas estimativas - fintas - variavam ao sabor do apetite fiscal e das expectativas quanto aos níveis efetivos de sonegação. Tal modalidade de arrecadação estabeleceu um teto mínimo a ser alcançado na cobrança. Entre 1713-18, o teto mínimo foi de 30 arrobas. A partir de 1718, perdurando até o ano de 1722, o teto foi rebaixado para 25 arrobas, mas os direitos de passagens nos registros não mais seriam arrecadados pelas Câmaras Municipais, e sim pela Real Fazenda. De 1722 até 1725, quando esse sistema foi suspenso, a finta elevou-se abruptamente para 52 arrobas. Os determinantes básicos dessas variações foram as causas internas relacionadas, em parte com os interesses dos produtores coloniais que temiam o restabelecimento do quinto. Isto pode ser exemplificado pela elevação do teto mínimo na última fase da finta (1722-1725). Diante da ameaça de cobrança do quinto para o ano de 1721, já que havia sido criada, em 1719, a Casa de Fundição de Vila Rica (cujo funcionamento foi retardado após as rebeliões em Pitangui, em 1720, e Vila Rica, em 1721), os produtores e proprietários de estabelecimentos comerciais propuseram a elevação do teto, tentando negociar com a Coroa uma diminuição do nível de taxação. Durante todo o período de vigência da finta, a cobrança conseguirá cumprir o teto mínimo estabelecido, atingindo um montante de 324 arrobas, ao longo de 12 anos.

O estabelecimento das Casas de Fundição permitiu substituir o regime das fintas pela cobrança do quinto, a partir de 1725.Do ouro encaminhado para fundição, 1/5 era imediatamente separado e constituía o imposto devido à Coroa. O restante era fundido em barras devidamente carimbadas e acompanhadas de certificado, cuja apresentação era exigida nos registros, para configurar a autenticidade do produto.No período de 1725 a 1735, quando da adoção dessa modalidade de cobrança, a arrecadação do quinto alcançou cerca de 100 arrobas anuais, representando uma produção estimada em pouco mais de 6 mil arrobas para todo o período. No cálculo dessa estimativa devemos levar em conta que, o quinto fora fixado em 12% no intervalo de 1730 a 1732, ao invés dos 20% habituais.

Apesar dos rigores da legislação persistiam os problemas enfrentados pelas autoridades. O insuficiente rendimento da arrecadação fiscal aumentava a insatisfação com o funcionamento do sistema. A receita do quinto, em 1729, alcançou o mais baixo nível do período - 57 arrobas, aproximadamente - em virtude de um provável aumento da sonegação. No ano seguinte, a arrecadação alcançou 65 arrobas e 98 em

1731. O aumento do valor da oitava e a redução do quinto para 12%, a partir de 1730, não foram insuficientes para conter, por mais tempo, o contrabando. Ao assumir o governo da capitania, o Conde de Galveias anulou tais medidas enquanto anunciava a determinação régia de estabelecimento da capitação sobre a produção aurífera - fato que não se consumou em sua administração por se oporem a ele mineiros e a própria Junta da Fazenda Real. Como resultado das negociações, instituiu-se a finta de 100 arrobas. Visando acabar com a instabilidade, a partir de 1735 a Coroa substituiu o quinto pela capitação e censo das indústrias. A capitação incidia sobre o número de escravos utilizados na atividade mineira e foi inicialmente fixada em 4 oitavas e 3/4. O censo das indústrias incidia sobre os estabelecimentos comerciais, variando segundo o tamanho das lojas. Para cada ofício 4 oitavas e 3/4; para uma loja grande, 24 oitavas; loja medíocre, 16 oitavas; loja inferior, 8 oitavas; e cada venda, 16 oitavas.[5]

Do ponto de vista estritamente fiscal, a capitação produziu seus efeitos. A arrecadação manteve-se em torno de 120 arrobas anuais - com um aumento de 30% em relação ao período anterior. O sistema, entretanto, foi duramente combatido pelos produtores, pela iniquidade da forma de cobrança. Tendo em vista o caráter incerto da mineração, não era possível estabelecer uma clara relação entre a produção efetiva do ouro e o número de escravos empregados nas minas. O resultado é conhecido. A distribuição da carga tributária não guardava proporção com o volume produzido e aumentava as agruras dos empresários menos afortunados.

Segundo C.R. Boxer,[6] "a taxa de capitação mostrou ser altamente impopular, pelas seguintes razões, entre outras: incidia mais duramente sobre os pobres do que sobre os ricos, pois os mineiros cujos escravos tinham sorte na lavagem do ouro pagavam sobre cada escravo a mesma quantia que pagavam os outros mineiros cujos escravos pouco ou nada ganhavam - e eles formavam a grande maioria. Da mesma maneira, os donos de oficinas, lojas e hospedarias que não davam lucros pagavam as mesmas taxas impostas sobre os que estavam retirando grandes proventos de seus estabelecimentos".

A partir de 1750, a administração do Marquês de Pombal impôs uma reforma nos métodos de fiscalização da exploração aurífera. Reinstituiu-se a cobrança do quinto e aboliu-se o imposto de capitação. A ameaça da "derrama" instituída em 1734, passou a ser uma possibilidade mais concreta, já que se constituía em uma cobrança forçada para que o teto de 100 arrobas/ano na arrecadação do ouro fosse alcançado. Além disso, no combate ao contrabando, a Real Fazenda passou a recompensar informantes ou delatores com metade do ouro apreendido.

As marchas e contra marchas no sistema de administração do quinto revelam a clara percepção que as autoridades metropolitanas tinham a

respeito de elevados índices de evasão. Em geral, procurava-se contornar o problema de forma extremamente simplista; a fixação de cotas globais mínimas de receita, cujo não atendimento provocava a acumulação de déficits para com o Governo. Sucessivos déficits provocavam a ameaça da derrama, tornando bem mais tensas as relações entre o Governo e a população.

A derrama consistia em repartir por toda a comunidade o ônus decorrente do não-cumprimento das cotas mínimas estipuladas para a arrecadação do imposto sobre o ouro. Tratava-se, assim, de uma forma de multa coletiva, possivelmente justificada pela dificuldade de fiscalização e pela impossibilidade de identificação do sonegador. De certa forma, a ameaça da derrama significava atribuir a cada mineiro uma parcela de responsabilidade pela fiscalização do cumprimento das normas vigentes, uma vez que o comportamento incorreto de alguns repercutiria posteriormente sobre todos. O Estado lavava as mãos. Se a cota estipulada não fosse cumprida, a culpa seria da comunidade, e não de uma ineficiente administração fiscal. Além disso, como a cota era estipulada com base na experiência passada, os valores tornavam-se rapidamente superestimados, em face da decadência da mineração. Nesse caso, a derrama passava a representar, efetivamente, um adicional ao imposto vigente, e não uma forma coletiva de multa, com a agravante de onerar indistintamente toda a população (produtores e não-produtores do metal).

4.3. ENTRADAS E DÍZIMOS

As informações recolhidas sobre os principais contratos de arrecadação de entradas e de dízimos sugerem que os níveis efetivos de carga tributária eram bastante inferiores à tributação nominal em virtude dos freqüentes atrasos no pagamento. Em alguns casos o valor efetivamente recolhido ao Tesouro, ao cabo de quase 30 anos, representava pouco mais da metade do valor inicialmente contratado.

Dentre as várias hipóteses que podem ser levantadas para explicar esses atrasos, podemos destacar:

a) a de que uma carga tributária muito elevada dificultava a cobrança do imposto em virtude da reduzida capacidade de pagamento da população;

b) a de que os atrasos eram fruto de uma ação deliberada dos contratadores, que, exercendo simultâneamente a função de banqueiros, obtinham ganhos adicionais com o giro do dinheiro;

c) a de que as dificuldades administrativas e de fiscalização tornavam difícil a cobrança do imposto no prazo e na forma inicialmente estipuladas.

A análise realizada em seguida busca reunir algumas informações a respeito, a partir de uma descrição das características dos principais contratos realizados ao longo da segunda metade do século XVIII.

4.3.1. OS CONTRATOS DE ENTRADAS

a) O contrato de João de Souza Lisboa

No triênio 1762-64, a arrecadação do direito de entradas esteve a cargo do contratador João de Souza Lisboa que arrematou o contrato pelo valor total de 589:242$000, assim discriminado:[7]

Preço principal por ano	195:680$000
Propinas ordinárias e munições	201$000
Propinas do ministro do Conselho	533$000
Total anual	196:414$000
Total do Triênio	589:242$000

Ao total anterior foi ainda acrescida a quantia de 5:870$400 (1% sobre o referido valor), destinada à Obra Pia, conforme as instruções expedidas pelo Conselho Ultrmarino em 27.04.1766.

Conforme indica os registros contábeis, a execução do contrato de João de Souza Lisboa foi um completo fracasso. Em 1763 o contratante recolheu apenas cerca de 80 contos de réis relativos ao total devido no ano anterior - isto é, menos da metade da cota anual estipulada no contrato. Somente em 1765 a cota referente a 1762 foi integralmente liquidada, conforme mostram os dados apresentados no quadro 6. A partir daí, os recolhimentos anuais foram cada vez menores, revelando uma progressiva dificuldade para pagamento da dívida à medida que a cobrança se distanciava do período de referência do contrato.

O balanço realizado em 1780 mostra que até esta data o arrematante ainda devia uma terça parte da cota relativa a 1763 e o total da cota de 1764, perfazendo uma dívida acumulada de 263 contos de réis - praticamente metade do valor inicial do contrato.

4.2.2. ADMINISTRAÇÃO POR CONTA DA JUNTA DA REAL FAZENDA - 1765-1767

O alvará de 21.04.1737 estipulava que os contratos nunca deveriam ser arrematados por preço inferior ao do ano precedente, assim como proibia terminantemente que os oficiais encarretados de efetuar os leilões usassem de meios ilícitos para aumentar o seu preço. Esse dispositivo explica o fato de a Junta da Real Fazenda ter assumido a administração das entradas no triênio posterior ao contratado por João de Souza Lisboa. O fracasso desse contrato fez com que a arrematação não alcançasse o preço mínimo fixado com base no contrato anterior. Por certo que a volumosa dívida acumulada por João de Sou

Quadro 6

CONTA-CORRENTE DO CONTRATO DE ENTRADAS DE JOÃO DE SOUZA LISBOA

PERÍODO DE ARREMATAÇÃO - 1762/64

DEVE		HÁ DE HAVER	
Sendo preço principal mais propinas porque arrematou o dito contrato, a saber:		Pelo que pagou nos cofres da Tesouraria desta repartição por conta da arrematação em frente nos anos seguintes.	
Preço Principal	587:040$000	No ano de 1763 por conta de 1762	80:398$188
		No ano de 1764 por conta de 1762	50:535$781
		No ano de 1765 por conta de 1762	65:480$031
			196:414$000
Propinas ordinárias e munições	603$000	No ano de 1765 por conta de 1763	1:005$286
		No ano de 1766 por conta de 1763	76:589$600
		No ano de 1767 por conta de 1763	26:886$149
Propinas dos Ministros do Conselho.	1:599$000	No ano de 1768 por conta de 1763	7:584$688
	589:242$000	No ano de 1769 por conta de 1763	1:877$270
		No ano de 1772 por conta de 1763	3:353$657
		No ano de 1773 por conta de 1763	3:500$000
		No ano de 1775 por conta de 1763	3:000$000
		No ano de 1779 por conta de 1763	3$141
			123:859$791
		Pelo que pagou em licença no Real Erário conforme o conhecimento que apresentou e se lhe abonou em 23/11/1773 por conta do ano de 1763-5:557$225	129:417$016
		Tem pago	325:831$016*
		Pelo que resta para saldo em frente até o fim de Dezembro de 1779 a saber.	
		De resto do preço principal e propinas do ano 1763	66:996$981
		Preço principal e propinas de 1764	196:414$000
		O arrematante deve	263:410$984*
			589:242$000

Fonte: Registro das Contas Correntes de todos os rendimentos desta Capitania extraída no fim de Dezembro de 1779 e remetidas ao Contador Geral em Carta do Escrivão e deputado da Junta da Fazenda desta Capitania da data de 09/07/1780. Coleção Casa dos Contos, Códice 1376.

za Lisboa não estimulava os novos candidatos a assumir uma responsa bilidade semelhante.

Durante a administração da Real Fazenda os resultados fiscais foram mais auspiciosos. Por conta do triênio 1765-67 foram arrecadados cerca de 568 contos de réis - ou seja, uma quantia equivalente ao total contratado com João de Souza Lisboa. Em apenas três anos - de 1765 a 1767 - foi arrecadado o total de 203 contos de réis referente a mercadorias entradas em 1765 (mais do que a cota anual do contrato anterior). Durante 1767 e 1768 arrecadou-se 174 contos de réis por mercadorias entradas em 1766. Apenas no caso das entradas referentes a 1767 é que o pagamento foi mais demorado, ainda que cerca de 80% já houvessem sido recolhidos três anos após (1770), e que o total tivesse sido totalmente integralizado até o ano de 1779. A dívida que restava em 31 de dezembro de 1779 era irrisória em relação ao total do triênio - menos de 2%.(Ver Quadro 7).

Não há dúvida, pois, quanto ao fato de que a administração da Real Fazenda foi mais eficiente, embora não tivessem sido obtidas informações suficientes pra que fossem identificadas as causas dessa diferença.

4.2.3. CONTRATO DO CAPITÃO MANOEL DE ARAUJO GOMES & CIA

No triênio 1769-71 a arrecadação voltou a ser feita por contrato, o arrematante do período, Capitão Manoel de Araujo Gomes & Cia., assumiu o compromisso de pagar ao Erário Real a importância total de 382:887$892, assim disciminada:

Preço principal por ano	125:638$908
Obra Pia (1%)	1:256$389
Propinas ordinárias e munições	201$000
Propinas dos ministros do Conselho	533$000
Total anual	127:629$297
Total do triênio	382:887$892

É importante notar que o valor da arrematação foi bastante inferior ao total do período em que a cobrança ficou a cargo da Fazenda Real. Talvez por isso a execução desse contrato tenha sido bastante tranqüila. Em 1770 e 1771 o contratador conseguiu recolher à Tesouraria da Real Fazenda o valor correspondente às cotas dos anos anteriores - um fato inédito entre todos os contratos analisados. Mais ainda,o contrato foi integralmente liquidado três anos após sua vigência,conforme mostram os dados do quadro 8.

4.2.4. CONTRATO DE JOÃO RODRIGUES DE MACEDO - 1776-1781

Em relação aos contratos anteriores, o de João Rodrigues de Macedo

Quadro 7

CONTA CORRENTE DO RENDIMENTO DAS ENTRADAS NO PERÍODO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA DA REAL FAZENDA - TRIÊNIO 1765/67

DEVE:

Pelo rendimento produzido em todo o triênio dito, que decorreu do 1º de Janeiro de 1765 ao fim de Dezembro de 1767 - 568:036$208 1/2.

Na administração deste triênio não se fez divisão do rendimento que pertencia a cada um dos anos e somente se fez abono da cobrança na forma que em frente se dará.

Pertence ao rendimento supra 1/100 destinado às Obras Pias a quantia de 5:680$362 réis.

Fonte: Registro das Contas Correntes de todos os rendimentos desta Capitania extraída no fim de Dezembro de 1779 e remetidas ao Contador Geral em Carta do Escrivão e deputado da Junta da Fazenda desta Capitania da data de 09/07/1780.

Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos. Microfilme 003.56-72, rolo 57 v. 1376

HÁ DE HAVER:

Pelo que entrou nos cofres da tesouraria desta repartição cobrado no ano de:

1765 e abonado no ano de 1765	12:298$758 1/2
1766 e abonado no ano de 1765	117:946$915 1/4
1767 e abonado no ano de 1765	73:205$710
	*203:451$383 3/4
1767 e abonado no ano de 1766	73:985$357 1/4
1768 e abonado no ano de 1766	100:436$161 3/4
	*174:421$519
1768 e abonado no ano de 1767	22:272$823
1769 e abonado no ano de 1767	70:681$267 1/4
1770 e abonado no ano de 1767	42:154$900 1/2
1771 e abonado no ano de 1767	17:110$552
1772 e abonado no ano de 1767	5:485$354 1/4
1773 e abonado no ano de 1767	7:874$326
1774 e abonado no ano de 1767	5:030$509
1775 e abonado no ano de 1767	681$982
1776 e abonado no ano de 1767	173$756
1777 e abonado no ano de 1767	4:955$169
1778 e abonado no ano de 1767	621$989
1779 e abonado no ano de 1767	1:668$572
	178:711$200*
SOMA: 1765	203:451$383 3/4*
1766	174:421$519 1/4*
1768	178:711$200 3/4*
	556:584$102 3/4
Por saldo se acha por cobrar até fim de Dezembro/1779	11:452$105 3/4
	568:036$208 1/2

Quadro 8

CONTA-CORRENTE DO CONTRATO DE ENTRADAS DO CAPITÃO MANOEL DE ARAUJO GOMES & CIA:

TRIÊNIO 1769/1771

DEVE:

Pelo preço principal mais propinas.

Preço principal	376:916$725
1% para Obra Pia	3:769$167
Ordinárias e Munições	603$000
Ministros do Conselho	1:599$000
	383:887$892

DIVISÃO

Preço principal 1769	125:638$908
Obra Pia	1:256$389
Ordinárias e Munições	201$000
Ministros do Conselho	533$000
	127:629$297
Ano 1770 - Idem	127:629$297
Ano 1771 - Idem	127:629$297
	382:887$892

Fonte: Registro das Contas Correntes de todos os rendimentos desta Capitania extraída no fim de Dezembro de 1779 e remetidas ao Contador Geral em Carta do Escrivão e deputado da Junta da Fazenda desta Capitania da data de 09/07/1780.

Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos. Microfilme 003-56-72, rolo 57 v. 1376

HÁ DE HAVER

Pelo que pagou na Tesouraria desta repartição nos anos seguintes, a saber:

No ano de 1770 por conta do ano de 1769 .	120:159$123
No ano de 1771 por conta do ano de 1769 .	7:470$174
	127:629$297
No ano de 1771 por conta do ano de 1770 .	127:620$297
No ano de 1771 por conta do mesmo	82$430
No ano de 1772 por conta do ano de 1771 .	65:252$602
No ano de 1773 por conta do ano de 1771 .	49:517$557
No ano de 1774 por conta do mesmo	12:776$709
	127:629$298

se distinguiu por abranger um prazo de 6 anos, quando o período normal de arrematação era de três. Pelos seis anos desse contrato,João Rodrigues assumiu o compromisso de pagar à Fazenda Real a importância total de 766:726$612 conforme a seguinte discriminação:

Preço principal por ano	125:825$513
Obra Pia (1%)	1:258$255
Propinas ordinárias e munições	201$000
Propinas dos ministros do Conselho	503$000
Total anual	127:787$768
Total dos seis anos	766:726$612

Nota-se que o valor anual do contrato era praticamente igual ao contrato firmado por Manoel de Araujo Gomes, embora inferior ao arrecadado pela Junta da Real Fazenda no período anterior.

A execução do contrato também demonstrou grande fracasso. Em 1777 o contratador recolheu a importância de 20 contos de réis - menos de 20% da cota anual. As quantias recolhidas nos anos posteriores também foram insignificantes, de forma que até 1779 não havia sido pago sequer o correspondente à cota de 1776. Em dezembro de 1779,quando já haviam decorrido quatro anos do contrato, os pagamentos feitos por João Rodrigues à Tesouraria da Real Fazenda somavam apenas 84 contos de réis e a dívida acumulada já ultrapassava 420 contos.

Ainda que possa ser deduzido que os baixos recolhimentos já refletiam a decadência do ciclo da mineração, essa hipótese é pouco provável. Basta vermos que nos anos anteriores, 1772-1775, a administração direta por conta da Junta da Real Fazenda conseguiu arrecadar importâncias sistematicamente superiores.

4.3. OS CONTRATOS DOS DIZIMOS

Um resumo geral dos principais contratos de arrecadação dos dízimos realizados a partir de 1762, mostra que, em geral, a situação não era muito diferente daquela descrita anteriormente com relação aos contratos de entradas: atrasos de pagamento, acúmulo de dívidas e um melhor desempenho, em termos de receita, no período em que a Junta da Real Fazenda assumia a responsabilidade direta pela cobrança do imposto.

Os dados a respeito são apresentados no quadro 10. Verifica-se, por exemplo, que para o período 1762-65 o contratante, João de Souza Lisboa havia recolhido, cerca de 30 anos após, apenas a metade do valor inicialmente estipulado, e ainda devia ao final do século cerca de 113 contos de réis à Fazenda Real.

Quadro 9

CONTA CORRENTE DO CONTRATO DE ENTRADAS DE JOÃO ROIZ DE MACEDO

PERÍODO DE ARREMATAÇÃO - 1776/1781

DEVE:		HÁ DE HAVEP:	
Preço principal	754:953$082	No ano de 1777 por conta de 1776	20:000$000
Propinas de 1% Obra Pia	7:549$530	No ano de 1778 por conta de 1776	30:000$000
Propinas Ordinárias e Munições	1:206$000	No ano de 1779 por conta de 1776	33:905$645
Propinas dos Ministros do Conselho .	3:018$000		83:905$645
Preço Total	766:726$612		
DIVISÃO		Por saldo se acha devedor até o fim de Dezembro de 1779, o seguinte:	
Preço principal 1776	125:825$513	De resto de 1776	43:882$123
1% Obra Pia	1:258$255	De resto de 1777	127:782$768
Ordinárias e Munições	201$000	De resto de 1778	127.787$769
Ministros do Conselho	503$000	De resto de 1779	127.787$769
	127:787$768		427:245$429
Ano 1777	127:787$768		
Ano 1778	127:787$768	No ano de 1780 e 1781 que estão para vencer	255:575$538
Ano 1779	127:787$768		
Ano 1780	127:787$768		
Ano 1781	127:787$768		

Fonte: Registro das Contas Correntes de todos os rendimentos desta Capitania extraída no fim de Dezembro de 1779 e remetidas ao Contador Geral em Carta do Escrivão e deputado da Junta da Fazenda desta Capitania da data de 09/07/1780.

Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos. Microfilme 003.56-72, rolo 57, v. 1376.

Tal insucesso foi, provavelmente, a razão principal para a Junta da Real Fazenda assumir a responsabilidade direta pelo período posterior, 1765-1768. Conforme já foi mencionado anteriormente, a regra em vigor era a de que as arrematações deviam tomar por base o triênio anterior. Nesse caso, a dívida acumulada por João de Souza Lisboa não constituía uma referência para que novos licitantes assumissem a responsabilidade por uma arrecadação nos níveis de 240 contos de réis pelos quais foi arrematado o referido contrato de João de Souza Lisboa.

No período administrado pela Real Fazenda - 1765-1768, foi estipulado um valor total de 247:944$232 cuja arrecadação se distribuiu da seguinte forma:

Em 1767, 68, 69 e 72, por conta de 1765	-	32:605$087 1/2
Em 1769, 70 e 72, por conta de 1766	-	78:252$202 1/2
Em 1770, 71 e 72, por conta de 1767	-	67:653$121 1/4
De 1772 a 1779, por conta de 1768	-	33:199$284
Total	-	211:709$695 1/4

Em dezembro de 1779, a dívida referente a esse período somava cerca de 36 contos de réis, tendo-se reduzido a pouco menos de 18 contos de réis uma década depois.

Os resultados desse período mostram uma substancial melhoria quando comparados com o período anterior. A média mensal de recolhimentos foi duas vezes mais elevada, demonstrando maior eficiência de administração realizada por conta da Real Fazenda, quando comparada com o sistema de licitação.

Nos períodos seguintes a arrecadação dos dízimos voltou às mãos dos contratadores. Encarregaram-se, sucessivamente, da cobrança desse imposto: Cel. Ventura Fernandes d'Oliveira - 1768-71; Pedro Luiz Pacheco da Cunha & Cia - 1771-74 e 1774-77; João Rodrigues de Macedo - 1777-83; Domingos de Abreu Vieira - 1784-86; e Cel. Manoel Teixeira Queiroga - 1787-89. O valor trienal dos contratos manteve-se em torno de 190 contos de réis, ainda que a quantia efetivamente paga ao Tesouro decresça paulatinamente. O contrato do Cel. Ventura d'Oliveira - 1768-81 - parece tão bem sucedido quanto o período administrado pela Junta da Real Fazenda: em uma década a importância recolhida ao Erário correspondeu a 90% do preço da arrematação, embora, em valores absolutos, a arrecadação tivesse sido cerca de 20% menor.

Os períodos seguintes registram uma progressiva perda de receita. Os dois contratos sucessivos de Pedro Luiz da Cunha & Cia. 1771-74-

levantados pelo mesmo valor - cerca de 190 contos de réis - mostram as progressivas dificuldades do fisco. No primeiro, pouco menos de 80% do preço foi pago em menos de 10 anos. No segundo, o contratador havia pago apenas 128 contos de réis à Fazenda Real até o ano de 1790, restando uma dívida equivalente a 20% do contrato no final do século.

O ritmo de pagamento continuou declinando nos contratos seguintes. No contrato de João Rodrigues de Macedo para o período 1777-83, no valor de 385:378$957, a quantia recolhida pelo Tesouro até 1798 (cerca de 20 anos após) foi menos de 40% do valor contratado. A situação melhorou um pouco no contrato seguinte, o de Domingos de Abreu Vieira, quando a dívida para com o Tesouro representava pouco mais de 30% da arrematação.

O descalabro atingiu o auge no contrato do Cel. Manoel Teixeira Queiroga - 1787-89 - cuja arrematação foi feita pelo mesmo preço do contrato anterior: cerca de 198 contos de réis, inclusive propinas. Ao cabo de trê nos, o contratador havia recolhido apenas 4 contos de réis à Junta da Real Fazenda, o que motivou a cassação parcial dos seus direitos. Em 1793 a Junta da Real Fazenda determinou que o arrematante deixaria de responder pelo último ano do contrato, reduzindo este a 132 contos de réis correspondentes aos dois anos iniciais. Foram também confiscados os bens pessoais do arrematante como garantia de sua dívida para com a Real Fazenda. Mesmo assim, a dívida do contratador em 1798 era de 101 contos de réis, ou seja, ele havia recolhido ao Erário apenas 30 contos de réis ao longo de uma década.

4.4. AS CAUSAS DOS ATRASOS

De acordo com as hipóteses estabelecidas inicialmente, os freqüentes atrasos no recolhimento do valor contratado poderiam dever-se a três fatores: incapacidade de pagamento dos contribuintes, vantagem para o contratador e/ou dificuldades de fiscalização. A seguir,será analisada cada uma dessas hipóteses.

4.4.1. SERIA A CARGA TRIBUTÁRIA MUITO ELEVADA?

A maioria dos cronistas da época concorda em que a tributação concorria para o elevado preço das mercadorias consumidas na região das Minas Gerais. O direito de entradas sobre os escravos, por exemplo, influenciava sobremaneira o seu alto preço. Segundo J.J.Teixeira Coelho, os impostos pagos por escravo desde o Porto do Rio de Janeiro até o Registro do Caminho Novo eram os seguintes: direito de saída (450$000, de despacho ($500) passagem Rio Paraíba ($500), passagem Rio Paraibuna ($160) e entradas no Registro do Caminho Novo (3$000). Tais tributos totalizavam uma despesa mínima de 454$840 por escravo conduzido para a região.

Quadro 10

CONTRATOS DE ARRECADAÇÃO DOS DÍZIMOS - DADOS GERAIS

CONTRATO	ARREMATANTE	PREÇO DA ARREMATAÇÃO	PAGO ATÉ 1779	PAGO ATÉ 1790	DÍVIDA EM 1798
1762-1765	João de Souza Lisboa	231:635$040	106:845$850	124:301$689	113:592$392
1765-1768	Real Fazenda	248:098$857[1]	211:709$695	230:247$903	16:055$293
1768-1771	Cel. Ventura Fernandes d'Oliveira	190:265$421	177:390$332	188:352$534	1:790$487
1771-1774	Pedro Luiz Pacheco da Cunha e Cia.	190:235$541	142:886$430		
1774-1777	Pedro Luiz Pacheco da Cunha e Cia.	190:235$541	49:835$412	128:759$228	36:113$592
1777-1783	João Rodrigues de Macedo	395:378$957		129:964$199	252:653$400
1784-1786	Domingos de Abreu Vieira	197:867$375		85:176$949	62:493$320
1787-1789[2]	Cel. Manoel Teixeira Queiroga	197:867$375		4:309$010	101:046$883

<u>Fonte</u>: Arquivo Nacional, Coleção Casa dos Contos (vários microfilmes).

[1] A arrematação do gado vacum estava separada deste contrato e foi feita a particular por 16:160$000.

[2] O último ano deste contrato foi confiscado pela Real Fazenda; retirando-se o terceiro ano, o preço do Contrato ficou por 131:911$583.

Nas instruções para o Visconde de Barbacena, Martinho de Melo e Castro[8] comenta sobre as desvantagens do método utilizado para a fixação dos direitos de entradas: 1$125 por arroba de fazenda seca (incluía tudo o que não era comestível, inclusive os instrumentos de trabalho) e 750 por carga de molhados (comida e bebida), computados pelo peso de duas, até três arrobas. Segundo o mesmo autor, um alqueire de sal - gênero de primeira necessidade - pagava de entrada em Minas Gerais $750 ou 93% do preço da mercadoria no Rio de Janeiro. Da mesma forma, todos os instrumentos de ferro usados na abertura e escavação das minas - alavancas, picaretas, alviões, enxadas e foices - também pagavam direitos elevados. O preço de um quintal de ferro, que no Rio de Janeiro estava entre 4$800 e 6$000, pagava de entrada em Minas Gerais a importância de 4$500, isto é, 93% do preço da mercadoria quando consideramos a sua cotação mais baixa.

Em geral o imposto incidia mais fortemente sobre os instrumentos de trabalho mais fundamentais - entre os quais se incluía o escravo - e os bens mais essenciais. Não há informações completas sobre o imposto pago por algumas das principais mercadorias consumidas na Capitania. Sabe-se apenas que no final do século um torrão de sal era tributado, nos registros, em $500, a arroba de carne em $375 a bruaca de sal em $500, 6 arrobas de fumo a 6$750, 1 arroba de toucinho em 375 e um potro em 3$000.[9] Que esses valores representava um pesado encargo o atesta as sucessivas denúncias contidas nas instruções aos governadores da capitania,preparadas a pedido da Coroa. Na instrução para o Visconde de Barbacena, por exemplo, consta a seguinte observação: "Que a forma e método atualente estabelecido para a percepção dos direitos de entradas em Minas Gerais, é o mais absurdo e mais diametralmente opostos aos interesses da Real Fazenda e à prosperidade dos habitantes".[10]

Pelas informações até agora obtidas, é improvável que os elevados níveis de taxação fossem os responsáveis pelos insucessos dos contratos de arrematação dos direitos de entradas. Na verdade, as evidências indicam quem se havia atrasos no pagamento do imposto, esse era integralmente recolhido quando a arrecadação estava por conta da Junta da Real Fazenda.

O quadro 11 mostra, por exemplo, que a Real Fazenda conseguiu cobrar mais de 90% dos créditos referentes a 1772 e 1773 num prazo de 4 anos (1772 a 1775) e (1773 a 1776), respectivamente.

4.4.2. SERIAM OS ATRASOS UMA FORMA DE REMUNERAÇÃO ADICIONAL DO CONTRATADOR?

Um resumo mais completo dos principais contratos fornece alguma evi-

Quadro 11

DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS PAGAMENTOS DE CRÉDITOS DOS CONTRATOS DE ENTRADAS EM 1772 (A) e 1773 (B), SOB ADMINISTRAÇÃO DA REAL FAZENDA: (EM RÉIS)

	(A)	(B)		(A)	(B)
1772	29:469$080		1804		
1773	60:983$132	21:369$686	1805	10$500	
1774	42:460$717	53:267$180	1806		
1775	12:699$575	34:365$930	1807		
1776	2:010$630	24:332$807	1808	38$243	285$175
1777	5:240$304	8:401$907	1809		49$650
1778	1:566$915	2:046$567	1810	109$500	168$278
1779	1:298$699	2:332$1773	1811		370$371
1780	1:763$365	1:361$275	1812		
1781	923$614	1:688$951	1813		
1782	507$584	1:310$114	1814		
1783	904$463	7:538$167	1815		
1784	1:103$923	1:667$499	1816		
1785	101$250	580$033	1817		
1786	913$553	1:026$860	1818		1.338$890
1787	442$725	669$632	1819		281$908
1788	554$462	434$445			
1789		193$848			
1790	348$281	211$971			
1791	563$230	101$010			
1792	717$435	275$254			
1793	407$954	818$559			
1794	197$204	184$087			
1795	85$619	4$020			
1796	72$467	166$442			
1797	193$817				
1798	163$505	97$500			
1799	302$128	68$235			
1800	95$342	212$180			
1801	40$350	503$429			
1802					
1803		19$323			

(A) - Pagamento Total: 166:231$226 réis - Cota estipulada:166:690$173

(B) - Pagamento Total: 167:147$872 réis - Cota estipulada:168:899$010 3/4

OBS.: Estes valores coincidem com os depósitos junto ao Tesouro Geral no período, referente a ambos os contratos.

<u>Fonte</u>: Arquivo Nacional, Coleção Casa dos Contos. Microfilme 003.30.72, rolo 31, v. 1227.

dência nesse sentido. Conforme indicam os dados reunidos do quadro 12, os períodos onde a arrecadação ficou por conta da Real Fazenda registram resultados melhores quando comparados com períodos em que a arrecadação ficou por conta de particulares.
No triênio 1765-67 por exemplo, a administração da Junta da Real Fazenda conseguiu cobrar praticamente todo o valor inicialmente estipulado para o triênio até o ano de 1779. No mesmo ano o arrematante do triênio anterior - João de Souza Lisboa - só havia recolhido pouco menos de 60% do preço inicial da arrematação. Quase 30 anos depois, o mesmo arrematante ainda devia aos cofres públicos cerca de 260 contos de réis - pouco menos da metade do valor contratado.Note-se que, nesse caso perde força a hipótese de que o atraso devia-se a níveis excessivamente elevados de tributação, uma vez que os valores globais para os respectivos triênios são mais ou menos equivalentes.
A mesma diferença verifica-se quando comparamos o período 1772-1775, por conta da Real Fazenda, com o período 1776-81, entregue a João Rodrigues de Macedo. No primeiro, os valores recolhidos ao Erário Real até 1779 ficaram próximos da quantia fixada inicialmente. No contrato de João Rodrigues, o recolhimento era menor que 50% do contratado 10 anos após haver-se encerrado o prazo da arrematação.
Idênticas observações podem ser feitas com relação aos contratos para a arrecadação dos dízimos. No período em que a arrecadação ficou por conta da Junta da Real Fazenda (1762-65), a média de arrecadação por ano, para um período de 13 anos, foi de 17 contos de réis. Essa média só foi igualada no contrato do Cel. Ventura Fernandes d'Oliveira (1768-71), sendo inferior tanto em contratos anteriores (de João de Souza Lisboa) e posteriores (de Pedro Luiz Pacheco da Cunha e João Rodrigues de Macedo.
A hipótese de que os contratos eram arrematados por valores incompatíveis com a efetiva capacidade de arrecadação também é pouco provável. Na realidade o contrato de 6 anos firmado com João Rodrigues previa uma média anual de arrecadação pouco menor que 130 contos de réis para todo o período, inferior ao que vinha sendo arrecadado pela Junta da Real Fazenda nos anos anteriores. Além disso, as informações disponíveis sobre o movimento de entradas no período posterior revelam que em 1782 e 1783 os diversos registros acusavam entradas da ordem de 150 contos de réis superior à média de 130 contos de réis mencionada anteriormente.
Quando comparado com o preço da arrematação do contrato seguinte -

Quadro 12

RESUMO GERAL DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DE ENTRADAS

PERÍODO	ARREMATANTE	PREÇO DA ARREMATAÇÃO	PAGO ATÉ 1779	PAGO ATÉ 1790	DÍVIDA/1790
62/64	João de Souza Lisboa	589:242$000	325:831$016	332:272$961	257:483$152
65/67*	Administração da Real Fazenda	568:036$208	556:584$103	566:248$679	1:790$229
68	Administração da Real Fazenda	166:630$853	151:318$956	156:264$036	10:366$817
69/71*	Manoel de Araujo Gomes & Cia.	382:887$892	382:887$892	Já tinha sido pago* na década anterior	
72	Administração da Real Fazenda	166:660$173	155:730$755	163:332$355	3:383$019
73	Administração da Real Fazenda	168:090$010	146:126$869	162:153$621	5:945$389
74	Administração da Real Fazenda	168:633$183	128:684$026	156:553$020	10:880$883
75	Administração da Real Fazenda	156:788$132	103:437$252	135:111$009	20:037$295
76/81	João Roiz de Macedo	766:726$612	83:905$645	351:625$996	415:625$996
82/84	Joaquim Silvério dos Reis	355:612$000	...	182:848$281	172:763$719
85/87	José Pereira Marques	375:812$000	...	182:170$586	193:641$414
88	Administração da Real Fazenda	142:627$962	...	72:716$200	69:911$762
89	Administração da Real Fazenda	131:031$273	...	72:408$717	58:622$556

Fonte: Registro das Contas Correntes de todos os rendimentos desta Capitania extraída no fim de Dezembro de 1779 e remetidas ao Contador Geral em Carta do Escrivão e deputado da Junta da Fazenda desta Capitania da data de 09/07/1780.

Coleção Casa dos Contos, Códice 1376.

de Joaquim Silvério dos Reis - no valor de 355 contos de réis, os dados do quadro 13 mostram que, na verdade, o valor contratado estava abaixo das possibilidades de arrecadação. Pelo quadro 13,o movimento dos registros nas comarcas de Rio das Mortes, Sabará e Serro do Frio no triênio 1782-84 foi maior do que 400 contos de réis - 20% superior ao valor da arrematação. Não obstante, o contratador havia pago 182 contos - metade do contrato - até o ano de 1790.

Desses 400 contos de réis foram efetivamente arrecadados pouco menos de 110 no mesmo triênio, e recolhida ao Tesouro, por conta desse contrato, a quantia de 62 contos de réis (ver quadro 14). Isto é, c contratador recolheu no triênio apenas a metade do que foi efetivamente pago, numa clara evidência de que ele utilizava os recursos públicos para auferir benefícios monetários.

Verifica-se em todo o período, uma única exceção: o contrato de Manoel de Araujo Gomes & Cia., referente ao triênjo 1769-71. Araujo Gomes conseguiu pagar integralmente o montante contratado em prazo recorde - 3 anos após o término do contrato. Não se sabe, entretanto, porque no caso desse contrato a média anual baixou para 127 contos de réis quando ela se situava em torno de 170 contos nos períodos anterior e posterior.

No caso dos dízimos, o exemplo mais eloqüente da ação especulativa dos contratadores foi o apresentado por Manoel Teixeira Queiroga. Conforme balanço desse contrato, efetuado em fevereiro de 1802, o rendimento bruto dos dois anos iniciais (que permaneceram sob a responsabilidade do contratador) foi de 168:647$971 que, em comparação com o preço inicialmente estipulado - 131:911$583 - representou um lucro da ordem de 36 contos de réis, não obstante o valor efetivamente pago à Real Fazenda até o ano de 1798 ter sido irrisório, e ser enorme a dívida acumulada pelo contratador no final do século.

Maxwell[11] informa que a ação especulativa dos contratadores era um fato conhecido. Segundo ele, um dos mais importantes inconfidentes - Alvarenga Peixoto - devia volumosas quantias a João Rodrigues de Macedo, provenientes de empréstimos feitos por intermédio do irmão de João Rodrigues (Bento R. Macedo), de José Pereira Marques e de Joaquim Silvério dos Reis.

4.4.3. SERIAM OS ATRASOS NO RECOLHIMENTO FRUTO DE DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS E DE FISCALIZAÇÃO?

Não há dúvida quanto à ineficiência do sistema de cobrança e fiscalização. Em tese, estipulava-se um prazo de até 6 meses para a cobrança das dívidas referentes aos direitos de entrada sobre mercadorias que cruzavam os registros a crédito. Na prática, porém, este prazo

Quadro 13

MOVIMENTO DAS ENTRADAS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS POR COMARCAS

ANOS	SABARÁ	RIO DAS MORTES	SERRO DO FRIO
1782	7:583$393	124:876$640	13:623$462
1783	8:188$373	136:787$283	11:833$111
1784	5:664$343	91:420$749	6:684$108
1785	4:979$767	93:846$603	11:206$615

Fonte: Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos (vários microfilmes).

Quadro 14

MOVIMENTO DOS REGISTROS, ARRECADAÇÃO EFETIVA E RECOLHIMENTO AO TESOURO - 1782/1784

ADMINISTRAÇÃO	ANO	MOVIMENTO NO ANO	ARRECADAÇÃO NO ANO (JANEIRO-DEZEMBRO)	DEPÓSITO NO TESOURO GERAL NO ANO
Real Fazenda	1772	186:315$715	29:469$080	29:469$682
Real Fazenda	1773	169:732$338	21:369$686	21:179$421
Joaquim S. dos Reis	1782	146:483$495	19:875$106	6:958$506
Joaquim S. dos Reis	1783	156:808$767	46:675$114	27:152$040
Joaquim S. dos Reis	1784	110:032$975	42:614$145	28:239$309

Fonte: Arquivo Nacional. Coleção Casa dos Contos. (vários microfilmes).

não era obedecido, pois os pagamentos não levavam menos do que três anos para serem efetivados.[12]

Nos contratos de dízimos, o rigor das cláusulas também não correspondia à realidade. No contrato de Manuel Queiroga, anteriormente analisado, estabeleceu-se três anos de carência, a partir dos quais o arrematante deveria pagar o preço da arrematação em 16 parcelas trimestrais. O não cumprimento dos prazos, revelado pelo acúmulo de dívidas, atesta a impotência da Junta da Real Fazenda para fazer cumprir os contratos de arrematação.

Pelo que se depreende do item anterior, as dificuldades administrativas eram mais sentidas nos momentos em que a arrecadação era entregue, por contrato, a particulares. Nesse caso as dificuldades seriam mais de natureza institucional do que física, isto é, apesar das distâncias, da dispersão geográfica e da precariedade dos meios de comunicação, estes não seriam os fatores relevantes. O relacionamento do contratador com as autoridades locais tornava inoperante a multiplicação de sistemas formais de controle. Na verdade, como nos informa A. Lopes de Sá, o sistema contábil da época era bastante avançado e já incorporava as modernas técnicas em uso no exterior.

Vale a pena mencionar outro ponto; o de que a análise dos diferentes contratos de entradas e dízimos revela uma coincidência de fracassos. João de Souza Lisboa e João Rodrigues de Macedo mostram, em períodos distintos e para impostos distintos, um resultado altamente negativo do ponto de vista das relações com a Real Fazenda, enquanto Manoel de Araújo Gomes (entradas) e Ventura Fernandes d'Oliveira (dízimos) apresentam uma performance satisfatória. O fracasso ou sucesso dos contratos relaciona-se, assim, com a atitude do contratador. Pelo menos no caso de João Rodrigues de Macedo, sabemos que desempenhou, à época, importante função de banqueiro, a qual provavelmente se teria expandido com base na acumulação de receitas fiscais.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da política tributária, a conclusão que pode ser extraída da análise anterior é a de que a prática da derrama, utilizada pelo governo português no período colonial para solucionar os seus problemas de arrecadação não foi inteiramente abolida no país. O sistema tributário tornou-se mais complexo, acompanhando as transformações políticas, econômicas e sociais registradas em quase dois séculos e meio de história nacional. A administração fazendária in

corporou métodos cada vez mais sofisticados para assegurar o fiel cumprimento das responsabilidades tributárias. O "espírito" da derrama não foi, entretanto, devidamente exorcizado. Incorporado recentemente em entidades do reino animal, continua ele aterrorizando o cidadão brasileiro.

O espírito da derrama manifesta-se por uma corrente de decisões que se reforça mutuamente, Para solucionar os seus problemas financeiros, o governo aumenta a pressão fiscal aumentando as alíquotas e explorando todas as possíveis fontes de receita; o aumento da pressão fiscal induz os contribuintes a buscarem meios - lícitos e ilícitos - de rechaçar a iniciativa governamental. O revide vem sob a forma de penalidades mais severas e de tentativas de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle. O aumento das penalidades não reduz o incentivo à evasão. Muito pelo contrário, quanto maior for o ganho esperado em decorrência do não cumprimento das obrigações fiscais, maior será o incentivo à sonegação. Nesse caso, o risco associado à possibilidade de o contribuinte ser "apanhado" pelo fisco pode ainda ser reduzido através da contratação de especialistas que buscam dar cobertura legal a práticas destinadas a reduzir o pagamento do tributo. O resultado final é uma maior iniquidade na repartição do ônus fiscal, a despeito das reiteradas manifestações de ênfase na justiça distributiva.

Do ponto de vista administrativo, as diferenças entre a base legal de incidência e os procedimentos administrativos de cobrança, além dos frequentes atrasos no recolhimento do imposto devido aos cofres públicos, revelam o eterno conflito entre o fisco e o contribuinte, sepultando a figura do contribuinte civicamente responsável que é apresentada em alguns textos sobre tributação. Impsto é, por definição, algo com o que não se compactua voluntariamente. Desenvolvimento cultural e melhor nível de escolaridade não fazem com que o indivíduo pague com devoção o imposto que lhe é cobrado pelo governo (muita vez é exatamente o contrário que acontece). Diferenças encontradas ao longo do tempo (ou entre países) refletem, muito mais, as desigualdades com respeito à eficiência dos controles e o rigor das penalidades. Quando os controles são ineficientes e a regra é a impunidade, não há razão para que o contribuinte colabore voluntariamente com o fisco.

NOTAS:

(1) Ver Tarquínio J.B. Oliveira e Cássio Lanari. Ouro nas Minas Gerais. ESAF, Ouro Preto, 1976.

(2) O sistema de contratos foi também aplicado ao caso dos diamantes durante o período 1740-1771.

(3) Antonil, André J. (João Antonio Andreoni) Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogras e Minas. São Paulo, Nacional, 1967.

(4) Para o estudo da tributação nesse período, consultar Cardoso, M. Soares. A Arrecadação dos Quintos no Brasil, de 1965 a 1709. Estudos Americanos de História do Brasil, MRE, 1967.

(5) Pinto, V.Noya - O ouro brasileiro e o comércio anglo-português . São Paulo, Nacional, Brasília, INL, 1979 pg. 62

(6) Boxer, C. R. A idade de ouro do Brasil. 1695-1750. São Paulo, Nacional, 1969, p. 217.

(7) O contrato era trienal e subdividido em preço principal,propinas ordinárias e munições e propinas dos ministros do Conselho. A partir de 1776, através de ordem do Conselho Ultramarino, foi incorporado ao total do contrato a propina de 1% para a Obra Pia. O pagamento do contrato era dividido pelos anos subseqüentes, sendo que o 1% para a Obra Pia devia ser pago antecipadamente. Caso o arrematante não dispusesse de meios para este pagamento, a Junta da Fazenda se encarregaria de fazê-lo, acrescentando essa percentagem ao valor do contra

(8) Melo Castro, Martinho de. Instruções para o Visconde de Barbacena. Lisboa, 1788.

(9) Informações do AN, Códice, cx. 90.

(10) Melo Castro, Martinho de. op.cit. p. 117.

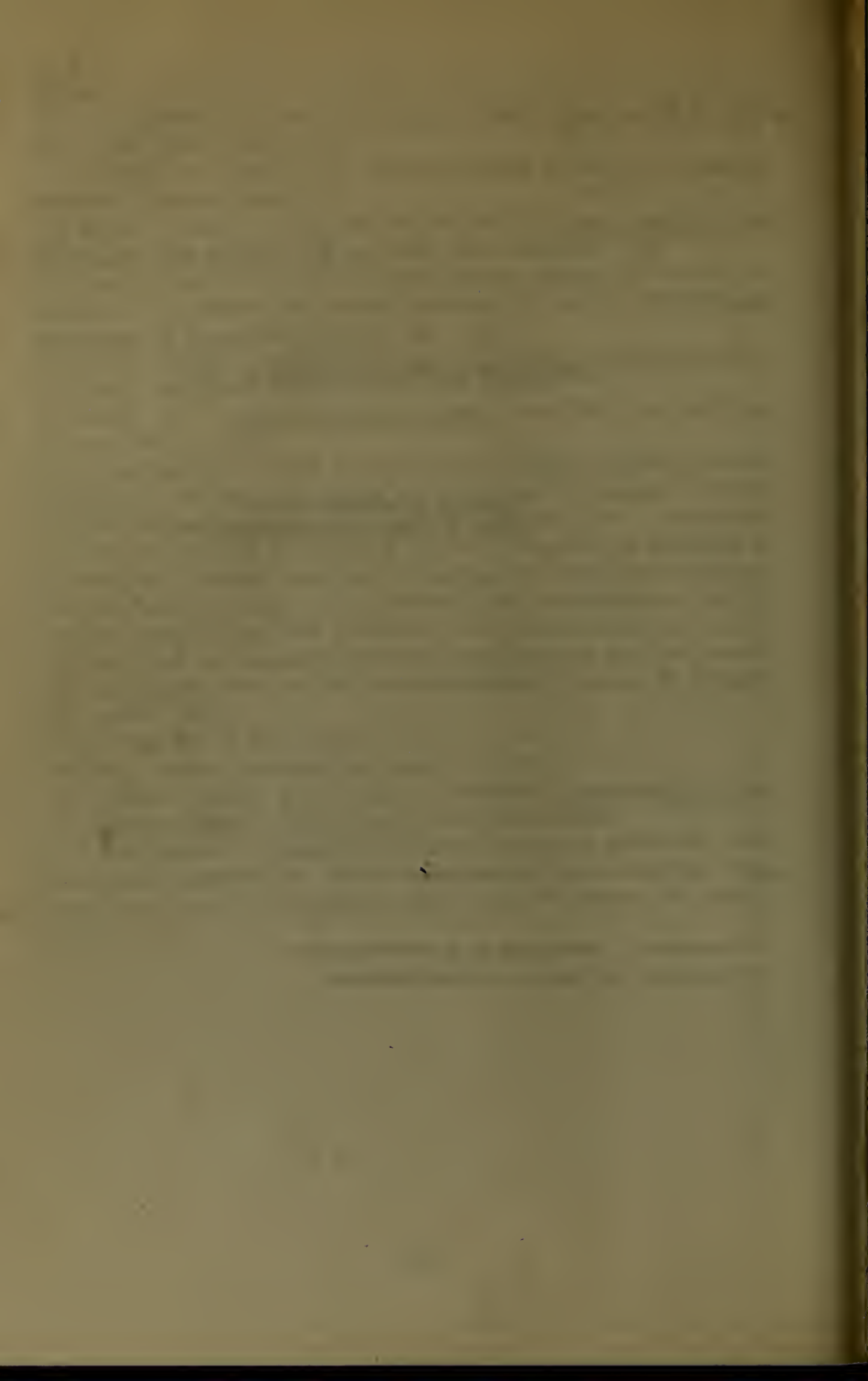
(11) Maxwell, Kenneth R. A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750 - 1808. Paz e Terra, 1978.

(12) Teoricamente, o comerciante deveria resgatar a dívida no retorno mediante pagamento do valor correspondente à guia recebida na passagem pelo registro. Na prática, porém, isso não ocorria de forma regular.

NOTAS SOBRE O CENSO BRASILEIRO DE 1872

CLOTILDE DE ANDRADE PAIVA*
MARIA DO CARMO SALAZAR MARTINS**

* Professora e pesquisadora do CEDEPLAR/UFMG
** Assistente de Pesquisa do CEDEPLAR/UFMG

NOTAS SOBRE O CENSO BRASILEIRO DE 1872

Clotilde Andrade Paiva
Maria do Carmo S. Martins

I

O objetivo destas notas é comentar alguns resultados preliminares da pesquisa "Um estudo crítico do recenseamento de 1872",[1] apresentando em primeiro lugar algumas considerações mais gerais sobre este censo visto no seu conjunto, e, em seguida, abordando alguns aspectos deste censo na província de Minas Gerais.

Apesar de sua inegável importância histórica como o único censo nacional do período imperial e escravista, e de ser o primeiro censo que cobriu de forma sistemática todo o território brasileiro, ele nunca foi submetido a um exame crítico rigoroso.

A necessidade e a oportunidade de um estudo crítico deste censo foi apontada, por exemplo, por Mortara (1959) quando, analisando a estrutura etária da população nacional enumerada, chamou a atenção para as evidências de subenumeração no grupo etário de 0 a 1 ano, e para o percentual aparentemente alto de população acima de 100 anos.[2] Da mesma forma, Martins (1980) trabalhando com os dados da província de Minas Gerais descobriu que, ao se proceder à agregação dos quadros paroquiais para se obter os totais provinciais, foram cometidos grandes erros de soma.[3]

As evidências de incorreções na estrutura etária, e de erros na agregação dos totais provinciais que podem acarretar grandes alterações na distribuição da população segundo um dado atributo (ocupação, procedência, idade, etc.) são, sem dúvida, argumentos que apontam para a importância de um estudo crítico deste censo.

No entanto, é também importante mencionar que estas incorreções, quer estejam ligadas à execução do censo quer à sua apuração, são perfeitamente compreensíveis dada a complexidade do trabalho censitário em território tão extenso, e à grande massa de informações a ser manipulada sem os recursos eletrônicos modernos.

O censo de 1872 constitui, inegavelmente, uma das fontes importantes para a pesquisa da história demográfica, social e econômica do Brasil no final do século XIX. No entanto, para que a utilização de seus dados, como estão publicados, não venha a conduzir a interpretações distorcidas, seria conveniente fornecer aos seus usuários alguns parâmetros pa

ra a avaliação da qualidade do dado a ser utilizado. Embora sem a pretenção de esgotar inteiramente o assunto, é este o objetivo principal da nossa pesquisa.

A proposta básica do trabalho consiste em fornecer ao usuário informações sobre:

a) os totais provinciais que realmente correspondam à soma correta das paróquias que formam cada província;[4]

b) as condições de planejamento e execução do censo apontando para suas possíveis influências nos resultados.

Nosso ponto de partida é a informação paroquial publicada no censo. É importante ressaltar que esta informação a nível de paróquia é por sua vez, resultante da compilação dos vários boletins ou listas de famílias que compõem cada paróquia, podendo, portanto, já conter erros de apuração. A volta aos manuscritos originais que nos permitiria, inclusive, avaliar esta etapa inicial da apuração dos dados é impossível neste caso.[5]

Fica claro, portanto, que tomar a informação paroquial publicada no censo como ponto de partida não quer dizer desconsiderar a existência de possíveis erros nas fases anteriores da realização do censo. Pretendeu-se, com isto, eliminar ou pelo menos minimizar os erros de agregação dos dados daí para a frente.

Esta primeira etapa torna os dados internamente consistentes, tanto a nível das paróquias quanto a nível provincial.[6]

Na etapa seguinte, as tabelas provinciais publicadas são comparadas com aquelas calculadas a partir da soma correta das tabelas paroquiais, apontando-se as diferenças encontradas.

Paralelamente a este trabalho de transposição dos dados paroquiais para a fita magnética, procurou-se informações sobre a história deste censo, desde a legislação que lhe deu origem até os Relatórios da Diretoria Geral de Estatística descrevendo a marcha dos trabalhos de apuração. Buscou-se conhecer como as informações foram recolhidas, quem eram os informantes, quem não respondeu, o que foi perguntado, quais os critérios de classificação dos atributos que teriam prevalecido para a elaboração das tabelas, etc.

Esta pesquisa sobre o censo de 1872 ainda não foi concluída.[7] Tendo em vista o trabalho desenvolvido até a presente data, a parte II destas notas vai conter alguns comentários sobre este censo no seu conjunto, e a parte III vai apresentar algumas observações sobre a realização do censo de 1872 na província de Minas Gerais.

II

O interesse do governo imperial brasileiro em realizar um censo geral da população em 1872 está dentro do espírito que predominava em todo o mundo ocidental no decorrer do Século XIX.[8] Na verdade, este censo foi precedido de vários censos regionais, e de algumas tentativas fracassadas de se obter um arrolamento da população total, conforme cita o conhecido trabalho de Joaquim Norberto de Souza e Silva.[9] Este autor termina seu trabalho em maio de 1870, recomendando enfaticamente à autoridade competente que empreenda a árdua tarefa de realizar o censo geral do Império. Sugere, simultaneamente, que para o bom desempenho desta tarefa incorpore a experiência obtida com o censo do Município da Corte, realizado em abril de 1870.

A lei 1829 de 9 de setembro de 1870 dá início a este processo, quando estabelece o censo decenal, e cria a Diretoria Geral de Estatística com a incumbência, entre outras, de dirigir os trabalhos do censo de todo o império. Com o decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 a matéria é regulamentada e os detalhes de execução do censo fixados.[10]

Conforme consta do relatório de atividades da Diretoria Geral de Estatística no ano de 1871 foram preparadas, com antecedência, 3.000.000 de listas de famílias e 25.000 cadernetas para os agentes recenseadores. Este material começou a ser distribuído em fevereiro de 1872. Para o cálculo do número de listas e cadernetas que deveriam ser enviados a cada província, a Diretoria Geral de Estatística tomou como ponto de referência o número de votantes e o efetivo da Guarda Nacional.[11]

Dificuldades na distribuição deste material, tanto da Diretoria Geral de Estatística para as Seções de Estatísticas Provinciais, como destas para as comissões censitárias paroquiais, têm sido apontadas como as responsáveis pelo atraso na execução do censo em algumas províncias. A leitura dos relatórios dos presidentes de província no ano censitário e nos subseqüentes nos permite identificar as razões alegadas para o atraso na execução do censo.[12]

A Tabela 1 apresenta a divisão administrativa do Brasil e sua população segundo a condição à época do censo de 1872, e indica a data de realização do censo nas diversas províncias. De um modo geral, o censo foi realizado na data estabelecida pela lei (1º de agosto de 1872), exceto nas províncias de Minas Geràis (1º de agosto de 1873), São Paulo (30 de janeiro de 1874), Mato Grosso (1º de outubro de 1872) e Goiás (25 de junho de 1873).

A Tabela 2 apresenta, em termos absolutos e percentuais, as províncias com as suas paróquias e respectivas populações, divididas em 2 grupos de acordo com o ano de execução do censo, isto é, 1872 ou 1873/74.

Embora apenas 3 provinciais tenham realizado o censo cerca de um ano após a data estabelecida, estas províncias englobam 38,42% das paróquias existentes à época, e nelas viviam 35,59% da população escrava do país e quase 30% da população livre.

A realização simultânea do censo em todo território é um requisito importante, uma vez que minimiza erros tais como dupla contagem. Mesmo sabendo que os governos das provincias retardatárias recomendaram, através de ofícios que a data de referência do censo fosse aquela fixada pela lei, sabe-se que, quanto maior for o intervalo de tempo decorrido entre a data a que a informação deve se referir e aquela em que ela é recolhida, maiores serão as possibilidades de erros.

Apenas como exemplo, poderíamos mencionar as dificuldades que os informantes, em geral, têm de estabelecer datas precisas para eventos que ocorreram no passado. Esta dificuldade poderia levar, indevidamente, à inclusão de crianças que nasceram ou à exclusão de pessoas que morreram à data de referência do censo.

Erros de memória poderão, também, distorcer informações sobre atributos que variam no tempo, tais como estado civil, ocupação, idade, freqüência à escola, condição (livre/escravo), etc.

Os movimentos migratórios, neste caso, também podem aumentar a incidência de erros, que serão tanto mais graves quanto maior for a mobilidade da população na região. Famílias que tiverem migrado da província antes da data de realização do censo, mas após a sua data de referência, não serão recenseadas.[13] Por outro lado, a inclusão de pessoas que chegaram ao local após a data de referência, e cuja origem é uma província onde já haviam sido recenseados, resultará, em termos nacionais, em dupla contagem.

O uso de informações adicionais sobre o desenvolvimento econômico e social da região poderá indicar, ao usuário dos dados, em que medida estes problemas levantados podem estar alterando seus resultados. Outro objetivo deste trabalho consistia em esclarecer algumas das categorias classificatórias utilizadas na tabulação do censo de 1872, recorrendo aos boletins ou listas de famílias e às cadernetas dos agentes recenseadores na expectativa que contivessem informações.

No entanto, os modelos usados em 1872 não foram localizados. Foram analisados os modelos de boletins de família usados em 1870 no censo

do município da corte, e em 1890, no segundo censo nacional, na suposição de que eles refletissem o espírito da época. Em termos práticos, porém, nada ficou esclarecido com a análise deste material até o momento.

Os dados relacionados à estrutura ocupacional da população brasileira aparecem, no censo de 1872, na tabela que fornece a "população considerada em relação às profissões", e esta é, sem dúvida, a tabela que levanta o maior número de dúvidas.

A comparabilidade destes dados com os existentes para períodos posteriores depende de se compreender o significado do sistema de classificação das profissões usado em 1872.[14] Certamente este sistema reflete a forma como as atividades econômicas se organizavam no final do Século XIX.

As informações sobre as profissões individuais foram classificadas em 35 categorias diferentes, segundo critérios mal definidos. A Tabela 3 mostra a lista das 35 "profissões" usadas para classificar os profissionais brasileiros, estrangeiros, e escravos, de ambos os sexos, recenseados em 1872 e agrupadas de acordo com os critérios da época.

Em torno das categorias "criados e jornaleiros" (pessoal assalariado) e "serviço doméstico" é que se colocam as maiores dificuldades. Nestas duas categorias estão incluídos cerca de 25% da população com alguma profissão.

A categoria "criados e jornaleiros" parece incluir pessoas que se dedicam a atividades de vários tipos: artesãos, diferentes tipos de serviço doméstico, algum tipo de trabalho na agricultura ou outros setores, etc.

Uma análise conceitual de todas as profissões usadas na classificação deste censo e de seu significado, histórico poderia, certamente, esclarecer estas e várias outras dúvidas, mas está além dos limites estabelecidos para este trabalho.

Seria interessante acrescentar algumas informações sobre a organização do censo, tal como estabelecia o decreto 4856 que regulamentou a matéria. Ficou determinado que, em cada paróquia do império, haveria uma comissão censitária composta de 5 membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado, cujo número seria fixado pelos presidentes de província, tendo em vista a população de cada paróquia e sua distribuição no espaço.

Os agentes recenseadores deveriam distribuir os boletins de família aos chefes de família nos 15 dias anteriores à data do censo e recolhê-los preenchidos, nos 10 dias posteriores verificando e corrigindo

os erros. Nos 5 dias subseqüentes as comissões censitárias receberiam e confeririam o material, enviando-o em seguida à Diretoria Geral de Estatística, que começaria imediatamente a apuração.

O pressuposto de que, em apenas 30 dias, todas as informações poderiam estar recolhidas e a caminho do Rio de Janeiro, reflete bem a "inexperiência" dos organizadores do primeiro censo brasileiro.

III

A província de Minas Geraism em 1872, estava dividida em 370 paróquias, distribuídas em 72 municípios. A marcha dos trabalhos censitários nesta província está registrada, com bastante detalhe, no "Livro do Recenseamento 1872/1876", em cujo termo de abertura se lê:

> "... este livro há de servir para n'ele se registrar a correspondência de Secção de Estatística, anexa à 4ª Secção desta Secretaria, e encarregada do recenseamento da população da Província. Vai aberto, rubricado..."[15]

Como já foi mencionado anteriormente, em Minas Gerais o censo foi realizado em 1º de agosto de 1873. A razão principal do adiamento foi a mudança ocorrida na administração da província, que impediu que as providências iniciais necessárias fossem tomadas em tempo hábil. Somente em setembro de 1872 começam a ser nomeadas as comissões censitárias, e, em fevereiro de 1873, tem início a distribuição do material.

Há neste Livro do Recenseamento referência ao aviso do Ministério do Império, datado de 29 de janeiro de 1873, recomendando que a data de referência do censo a ser realizado no próximo dia 1º de agosto seja o dia 1º de agosto do ano passado (1872), cuja cópia foi enviada às comissões censitárias. Trata-se, portanto, de caso onde a data de referência foi explicitamente recomendada, e cujos dados devem ser usados com a cautela sugerida anteriormente.

Minas Gerais foi a província que apresentou o maior número de paróquias omitidas. Não foram incluídas 14 paróquias entre as 370 existentes, o que significa uma omissão inferior a 4%. Na província de Sergipe, as 5 paróquias omitidas representam cerca de 17% do total de paróquias existentes na província, e, em termos relativos, é o local onde a omissão foi mais elevada no país.

A distribuição das 14 paróquias omitidas, por município, é a seguinte:

Municípios	Paróquias		
	Omitidas	Recenseadas	Total
1 - Curvelo	1	3	4
2 - Conceição	1	7	8
3 - Diamantina	3	3	6
4 - São João Baptista	1	3	4
5 - Santo Antônio do Arassuahy	2	2	4
6 - Passos	1	6	7
7 - São Sebastião do Paraíso	1	3	4
8 - Caldas	1	4	5
9 - São José d'El Rei	1	4	5
10 - Juiz de Fora	1	4	5
11 - Muriahé	1	10	11

A não ser o caso de Diamantina e de Santo Antônio do Arassuahy onde foram recenseadas apenas a metade das paróquiaa existentes, nos demais municípios apenas uma paróquia foi omitida. O peso relativo desta paróquia omitida vai variar em cada caso.

É importante observar que os municípios com paróquias omitidas não estão concentrados em nenhuma região da província, há casos isolados de omissão espalhados pelo território.

Os motivos da não inclusão destas paróquias variam. Há casos, como o de Sant'Ana das Traíras, no município de Curvelo, cujos dados chegaram à Diretoria Geral de Estatística quando o processo de impressão do censo já havia se iniciado. Há referências aos 11754 habitantes desta paróquia que foram enumerados, mas não estão incluídos nos resultados publicados. Não há, contudo, informações sobre a maioria das paróquias omitidas. Possivelmente, o censo não tenha se realizado nestes locais.

O conselheiro Manoel Francisco Correia, diretor geral da Diretoria Geral de Estatistica em 1876, estimou a população das paróquias omitidas no censo usando a proporção de 400 habitantes por eleitor, conforme estabelecia a lei eleitoral.[16] Segundo seus cálculos, a população total de Minas Gerais publicada no censo deveria ser acrescida de 51.200 habitantes (correspondentes às 11 paróquias omitidas), e mais os 11.754 habitantes de Sant'Ana das Traíras. A população total da Província passaria de 2.039.735 para 2.102.689, um ajustamento da ordem de 3%.

O uso da relação eleitor/habitantes pode subestimar o valor estimado. Há, na literatura da época, referências à necessidade de se recal

cular esta relação, que se baseava nas estimativas de população disponíveis em 1870. O censo nacional, fornecendo estimativas atuais do efetivo populacional do império, seria usado para este fim.

O andamento dos trabalhos censitários em Minas Gerais, de acordo com a correspondência registrada na época, também contrasta bastante com os prazos de execução do censo estabelecidos pela lei.

Por exemplo, no dia 13 de agosto de 1873, treze dias, portanto, após a data de início do censo, a paróquia de Sant'Ana de São João Acima (Pitangui) pede boletins suplementares. Apenas no dia 10 de novembro deste mesmo ano, a Seção de Estatística começa a remeter à Diretoria Geral de Estatística os primeiros pacotes contendo o material censitário preenchido e esta remessa por partes ainda se prolonga por boa parte do ano de 1874.

TABELA 1

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E POPULAÇÃO SEGUNDO A CONDIÇÃO

Província*	Número de Municípios	Número de Paróquias		População		
		Não Incluídas	Total	Livre	Escrava	Total
1 - Amazonas	7	-	22	56.631	979	348.009
2 - Pará	32	-	70	247.779	27.458	275.237
3 - Maranhão	37	1	53	284.101	74.939	359.040
4 - Piauí	22	2	27	178.427	23.795	202.222
5 - Ceará	46	-	57	689.773	31.913	721.686
6 - Rio Grande do Norte	22	-	27	220.959	13.020	233.979
7 - Parayba do Norte	24	-	38	354.700	21.526	376.226
8 - Pernambuco	39	-	71	752.511	89.028	841.539
9 - Alagoas	19	-	28	312.268	35.741	348.009
10 - Sergipe	24	5	30	153.620	22.623	176.243
11 - Bahia	72	-	169	1.211.792	167.824	1.379.616
12 - Espírito Santo	13	-	25	59.478	22.659	82.137
13 - Rio de Janeiro	33	6	123	490.087	292.637	782.724
14 - São Paulo (30.1.1874)	89	-	142	680.742	156.612	837.354
15 - Paraná	16	-	23	116.162	10.560	126.722
16 - Santa Catarina	11	-	38	144.818	14.984	159.802
17 - Rio Grande do Sul	28	4	72	367.022	67.791	434.813
18 - Minas Gerais (1.8.1873)	72	14	370	1.669.276	370.459	2.039.735
19 - Goiás (25.5.1873)	26	-	54	149.743	10.652	160.395
20 - Mato Grosso (1.10.1872)	9	-	15	53.750	6.667	60.417
21 - Município Neutro (Corte)	-	-	19	223.033	48.939	274.972
TOTAL	641	32	1.473	8.419.672	1.510.806	9.930.478

FONTE: Directoria Geral de Estatística, Recenseamento da População do Império do Brasil de 1872, Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos 1873-1876.

* O censo foi realizado em todo o território nacional no dia 1º de agosto de 1872, exceto em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso onde se realizou nas datas indicadas entre parênteses.

TABELA 2

PROVÍNCIAS, PARÓQUIAS E POPULAÇÕES RESPECTIVAS SEGUNDO O ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO

Ano de Realização do Censo	Número de Províncias	%	Número de Paróquias	%	População					
					Livre	%	Escrava	%	Total	%
1872	18	85,71	907	61,58	5.920.181	70,31	973.083	64,41	6.893.264	69,42
1873/74	3	14,29	566	38,42	2.499.491	29,69	537.723	35,39	3.037.214	30,58
Total	21	100,0	1.473	100,0	8.419.672	100,00	1.510.806	100,00	9.930.478	100,00

FONTE: Tabela 1

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DAS PROFISSÕES NO CENSO DE 1872

				Brasileiros						Estrangeiros						Escravos	
				Livres						Livres							
				Homens			Mulheres			Homens			Mulheres			Homens	Mulheres
				Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	—	—
Profissões liberais	Religiosos	Seculares	01														
		Regulares — Homens	02														
		Regulares — Mulheres	03														
	Juristas	Juízes	04														
		Advogados	05														
		Notários e escrivães	06														
		Procuradores	07														
		Oficiais de justiça	08														
	Médicos		09														
	Cirurgiões		10														
	Farmacêuticos		11														
	Parteiros		12														
	Professores e homens de letras		13														
	Empregados públicos		14														
	Artistas		15														
Militares			16														
Marítimos			17														
Pescadores			18														
Capitalistas e proprietários			19														
Profissões industriais e comerciais	Manufatureiros e fabricantes		20														
	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros		21														
Profissões manuais ou mecânicas	Costureiras		22														
	Operários	Canteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	23														
		Em metais	24														
		Em madeiras	25														
		Em tecidos	26														
		De edificações	27														
		Em couros e peles	28														
		Em tinturaria	29														
		De vestuários	30														
		De chapéus	31														
		De calçado	32														
Profissões agrícolas		Lavradores	33														
		Criadores	34														
Pessoas assalariadas		Criados e jornaleiros	35														
Serviço doméstico			36														
Sem profissão			37														

NOTAS

1 - Pesquisa realizada no CEDEPLAR, com financiamento do PNPE (Programa Nacional de Pesquisa Econômica). Pesquisadores responsáveis: Clotilde Andrade Paiva e Roberto Borges Martins (em fase de relatório final).

2 - MORTARA, Giorgio (1975), "Demographic Studies in Brazil", in Philip M. Hanser e Otis D. Duncan. eds., The Study of Population. An Inventory and Appraisal, Chicago: University of Chicago Press.

3 - Por exemplo, segundo Martins a soma correta dos quadros paroquiais altera consideravelmente a distribuição ocupacional da população escrava da província de Minas Gerais. O percentual de escravos ocupados na agricultura, conforme os resultados publicados no censo, corresponde a 75,3% do total de escravos, enquanto que a soma correta dos quadros paroquiais vai apontar 30,9% da população escrava na agricultura. Martins, Roberto B. (1980), "Growing in Silence: the Slave Economy of Nineteenth - Century Minas Gerais, Brazil". Tese de doutorado, Vanderbilt University.

4 - Embora os erros de agregação dos quadros paroquiais devam ser tanto maiores quanto maior for o número de paróquias que compõem cada província, eles existem e foram detectados em todas as 15 províncias testadas até o momento. Além disso, o censo de 1872 é uma obra rara. Um subproduto importante desta pesquisa é tornar disponível, em fita magnética, todas as tabelas paroquiais originais. As tabelas provinciais originais e as corrigidas serão publicadas no relatório final da pesquisa.

5 - Surgiram, nas últimas décadas, especialmente na Europa, vários estudos que retomam as fontes originais do material publicado no século XIX dando-lhe tratamento mais rigoroso (ver Tillot, 1972). No caso brasileiro, este material original parece já ter sido todo destruído. Tillot, P.M. (1972), "Sources of Inaccuracy in 1851 and 1861 Censues" in Wrigley, E.A. (ed), Nineteenth Century Society, Cambridge University Press.

6 - O procedimento usado foi o seguinte: os subtotais e totais das linhas e das colunas de cada tabela paroquial são recalculados, imprimindo-se, para posterior conferência com o original, as tabelas que contêm erros internos de agregação. Em seguida, calculam-se os totais municipais e os provinciais que são comparados com os resultados impressos, detectando os erros de agregação do censo.

7 - No momento em que estes Anais foram impressos, não dispúnhamos ainda de resultados a nível nacional, e nem de todos os resultados a nível da província de Minas Gerais

8 - Vários países ocidentais já haviam criado o censo decenal, tais como, Estados Unidos a partir de 1790, Inglaterra (1801), Portugal (1864), etc.

9 - Vide Joaquim Norberto de Souza e Silva (1870) "Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje". Memória anexa ao Relatório do Ministro do Império apresentado em 1870 pelo titular da mesma pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza. (Reproduzido em Documentos Censitários SÉRIE B, 1, IBGE, 1951).

10 - A Diretoria Geral de Estatística desenvolveu estudos com vista à organização do censo, e elaborou um projeto de regulamento que foi submetido ao governo imperial e se transformou neste decreto nº 4856.

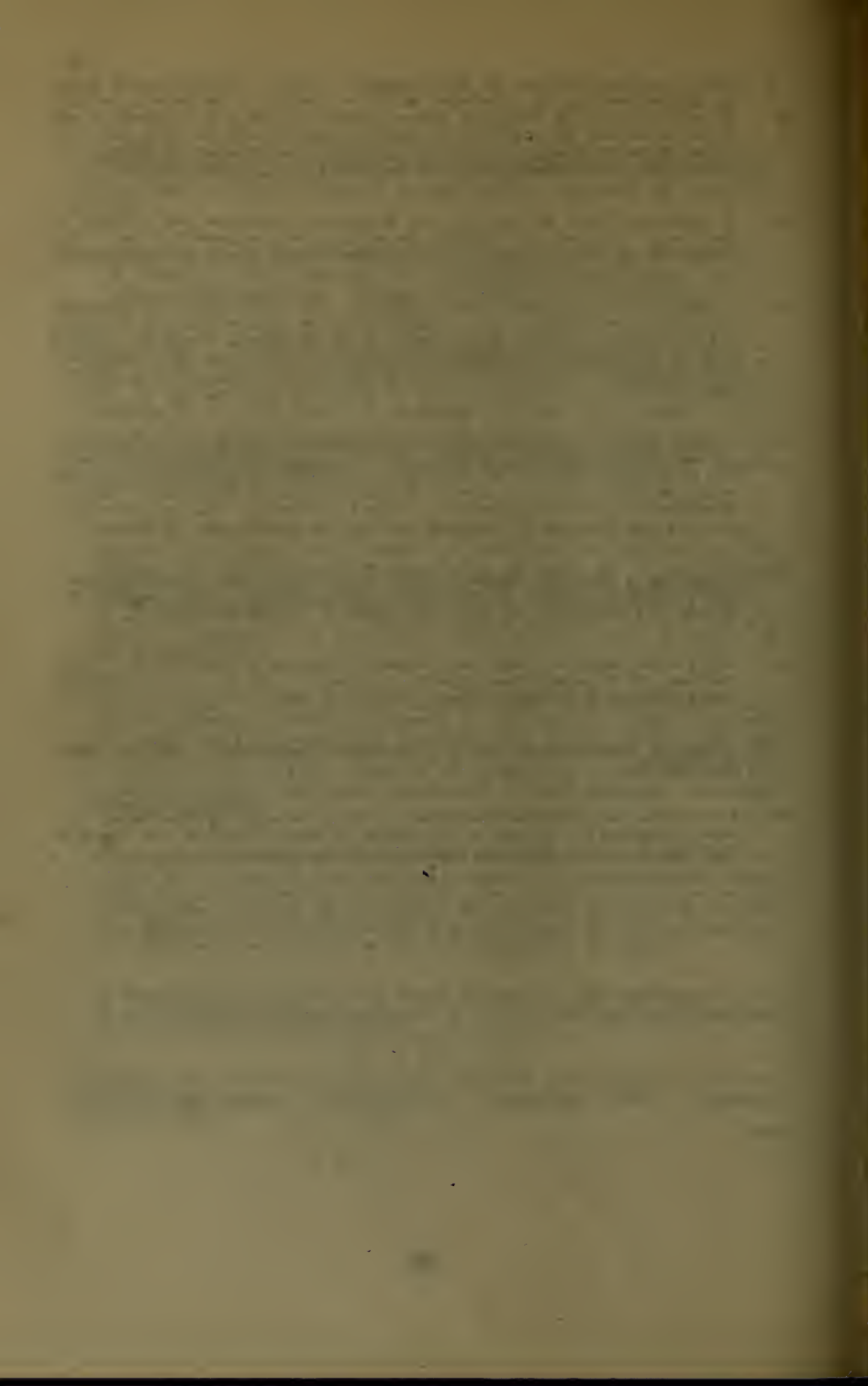
11 - A cada eleitor correspondiam, em média, 400 habitantes. Informação contida no relatório do Dr. Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, Diretor Geral Interino da Diretoria Geral de Estatística ao Ministério dos Negócios do Império, abril de 1872. Reproduzido na Revista Brasileira de Estatística, Ano III, Janeiro - Março, 1942, nº 9.

12 - A maior parte do levantamento das informações contidas nos Relatórios dos Presidentes de Província foi realizada por Maria Luíza Marcílio no Arquivo Público de São Paulo e no Arquivo Nacional, que nos cedeu as informações. A demora no recebimento do material e as dificuldades para redistribuí-lo a nível provincial são os principais motivos que levaram à alteração da data de realização do censo.

13 - Mesmo que a migração tenha se dado em direção a uma província onde o censo ainda não tenha se realizado, estas famílias e/ou pessoas deveriam ser incluídas no local de origem e não de destino.

14 - Ver a este respeito Merrick, Thomas e Douglas Graham (1979), "Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the present" The Johns Hopkins University Press, Maryland, USA.

15 - Código de classificação SG 143, documento manuscrito, Arquivo Público Mineiro.

16 - Na relação de paróquias omitidas em Minas Gerais, apresentadas por este conselheiro, faltam as paróquias de Nossa Senhora das Dores de Guanhães e Divino Espírito Santo (Curato) em Muriaé.

/les.

INTRODUÇÃO

Esta parte do seminário trata da economia mineira nos anos oitenta, a repercussão da crise em Minas Gerais, as possibilidades de minimizar seus efeitos e as perspectivas para os próximos anos.

No seminário passado se deu mais atenção ao último período de expansão da economia mineira na Década de setenta e à avaliação do papel das principais instituições estaduais responsáveis pela concepção e execução da política econômica estadual. Agora é a vez de avaliá-la no contexto da crise.

Sete temas foram selecionados para instruir as discussões das sessões e dos dois painéis. Na primeira sessão, discutem-se as questões relativas ao desempenho da agricultura e à situação urbana. Na segunda sessão, cuida-se da análise do sistema financeiro em Minas Gerais e das exportações mineiras. Na terceira sessão, a discussão faz-se em torno do desempenho do setor industrial, do emprego e da situação das finanças estaduais.

Os dois painéis procuram discutir de maneira geral a economia mineira na crise. O primeiro aborda as possibilidades da elaboração e execução da política econômica estadual dentro do quadro de restrições vigente, quer pela centralização fiscal, quer pela queda no nível de atividade. Enfim, quais os limites da política econômica estadual? O segundo, encerrando o seminário, tenta reunir os mais variados aspectos das discussões anteriores, visando delinear as perspectivas futuras da economia de Minas Gerais.

Por fim, nesta parte do seminário se desnuda a economia mineira na crise dos anos oitenta.

TENDÊNCIAS RECENTES DA AGRICULTURA MINEIRA

MARIA REGINA NABUCO*
VALDEMAR SERVILHA*

*Professores do Departamento de Economia e do CEDEPLAR/UFMG

Agradecemos a Marina Godoy Assumpção pela colaboração na coleta de dados

TENDÊNCIAS RECENTES DA AGRICULTURA MINEIRA

Em tempos de grave crise econômica, dever-se-ia esperar que setores cuja demanda apresenta baixa elasticidade-renda - como a produção de alimentos - pudessem ser as peças de resistência no combate à redução do PIB e, conseqüentemente, do emprego.

No caso brasileiro, o setor agrícola parece descumprir tal possibilidade. A experiência histórica demonstra que a atividade agrícola é incapaz, não só de absorver contingentes de desempregados urbanos, como de reduzir o elevado êxodo rural brasileiro. Como já é sabido, os Censos Demográficos revelam uma redução absoluta de 6,1% na população rural, no Brasil, no período de 1970/80.[1]

A ocupação agrícola (medida pelo Censo Agropecuário) constitui-se em fraca parcela desta população em decréscimo. Apesar de a década de setenta revelar uma expansão no número de ocupados agrícolas no Brasil, a taxa de atividade agrícola (ocupação agrícola/população rural residente) é ainda bastante reduzida (54,7%).[2] Esta situação se torna mais grave quando se observa que 17,7% do total dos ocupados em 1980 são constituídos por menores de 14 anos, proporção que se ampliou com relação à década de sessenta. Isto se deve ao crescimento especialmente rápido da ocupação das meninas de menos de 14 anos - 34,2% no período considerado.[3]

Há pelo menos duas explicações para a maior importância relativa dos menores de 14 anos na ocupação agrícola: uma é a expansão da ocupação familiar em algumas das regiões de fronteira, acarretando ampliação do emprego de menores. Dados do Censo Agropecuário de 1970 (Tabela 1) demonstram que o trabalho de menores de 14 anos é especialmente importante nos Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Outra possível explicação, a ser comprovada através do acesso aos dados definitivos do Censo Agropecuário de 1980, é a expansão do trabalho infantil entre os trabalhadores temporários.[4]

Para Minas Gerais, a situação do êxodo rural, causado por uma baixa taxa de atividade agrícola, é bem mais grave do que a situação da média nacional. A população rural mineira se reduz, em termos absolutos, nos períodos 1960/70 e 1970/80. A ocupação agrícola declina no período 1960/70, enquanto no período 1970/80 se expande.[5] A expansão, no entanto, é bastante modesta, recolocando a ocupação agrícola em nível pouco acima do existente em 1960. Isto acarreta uma ligeira variação na taxa de atividade agrícola, situando-se Minas ainda abaixo da média nacional, em 1980. Se considerarmos a taxa de atividade dos ocupados maiores de 14 anos, com

TABELA 1

ESTADOS DE MAIOR PARTICIPAÇÃO DE MENORES DE 14 ANOS NA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA TOTAL - 1970 (em %)

Estados	Menores de 14 Anos/Total
Amapá	26,3
Roraima	23,2
Amazonas	22,3
Rondônia	21,1
Acre	20,6
Mato Grosso	19,5
Brasil	16,5

FONTE: Censos Agropecuários - 1970, FIBGE.

Obs.: Em regiões de ocupação mais antiga - tanto nos Estados de agricultura mais moderna (como São Paulo), como naqueles de agricultura mais atrasada (como Alagoas), a participação de menores de 14 anos é inferior à dos Estados acima listados (São Paulo, 11,6%, Alagoas, 19,2%).

relação à população rural de faixa etária correspondente, esta revela que grande parte da população rural, em idade de trabalhar em 1980 não estava ocupada na agricultura. Parte da explicação para o baixo nível de ocupação agrícola em Minas Gerais deve-se à baixa participação das mulheres na ocupação total (25,6% em 1970 e 26,7% em 1980), o que faz com que a taxa de atividade masculina apresente níveis bastante mais elevados do que a feminina.[6]

A incapacidade de a agricultura mineira gerar ocupação nos níveis desejáveis é, no entanto, melhor percebida, quando se examinam as estruturas de posse da terra e da produção agrícola.

Em 1980, as propriedades agrícolas mineiras geravam 88,3% da ocupação agrícola total. As demais categorias de produtores - arrendatários, parceiros e ocupantes - são inexpressivas, tanto na geração de empregos, como na ocupação da mão-de-obra familiar. Isto é reflexo da grande concentração de terras em mãos de proprietários - 86,8% dos estabelecimentos e 92,9% da área total, em 1980. A se manter a taxa de expansão do número de estabelecimentos e da área de proprietários da década de setenta - 7,0% e 12,0%, respectivamente, pode-se imaginar que neste princípio de década, a área média das propriedades já tenha ultrapassado 106 hectares. A áre média dos arrendatários e parceiros também se ampliou na década passad

(7,0% e 8,0%), embora o número de seus estabelecimentos tenha se reduzido em termos absolutos. Os ocupantes perderam área e número de estabelecimentos, com a área média caindo de 65,4 hectares em 1970, para 40,3 hectares, em 1980. A tendência à expansão da área média em todas as categorias de produtores, exceto ocupantes, leva a um quadro de extrema concentração fundiária em 1980. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares constituem 81,5% do número total de estabelecimentos, mas detêm apenas 21,3% da área total. Ao contrário, os estabelecimentos com mais de 500 hectares - constituindo uma fração reduzida do número de estabelecimentos (3,0%) - abrangem 45,4% da área total. Para que se tenha uma idéia melhor ainda dessa concentração, basta lembrar que o coeficiente de Gini da concentração da posse da terra em Minas Gerais, que vinha caindo até a década de sessenta, inverte a tendência na última década, passando de 0,740 em 1970, para 0,760, em 1980. Minas Gerais segue assim a tendência que já se verificava em outras regiões de capitalização mais intensa, como os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Se desagregarmos o coeficiente para as Macrorregiões do Estado, a concentração fica mais evidente. Para as Macrorregiões IV e V, que abarcam as regiões do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Alto São Francisco, o coeficiente passa de 0,650 e 0,685 em 1970, para 0,693 e 0,730, respectivamente, em 1980.

Se examinarmos a estrutura da produção agrícola, veremos que a transformação havida na agricultura mineira é ainda mais profunda do que os dados de concentração da posse da terra sugerem. Os dados dos Censos Agropecuários de Valor Bruto da Produção dos principais produtos da agricultura em Minas Gerais, se agrupados segundo o seu destino, dão a impressão de uma grande estabilidade da estrutura produtiva do Estado (Tabela 2). No entanto, a análise da área colhida, da produtividade e dos preços nos dão informações sobre a transformação da estrutura produtiva, que o valor bruto da produção não consegue captar.

Os dados da Tabela 3, a seguir, nos mostram que, na safra de 1975/76, a área colhida das culturas de abacaxi, alho, café, cana-de-açúcar, laranja, mamona e soja representavam apenas 15,03% da área colhida do Estado. Na safra de 1982/83, a participação dessas mesmas culturas na área colhida total salta para 24,42%. O trigo não consta da Tabela 3, mas dados da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA/MG) demonstram uma expansão de 52,2% da área plantada em 1982, quando comparada com a média dos anos de 1973/81. A expansão recente e rápida deste cultivo tem se dado fundamentalmente na Região Noroeste de Minas (cerca de 90% da área plantada de trigo no Estado), em razão de programas especiais de modernização do cultivo no cerrado.

TABELA 2

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA SEGUNDO SEU DESTINO EM MINAS GERAIS - 1970-1980 (em %)

Destino	1970	1980
Mercado interno	39,08	37,25
Intermediário	23,26	26,13
Agroindústria	8,13	6,83
Mercado externo	29,53	29,79
Total	100,00	100,00

FONTE: Minas Gerais. Indicadores Sócio-Econômicos; 1950-1980. SEI/SEPLAN-MG, Belo Horizonte, 1983.

Obs.: Mercado interno: abacaxi, alho, arroz, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca e tomate.

Intermediário: milho. Optamos por manter o milho como uma categoria à parte dado o seu duplo destino, para consumo direto e para a agroindústria, todos os dois bastante significativos.

Em 1981, por exemplo, 37% da produção mineira de milho eram utilizados na produção de ração.

FONTE: Sindiração - Federação Nacional da Indústria de Ração.

Agroindústria: algodão, amendoim, cana-de-açúcar, fumo, mamona e uva.

Mercado externo: café, laranja e soja.

Uma transformação como esta da agricultura mineira, ainda mais se levarmos em consideração que a transformação não foi apenas ao nível da substituição de culturas, mas se deu também através de uma rápida mecanização,[7] só pode ser explicada a nosso ver, pelo comportamento da produtividade e dos preços recebidos pelos agricultores.

TABELA 3

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA AGRICULTURA EM MINAS GERAIS

SAFRAS - 1975/76 - 1982/83

PRODUÇÃO	SAFRA 1975/76			SAFRA 1976/77			SAFRA 1977/78			SAFRA 1978/79		
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
Abacaxi (1)	5.524	71.225	12.894	5.279	69.779	13.294	5.286	69.634	13.173	5.671	76.621	13.511
Algodão em caroço	93.623	42.876	458	116.144	91.777	790	120.419	83.668	696	100.043	69.306	693
Alho	2.980	10.900	3.658	3.000	11.000	3.667	3.109	11.041	3.551	3.178	12.510	3.936
Amendoim	3.807	3.668	963	2.972	3.220	1.100	3.247	4.106	1.265	4.542	6.636	1.461
Arroz	852.656	962.118	1.128	708.883	635.955	897	631.943	644.219	1.019	509.364	659.370	1.294
Banana (2)	34.974	37.269	1.066	34.672	37.377	1.078	32.275	34.759	1.077	29.538	31.814	1.077
Batata Inglesa	29.908	284.414	9.839	25.865	255.971	9.896	28.548	344.899	12.081	31.477	404.554	12.852
Café	301.591	284.000	942	355.021	596.000	1.679	342.830	516.000	1.505	517.973	938.658	1.812
Cana-de-açúcar	189.529	6.851.960	36.153	18.274	7.411.134	40.560	180.221	7.233.370	40.136	175.062	7.330.932	41.876
Cebola	2.122	9.775	4.607	2.113	10.971	5.192	1.938	11.377	5.870	1.804	10.517	5.830
Feijão	555.534	265.875	479	598.460	283.360	473	559.384	277.486	496	449.903	210.810	469
Fumo	17.152	12.846	749	16.625	11.303	680	15.201	10.571	695	14.191	10.329	722
Laranja (1)	21.413	1.630.444	76.143	22.064	1.648.633	74.720	22.365	1.620.098	72.439	25.471	1.763.143	69.222
Mamona	3.943	2.324	589	3.503	2.678	756	8.461	6.380	754	8.646	6.000	694
Mandioca	134.410	2.122.446	15.791	125.878	1.950.766	15.497	123.795	1.866.896	15.081	123.112	1.843.348	14.973
Milho	1.682.586	2.340.480	1.391	1.795.197	2.735.372	1.524	1.691.222	2.433.186	1.439	1.595.629	2.608.199	1.635
Soja	79.664	105.510	1.324	99.820	105.588	1.058	112.097	137.064	1.223	117.149	195.042	1.665
Tomate	3.372	76.514	22.691	3.802	95.025	24.993	3.560	112.954	31.729	3.378	98.006	29.013
Uva	1.142	7.100	6.217	1.345	8.035	5.974	1.032	6.709	6.509	1.022	6.824	6.677

Continua...

FONTES: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais (GCEA MG)
Instituto Brasileiro do Café (IBC)

(1) - Unidade de Produção : 1.000 frutos.

(2) - Unidade de produção : 1.000 cachos.

TABELA 3 - ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA AGRICULTURA EM MINAS GERAIS

SAFRAS - 1975/76 - 1982/83

Continuação...

PRODUÇÃO	SAFRA 1979/80			SAFRA 1980/81			SAFRA 1981/82			SAFRA 1982/83		
	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)	Área (ha) (3)	Produção (t) (4)	Rendimento (kg/ha)
Abacaxi [1]	6.809	102.422	15.042	7.411	110.954	14.972	7.937	125.235	15.779	9.739	167.229	17.171
Algodão em caroço	103.195	107.289	1.040	116.152	99.119	853	99.032	82.156	830	83.414	110.908	131
Alho	3.949	16.547	4.190	3.680	15.760	4.283	5.002	21.939	4.386	4.412	20.004	4.534
Amendoim	6.676	11.500	1.723	4.042	6.150	1.522	3.507	4.542	1.295	1.743	1.664	955
Arroz	591.895	831.863	1.405	634.831	690.607	1.088	562.798	729.684	1.297	530.865	779.249	1.468
Banana [2]	29.602	33.787	1.141	32.574	35.751	1.098	33.131	34.504	1.041	33.000	33.000	1.000
Batata Inglesa	32.301	455.780	14.110	33.680	492.188	28.770	32.075	542.736	16.921	27.487	402.072	16.811
Café	462.245	404.922	465	528.948	1.366.513	2.583	480.062	479.437	999	600.606	1.104.371	1.839
Cana-de-açucar	185.630	8.013.282	43.168	192.251	8.971.552	46.666	217.065	10.879.049	50.119	223.136	11.417.657	54.169
Cebola	1.784	10.106	5.665	1.572	9.519	6.055	1.195	7.437	6.223	-	-	-
Feijão	656.178	328.702	501	758.762	389.427	1.022	743.755	335.833	451	543.346	243.764	447
Fumo	10.429	7.642	733	7.467	5.905	791	10.532	7.674	729	9.217	6.660	723
Laranja [1]	25.803	1.814.467	70.320	27.356	2.113.839	77.272	28.993	2.005.955	69.188	30.000	2.070.000	69.000
Mamona	6.464	5.919	916	6.086	6.657	1.094	6.646	7.204	1.084	6.607	7.022	1.063
Mandioca	128.637	1.943.224	15.106	132.144	1.970.010	14.908	102.011	1.370.651	13.436	98.212	1.282.813	13.062
Milho	1.740.046	3.010.650	1.730	1.681.121	2.905.789	1.729	1.654.718	3.053.763	1.845	1.427.769	2.695.976	1.888
Soja	162.799	289.841	1.780	187.123	279.355	1.493	229.057	390.108	1.703	257.520	477.528	1.854
Tomate	3.981	136.731	34.346	3.949	131.737	33.960	4.397	159.457	36.265	4.040	14.654	36.268
Uva	1.009	7.626	7.558	523	2.375	4.547	607	2.609	4.298	-	-	-

FONTES: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais (GCEA MG)
Instituto Brasileiro do Café (IBC)

(1) - Unidade de Produção : 1.000 frutos.

(2) - Unidade de Produção : 1.000 cachos.

(3) - Área colhida para os produtos já colhidos até Setembro de 1983. Para os demais, área plantada.

(4) - Previsão para o final da Safra em Dezembro de 1983, feita em Setembro de 1983.

TABELA 4

ÍNDICE DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES EM MINAS GERAIS EM 1982 (BASE: MÉDIA 1968/70 = 100)

Produtos	IPR	Produtos	IPR	Produtos	IPR
1. Abacaxi	10.551	7.Batata inglesa	9.177	13. Laranja	12.091
2. Algodão	13.987	8.Café	16.779	14. Mamona	15.023
3. Alho	20.719	9.Cana-de-Açúcar	16.140	15. Mandioca	5.122
4. Amendoim	11.194	10.Cebola	12.211	16. Milho	12.098
5. Arroz	11.776	11.Feijão	10.243	17. Tomate	9.917
6. Banana	30.796	12.Fumo	23.494	-	-

FONTE: SEI/SEPLAN-MG.

Obs.: A soja não está aí incluída porque seus preços para o período 1968/70 não se encontram disponíveis.

Como se pode observar a partir destes dados a maior parte das culturas, cujos preços apresentaram maior crescimento foram justamente aquelas que lideraram a expansão da área colhida no Estado. A mesma coisa acontece com o rendimento por hectare. Entre as safras de 1975/76 e 1982/83, a variação do rendimento por hectare foi a seguinte:

TABELA 5

VARIAÇÃO DO RENDIMENTO POR HECTARE - MINAS GERAIS - 1975/76-1982/83

Produtos	Rendim./ ha	Produtos	Rendim./ ha	Produtos	Rendim./ ha
1.Abacaxi	33%	7.Batata inglesa	71%	12.Laranja	(-) 9%
2.Algodão	(-) 71%	8.Café	95%	13.Mamona	80%
3.Alho	24%	9.Cana-de-Açúcar	50%	14.Mandioca	(-) 17%
4.Amendoim	(-) 1%	10.Feijão	(-) 6%	15.Milho	36%
5.Arroz	30%	11.Fumo	(-) 3%	16.Soja	40%
6.Banana	(-) 6%	-	-	17.Tomate	60%

FONTE: SEI/SEPLAN/MG.

Dados da CEPA/MG nos mostram também que o crescimento da produtividade (kg/ha) do trigo no Estado foi de 30,1%, quando se compara o ano de 1982, com a média dos anos 1979/81.

As informações anteriores nos indicam que são as chamadas culturas modernas que apresentam os maiores crescimentos da área colhida, dos

preços e da produtividade, enquanto que, por exemplo, as culturas mais tradicionais em Minas, como a mandioca e o feijão, decresceram seus níveis de produtividade.

Tais indicadores (de emprego, mecanização, área colhida, produtividade e preços) nos levam a crer que a transformação da agricultura mineira nos últimos anos se deu num ritmo bastante acentuado, transformação esta que aponta para uma aceleração do grau de capitalização agrária.

Mais que isto ainda, tudo nos leva a crer que a agricultura mineira está passando por um processo de diferenciação de sua estrutura produtiva desde a década anterior, processo esse que sugere algumas tendências que se aceleram nos primeiros anos da atual década. Esta diferenciação - expansão de culturas com potencial de maior absorção tecnológica - seria, inclusive, a explicação básica para a pequena expansão da ocupação agrícola. Ao mesmo tempo em que o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos de menos de 100 hectares perdeu posição relativa no total de estabelecimentos no período 1970/80 - de 70% do total das ocupações em 1970, passou a 65% em 1980 - o número de estabelecimentos sem pessoal contratado, com relação ao número total de estabelecimentos apresenta tendência ascendente, ao longo do período 1960/75 - passa de 52,6% para 64,1%.

Tal fato só pode ser explicado por esse processo de diferenciação, que tanto leva ao crescimento das explorações maiores, com culturas modernas, quanto ao confinamento de um grande número de explorações menores à base do trabalho familiar, que se dedicam em boa medida ao cultivo de produtos considerados mais tradicionais. Daí não se observar uma sensível redução da área plantada dessas culturas que apresentaram, em Minas Gerais, baixos índices de produtividade e de preços nos últimos anos. Esta nossa explicação difere, portanto, das explicações - muito comuns - que se apóiam no lento crescimento da agricultura mineira.

Apesar de o crescimento dos preços e da produtividade para algumas culturas explicar o porquê da expansão dessas culturas em detrimento de outras, isto não significa que sua rentabilidade esteja em patamares elevados. A razão desta afirmativa reside no fato de que os preços pagos pelos produtores se elevaram muito nos últimos anos. Para que se tenha uma idéia da dimensão do problema que os preços pagos colocam para os agricultores, basta tomarmos as variações nos preços médios recebidos pelos agricultores no período 1976/1982.

Se compararmos essas variações com a variação dos preços pagos pelos agricultores para igual período - 3.112% - vamos verificar que apenas uma cultura - o alho - apresentou uma variação nos preços recebidos, superior aos preços pagos.

TABELA 6

ÍNDICE DOS PREÇOS MÉDIOS ANUAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES EM MINAS GERAIS - 1976-1982 (DEZEMBRO 1976 = 100)

Produtos	IPR	Produtos	IPR
1.Abacaxi	2.114	12.Fumo	3.145
2.Algodão	1.324	13.Laranja	1.763
3.Alho	4.033	14.Mamona	2.548
4.Amendoim	2.151	15.Mandioca	1.614
5.Arroz	2.426	16.Milho	1.733
6.Banana	214	17.Soja	1.957
7.Batata inglesa	1.330	18.Tomate	2.040
8.Café	1.244	-	-
9.Cana-de-Açúcar	2.182	-	-
10.Cebola	2.840	-	-
11.Feijão	1.024	-	-

FONTE: SEI/SEPLAN-MG.

A questão que se coloca a partir desta evidência é a de como explicar a aparente contradição entre a recente expansão da área cultivada e da capitalização (que enfatizamos anteriormente), com a deterioração dos termos de intercâmbio para os agricultores, que se verifica a partir de 1978.

TABELA 7

ÍNDICES DE PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS, PAGOS E DE PARIDADE DO SETOR AGROPECUÁRIO EM MINAS GERAIS - PERÍODO: 1978/83 (BASE: DEZEMBRO DE 76 = 100)

Período	IPR	IPP	Paridade IPR/IPP
1978	231,03	197,09	135,77
1979	466,56	370,12	107,54
1980	996,09	722,31	109,40
1981	1.443,06	1.462,18	71,57
1982	2.331,13	3.211,98	73,54

FONTE: SEI/SEPLAN-MG.

A primeira hipótese da qual se poderia lançar mão para explicar esse paradoxo seria a de que o aumento de produtividade que constatamos poderia estar mais do que compensando a perda dos produtores em sua relação de troca e com isso atuar como motor da expansão da agricultura minei

ra. No entanto julgamos que essa hipótese possa dar conta de algumas cul turas específicas, mas não da maioria delas, porque a deterioração das re lações de troca é bastante significativa. Para que se possa chegar a uma explicação mais convincente acreditamos ser necessário recorrer às infor mações sobre a utilização do crédito rural no Estado.

Este paradoxo, na verdade, deixa de existir quando se examina a Tabela 8, onde se nota que o crédito rural em Minas Gerais tem um cres cimento real muito superior ao crescimento, também real, do Valor Bru to da Produção na década de 70. Assim como para os demais Estados que pas saram por um processo intenso de capitalização, o crédito agrícola constituiu-se na última década no principal motor da modernização da agricul tura mineira. Foi justamente o crédito de investimento que viabilizou os aumentos de produtividade e juntamente com o crédito de custeio incentivou o uso de métodos mais racionais de produção. Além disso, o crédito de investimento aliado ao de comercialização estimulou melhorias no benefi ciamento, no armazenamento e na industrialização da produção agrícola. Em suma, o crédito rural transformou-se no pressuposto último do crescimento do setor agrícola mineiro.

Até 1976, o sistema de crédito estimula o crescimento do setor agrícola de duas maneiras: primeiro, através do montante total do crédito que cresce muito em termos reais - em 1976 ele atinge um patamar 1,9 vezes superior ao de 1970, garantindo com isso uma disponibilidade quase que ilimitada de recursos para a agricultura mineira; em segundo lugar, com a aceleração da inflação e o menor crescimento da taxa de juros cobra da nos contratos de crédito rural, o subsídio também cresce no período. O que se pode concluir dessas informações, portanto, é que o crédito agrí cola não só viabiliza a capitalização da agricultura, principalmente atra vés do crédito para investimento, como também atua no sentido de contrarestar os efeitos da deterioração das relações de troca, pelo aumento dos subsídios conjugados com o incremento no montante de crédito disponível aos agricultores.

Na segunda metade da década de 70, no entanto, as regras da po lítica agrícola são alteradas, caindo-se aceleradamente o crédito para in vestimentos. O primeiro efeito de tal medida só pode ser, por exemplo, a queda no ritmo de crescimento da mecanização agrícola. No entanto, o cré dito de custeio após uma queda nos anos de 1977 e 1978, volta a crescer celeremente em 1979 e 1980, fato esse que, conjugado à manutenção do nível de subsídio na segunda metade da década, leva novamente a uma expansão da área colhida nesses dois últimos anos. Com efeito, apesar do menor crescimento do crédito rural total, afetado pela brusca queda no crédito para investimentos, a área colhida volta a crescer sustentada pelo crédi

TABELA 8 ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DO CRÉDITO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS[1] (BASE: 1970 = 100); ÍNDICE DO SUBSÍDIO COMO PROPORÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA[2] - 1970/81.

ANOS	Crédito Rural Agropecuária	Crédito Custeio Agropecuária (1)	Crédito Investimento Agropecuária	Crédito Comercializ. Agropecuária	Crédito Rural Agricultura	Crédito Rural Pecuária	Valor Bruto Produção (2)	(1)/(2)	Valor Subsídio/Renda Agrícola (Em %)
1971	99	102	108	82	90	105	99	103	2,6
1972	114	110	149	84	113	115	116	95	1,7
1973	143	149	200	80	128	153	110	135	0,6
1974	186	189	192	115	201	169	136	139	8,1
1975	254	286	258	136	238	272	132	217	9,8
1976	290	281	340	152	294	288	156	180	17,9
1977	215	260	262	137	296	172	149	174	15,3
1978	218	256	173	165	221	214	141	182	13,1
1979	253	304	202	167	258	245	154	197	17,1
1980	276	395	145	113	383	150	168	235	19,6
1981	198	353	109	121	270	114	209 (3)	169	13,4

FONTES: 1. Minas Gerais - Indicadores Sócio-Econômicos: 1950-1980 - SEI/SEPLAN - MG

2. Indicadores de Conjuntura - Minas Gerais, V. 5, nº 3, Jun/1983.

3. Anuário Estatístico de Minas Gerais. 1981, SEI/SEPLAN - MG.

trocar fonte.

(1) - Deflacionado pelo Índice de Preços Implícito no PIB da Agropecuária, Silvicultura, Caça e Pesca - SEI/SEPLAN - MG.

(2) - Subsídio medido tomando-se como base a taxa de inflação e a taxa de juros pagos nos financiamentos (Ver. J. Sayad, "Estratégias de Transição para Reforma de Crédito Rural". In: Revista de Economia Rural, 20, nº Especial 1, 1982).

(3) - Estimativa: VBP/81 calculado, somando-se ao PIB da Agropecuária, Silvicultura, Caça e Pesca/81, uma estimativa de Consumo Intermediário, como mesma proporção do Consumo Intermediário/PIB do ano anterior.

to corrente de custeio e pelo subsídio. Apesar do corte no crédito para investimento, o crédito de custeio possibilitou à agricultura mineira continuar crescendo, apesar de que alguns reflexos desta política já se fizeram sentir neste início dos anos oitenta, com a área colhida caindo em 10,7%, no período entre as safras 1982/83 e 1980/81.[8]

Com isso achamos que as análises que procuram mostrar que há uma relação direta entre as taxas de crescimento da área plantada - que cai na segunda metade da década de 70 em relação à primeira metade - e o crescimento do crédito rural total, devem ser melhor pesadas, em razão do fato de que o crédito custeio continua a propiciar o crescimento da área plantada. Acreditamos inclusive que a análise da queda no crescimento da área plantada na segunda metade da década passada não pode ser analisada exclusivamente relacionando-se a queda no crédito rural total, mas deve-se também levar em consideração tanto a queda da demanda interna, decorrente da crise a que se submete a economia brasileira, quanto à perda de competitividade dos produtos agrícolas de exportação em razão da elevação dos custos internos, superiores à elevação da taxa cambial.[9]

Há duas características importantes a serem ainda enfatizadas. A primeira delas se refere ao crédito à agricultura mineira vis-à-vis a brasileira. Enquanto que o crédito rural total para o Brasil decresce 28,73% em termos reais entre 1977 e 1980, para Minas Gerais, o mesmo crédito apresenta um crescimento da ordem de 28,37%. Minas é, portanto, beneficiado em termos de crédito ao nível do Brasil como um todo, o que pode ser tomado como evidência de que as transformações ocorridas na agricultura mineira devem ter se dado num ritmo superior às verificadas para o conjunto do país nesse período, fato este que corrobora nossa análise do início do presente trabalho.

A segunda característica se refere à mudança na estrutura produtiva propiciada pelo crédito rural. Com efeito, ao longo do período 1970/80, a agricultura se beneficiou mais da expansão do crédito rural total, do que a pecuária.[10] Assim, enquanto que em 1970 a agricultura foi a contratante de 53,9% e a pecuária de 46,1% do valor do crédito rural total concedido em Minas Gerais, em 1980, esses percentuais passam para 74,3% e 25,7% respectivamente. Isto é mais verdade ainda para o crédito de custeio e para a aquisição de insumos (em 1980, a agricultura recebeu cerca de seis vezes mais crédito de custeio e para aquisição de insumos do que a pecuária). Quanto ao crédito para investimento, embora no princípio da década de setenta a pecuária fosse a maior beneficiária, em 1980 a agricultura passa a ser a maior contratante. É só no crédito de comercialização que a pecuária mostra ao longo daquela década a maior participação. A maior expansão do crédito à agricultura se reflete inclusi-

ve na maior expansão da área de lavouras. De fato, o crescimento das terras utilizadas para lavoura, pecuária e matas (12,2%) na última década, deveu-se fundamentalmente ao crescimento da área de lavouras (32,9%), em especial, da área de lavouras permanentes (98,7%).[11]

A expansão diferenciada do crédito não se dá apenas entre a agricultura e a pecuária. Ao nível da própria agricultura a participação dos principais produtos no crédito de custeio se altera significativamente, como se pode notar na Tabela 9, o que é uma evidência a mais da importância do crédito como um decisivo elemento de transformação da estrutura produtiva, no sentido da modernização e da diferenciação a que aludimos anteriormente em nosso trabalho.

TABELA 9

VALOR DO CRÉDITO DE CUSTEIO AGRÍCOLA, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS
MINAS GERAIS - 1970, 1975, 1980 e 1981 - (EM %)

Produtos	1970	1975	1980	1981
1. Algodão	4,0	3,2	3,4	4,1
2. Arroz	18,6	23,3	10,2	10,2
3. Batata	-	2,8	3,7	7,0
4. Café	28,8	29,2	45,6	29,7
5. Cana-de-Açúcar	1,8	5,0	3,3	2,7
6. Feijão	5,8	4,9	8,6	12,5
7. Mandioca	0,9	0,4	1,3	1,9
8. Milho	39,6	28,1	20,6	27,1
9. Soja	0,5	3,1	3,4	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco Central do Brasil.

Embora o crescimento do crédito na década passada tenha sido significativo, algumas mudanças são introduzidas a partir de 1980, levando a uma progressiva alteração dos mecanismos de apoio ao setor agrícola. Com efeito, começa a se reduzir em 1981, tanto o montante de recursos colocados à disposição do setor agrícola, quanto o valor dos subsídios (vide Tabela 8). Isso, conjugado com os efeitos do corte anterior do crédito de investimento, só pode desembocar em duas possíveis conseqüências: ou numa queda na área colhida e na produção, ou numa elevação dos preços agrícolas, ou ainda nas duas coisas ao mesmo tempo, que é o caso da agricultura mineira.

A primeira conseqüência fica clara na Tabela 10, onde se nota uma sensível queda, tanto na área colhida quanto na produção da maior parte das culturas na safra 1982/83, quando comparada com a média das safras 1979/80, 1980/81 e 1981/82. As culturas que apresentam crescimento positivo são principalmente o café, a cana-de-açúcar e a soja, justamente as culturas que como já vimos no início do trabalho apresentaram uma excelente composição: preços favoráveis e melhorias sensíveis na produtividade.

TABELA 10

VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO FÍSICA E DA ÁREA COLHIDA, POR PRODUTO, EM MINAS GERAIS: SAFRA DE 1982/83 BASE: MÉDIA DAS SAFRAS: 1980, 1981 e 1982

Produção	82/83/Média das Safras	
	Produção Física	Área Colhida
1.Abacaxi	(-) 21,4	31,9
2.Algodão	15,3	(-) 21,4
3.Alho	10,6	4,8
4.Amendoim	(-) 77,5	(-) 63,2
5.Arroz	3,8	(-) 11,0
6.Banana	(-) 4,8	3,9
7.Batatinha	(-) 7,0	(-) 16,0
8.Café	47,2	22,5
9.Cana-de-Açúcar	22,9	12,5
10.Feijão	(-) 30,6	(-) 24,2
11.Fumo	(-) 5,9	(-) 2,7
12.Laranja	4,7	9,6
13.Mamona	6,5	3,3
14.Mandioca	(-) 27,2	(-) 18,8
15.Milho	(-) 9,8	(-) 15,6
16.Soja	49,3	33,4
17.Tomate	2,7	(-) 1,7

FONTE: SEI/SEPLAN-MG.

A segunda conseqüência de elevação dos preços também fica evidente neste último ano na Tabela 11, onde se nota claramente a alta dos preços recebidos pelos diversos produtos em Minas Gerais, bastante superior ao crescimento dos demais índices de preços.

Esta alta dos preços acaba por contrabalançar a redução na produção física da agricultura, propiciando inclusive um crescimento de 8,8%

do PIB da Agropecuária, Silvicultura, Caça e Pesca de Minas Gerais, crescimento esse que teria sido bem menor, senão negativo, não fossem os aumentos de preços e a expansão da produção de algumas culturas como o café, a soja e a cana-de-açúcar.

A alta de preços verificada neste ano para grande parte das culturas aparece como estímulo para o crescimento da área plantada da safra 83/84, que, segundo prognóstico do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais, deverá ser a constante da Tabela 12.

TABELA 11

VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS PREÇOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS E ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (ALIMENTAÇÃO - BELO HORIZONTE) DEZ. 82/ SET. 83

Especificação	Índices
1. Algodão	232,7 (1)
2. Arroz	142,7
3. Batata	829,5
4. Café	68,2
5. Cana-de-Açúcar	61,9
6. Feijão	442,9
7. Fumo	39,2
8. Mamona	568,7
9. Mandioca	137,1
10. Milho	177,3
11. Soja	374,4
IGP (Disponibilidade interna)	135,4
I. Preços ao consumidor (Alimentação-B. Hte.)	144,6

FONTE: Centro de Estudos Rurais - EPAMIG/IPEAD-MG.

(1) Variação Percentual até agosto/83.

A nosso ver, essa expansão se explica principalmente pelos preços compensadores, o que nos leva a colocar a seguinte questão: como deve se comportar a agricultura mineira nas próximas safras? Acreditamos que essa expansão que se prenuncia neste momento somente será mantida se os preços mantiverem níveis elevados. Isto porque o estímulo que durante longo tempo atuou sobre a expansão do setor agrícola do Estado, que foi o montante de crédito e o subsídio, parece estar fadado a ser para os mem

TABELA 12

VARIAÇÃO ESPERADA PARA A ÁREA PLANTADA DA SAFRA 1984/83, EM RELAÇÃO À SAFRA 1983/82, ALGUNS PRODUTOS - MINAS GERAIS

Produtos	Variação (em %)
Algodão	25,5
Arroz	(-) 1,4
Batata	7,7
Feijão	1,3
Fumo	0,0
Milho	3,0
Soja	12,8

FONTE: GCEA/IBGE-MG.

tores da política econômica nacional, um demônio a ser exorcizado como um dos males responsáveis pelo déficit público da economia brasileira. Com efeito, o governo fixou em 95% o aumento do crédito rural subsidiado para o ano de 1983, quando a inflação deste ano deverá se situar acima de 150%. Ao mesmo tempo, excluída a região do Vale do Jequitinhonha e a parte mineira da SUDENE, para o restante do Estado os juros estão fixados em 85% da variação da ORTN mais 5% ao ano, para 1983, 95% para 1984 e 100% para 1985. Além disso, não se pode esquecer também que o crédito subsidiado só financia 90% do VBC para o pequeno, 60% para o médio e 40% para o grande produtor. O restante deve ser coberto ou com crédito às taxas do mercado ou com recursos próprios.

Os preços mínimos fixados para esta safra parecem também que não são tão alentadores, apesar do aumento significativo que tiveram - uma vez que ainda assim continuam em níveis bem abaixo dos preços praticados pelo mercado, conforme nos mostra a Tabela 13. A situação dos preços mínimos deve se agravar ainda mais, visto que eles serão mensalmente corrigidos pela variação da ORTN de setembro/83 até a época da colheita e no festival recente de desindexação da economia brasileira, a variação da ORTN deixou de estar vinculada ao crescimento da inflação.

À medida que as mudanças geradas pelo programa de estabilização do governo combinam uma escassez do crédito rural com a elevação do custo do financiamento dos agricultores e que os preços mínimos não são nada alentadores, a manutenção ou crescimento da área do plantio só será possível com a permanência dos altos preços dos produtos agrícolas e a imediata elevação do índice do custo de vida. Do contrário, nos parece que a conseqüência será a queda na área do plantio. Isto porque, como vimos,

a agricultura mineira já não é mais aquela agricultura tradicional, mas está passando por uma rápida transformação no sentido de sua capitalização, tornando-a mais sensível às vicissitudes, tanto dos mecanismos de mercado, quanto da política econômica do governo.[12]

TABELA 13

PREÇO MÍNIMO BASE 1983/83 - E PREÇO CORRENTE EM SETEMBRO/83 - ALGUNS PRODUTOS

Produtos	Preço Mínimo	Preço Corrente
Arroz	5.600,00	8.253,00
Algodão	4.000,00	7.500,00
Feijão	14.400,00	27.414,70
Milho	3.700,00	5.260,60
Soja	4.338,00	14.150,00

FONTE: Análise Conjuntural - IPARDES.
Centro de Estudos Rurais - EPAMIG.

1 - POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE NO BRASIL:
1970: 41.054.053
1980: 38.566.297
FONTE: Censos Demográficos de 1970 e 1980 - FIBGE

2 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL, POR SEXO:

	Total	Homens (1)	Mulheres (2)	(2)/Total
1970:	17.582.089	11.929.099	5.652.990	32,1
1980:	21.109.884	14.274.724	6.835.160	32,3

FONTE: Censo Agropecuário de 1970.
Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980-FIBGE

3 - TAXAS DE EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1970/80, POR SEXO E FAIXA ETÁRIA:

Total		Menos de 14 Anos	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
19,7	20,9	25,3	34,2

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980-FIBGE

4 - De acordo com J. Brandão Lopes, "O emprego rural no Brasil (1940-1975): uma perspectiva de classe", trabalho apresentado no Encontro da ABEP, Ouro Preto, Minas Gerais, setembro de 1981, o trabalho temporário no Brasil ampliou sua participação na ocupação, entre 1970 e 1975, relativamente ao quinqüênio anterior. Parte da expansão mais acelerada seria explicada pela recente importância dos trabalhadores de empreitada, os quais Juarez inclui em seus cálculos de ocupação agrícola.

5 - POPULAÇÃO RURAL RESIDENTE E OCUPAÇÃO AGRÍCOLA EM MINAS GERAIS:

	População	Ocupação
1960:	5.832.489	2.092.027
1970:	5.427.115	1.979.935
1980:	4.404.539	2.274.171

FONTE: Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE
Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário - 1980 - FIBGE

6 - TAXA DE ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E SEXO: MG, PR. MA. SC. - 1970:

	Total Geral	Total		14 Anos e +	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
MG.	0,360	0,526	0,193	0,844	0,280
PR.	0,447	0,574	0,309	0,888	0,474
MA.	0,053	0,635	0,417	0,945	0,640
SC.	0,460	0,536	0,382	0,817	0,382

FONTE: Censos Demográfico e Agropecuário - 1970 - FIBGE
Obs.: Em 1980, apesar de Minas Gerais ter expandido sua taxa de atividade agrícola total (0,516), sua posição é ainda reduzida, com respeito aos demais Estados. Das 26 Unidades Federativas, apenas 9 apresentam taxas inferiores à de Minas Gerais.

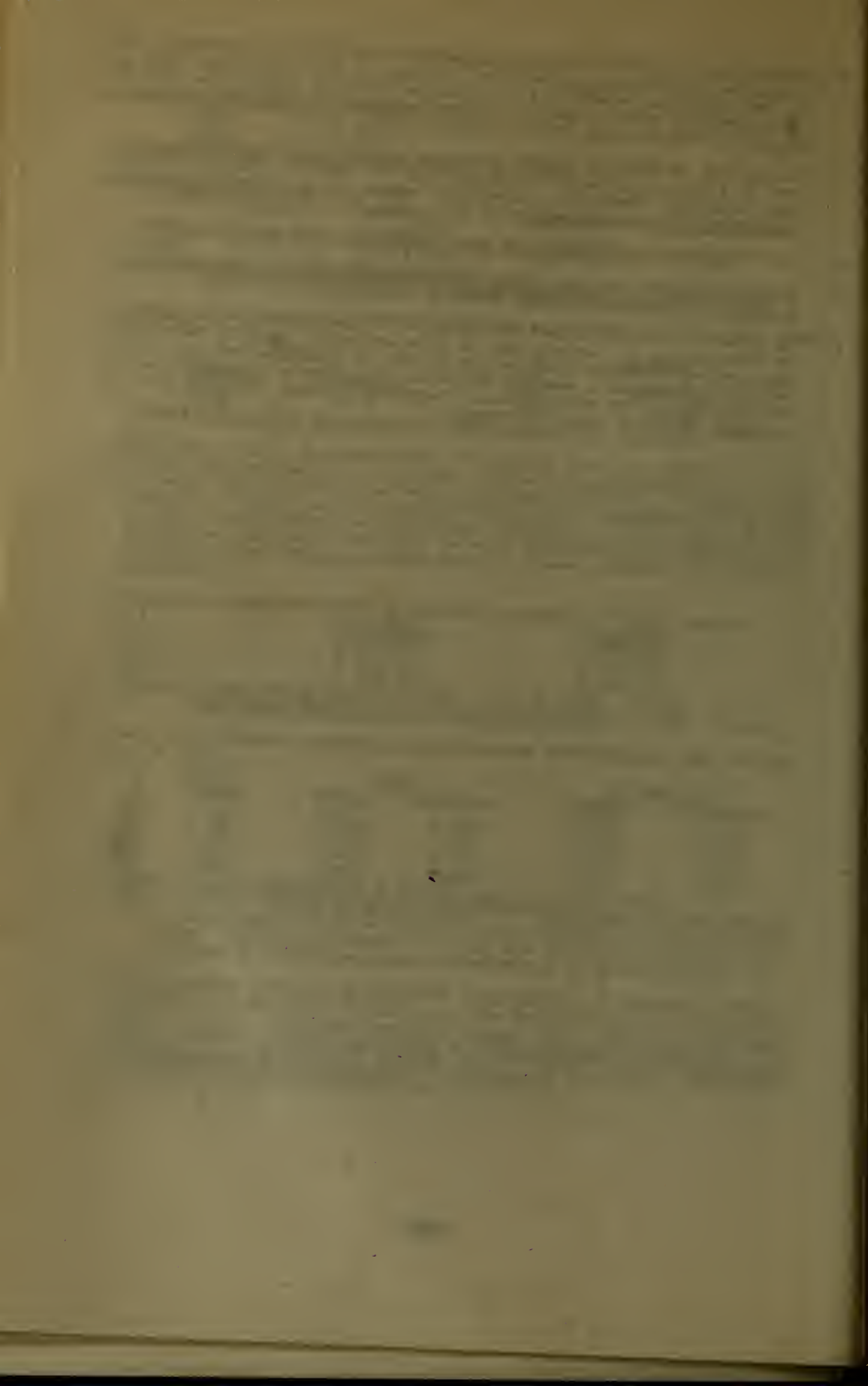
7 - A mecanização agrícola se expandiu rapidamente no período 1975/80. O número de tratores no Estado mais que duplicou, enquanto que a ocupação e a área cultivada cresceram apenas 7,9% e 18,3%, respectivamente. Fontes: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário-MG 1980; Censos Agropecuários de Minas Gerais, 1960, 1970 e 1975; Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário, 1980. FIBGE.

8 - Alguns dados de área colhida para a safra 1982/83 correspondem, por falta de informações disponíveis, a dados de área plantada. Este fato vem confirmar ainda mais a afirmação quanto à redução da área colhida porque, como se sabe, a área plantada é freqüentemente maior do que a área colhida (Fonte: GCEA/MG-IBC).

9 - No período 1976/81, o Índice de Preços Pagos pelos Agricultores cresceu 14,6 vezes, enquanto que a variação da taxa de câmbio foi bem mais reduzida, crescendo apenas 10,4 vezes (Fonte: Indicadores de Conjuntura - Minas Gerais, v.5, nº 1, fev./83. SEI/SEPLAN-MG).

10 - Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1981. SEI/SEPLAN-MG.

11 - Dados retirados das Tabulações Avançadas do Censo Agropecuário. Resultados Preliminares, 1980. FIBGE.

12 - No entanto, como afirmamos no início do trabalho, essa transformação se caracteriza por um processo de diferenciação, onde, ao lado da modernização, coexiste a exploração à base do trabalho familiar, menos sensível ao mercado, mas que não deixa de sofrer as conseqüências desse processo, sendo estrangulada e perdendo terreno cada vez mais na produção agrícola total do Estado.

A URBANIZAÇÃO E A CRISE NA ECONOMIA MINEIRA

AFRÂNIO A. ANDRADE*

* Professor da FACE/UFMG e Professor e Pesquisador do CEDEPLAR/UFMG

A URBANIZAÇÃO E A CRISE NA ECONOMIA MINEIRA

1 - INTRODUÇÃO

Procuramos conduzir este trabalho para alguns pontos que julgamos fundamentais para a compreensão crítica da realidade urbana mineira. O primeiro, como não poderia deixar de ser, refere-se à extensão das implicações da crise econômica sobre as cidades mineiras, cujo quadro evolutivo e atual vem sendo objeto de preocupações dos planos e programas governamentais, tanto a nível estadual quanto federal. O segundo, ao sentido dos movimentos demográficos, cujo resultado tem-se expressado em significativas mudanças nos padrões locacionais da população e que se traduzem em pressões sobre o meio urbano e a economia nele organizada. Finalmente, procuramos questionar a capacidade de absorção de tais pressões por parte dos centros urbanos, no momento em que, pela recessão, o Estado e os governos municipais se vêem desprovidos de recursos que possam assegurar, pelo menos, os padrões atuais dos serviços públicos de suporte à economia urbana.

Entretanto, nossas indagações - que partem de observações simples da realidade - devem ser interpretadas pelo leitor apenas como raciocínios destinados a formulação de bases para uma discussão sobre o problema da urbanização.

2 - ITERAÇÃO ESPAÇO-ECONOMIA

Não é ocioso relembrar o fato de que a iteração espaço-economia em Minas Gerais se dá, historicamente, pela via da localização de seus recursos naturais;[1] fato que aliás tem condicionado o seu desenvolvimento industrial ao âmbito das atividades básicas, dominantes, ainda ho-

---

* - O autor faz parte da equipe de pesquisadores do CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - FACE/UFMG.

je, no seu parque industrial. O apego das autoridades mineiras à idéia de industrialização também tem sido responsável[2] por um verdadeiro viés nos mecanismos intersetoriais de alocação de recursos, cujo resultado manifesta-se na formação de correntes migratórias no sentido rural-urbano, mas cuja principal implicação foi a de manter as taxas globais de crescimento da população em níveis relativamente baixos. Estas observações podem ser consubstanciadas pelo exame dos dados da Tabela 1. Mesmo na década 1970/1980, o comportamento das taxas de crescimento demográfico de Minas Gerais, segundo se observa, teria correspondido à sua tendência histórica, situando-se em termos globais abaixo da média nacional e ligeiramente superior se considerado o crescimento vegetativo da população. Uma novidade apenas neste panorama global: o saldo migratório teria se modificado na década 70-80, segundo estimativas da Superintendência de Estatísticas e Informações de Minas Gerais, caindo de (-1,45%) para (-1,07%), indicando maior capacidade de retenção da população por parte da economia mineira.

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
BRASIL E MINAS GERAIS

Taxas	Período 1960/70		Período 1970/80	
	Brasil	Minas Gerais	Brasil	Minas Gerais
1. Taxas cresc. vegetativo	2,89	3,04	2,48	2,61
2. Taxas cresc. demográfico	2,89	1,59	2,48	1,54
3. Saldo migratório líquido (*)	-	(-1,45)	-	(-1,07)

FONTES: 1960 e 1970 - Censo Demográfico.
1980 - Censo Demográfico.
(*) - SEI - Indicadores de Conjuntura - V. 3, nº 1 - fev. 81.

É preciso observar, entretanto, que esta relativa estabilidade, revelada pela dimensão global do crescimento da população, não possui igual correspondência quanto aos seus padrões locacionais. As macrorregiões do Estado experimentaram crescimentos demográficos desproporcionais, do que resultou ainda mais acentuado o processo de concentração espacial da população. Tentaremos qualificar melhor esta proposição.

Em primeiro lugar, percebe-se (Tabela 2) que apenas duas das microrregiões apresentaram nas duas últimas décadas, taxas de crescimento

MINAS GERAIS
Regiões de Programação
Região I - Centro
Região II - Mata
Região III - Sul
Região IV - Triângulo
Região V - Norte/Nordeste
Obs.: Região V engloba as Regiões V, VI, VII e VIII

demográfico superior à média estadual: a Região I e a Região IV. A primeira delas, com expressiva vantagem sobre as médias referidas funciona historicamente como centro dinâmico da economia mineira. Suas altas taxas de crescimento demográfico, ao lado do peso relativo de sua população sobre o total estadual, que atingiu em 1980, 32,11%, a coloca em destaque nesta análise. A seguir, a Região IV, que apesar de sua pouca expressividade em termos de participação no total, exibe taxas de crescimento demográfico que, pelo menos, lhe tem garantido pequeno incremento de suas posições no contexto estadual: 7,45% em 1960, 7,97% em 1970 e, principalmente, 8,63% em 1980. Trata-se de uma região de desenvolvimento mais recente e que recebe seus estímulos principalmente da economia do Estado de São Paulo.

TABELA 2

ESTRUTURA REGIONAL E TAXAS DE CRESCIMENTO DA
POPULAÇÃO TOTAL DE MINAS GERAIS E SUAS REGIÕES

Regiões	Estrutura Percentual			Taxas de Crescimento	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
I	20,60	26,02	32,11	4,3	3,7
Resto Região I	11,00	12,04	13,17	2,5	2,5
R.M.B.H	9,06	13,98	18,94	6,1	4,7
Belo Horizonte	7,07	10,75	13,26	5,9	3,7
Resto da RMBH	1,99	3,23	5,68	6,6	7,5
II	15,64	13,75	12,29	0,3	0,4
III	17,86	15,99	15,56	0,5	1,3
IV	7,45	7,97	8,63	2,3	2,4
V	38,99	36,27	31,41	1,21	0,08
Estado	100,00	100,00	100,00	1,59	1,54

FONTE: Indicadores de Conjuntura, SEI, V-3, nº 1 - fev. 1981.

As demais regiões caracterizaram-se, no passado recente, como expulsoras de recursos humanos. Delas, apenas a Região III, o sul do Estado, deu mostras de nítida recuperação na última década. Suas taxas de crescimento demográfico foram de, respectivamente, 0,5% e 1,3% a.a. nas décadas de 60-70 e 70-80. Em ambos os períodos, inferiores às médias do Estado. Não só pela sua participação no total da população mineira, mas também pela estratégica posição espacial que ocupa, o comportamento demográfico recente indica novas direções nos fluxos migratórios intra e interestaduais.

A virtual estagnação das Regiões II ("Zona da Mata") e V ("Norte de Minas") também está evidenciada na Tabela 2. Estas duas regiões vêm sofrendo perdas substanciais com relação ao Estado, ao longo dos últimos vinte anos. Suas taxas recentes de crescimento demográfico não indicam qualquer possibilidade de reação. No caso da Região V, verificou-se brusca queda na década 70-80, o que lhe acarreta perdas crescentes em relação ao quadro estadual.

Registremos, finalmente, o sentido do fenômeno que se passou na Região I. Mesmo apresentando elevadas taxas de crescimento, as informações de 1980 indicam queda no ritmo de crescimento demográfico (o ritmo de crescimento da população teria decrescido em cerca de 16,00% entre as duas últimas décadas). Em grande medida, esta queda pode ser abribuída ao comportamento da expansão demográfica da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujas taxas decresceram de 6,1% entre 1960/70 para 4,7% entre 1970/80, já que no "Resto da Região I" o crescimento permaneceu estável, à taxa de 2,5% a.a. No centro da questão, entretanto, está o comportamento do município de Belo Horizonte cuja taxa de crescimento demográfico exibiu espetacular queda em seu ritmo de crescimento ao passo que no "resto da RMBH" o ritmo teria se acentuado na última década.

Se de um lado as taxas de crescimento se apresentam em níveis relativamente baixos, quando comparadas às médias nacionais, o mesmo não se pode dizer com relação ao crescimento da população urbana, o qual se comporta de maneira completamente diversa. O exame dos dados dispostos nas Tabelas 2 e 3 consubstancia esta afirmação: há um marcante contraste entre o crescimento demográfico global e o crescimento da população urbana, tanto a nível do Estado como a nível de suas macrorregiões.

O período de maior crescimento demográfico urbano estadual corresponde, em nossa análise, à década 1950-60, com 5,44% a.a. Mas note-se que, ao findar aquela década, o grau de urbanização de sua população era de aproximadamente 38,1%, caracterizando o Estado como de população eminentemente rural. As taxas de crescimento da população urbana das décadas seguintes, muito embora expressivas, sozinhas não seriam capazes de assegurar os relativamente elevados graus de urbanização encontrados em 1970 e 1980. Mesmo admitindo o fato natural de que o processo tem, necessariamente, que apresentar uma tendência decrescente, boa parte da elevação do grau de urbanização deveu-se aos saldos líquidos migratórios negativos experimentados pelo Estado nas décadas recentes e que tiveram suas causas predominantes localizadas no meio rural.* Tais ressalvas são importantes, por

* - De acordo com os resultados do Censo de 1980, Minas Gerais teria perdido, nesta última década, nada menos do que 1.000.000 de habitantes.

quanto o grau de urbanização da população tem sido freqüentemente associado aos níveis de desenvolvimento atingidos por dada sociedade. No caso, em 1980, o grau de urbanização da população mineira equipara-se àquele apresentado pelo Brasil. Mas possui duplo sentido, porquanto está não só associado ao baixo crescimento da população rural, como à própria conformação estrutural da população mineira em termos de sua distribuição espacial. Note-se, na Tabela 3, que na Região I, em 1950, o grau de urbanização já era significativamente elevado com relação à média estadual: 50,5% contra 28,1% respectivamente. Naquele ano, apenas as Regiões II e V apresentaram resultados inferiores à média estadual, mas que influenciaram decisivamente a medida do índice de urbanização do Estado observado naquele ano. E mais recentemente, no ano de 1980, ambas as regiões - de características econômicas eminentemente agrícolas - ainda detinham cerca de 43,7% da população total do Estado. Ao findar a última década estas duas regiões apresentavam relevantes graus de urbanização de suas populações.

TABELA 3

GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS MACRORREGIÕES E DO ESTADO DE MINAS GERAIS E TAXAS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO URBANO

Ano / Região	Grau de Urbanização				Taxas de Crescimento Urbano		
	1950	1960	1970	1980	50-60	60-70	70-80
I	50,5	64,4	77,4	87,5	6,31	6,01	4,79
II	27,2	34,2	48,8	59,9	3,95	3,14	2,49
III	29,7	39,3	52,7	62,6	4,13	2,74	3,39
IV	33,3	48,3	61,1	78,3	6,42	4,30	5,09
V	16,00	25,6	34,5	47,9	5,97	4,27	3,40
Estado	28,10	38,1	51,1	67,1	5,44	4,39	4,02

FONTE: Dados obtidos a partir dos resultados censitários. Fundação IBGE.

O que queremos explicitar é o fato de que, apesar dos contextos econômicos diferentes que envolvem as regiões analisadas, todas elas exibem vigorosos processos de urbanização de suas populações. O comportamento do processo global é altamente influenciado pelos resultados da Região I a qual, como se viu, comanda, em magnitude, as taxas de crescimento total e urbana e possui importante peso no total da população do Estado. Mas não deixam também de ter importância os fenômenos que ocorreram nas diversas outras regiões, nas quais, ao lado de perdas nos saldos líquidos migratórios, que impediram maiores taxas de crescimento demográfico, ob-

servaram-se intensos processos de transferência da população do meio rural para o urbano. A urbanização, entretanto, ocorre de maneira intensa e defasada entre as diversas regiões e seu ritmo não é o mesmo, década a década, para as diversas regiões do Estado. Acrescente-se que apesar do arrefecimento dos indicadores da Região I, a média estadual permanece elevada, talvez por influência dos índices de crescimento da urbanização das demais regiões, os quais aproximam-se bastante dela.

Tais fatores permitem, talvez, uma conclusão intermediária e que convém antecipar pela pertinência do que se pretende com a análise: é a de que a urbanização em Minas Gerais vem ocorrendo a ritmos acelerados, apesar dos contextos econômicos diferentes de suas diversas regiões e que os processos independem das taxas de crescimento demográfico global das regiões nas quais ele se manifesta, disseminando-se por todo o Estado e determinando novos padrões para a organização espacial da população. Conclusão ou hipótese, não se pode deixar de perceber que o processo talvez esteja se aproximando de seus limites finais, e que se tal fato for verdade, a análise da organização urbana de Minas Gerais deve assumir outras dimensões que as tradicionais. Primeiro porque, em termos de crescimento global há fortes indicações de que as taxas de crescimento da população global não sofrerão incrementos significativos nas próximas décadas, desde que este Estado não exibe capacidade de concorrer, por fluxos migratórios, com as regiões de fronteira do país. Internamente, os dados nos mostram, pela Tabela 1, que a taxa de crescimento vegetativo da população não excede à média apresentada pelo Brasil, pelo menos em termos significativos. E em termos de urbanização, em média, o Estado a possui equiparável à média nacional, fato que significa, em última análise, que estando "urbanizada" a população se reproduzirá a taxas cada vez menores. E finalmente, que o crescimento urbano estará muito mais vinculado à intensidade de transferência da população de seu meio rural para suas cidades. Como em algumas regiões, tais como a Região I, a Região IV e a Região III este processo acha-se em estágio bastante avançado - 87,5; 78,3; 62,6, respectivamente - e como no conjunto estadual estas regiões representam em 1980 cerca de 56,3% da população total, pode-se inferir que a urbanização em Minas Gerais aproxima-se de seus limites máximos. Noutras palavras, o que se quer dizer é que, vigorando as atuais taxas de crescimento globais da população mineira, nas próximas décadas restaria apenas uma pequena parcela de população para ser "transferida" do meio rural para o meio urbano.

O comportamento desta dinâmica demográfica certamente muito tem a ver com o estilo e o modelo de crescimento que se implantou, como mencionado, na economia mineira de fato: uma das constatações mais seguras

quanto ao relacionamento das autoridades governamentais com os setores privados da economia refere-se ao papel por ele assumido de "criador" de infra-estrutura[3] de apoio à locação espacial do capital e criação de mercados consumidores capazes de dar suporte a um processo de industrialização. As políticas derivadas destas estratégias atingiram o auge no período 1970 a 1977 quando pelo menos 451 projetos industriais foram aprovados e favorecidos pela política de incentivos fiscais do Estado (Tabela 4). Note-se a alta proporção de absorção dos investimentos programados por parte da Região I, em primeiro lugar, e em segundo, a elevada participação dos chamados metalúrgicos.[4]

TABELA 4

INVESTIMENTOS DE 451 PROJETOS INDUSTRIAIS
EM MINAS GERAIS - PERÍODO 70-77
Cr$ 1,00*

Regiões	1		2	3	4	5
	Investimentos	%	Setores não Metalúrgicos	2/1	Setores Metalúrgicos	%
I	72.404.007	80,96	11.492.918	15,87	60.911.089	93,64
II	2.332.091	2,60	1.951.493	84,04	370.598	0,57
III	4.285.501	4,79	2.181.447	50,90	2.104.054	3,23
IV	4.392.380	4,91	4.392.380	100,00	-	-
V	6.024.180	6,74	4.356.949	72,32	1.667.231	2,56
Estado	89.428.159	100,00	24.377.187	27,25	65.050.972	100,00

FONTE: Dados originais coletados na SEPLAN/MG.
* A preços de 1975.

Estes resultados poderiam conduzir à impressão de que estes investimentos, alocados de forma altamente concentradora, pudessem ter sido responsáveis pelos também elevados níveis de concentração demográfica do Estado. Isto somente em parte é verdade, porquanto uma análise mais fecunda da distribuição das atividades industriais em Minas revelará a tendência crescente de participação e supremacia da Região I sobre os demais, o que procuramos demonstrar com os dados da Tabela 5. Percebe-se que tanto em termos do emprego industrial quanto ao do valor da Transformação Industrial, a indústria tem revelado uma dinâmica de localização de características concentradoras: estima-se que, em 1975, a Região I deteria 67,5% do VTI estadual e 56,5% do emprego industrial, contra 36,6% e 47,0%, res

pectivamente, em 1950. É preciso notar a trajetória crescente revelada pelos dados, o que nos indica estarmos diante de um processo inaugurado não-recente. Desta forma, poderíamos argüir que os padrões locacionais demográficos na economia mineira têm sido muito mais o resultado do próximo sentido do modelo de crescimento do que da alocação recente de recursos, a qual, por sua vez teria o papel de consolidar as bases do qual emergiu.

TABELA 5

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES NO VTI* E NO EMPREGO INDUSTRIAL - 1950 - 1960 - 1970 E 1975

Regiões	Valor da Transformação Industrial				Emprego Industrial			
	1950	1960	1970	1975	1950	1960	1970	1975
I	36,61	58,54	68,35	67,53	47,04	53,73	55,47	56,56
II	24,94	14,12	9,00	7,28	22,13	18,43	15,31	13,06
III	18,24	11,04	10,07	11,00	14,07	12,27	12,62	12,64
IV	10,50	6,92	6,24	6,86	4,83	5,30	5,96	7,35
V	9,71	9,38	5,92	6,97	11,93	10,27	10,64	10,39
Estado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FIBGE Censos Industriais.
* Valor Bruto da Produção para 1950.

3 - AS PRESSÕES INTER-REGIONAIS E O PROBLEMA URBANO

As observações anteriores poderiam conduzir à afirmação de que Minas Gerais não enfrentará "grandes problemas", em futuro próximo com a urbanização de seus municípios. Esta impressão, entretanto, não resiste mais do que à mera simplicidade na qual se encerra e esbarra no significado da economia que aqui se instalou. Primeiro é preciso salientar que, tal como a urbanização brasileira, a que se dá em Minas Gerais não obedece a padrões homogêneos ou com efeitos de dispersão sobre a rede de cidades segundo seus padrões hierárquicos. Ela se direciona no sentido de alguns poucos núcleos urbanos, provocando neles desequilíbrios estruturais de significativo conteúdo. Segundo, temos que levar em consideração o caráter dependente das indústrias que lideram a economia mineira.

O primeiro aspecto é revelado pelo exame do impacto regional-urbano dos movimentos demográficos. Os 22 municípios ou aglomerações (Tabela 6) cujas populações urbanas eram iguais ou superiores a 55 mil habi

tantes, no ano de 1980, haviam absorvido nada menos que 88,3% do incremento demográfico total e 62,4% do incremento da população urbana estadual observados na década. É também interessante notar que a urbanização se processa, de um lado, no sentido de pressionar os grandes centros e, de outro, parece que se caracteriza por persistente transferência da população rural para o meio urbano, na grande maioria dos municípios mineiros.

Somente a Região Metropolitana de Belo Horizonte absorveu praticamente 50% do incremento demográfico total observado na década 1970 - 1980 e nada menos que 32,87% do crescimento urbano. As cinco maiores aglomerações do Estado em 1980 absorveram 71,26% do acréscimo na população total e 47,67% da urbana. O restante da expansão demográfica, com raras exceções, tanto sob o aspecto global como o urbano, dissemina-se nos restantes 717 municípios mineiros existentes em 1980. Mesmo no caso do extrato de municípios de tamanho médio, tomados anteriormente, a urbanização não se distribui de forma equilibrada ou pelo menos respeitando a critérios de ordenação do município segundo os seus tamanhos. Em termos médios, na verdade, a urbanização é influenciada decisivamente pelo comportamento de algumas poucas aglomerações urbanas. Embora os municípios com populações urbanas superiores a 55 mil habitantes em 1980 sejam significativos do ponto de vista da absorção quase que integral do acréscimo demográfico verificado entre 1970 e 1980, apenas nove das aglomerações urbanas ali presentes conseguiram taxas de crescimento urbano superiores à média estadual. É bastante significativo, por outro lado, que aglomerações tais como Juiz de Fora, que ocupa o segundo lugar na hierarquia por tamanho dos municípios mineiros, tenham exibido taxas de urbanização relativamente baixas. De outra parte é igualmente importante notar que em alguns casos, como Montes Claros, Vale do Aço e Uberlândia, as pressões da urbanização se tornem altamente significativas dadas as dimensões em que se manifesta o fenômeno.

Dos incrementos demográficos urbano e total da última década, a Região I participou com 69,41 e 48,18% respectivamente (Tabela 7). Nas regiões III e IV é possível detectar algum equilíbrio em termos de participação de cada município nos incrementos total e urbano da população, fato que pode significar maior estabilidade no desenvolvimento rural-urbano. Entretanto, o fenômeno se manifesta de forma acentuadamente diferente nas Regiões II e V. Estas aliás, apresentam comportamento diferente entre si: a Região II participou com apenas 3,35% do aumento demográfico total e com 7,44% do urbano, o que evidencia o seu estado de estagnação. Enquanto isto, a Região V absorveu apenas 1,73% do total e 19,5% do urbano, num nítido processo de transferência da população do meio rural para o urbano.

TABELA 6

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E AGLOMERAÇÕES URBANAS COM POPULAÇÃO URBANA ACIMA DE 55 MIL HABITANTES NO INCREMENTO DEMOGRÁFICO TOTAL E URBANO - 1980

	Incremento Total 70-80	%	Incremento Pop. Urbana	%	Incremento Urbano Incremento Total	Taxas de Cresc. Urbano
Estado	1.893.231	100,00	2.923.032	100,00	154,39	4,02
Total dos Municípios	1.673.029	88,37	1.826.460	62,49	109,17	4,56
RMBH	936.125	49,45	960.860	32,87	102,64	5,07
Juiz de Fora .	69.318	3,66	81.691	2,79	117,85	3,20
Vale do Aço ..	154.998	8,19	157.039	5,37	101,32	9,14
Uberlândia ...	116.285	6,14	120.168	4,11	103,34	7,57
Uberaba	74.417	3,93	73.971	2,53	99,40	5,33
Governador Valadares	33.883	1,79	48.246	1,65	142,39	3,21
Montes Claros	61.094	3,23	70.411	2,41	115,25	6,21
Teófilo Otoni	(- 4.057)	-0,21	20.857	0,71	-	2,74
Divinópolis .	37.050	1,96	38.974	1,33	105,19	4,48
Caratinga ...	266	-	13.462	0,46	5.060,90	2,82
Sete Lagoas .	34.079	1,80	33.470	1,15	98,21	4,45
Poços	29.340	1,55	29.604	1,01	100,90	4,62
Barbacena ...	12.604	0,67	12.400	0,42	98,38	1,91
Patos de Minas	9.935	0,52	18.417	0,63	185,37	3,49
Araguari	18.115	0,96	24.522	0,84	135,37	4,08
Ituiutuba ...	10.076	0,53	18.394	0,63	182,55	3,77
Itabira	14.705	0,78	17.496	0,60	118,98	3,60
Muriaé	11.535	0,61	17.609	0,60	152,66	3,92
Passos	13.942	0,74	17.814	0,61	127,77	3,81
Cons. Lafaiete	16.062	0,85	20.798	0,71	129,49	3,95
S. J. Del Rei	9.498	0,50	9.256	0,32	93,04	1,80
Varginha	13.741	0,73	21.001	0,72	152,83	4,65

FONTE: FIBGE Censos Demográficos.

TABELA 7

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO INCREMENTO DEMOGRÁFICO
TOTAL E URBANO - 1970-1980

Regiões	Incremento Total	Incremento Urbano	% Total	% Urbano
I	1.314.044	1.408.262	69,41	48,18
II	63.330	217.355	3,35	7,44
III	243.221	370.762	12,85	12,68
IV	239.829	324.243	12,66	12,12
V	32.812	572.410	1,73	19,58
Total	1.893.232	2.923.132	100,00	100,00

FONTE: FIBGE Censos Demográficos, 1970 e 1980.

A situação, examinada do ponto de vista "interno" destas macrorregiões, traz à luz algumas indicações da direção dos processos que se manifestaram. Na Região I a RMBH foi sozinha responsável por 71,12% do incremento total de 68,2% do observado na população urbana. A seu lado, o Aglomerado "Vale do Aço" contribuiu com 11,8% do incremento demográfico regional e 11,2% do urbano. Portanto, somente nestas duas áreas urbanas, ocorreu nada menos que 83,0% do incremento demográfico regional e 80,0% do urbano. Isto significa, por exemplo, que dos 1.408.262 novos habitantes urbanos da Região I, 1.126.609 foram alojados em apenas duas aglomerações urbanas (Tabela 6). Se se estende estes resultados às dez principais aglomerações da Região I, ver-se-á que este conjunto respondeu por nada menos que 94,1% do incremento demográfico regional e por 90,3% da população urbana. Entretanto, é preciso ter, como ressalva, o fato de que, afora os casos da RMBH e do "Vale do Aço", os demais municípios não exibiram processos marcantes em termos de expansão demográfica urbana, diferenciando-se muito pouco, entre si, em termos de taxas de crescimento, as quais por sua vez não são substancialmente diferentes da média do Estado.

Na Região II, o que deve ser enfatizado é o relativamente "fraco" desempenho de Juiz de Fora, município líder no quadro regional. Apesar de ter sua população urbana aumentado mais que o total, mesmo assim pode-se inferir que este município não constituiu alvo das migrações observadas na Região. Por sua vez, as taxas de crescimento urbano dos de-

mais municípios situaram-se sistematicamente abaixo da média estadual, à exceção do município de Viçosa, o qual, entretanto, é pouco expressivo em termos do total regional. Mesmo assim, destacaram-se os municípios de Manhuaçu e de Ubá, cujas taxas de incremento demográfico urbano atingiram, na década, a 3,92% e 3,00% respectivamente, expressivamente superiores à média de 2,49% exibida pela Região II.

A Região III é a que parece exibir, como antes se afirmou, um dos processos de urbanização mais equilibrados do ponto de vista das macrorregiões em análise. A média regional observada não ultrapassa a 3,39% (abaixo, portanto, da média estadual). Os municípios da amostra apresentaram média de 3,58%. Deles, apenas cinco conseguiram taxas acima da média estadual. Concorrem com alguma expressão os municípios de Pouso Alegre (5,66%), Poços de Caldas (4,67%) e Varginha (4,65%). A Região III, aliás, apresenta rede de cidades mais equilibrada em termos de tamanho e, como já se afirmou, com maior capacidade de retenção da população, no meio rural e no urbano. De certa forma, o que se quer afirmar é que o incremento da população urbana distribui-se de maneira mais uniforme entre a rede de cidades do Sul de Minas.

A Região IV lidera as taxas de crescimento urbano em Minas Gerais. A urbanização regional dirige-se principalmente no sentido de Uberlândia, cuja taxa de crescimento anual foi de 7,57%, Uberaba (5,33%) e Araxá (5,00%). Observe-se, entretanto, que mesmo os municípios de Araguari, Ituiutaba, têm marcante participação no contexto urbano regional, pela expressão já adquirida de suas populações urbanas. Patrocínio, mesmo tendo uma média de crescimento urbano próxima à do Estado, situa-se num plano mais distante em termos de população urbana.

Na Região V, em termos comparativos, o processo de urbanização situa-se abaixo da média estadual. Aqui, a análise deve ser tomada com certos cuidados, de vez que se observam bruscas oscilações nas taxas de crescimento dos municípios selecionados. Assim é que, por exemplo, Unaí exibe vigorosa taxa de urbanização, a mais elevada do conjunto de municípios selecionados: 8,04%. Sua população urbana em 1980, entretanto, não ultrapassa a casa dos 30.000 habitantes. Ao lado disto, Montes Claros, com população urbana de 1980 de 155.000 habitantes, experimentou uma taxa de crescimento urbano da ordem de 6,21% a.a. Complementando estas duas situações, têm-se os exemplos de Pirapora, com taxa de crescimento de 5,20% a.a., com população urbana em 1980 de aproximadamente 32.000 habitantes e Governador Valadares, cuja taxa de crescimento urbano não ultrapassou a 3,21% a.a., para uma população urbana de 178.000 habitantes, a maior no quadro regional. Observam-se neste nível de análise altas discrepâncias entre crescimento demográfico urbano e tamanho da população urbana. Em se

guida decrescem, em magnitude, as taxas de urbanização, dando mostras de processos de estagnação entre os municípios, mesmo os tradicionais tais como Caratinga e Teófilo Otoni. Patos de Minas, talvez por sua proximidade aos municípios da Região IV, destaca-se neste quadro, ao apresentar população urbana, em 1980, da ordem de 63.000 habitantes, exibindo uma taxa de crescimento de 3,49% a.a.

Consideremos o segundo aspecto mencionado. A economia industrial que se implantou em Minas Gerais voltou-se, como se disse, para os segmentos básicos, cujos investimentos requerem longo prazo relacionada ao comportamento dos setores ligados aos mercados de demanda final. Este raciocínio pode ser estendido aos setores produtores de serviços de apoio à produção, como é o caso da energia elétrica e o que ela representa para Minas Gerais. Tais características impedem que a economia mineira possa desenvolver-se, mesmo no quadro nacional, de forma autônoma, principalmente se levarmos em conta que o incipiente mercado regional, que inspirava a instalação de indústrias nos segmentos de demanda final, acha-se ameaçado face à recessão em que se envolve o país.

Desta maneira, a economia que deve sustentar o processo de urbanização mineira, em termos globais, revela-se não só dependente como, em meio à recessão, altamente vulnerável à crise. Nada garante que possa sustentar os padrões de urbanização criados para que ela se desenvolvesse. Nem mesmo em termos das sub-regiões do Estado esta situação pode modificar-se, de vez que a industrialização que assegurava um tímido processo de desconcentração da economia achava-se vinculado ao crescimento do mercado em formação nos grandes centros urbanos.

O desenvolvimento urbano por sua vez requer recursos que mesmo no passado recente, marcado pelo entusiasmo das elevadas taxas de crescimento econômico não puderam ser viabilizados. É fato inconteste que as políticas urbanas de âmbito federal e estadual (o papel do município na formulação destas políticas foi, amplamente, ignorado) tem resultado em sucessivos fracassos quanto aos objetivos a que se têm proposto. Em particular, as políticas da alocação de recursos públicos no meio urbano, seja pelo centralismo de que se originam, seja pela prioridade que conferem à construção e reconstrução de obras nas cidades - abandonando a perspectiva de uma reforma nos mecanismos que impulsionam o processo de concentração espacial da população e da economia - muito têm contribuído para o agravamento das pressões de demanda sobre os níveis de oferta dos serviços urbanos. Os recursos disponíveis revelaram-se pela experiência insuficientes - voltamos a salientar - mesmo em épocas de intenso crescimento do produto, sem que deles se pudesse tirar uma definição segura da parcela destinada ao apoio do desenvolvimento urbano mineiro até mesmo nos

pontos prioritários de consenso comum. Em meio à crise, certamente, não se conseguirá, mesmo sob a hipótese otimista de uma reforma tributária que devolva aos municípios condições de exercerem seu real papel no contexto do desenvolvimento - resolver a crítica situação financeira do setor público, mesmo porque os recursos não conseguiriam crescer em montante suficiente para deter o processo de agravamento dos déficits observados no meio urbano.

4 - CONCLUSÕES

Observemos, inicialmente, que pelo exposto nas seções anteriores decorre que os problemas da urbanização na economia mineira manifestam-se em diversos sentidos, alguns deles interdependentes conforme tivemos ocasião de verificar. O quadro urbano não pode ser tomado apenas em termos globais o que poderia levar à conclusão de que, pelo fato de Minas apresentar um grau de urbanização médio relativamente elevado, sendo este influenciado pelas médias da Região Metalúrgica e não sendo o Estado, em termos nacionais concorrentes por recursos humanos, os problemas urbanos não assumiriam significado mais grave face aos mecanismos indutores do crescimento industrial. Tentamos mostrar que, ao contrário, quando se decompõem os indicadores da urbanização segundo categorias analíticas específicas, percebemos que os problemas assumem dimensões graves, principalmente quando, a este quadro se justapõe o modelo de industrialização do Estado caracterizado por empreendimentos de retornos não imediatos, altamente capitalizados e dependentes. De certa forma, quando esta economia avançava na direção da complementação de seu parque industrial, esbarrou com o comportamento do mercado global, impedindo-a de realizar até mesmo, em âmbito próprio, o espaço para que estas atividades prosperassem.

Referimo-nos ainda - se bem que não exaustivamente - ao papel do Estado e de suas políticas quanto à atração de capitais, processo que se esgotara antes mesmo de terminada a última década e que teria provocado um viés na alocação de recursos, tanto públicos quanto privados, impedindo que, por exemplo, o setor agrícola pudesse desenvolver-se com mais vigor, conferindo maior estabilidade espacial à economia. Como resultado, apontamos o fato de que as pressões oriundas dos movimentos migratórios têm por alvo algumas nucleações urbanas, em sua maioria constituídas por cidades tradicionais dentro do contexto mineiro. Isto significa que nem sempre estes núcleos possuíam capacidade de suporte às pressões geradas pelo incremento demográfico seja pela velocidade com que este se manifestou, seja pela ausência de recursos públicos capazes de suprir os déficits na oferta de serviços públicos.

Esta última observação conduz por sua vez à questão do financiamento do desenvolvimento urbano e dos recursos a ele necessários. Pelo exposto, infere-se que a situação urbana tenderá a agravar-se, não só porque o Estado e os municípios - presos a uma só corrente quanto às possibilidades de arrecadação de tributos - ver-se-ão extremamente empobrecidos devido à queda nos níveis da atividade econômica como também porque não poderá continuar cumprindo o papel de criador de infra-estruturas que lhe foi reservado na história de Minas. Compromete-se, desta forma não só o espaço criado para o desenvolvimento da moderna economia que se imaginou implantar em Minas Gerais, mas o próprio conteúdo incipiente do modelo econômico regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - ANDRADE, Afrânio A. e MONTE-MÓR, Roberto Luís M. Urbanização e Custos numa Economia Subdesenvolvida: o caso de Minas Gerais. PNPE, Série Fac-Símile nº 7, março 1983.

2 - PLAMBEL, Belo Horizonte. O Processo de Desenvolvimento de Belo Horizonte - 1897-1970. Mimeo., 1972.

3 - CINTRA, Antônio Otávio e ANDRADE, Luís Aureliano Gama. "Planejamento, Reflexos sobre uma Experiência Estadual" in: CINTRA, A. Otávio e HADDAD, Paulo Roberto. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Zahar, Rio, 1978.

4 - Para uma análise detalhada veja-se DINIZ, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, UFMG-PROED, Belo Horizonte, 1971, em especial o Cap. V.

O OCASO DOS BANCOS MINEIROS: 1966/82

JACQUES SCHWARTZMAN*
RICARDO CANÇADO GONÇALVES DE SOUZA**

*Professor da FACE/UFMG
**Pesquisador do CEDEPLAR/UFMG e Professor da PUC-MG

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho encontra-se estruturado em cinco partes. Na primeira seção, procuramos apresentar uma breve descrição das reformas financeiras do período 1964/66; em seguida, recuperamos os principais traços da evolução dos bancos sediados em Minas Gerais no período 1930/64; na terceira seção, traçamos um quadro da evolução mais recente dos estabelecimentos bancários sediados no Estado, chamando atenção para a perda da importância destes no cenário nacional; na quarta seção sugerimos algumas hipóteses explicativas para o "esvaziamento financeiro mineiro" e, finalmente encerramos o trabalho fazendo um resumo das principais conclusões a que se chegou.

Este trabalho contou com a colaboração de Sergio Eustaquio Bastos Lins, aluno do curso de Economia da FACE/UFMG, que realizou um excelente trabalho de apuração de dados, sua crítica e confecção de tabelas estatísticas. Registramos o nosso agradecimento a Ronaldo Ronan Oleto (SEPLAN-MG) e a Irineu Rossi de Acipreste (Sindicato dos Bancos) pelas valiosas informações prestadas no decorrer da pesquisa.

1 - INTRODUÇÃO

As reformas financeiras do período 1964/66[1] constituem-se num verdadeiro marco na evolução do sistema financeiro brasileiro. Englobando basicamente a Reforma Bancária, a Reforma do Mercado de Capitais e a criação do Sistema Financeiro de Habitação, procurou-se com elas não somente regularizar o mercado monetário, mas garantir fluxos financeiros estáveis ao setor produtivo, propiciando-se, desta forma, a própria elevação da taxa de acumulação.

Entretanto, para entender o seu real significado, julgamos necessário voltar um pouco no tempo e apontar, ainda que nas linhas mais gerais, o momento por que passava a economia brasileira na segunda metade da década de cinqüenta.

O período JK vai registrar uma profunda transformação em nossa estrutura econômica, com a implantação de novos setores pesados de bens de consumo duráveis e bens de capital (indústria automobilística, construção naval, material elétrico pesado, etc.), simultaneamente à expansão dos setores de base já existentes (siderurgia, petróleo, metais não-ferrosos, etc.), transformação essa que coloca a necessidade de reajustes nos mecanismos de financiamento.[2] Entretanto - e esse é o ponto que nos interessa mais de perto - esse processo de industrialização não foi acompanhado de modificações ao nível do sistema financeiro. Muito pelo contrário, uma rápida caracterização do setor[3] permite-nos afirmar que se tratava de um segmento de magnitude relativa reduzida, apoiado basicamente nas operações de curto prazo dos bancos comerciais[4] (vide Tabela I), constituindo-se o BNDE na única instituição financeira voltada para o financiamento de longo prazo. O crédito de médio prazo começa a ser feito nesse período pelas Sociedades de Crédito e Financiamento que, ainda que registrando um crescimento desordenado no período, assumem alguma importância no início dos anos sessenta, com a operação da indústria automobilística e de bens de capital (Tabela II). Do ponto de vista institucional, não existia nem mesmo um banco central, cabendo à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e Banco do Brasil atuarem, respectivamente, como Autoridade Monetária e banco executor da política econômica.

Em síntese, na segunda metade dos anos cinqüenta verificava-se um claro descompasso entre o setor industrial, que se modernizara acele-

TABELA I

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS AO

SETOR PRIVADO - 1964

Em bilhões de cruzeiros

Organizações	1964	
	Cr$	%
1 - Sistema bancário:	3,27	80,0
- bancos comerciais	2,23	54,5
- Banco do Brasil	1,04	25,5
2 - Sociedade de crédito e de investimentos	0,24	6,0
3 - Organizações de desenvolvimento	0,57	14,0
Total	4,08	100,0

FONTE: FARO, C. Passos. Estrutura financeira e desenvolvimento. São Paulo, Atlas, 1973.

TABELA II

PARTICIPAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS POR ACEITES CAMBIAIS

SOBRE O TOTAL DE EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Anos	Índice dos Empréstimos Bancários ao Setor Privado - (A)	Índice de Aceites Cambiais (B)	(B/A) em Percentagem
1960	122,6	1,33	1,1
1961	112,9	1,68	1,5
1962	121,0	4,25	3,5
1963	104,9	4,01	3,8
1964	96,1	6,30	6,6
1965	119,0	15,00	12,6

FONTE: ZINI, Jr. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1982. (Tese de mestrado).

radamente ao longo da década e um setor financeiro, cuja atrofia no início dos anos sessenta "... havia se transformado num dos mais ponderáveis obstáculos à manutenção de um crescimento rápido da economia brasileira. As empresas, diante da estrutura do mercado e das desvantagens fiscais de manter altos índices de capital de giro próprio, passaram a depender exageradamente do financiamento bancário a curto prazo. O resultado era uma estrutura financeira bastante frágil, altamente vulnerável a qualquer recessão temporária das vendas. Novas indústrias que se haviam instalado no país, como a automobilística, a de máquinas e a de eletrodomésticos ressentiam-se da falta de um mecanismo que pudesse assegurar o financiamento das suas vendas pelo sistema de crédito ao consumidor. A construção residencial se tornara altamente limitada pela escassez do mercado de hipotecas".[5] Dentro desse quadro, portanto, o próprio avanço da industrialização passava pelo reordenamento dos esquemas de financiamento no sentido de se conceder ao setor financeiro as condições indispensáveis para que ele passasse a exercer "... a função maior que lhe cabia no sistema capitalista, a qual não vinha sendo cumprida até então: arrecadar as poupanças dispersas dos que economizam e transferí-las aos empreendedores para que estes investissem".[6] Este vai ser o sentido mais geral da reforma financeira então implementada.

A Reforma Bancária (Lei 4595 de 1964) inicia as mudanças. Ao criar o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, ela redefine o núcleo básico da política monetária/financeira, até então sob controle do tripé Tesouro Nacional, SUMOC e Banco do Brasil. No mesmo ano, é criado o Sistema Financeiro da Habitação, generalizando-se para as suas operações de captação e aplicação de recursos o princípio da correção monetária, instituído pela Lei 4494.[7] De outro lado, a Reforma do Mercado de Capitais (Lei 4728 de 1965), expressando o princípio da especialização, consolida o papel dos bancos comerciais, reformula o sistema de operação das financeiras (crédito direto ao consumidor) e define o papel de um novo agente - os bancos de investimento - que deveriam preencher a lacuna básica do sistema, qual seja, a oferta de créditos de longo prazo. Simultaneamente, procura-se canalizar recursos para a capitalização das empresas, através do fortalecimento do mercado de ações.

O desenvolvimento do sistema financeiro após as reformas revelou extraordinária velocidade. "A rapidez do crescimento do sistema pode ser avaliada pela impressionante modificação na composição dos ativos financeiros em poder do público"[8] entre meados dos anos sessenta e o início da década de oitenta. De fato, os dados mostrados por Zini relativos à estrutura dos principais haveres financeiros ilustram, com clareza, a velocidade e a diversificação do desenvolvimento financeiro (ver Tabela III).

TABELA III

PRINCIPAIS HAVERES FINANCEIROS, 1967/1980 (COMPOSIÇÃO PERCENTUAL)

Saldo em final de período

Especificações	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Haveres Monetários	72,3	66,1	62,9	56,2	49,2	44,8	43,3	42,9	38,6	36,3	33,7	31,3	33,1	33,3
1 - Moeda em Poder Público	14,0	12,7	12,0	10,7	9,1	8,1	7,6	7,1	6,7	6,8	6,4	6,1	6,6	6,8
2 - Depósitos à vista	59,3	53,4	50,9	45,5	40,1	36,7	35,7	35,8	31,9	29,5	27,2	25,2	26,5	26,5
- Banco do Brasil	10,7	10,2	10,1	8,6	8,2	6,7	6,8	7,1	5,9	5,4	4,4	4,0	4,5	4,0
- Bancos Comerciais	44,3	39,8	37,5	34,0	30,0	28,4	27,4	27,2	24,5	22,4	21,2	19,9	20,7	21,2
- Caixas Econômicas	4,3	3,4	3,3	2,9	1,9	1,6	1,5	1,5	1,5	1,7	1,7	1,3	1,4	1,4
Haveres Não Monetários	26,7	33,9	37,1	43,9	50,8	55,2	56,7	57,1	61,5	63,7	66,4	68,7	66,9	66,7
3 - Depósitos de Poupança	0,3	0,8	1,5	3,3	4,0	5,4	6,5	9,9	11,9	15,7	17,4	18,7	20,7	22,8
- CEF	0,3	0,6	1,2	1,9	2,2	2,9	3,3	5,1	6,1	7,8	8,5	8,8	9,4	10,1
- CEES	-	-	-	1,0	1,3	1,6	1,6	2,1	2,4	3,1	3,5	3,6	3,9	4,0
- SCI	0,0	0,2	0,2	0,3	0,3	0,6	1,3	2,1	2,6	3,8	4,4	5,1	6,2	7,4
- APE	-	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,4	0,6	0,7	1,0	1,0	1,1	1,2	1,3
4 - Depósitos à prazo	3,3	4,5	4,7	7,0	10,1	12,0	11,9	11,5	11,7	10,7	13,1	14,7	14,3	13,7
- Banco do Brasil	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4	0,9	1,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0
- Bancos Comerciais	2,4	2,8	1,9	2,3	3,5	4,2	3,2	2,7	2,4	2,7	4,2	6,0	6,1	4,6
- Bancos Investimentos	0,4	1,3	2,5	4,5	6,1	7,3	8,3	7,8	8,2	7,8	8,7	8,5	8,2	8,9
- Bancos Desc. e Cx. Econ.	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3
5 - Letras de Câmbio	9,7	13,6	13,1	12,5	15,3	14,7	16,1	14,6	12,0	10,0	8,0	8,5	7,4	6,4
- Bancos Investimento	2,7	2,9	3,6	2,9	2,6	1,7	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	-	-	-
- Financeiras	7,1	10,8	9,5	9,7	12,8	13,1	15,7	14,5	12,0	10,0	8,0	8,5	7,4	6,4
6 - Letras Imobiliárias	1,4	2,0	2,7	3,2	3,3	3,5	3,0	2,8	1,9	1,4	1,1	0,7	0,5	0,4
- BNH	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
- Socied. Créd. Inds.	1,0	1,8	2,4	3,0	3,1	3,4	2,9	2,7	1,9	1,4	1,0	0,7	0,5	0,3
7 - Tít. Publ. Est./Mun.	...	2,0	2,0	1,9	1,6	1,2	1,5	1,9	3,0	3,4	3,1	3,0	3,3	3,5
8 - Tít. Federais	12,0	11,0	13,1	16,0	16,4	18,4	17,7	16,4	21,0	22,5	23,6	23,2	20,6	19,8
- ORTN	11,8	10,8	13,1	14,9	12,3	11,2	9,7	11,3	12,9	12,3	11,7	10,6	9,9	13,8
- LTN	-	-	-	1,1	4,1	7,2	8,0	5,1	8,0	10,1	11,9	12,6	10,7	6,1
- OTN e outros	0,2	0,1	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: ZINI, Jr. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1982. (Tese de mestrado). p. 105.

Nesse quadro, a participação dos haveres não-monetários cresce de 26,7% em 1967 para 66,7% dos haveres totais, destacando-se o fato de que os depósitos de poupança foram os que mais cresceram no período, saltando de 0,3% do total em 1967 para 23% em 1980.[9]

De outro lado, essa rápida evolução dá-se no contexto de uma estrutura financeira que apresenta algumas características específicas no seu funcionamento,[10] dentre os quais interessa examinar mais de perto - dados os objetivos expecíficos da nossa pesquisa - o alto grau de conglomeração/oligopolização das instituições financeiras. Senão, vejamos.

A partir da segunda metade da década de 60, começa a ganhar contornos bastante nítidos uma política de incentivo às fusões/incorporações no interior do sistema bancário. Apoiados basicamente na idéia das economias de escala,[11] as Autoridades Monetárias passam a estimular o movimento de concentração (basicamente através da Comissão de Fusões e Incorporações), concedendo uma série de vantagens para as empresas se unirem (isenção do imposto de renda incidente sobre o acréscimo do valor do ativo imobilizado, originário de fusões ou incorporações, perícia financeira, concessão de recursos, etc.), ao mesmo tempo em que proibiam a abertura de novas agências.[12] Nesse sentido, o Banco Central limita em duas o número de agências que cada banco poderia abrir por ano (sendo apenas uma no Rio ou São Paulo), limitação essa que deixaria aos maiores estabelecimentos (ou de maneira mais ampla, aos bancos que desejassem crescer) uma única opção para ampliar sua rede: a incorporação de outros estabelecimentos e a utilização de suas agências já instaladas. Dentro desse quadro, o processo de concentração bancária revelou extraordinária velocidade, particularmente na primeira metade da década de setenta, tal como se pode concluir da seguinte passagem de Moura da Silva: "... em 1974, o maior banco privado do país (BRADESCO) era resultado da incorporação de 39 instituições bancárias ou similares; o segundo maior (ITAÚ) era resultado da incorporação de 26 instituições de igual gênero; o terceiro maior (NACIONAL) era o resultado de 23 incorporações e fusões; o quarto (REAL) era o resultado de 16 fusões; dentre os oficiais (exclusive Banco do Brasil), o segundo maior banco do Brasil (BANESPA) era resultado de 14 incorporações; o terceiro (BANERJ) era resultado de 24 incorporações".[13]

Interessa ressaltar, aqui, o fato de que essa política de fusões/incorporações resultou num processo de oligopolização do setor financeiro (Tabela IV), paralelamente à sua conglomeração, ou seja, "na formação de 10 ou 20 grandes conglomerados que passam à operação, em escala nacional, em praticamente todas as faixas de financiamento, tendo como cabeça os bancos comerciais. Estes, sem colocarem em risco suas tradicionais e lucrativas operações de financiamento de capital de giro, expandiram sua ação efetiva para todos os outros segmentos do mercado através de subsidiárias".[14]

TABELA IV

DEZ PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTO DO MERCADO
POSIÇÃO EM 31-12-1978

BANCOS	COMERCIAIS		BANCOS DE INVESTIMENTO			FINANCEIRAS			CRÉDITO IMOBILIÁRIO			CORRETORAS		FUNDO 157	
INSTITUIÇÃO	% DOS DEPÓSITOS	% DOS EMPREST.	INSTITUIÇÃO	% FINANC.	% DEP. PRAZO	INSTITUIÇÃO	% FINANC.	% AC. CAMBIAIS	INSTITUIÇÃO	% FINANC.	% DEP. POUP.	INSTITUIÇÃO	% REC. OPER.	INSTIT.	% PATRIM.
Banco do Brasil	22,6	42,0	Itaú	11,5	11,6	Itaú	8,5	8,6	Delfin (SP)	8,0	8,5	Banespa	8,8	Bradesco	18,2
Bradesco	8,8	4,4	Bradesco	9,4	7,8	Bradesco	8,3	8,3	Bradesco	7,2	13,0	Sodril	7,0	Itaú	12,6
Banespa	7,1	8,3	Real	8,3	8,6	Finasa	7,1	7,4	Delfin (RJ)	5,8	6,2	Lara	6,2	Cresc.	8,2
Itaú	5,6	2,6	Safra	5,6	7,2	Gen.Motors	6,4	4,8	S.Bras.(RS)	5,7	3,3	Laureano	5,0	Real	7,1
Real	3,7	2,1	Unibanco	5,5	5,0	Real	5,9	6,3	S.Bras.(SP)	5,5	1,3	Omega	4,9	Banespa	5,1
Banerj	3,5	2,2	Econômico	4,8	5,1	Ford	3,2	2,2	Banerj	4,2	7,2	Open	4,5	Nacional	4,0
Nacional	3,4	1,5	Nacional	4,0	3,8	Unibanco	3,1	3,2	Real	3,9	3,4	Marka	3,6	Finasa	2,7
Mercantil	2,9	1,1	Bamerindus	3,8	3,8	Safra	2,7	2,1	Itaú	3,5	6,2	Codesbra	3,5	Bamer.	2,1
Bamerindus	2,8	2,0	Finasa	3,8	3,7	Bamerindus	2,6	2,4	Comind	3,7	4,7	Banestado	2,8	Comind	2,0
Unibanco	2,7	1,5	Bozano-Sim.	3,7	3,6	Sinal	2,5	2,4	Residência	3,5	3,2	Unibanco	2,2	S.Bras.	1,5
Total dos 10	63,1	67,4		60,4	60,2		50,3	47,7		51,3	57,0		48,5		63,5

FONTE: ZINI, Jr. Uma avaliação do setor financeiro no Brasil. Campinas, UNICAMP, 1982. (Tese de mestrado). p. 105.

Ora, o movimento de fusões/incorporações atingiu diretamente os estabelecimentos bancários sediados em Minas Gerais, tal como se pode observar pela Tabela V, em que se compara a rede bancária do Estado nos anos de 1966 e 1975. Note-se que, ao final de 1981, o total de bancos com sede no Estado havia decrescido para 8, com a incorporação do Banco Mineiro pelo Unibanco (ver Anexo). Percentualmente, a redução do número de instituições sediadas em Minas acompanhou a tendência geral em relação ao total do país: enquanto o número de bancos caiu em proporção de 66% no Brasil, no Estado a diminuição foi à base de 62% (ver Tabela V).

Pelo descrito anteriormente, a evolução mais recente dos bancos sediados no Estado deve levar em conta essa nova moldura do setor financeiro que emerge com as reformas de 1964/66 e, em particular, o processo de fusões/incorporações colocado em prática pelas Autoridades Monetárias. Estes pontos vão se constituir no pano de fundo de todo o trabalho desenvolvido a seguir.

II - A EVOLUÇÃO RECENTE DOS BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

II.1 - Bancos Mineiros (1930-1964)*

A evolução dos bancos mineiros ao longo do período enfocado pode ser subdividida em 2 fases: uma primeira, englobando o primeiro Governo Vargas, que assinala a sua consolidação e o lançamento das bases para a conquista posterior do mercado nacional, uma segunda - o "período SUMOC" - que corresponde ao momento de auge dos bancos mineiros. Vejamos os traços básicos de cada uma delas.

O período 1930/45 representa um marco na trajetória dos bancos mineiros. Uma vez já tendo dominado o "mercado interno", iniciam, então, a sua escalada nacional (com o início da formação de uma forte rede de agências), ganhando rapidamente posições de destaque no "ranking" brasileiro. Na verdade, os bancos mineiros começam a perder o seu caráter regional - são cada vez menos bancos mineiros - e, já em 1941, o total dos depósitos dos estabelecimentos sediados no Estado e situados entre os 20 maiores do país ultrapassa, no conjunto, o total dos depósitos captados em Minas Gerais por todos os estabelecimentos de crédito que atuavam no Estado.

---

* - Essa seção visa apenas recuperar alguns traços mais importantes da evolução dos bancos mineiros, a partir do trabalho de Fernando Nogueira da Costa, Bancos em Minas Gerais (1889 - 1964), Campinas, UNICAMP, 1978. Fazemos essa ressalva de vez que não organizamos citações bibliográficas de forma sistemática. Recomendamos enfaticamente ao leitor a leitura da tese.

TABELA V

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

Ano	Brasil Número	Brasil Índice 1966 = 100	Minas Gerais Número	Minas Gerais Índice 1966 = 100
1966	305	100	24	100
1967	254	83	20	83
1968	223	73	18	75
1969	200	66	17	71
1970	178	58	16	67
1971	155	51	15	63
1972	128	42	13	54
1973	115	38	11	46
1974	109	36	10	42
1975	103	34	9	38

FONTE: Concentração Bancária no Brasil, Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Assiste-se nesse período não apenas à criação de alguns importantes estabelecimentos - Mineiro da Produção (1933), Banco de Minas Gerais (1937), Moreira Salles (1940) e Nacional (1944) - mas, também, à consolidação de dois dos mais importantes bancos então existentes, quais sejam, Comércio e Indústria de Minas Gerais (1923) e Lavoura de Minas Gerais (1925). Ressalte-se o fato de que o primeiro deles, aliás, liderava o ranking bancário privado em termos de depósitos entre 1940 e 1946, enquanto o Lavoura mantém o primeiro posto entre 1947/64, com a exceção apenas de 1951 e 1952.

Ora, diante deste quadro, coloca-se uma questão básica: como explicar a forte expansão dos bancos mineiros no período? Essa indagação fica ainda mais intrigante quando observamos o fato de que os bancos mineiros tinham uma posição no cenário nacional bastante desproporcional ao "peso" da economia mineira.

Sinteticamente, a explicação da força dos bancos mineiros deve ser buscada na combinação de quatro fatores básicos: no íntimo relacionamento por eles travado com o Poder Público estadual, ao que se somam os grandes lucros auferidos com os movimentos especulativos, ocorridos ao longo do período (boom imobiliário, especulação com algodão/zebu), a formação de uma sólida rede de agências já com contornos nacionais e a específica articulação dos bancos com a órbita produtiva que se expressa pela apropriação ao nível da circulação da parte do excedente gerado na economia agrícola e pecuária de Minas em passagem para o abastecimento de outras regiões do país.

Por sua vez, o período 1945/64 registra o auge dos bancos mineiros. Algumas informações ilustram bem essa afirmação. Na década de 50 e início dos anos 60, considerando-se todos os bancos em operação no Brasil, o Crédito Real, o Hipotecário e Agrícola, o Mineiro da Produção, o Comércio e Indústria, o Lavoura, o Moreira Salles e o Nacional estão sempre entre os 20 maiores do país. Nessa mesma direção, ressalta-se o fato de que o Nacional dá um salto extraordinário, passando do 21º lugar em 1949 para a condição de segundo maior banco privado brasileiro em 1954; o Banco da Lavoura, reafirma-se, era o maior banco privado do Brasil e da América Latina; e, por outro lado, o Crédito Real esteve sempre entre os cinco maiores no conjunto do setor bancário, sendo que, em 1963 e 1964, estava abaixo apenas do Banco do Brasil e BANESPA entre todos os bancos em operação no país. A Tabela VI apenas reforça o poder dos bancos mineiros no período.

Importante assinalar o fato de que os bancos mineiros assumem definitivamente um caráter nacional nessa fase, disputando palmo a palmo

TABELA VI

COLOCAÇÃO DOS MAIORES BANCOS PRIVADOS MINEIROS
POR ORDEM DE VOLUME DE DEPÓSITOS ENTRE OS
MAIORES BANCOS PRIVADOS NACIONAIS

Anos	Comércio e Indústria	Lavoura	Moreira Salles	Nacional
1955	4º	1º	3º	8º
1956	6º	1º	5º	3º
1957	7º	1º	3º	2º
1958	7º	1º	4º	2º
1959	7º	1º	4º	2º
1960	6º	1º	3º	2º
1961	7º	1º	4º	2º
1962	7º	1º	4º	2º
1963	8º	1º	5º	2º
1964	8º	1º	5º	2º

FONTE: COSTA, F.N. Bancos em Minas Gerais (1889-1964), Campinas, UNICAMP, 1978.

o mercado de São Paulo com os próprios bancos paulistas, controlando uma grande parte do mercado financeiro carioca, ao mesmo tempo em que já lançavam as suas bases para o Nordeste e Sul do país.

Segundo Heitor Ferreira Lima, citado por Costa, são os bancos mineiros que possuem o maior número de agências em outros Estados, enquanto os paulistas e gaúchos se restringem mais aos âmbitos estaduais. Esse nomadismo dos bancos mineiros se explica por não existirem em Minas Gerais fontes de negócios suficientemente amplas para alimentar sua meia dúzia de estabelecimentos gigantescos, procurando eles aproximar-se de outras regiões mais ricas em manancial de financiamento, como São Paulo, por exemplo.

De fato, a economia mineira experimenta no período um relativo declínio econômico e, no que se refere ao movimento bancário, os depósitos do Estado crescem menos que nas demais praças do país (com exceção da Guanabara) ao mesmo tempo em que as aplicações decresciam de 30% em termos reais, entre 1954 e 1965.

Ora, como conseqüência natural desse processo de crescimento em escala nacional - e isso acopla-o ao relativo declínio econômico do Estado - as transações dos bancos mineiros realizados em outros estados logo ultrapassaram as efetuadas no Estado-sede tornando, portanto, "natural" já desde meados dos anos 60, a transferência de algumas de suas sedes para outros Estados.

II.2 - Bancos Mineiros (1966-1982)

Na seção anterior assinalou-se o fato de que vários Bancos Mineiros ocupavam posições de destaque no cenário nacional no período 1930-64. Desde então, é nítida a perda de importância dos Bancos sediados em Minas Gerais no contexto brasileiro. Esta situação fica evidenciada quando se examina alguns indicadores tais como a evolução do número de sedes bancárias no período, o crescimento dos depósitos no contexto nacional e a maneira pela qual o processo de fusões e incorporações afetou a rede bancária mineira.

a) As Transformações dos Bancos Sediados em Minas Gerais[15]

Em 1966, havia 24 estabelecimentos bancários com sede no Estado. Destes, nove podiam ser considerados bancos de grande e médio porte pois estavam entre os vinte maiores bancos comerciais do país em volume de depósitos. O restante, com apenas uma exceção, podia ser considerado de pequeno porte, uma boa parte deles com sede no interior do Estado.

No final do período em análise, isto é, em 1982, só havia oito bancos sediados em Minas, sendo que os dois bancos estatais (BEMGE e CREDIREAL) ocupavam os últimos lugares na lista dos vinte maiores bancos brasileiros; o Nacional despontava como um dos cinco maiores do país, o Mercantil situava-se como um banco de porte médio e os restantes eram estabelecimentos de pouca expressão (Tabela VII e Anexo). No entanto, este quadro deteriora-se ainda mais quando se observa que o Nacional transferiu a sua sede administrativa para o Rio de Janeiro ainda no início da década de 70. Já em 1975, apenas 12% de suas aplicações se faziam em Minas[16] e em meados de 1983 captava apenas 8,8% dos seus depósitos no Estado. (Tabela VIII).

IV- FUSÕES E INCORPORAÇÕES

O processo de concentração que se verifica no Brasil com mais intensidade a partir do governo Costa e Silva afeta profundamente o Sistema Bancário Brasileiro. Nos sete anos que separam 1967 de 1974 nada menos de 123 bancos são incorporados em todo o país, reduzindo o número de sedes a mais da metade.[17]

Em Minas, o processo de fusões, incorporações e mudanças de sede é bastante intenso. Logo em 1967 fundem-se o Banco Hipotecário e o Banco Mineiro da Produção, ambos controlados pelo Governo Mineiro, para formar o Banco do Estado de Minas Gerais, que em 1969 já era o 14º Banco Brasileiro em volume de depósitos.

Em relação aos Bancos Comerciais Privados pode-se identificar quatro padrões bastante característicos e que resumem o processo de fusões e incorporações.

O primeiro relaciona-se com os três grandes bancos mineiros, o Lavoura, o Nacional e o Moreira Salles. O primeiro efetua duas pequenas incorporações e já em 1971 muda a sua sede para São Paulo alterando sua razão social para Banco Real. O Nacional efetua um grande número de incorporações, tanto de bancos mineiros quanto de outros Estados e transfere sua sede administrativa para o Rio de Janeiro. O Moreira Salles funde-se com o Agrícola Mercantil do Rio Grande do Sul para formar o UNIBANCO em 1967, com sede no Rio de Janeiro (Quadros 1 e 2).

O segundo padrão é o dos bancos médios que inicialmente procuraram um rápido crescimento através de várias incorporações mas que posteriormente foram eles mesmos incorporados por grandes bancos nacionais. Este foi o caso do Comércio e Indústria que chegou a incorporar quatro bancos e foi comprado pelo Nacional (Quadro 1); o Banco de Minas Gerais que

TABELA VII

COLOCAÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS MINEIROS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS BANCOS COMERCIAIS DO BRASIL (A) E EM RELAÇÃO AOS BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS DO BRASIL (B), POR DEPÓSITOS

ANOS	LAVOURA		NACIONAL		COMÉRCIO E INDÚSTRIA		BMG		M. DO OESTE		MERCANTIL		BEMGE	CREDIREAL
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	A
1969	6º	3º	8º	5º	18º	13º	19º	14º	23º	16º	31º	24º	14º	13º
1970	7º	4º	9º	5º	18º	13º	15º	10º	22º	16º	34º	27º	13º	14º
1971	-	-	12º	7º	22º	16º	24º	17º	27º	19º	34º	26º	13º	17º
1972	-	-	3º	5º	28º	20º	26º	18º	29º	21º	35º	27º	14º	16º
1973	-	-	7º	5º	25º	15º	24º	14º	89º	64º	26º	16º	17º	18º
1974	-	-	7º	5º	23º	15º	-	-	-	-	29º	20º	15º	21º
1975	-	-	7º	5º	23º	15º	-	-	-	-	22º	14º	14º	17º
1976	-	-	5º	3º	-	-	-	-	-	-	18º	12º	14º	19º
1977	-	-	5º	3º	-	-	-	-	-	-	17º	12º	15º	19º
1978	-	-	6º	3º	-	-	-	-	-	-	21º	15º	13º	14º
1979	-	-	7º	4º	-	-	-	-	-	-	26º	20º	10º	18º
1980	-	-	5º	3º	-	-	-	-	-	-	27º	20º	20º	21º
1981	-	-	6º	4º	-	-	-	-	-	-	27º	20º	14º	21º
1982	-	-	6º	3º	-	-	-	-	-	-	28º	20º	19º	20º

FONTE: _Visão_, Quem é Quem na Economia Brasileira, vários anos.

TABELA VIII

DEPÓSITOS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM MINAS GERAIS E DEPÓSITOS TOTAIS DE ALGUNS BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS - JUNHO/1983 - EM MILHÕES DE CRUZEIROS.

BANCOS	Depósitos em Minas Gerais (1)	%	Nº de Agências em Minas Gerais	Depósitos no Brasil(2)	1/2
Bradesco	28.581,5	8,3	182	-	-
Itaú	16.688,6	4,8	71	-	-
Real	32.940,2	9,5	144	-	-
Unibanco	8.281,8	2,4	39	-	-
Banco do Brasil	88.591,0	25,6	281	-	-
Bemge	34.194,6	9,9	172	81.605,5 (31-5)	41,9
Credireal	23.434,0	6,8	103	91.362,3 (31-5)	25,6
Mercantil do Brasil	15.436,2	4,5	58	62.375,7	24,7
Minascaixa	42.157,1*	12,2	309	-	-
Nacional	20.206,4	5,8	109	228.284,4	8,8
Outros	34.891,3	10,1	247	-	-
TOTAL	345.402,7	100,0	1715	-	-

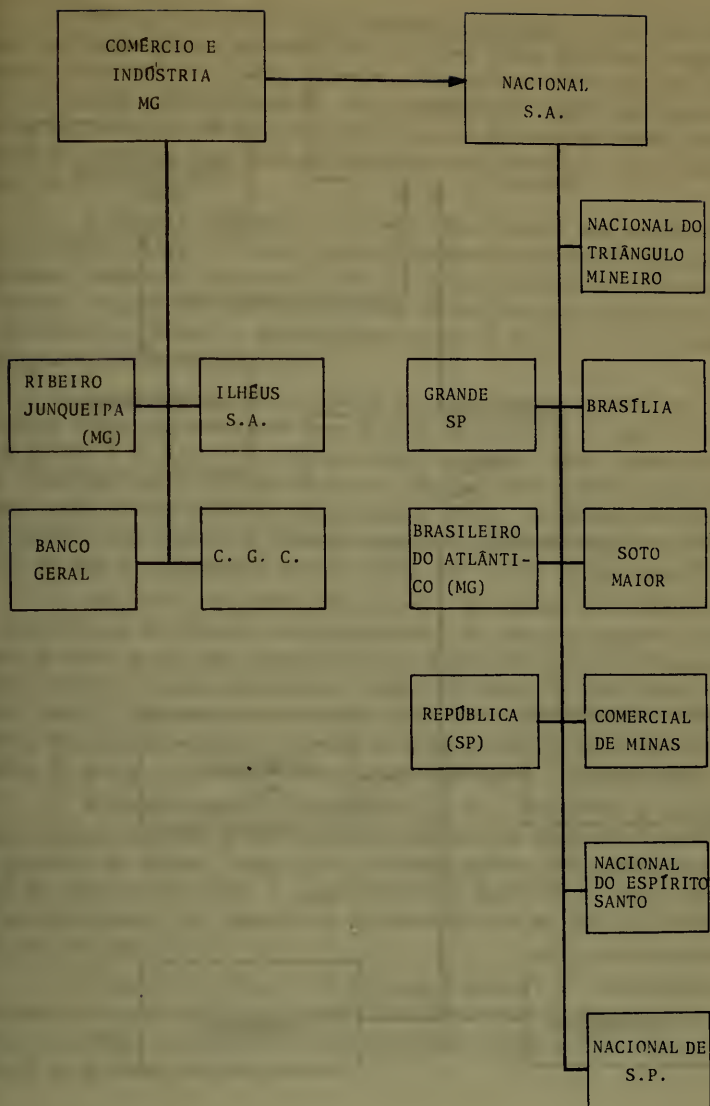
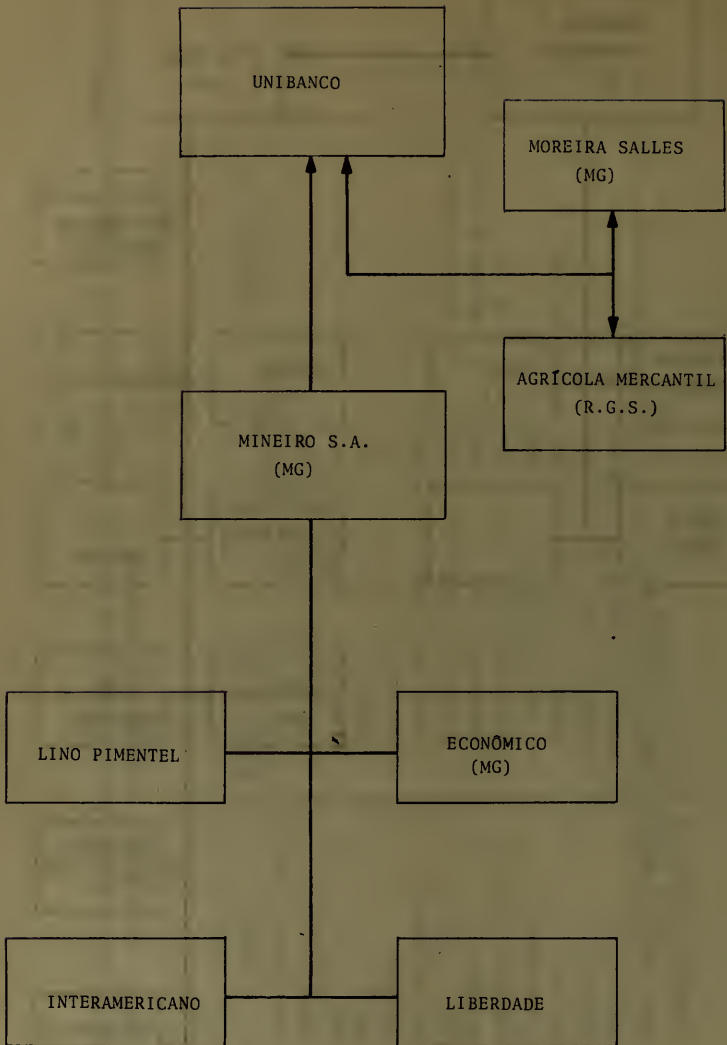
FONTE: SERASA E REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA

* Somente depósitos à vista

QUADRO 1

COMÉRCIO E
INDÚSTRIA
MG
NACIONAL
S.A.
NACIONAL DO
TRIÂNGULO
MINEIRO
RIBEIRO
JUNQUEIRA
(MG)
ILHÉUS
S.A.
GRANDE
SP
BRASÍLIA
BANCO
GERAL
C. G. C.
BRASILEIRO
DO ATLÂNTI-
CO (MG)
SOTO
MAIOR
REPÚBLICA
(SP)
COMERCIAL
DE MINAS
NACIONAL
DO ESPÍRITO
SANTO
NACIONAL DE
S.P.

QUADRO II

UNIBANCO
MOREIRA SALLES (MG)
AGRÍCOLA MERCANTIL (R.G.S.)
MINEIRO S.A. (MG)
LINO PIMENTEL
ECONÔMICO (MG)
INTERAMERICANO
LIBERDADE

compra sete bancos e é posteriormente vendido ao Real (Quadro 3) e o Mineiro do Oeste que após adquirir cinco bancos é comprado pelo BRADESCO (Quadro 4).

Não é do objetivo deste trabalho aprofundar nas razões pelas quais os bancos médios de Minas não conseguem atingir o nível dos grandes bancos nacionais. No entanto, pode-se adiantar que os motivos são diversos indo desde a necessidade de venda do Mineiro do Oeste em função da má situação financeira em que se encontrava, até à impossibilidade de se recusar uma proposta extremamente vantajosa como parece ter sido no caso do Banco de Minas Gerais.

O terceiro padrão é o do banco médio mineiro que consegue crescer, procura atingir um nível nacional (mudando inclusive o seu nome para apagar vestígios regionais), mas não chega a atingir o nível de um grande banco. Estamos nos referindo ao caso do Mercantil de Minas Gerais, hoje Mercantil do Brasil e que atualmente ocupa o 20º lugar entre os bancos comerciais brasileiros (Quadro 5).

Finalmente, o último padrão é o dos pequenos bancos que de um total de quatorze passam para apenas três em 1983 (com a venda do Banco da Produção a um grupo do Espírito Santo). A maior parte destes bancos foi comprada não só por outros bancos mineiros como também de outros Estados. A principal razão da compra destes bancos, assim como de alguns bancos médios, era a possibilidade de adquirir a carta-patente das suas agências, já que a sua expansão era limitada, por razões de natureza legal.

Uma outra característica marcante do período é a visível perda de importância do banqueiro privado mineiro no contexto estadual. Atualmente pode-se dizer que, excetuando-se o Banco Nacional, o sistema comercial privado tem aproximadamente a metade do porte dos dois bancos estatais (BEMGE e CREDIREAL). No entanto, fica claro que a melhor posição relativa dos bancos estatais deve-se mais às perdas dos bancos privados mineiros do que ao crescimento absoluto dos primeiros.

É notório também o crescimento da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, através de uma agressiva política de abertura de agências no interior do Estado, sendo hoje o estabelecimento que possui o maior número de agências em Minas. O crescimento dos depósitos de caixa baseou-se principalmente nas cadernetas de poupança, que em 1977 já representavam 60% do total.[18]

A partir de 1976, os dois bancos estaduais e a Caixa Econômica sobrepujam a rede bancária privada mineira em valor de depósitos, o que coloca nas mãoes do governo a maior responsabilidade pelos negócios bancários em Minas.

QUADRO 3

R E A L
B M G
LAVOURA
NACIONAL DO COMÉRCIO (MG)
PLANALTO DE MINAS (MG)
MERCANTIL (GB)
GERAL DE FINANÇAS E COMÉRCIO
MERCANTIL DE NITEROI
DUMONT (MG)
PATRIARCA DO BRASIL
IPIRANGA
MERCANTIL DE METRÓPOLE
REAL UNIDO

QUADRO 4

BRADESCO
MINEIRO DO OESTE
BRAZÃO (SP)
MOSCOSO CASTRO
GIORDANO (SP)
ANDRADE PINTO (GB)
REAL DO NORTE

QUADRO 5

MERCANTIL DO BRASIL
(MG)
MERCANTIL DE
MINAS GERAIS
(MG)
METRÓPOLE
(RS)
SANTA CRUZ
INDUSTRIAL DE
CAMPINA GRANDE
MERCANTIL DO
BRASIL

Na atualidade os depósitos no sistema bancário mineiro concentram-se nos bancos estatais, inclusive o Banco do Brasil, que detém aproximadamente 45% dos depósitos, nos cinco grandes bancos nacionais, inclusive o Nacional, com 31% dos depósitos, restando aos demais bancos sediados em Minas e de outros estados os restantes 24% dos depósitos totais. (Tabela IX).

IV - "MINAS NÃO HÁ MAIS": O DECLÍNIO DOS BANCOS MINEIROS NO CENÁRIO NACIONAL

A pujança bancária de Minas, que já vinha perdendo alguma substância no final da década de 50 e início dos anos 60, é definitivamente sepultada já no início dos anos 70, quando se encerra o ciclo mais importante das fusões e incorporações. Nesta época, apenas um grande banco tem sua sede jurídica em Minas, que é o Nacional, e pode-se afirmar que por razões mais de natureza política do que por conveniência gerencial. O resto do sistema é composto principalmente por dois bancos de porte médio e uma Caixa Econômica de grande porte de propriedade do governo estadual, tolhidos na sua possibilidade de expansão nacional pela impossibilidade legal de abrirem novas agências em outros estados.

A situação de declínio fica constatada quando se verifica que os bancos sediados em Minas em 1982 detinham somente 8,4% dos depósitos brasileiros enquanto esta proporção era de 17,4% em 1966. (Tabela X).

Nota-se também que a praça de Minas Gerais cresce mais lentamente que o resto do Brasil no que se refere à captação de depósitos. Entre 1960 e 1980, os depósitos no Brasil crescem em termos nominais por um fator de 2.487, enquanto em Minas este fator foi de 1.704. (Tabela XI).

A evolução dos depósitos retratada a seguir, traz como conseqüência a diminuição da proporção de depósitos em Minas em relação, principalmente, a São Paulo, como se pode observar na Tabela XII.

Neste quadro é interessante observar que além de Minas, o Rio de Janeiro também perde sua posição relativa e até com mais intensidade. Além disso, este fenômeno vem ocorrendo nos dois estados muito antes de ter-se iniciado o processo de concentração bancária do final da década de 60.

Existem várias explicações para este fenômeno que discutiremos a seguir. A primeira diz respeito à suposta perda de dinamismo da economia mineira no contexto brasileiro, especialmente quando comparada à economia paulista. A segunda enfatiza a incapacidade empresarial dos banqueiros mineiros de acompanharem a modernização do sistema financeiro brasileiro a partir de 1964. A última diz respeito ao fato de que os bancos co

TABELA IX

DEPÓSITOS DOS BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS: 1966/1982

SALDO NO FINAL DO PERÍODO (EM MILHÕES DE CRUZEIROS)

	Bancos Estatais* (1)	Minas Caixa** (2)	Bancos Privados*** (3)	Banco Nacional S/A (4)	4/3 x 100	3/1 x 100	3/1+2 x 100	(3 - 4)/(1 + 2) x 100	(3 - 4)/1 x 100
1966	397,8	41,5	1.135,8	218,6	19,2	285,5	258,5	208,8	230,6
1967	512,5	77,9	1.482,3	363,2	24,5	289,2	251,1	189,5	218,4
1968	707,4	132,1	2.404,1	597,9	24,9	339,8	286,4	215,1	255,3
1969	786,6	204,8	2.601,4	622,5	23,9	330,7	262,4	199,6	251,6
1970	1.061,2	301,6	3.317,8	748,2	22,5	312,6	243,4	188,5	242,1
1971	1.238,9	375,5	2.819,2	909,4	32,2	227,5	174,6	118,3	154,1
1972	1.810,4	600,0	5.140,1	2.135,8	41,5	283,9	213,2	124,6	165,9
1973	2.368,5	956,3	6.119,3	2.624,0	42,9	258,4	184,0	105,1	147,6
1974	3.206,0	1.582,5	6.586,9	3.383,8	51,4	205,4	137,5	66,9	99,9
1975	4.978,7	2.854,8	9.953,1	6.902,5	69,3	199,9	127,0	38,9	61,3
1976	6.417,6	6.111,0	13.739,2	9.253,2	64,3	214,1	109,7	35,8	69,9
1977	11.054,2	10.663,7	19.199,0	13.210,7	69,9	173,7	88,4	27,6	54,2
1978	15.040,3	15.098,2	24.734,0	16.530,1	66,8	164,5	82,1	27,2	54,5
1979	25.505,8	25.610,4	47.289,2	33.511,7	70,9	185,4	92,5	27,0	54,0
1980	40.327,9	46.786,6	81.879,6	57.625,1	70,4	203,0	94,0	27,8	60,1
1981	65.274,3	119.823,6	158.240,5	116.730,2	73,7	242,4	85,5	22,4	63,6
1982	136.793,3	—	247.125,6	171.343,3	69,3	180,6	—	—	55,4

FONTE: Revista Bancária Brasileira. Vários Números
SEPLAN, Comportamento da Economia Mineira, Doc. 17, 1978

* - BEMGE e CREDIREAL
** - Inclusive Depósitos de Caderneta de Poupança
*** - Inclusive Banco Nacional S/A.

TABELA X

DEPÓSITOS DOS BANCOS COMERCIAIS E DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS (BRASIL) E DEPÓSITOS DOS BANCOS COMERCIAIS COM SEDE EM MG - 1966-82

(Em milhões de cruzeiros)

Anos	Brasil[1]	Minas Gerais[2]	2/1 (%)
1966	9.244,0	1.609,3*	17,4
1967	13.886,0	1.994,8*	14,4
1968	20.387,0	3.111,5*	15,3
1969	26.772,0	3.388,1*	12,6
1970	34.663,0	4.379,1*	12,6
1971	45.533,0	4.058,3*	8,9
1972	66.457,0	7.035,2	11,0
1973	95.184,0	8.487,9*	8,9
1974	129.460,0	9.958,9	8,0
1975	183.978,0	14.931,9*	8,1
1976	242.211,0	20.607,2	8,5
1977	340.809,0	30.877,3	9,1
1978	512.581,0	41.356,6	8,1
1979	886.770,0	79.577,6	9,0
1980	1.420.953,0	135.161,2	9,5
1981	2.735.185,0	248.718,4	9,1
1982	5.255,700,0	441.169,3	8,4

* - Não incluem depósitos do FGTS e PIS/PASEP.

FONTE: 1 - Boletim do Banco Central, set./78 e set./82.
2 - Sindicato dos bancos de MG.
3 - Revista Bancária Brasileira, vários números.

TABELA XI

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS DEPÓSITOS TOTAIS
DO BRASIL, MINAS GERAIS E SÃO PAULO
PERÍODO 1960-1980 - BASE 1960

	Brasil*	São Paulo*	Minas Gerais*
1960	100	100	100
1961	137	136	137
1962	225	218	213
1963	369	369	313
1964	662	646	568
1965	1.243	1.242	986
1966	1.435	1.336	1.114
1967	2.249	2.221	1.631
1968	3.182	3.047	2.282
1969	4.115	4.004	2.805
1970	5.314	5.405	3.768
1971	7.010	7.567	4.620
1972	10.378	11.181	6.576
1973	14.572	16.174	8.780
1974	19.336	22.051	11.559
1975	27.402	29.390	17.608
1976	37.545	40.572	24.673
1977	56.300	61.759	39.077
1978	88.103	94.074	61.411
1979	152.951	163.142	99.383
1980	247.101	248.787	170.385

* - Exclusive Banco do Brasil.

FONTE: Boletim do Banco Central do Brasil, agosto-1969, setembro 1975, 1978 e 1982.

TABELA XII

DEPÓSITOS POR UNIDADES FEDERAIS - EM %

Anos \ Estados	Minas	São Paulo	Rio	Outros	Brasil
1951	9,8	36,7	34,7	18,8	100
1960	8,0	40,8	28,9	22,3	100
1963	6,8	41,9	25,8	25,5	100
1970	6,3	45,2	19,1	29,4	100
1977	6,0	47,5	18,0	28,5	100

FONTE: Relatório da SUMOC, 1964.
Boletim do Banco Central, set. 1978.

merciais estariam perdendo importância como instituição financeira em favor de outros tipos de organização tais como as financeiras, as casas de poupança, as distribuidoras de títulos, etc.

a) A Perda de Dinamismo da Economia Mineira

Ao se trabalhar a um elevado nível de agregação não se pode confirmar a hipótese de que Minas esteja perdendo posição relativa no contexto nacional no período em estudo. No entanto, fica claro que esta era a situação prevalecente na década de 50, o que explicaria a queda da proporção de depósitos em Minas em favor de São Paulo. Com efeito, entre 1949 e 1960 o produto industrial cresce em termos reais de 47,7% em Minas e de 144,6% em São Paulo e de 95,0% no Brasil.[19]

O crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil e em Minas não apresenta diferenças significativas no período 1960-77, nem tampouco no subperíodo 1967-74, que coincide com o auge das fusões e incorporações.

A comparação com São Paulo, embora precária em termos de disponibilidade de dados,[20] também não nos autoriza a nenhuma conclusão definitiva. Para o período 1960-68, quando existiam estatísticas referentes ao Produto Interno Líquido a custo de fatores, o índice de crescimento da economia paulista não difere significativamente da economia mineira. (Tabela XIII).

TABELA XIII

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO - BRASIL, SÃO PAULO E MINAS GERAIS - 1960-1977 (1960=100)

	Produto Interno Bruto		
Ano	Brasil	Minas Gerais	São Paulo
1960	100	100	100
1961	147	143	-
1962	239	230	-
1963	446	378	-
1964	835	756	-
1965	1.333	1.351	-
1966	1.928	1.974	1.927
1967	2.607	2.619	2.513
1968	3.704	3.418	3.484
1969	4.898	4.479	-
1970	6.302	5.552	-
1971	8.374	6.980	-
1972	10.987	9.325	-
1973	15.073	3.228	-
1974	21.767	20.398	-
1975	30.536	30.870	-
1976	47.202	46.302	-
1977	70.244	68.623	-

FONTE: PIB-SEPLAN - Comportamento da Economia Mineira, doc. nº 1.
São Paulo (Produto Interno Líquido a Custo de Fatores) - Anuário Estatístico do Brasil, 1972.

Para períodos mais recentes não se dispõe de uma série do produto paulista. Assim, utilizamos o valor da transformação industrial como uma aproximação do crescimento de toda a economia

TABELA XIV

TAXA DE CRESCIMENTO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
SÃO PAULO E MINAS GERAIS, 1959-79 - EM %

Anos / Estados	1959-70	1970-75	1974-79
São Paulo	10,6	16,2	9,9
Minas Gerais	10,8	19,0	11,5

FONTE: DINIZ, C.C. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, PROED/UFMG, 1981, p. 233; PECHT, W. Industrialização e Espaço Metropolitano - Tendência e Perspectivas do Assentamento Industrial no Entorno da Grande São Paulo; in Anais do X Encontro Nacional de Economia, Águas de São Pedro, 1982, p. 1329.

Também aqui não evidencia-se a perda de dinamismo de Minas, ao contrário esta até apresenta maiores taxas de crescimento do setor industrial. Constata-se também que a renda per capita em Minas cresce mais rapidamente do que a média nacional, embora boa parte da explicação para este fato encontre-se nas elevadas taxas de emigração do Estado (Tabela XV).

Se não podemos verificar empiricamente a perda de dinamismo da economia mineira relativamente à média brasileira e a São Paulo, é preciso levantar a hipótese de que o processo de fusões e incorporações, induzido pelo Governo Federal, tenha exercido um papel relevante. Ao se formar um pequeno número de grandes conglomerados, liderados por bancos, com abrangência nacional, seria natural que desaparecessem vários pequenos e médios estabelecimentos e que estas novas instituições se localizassem nos grandes centros econômico-financeiros do país, isto é, Rio de Janeiro e especialmente São Paulo. A localização nestes Estados se faria mais em função do tamanho absoluto de sua economia do que de seu crescimento relativo. Com efeito, a economia paulista era, no final da década de 60, cerca de três vezes e meio o tamanho da economia de Minas Gerais. E representava 28% do produto brasileiro em 1968.

A melhor situação relativa da economia paulista é que explicaria também a redução do número de agências bancárias em Minas Gerais, no bojo do processo de fusões e incorporações. Para um antigo diretor do extinto Banco Mineiro, Tasso Assunção, "quando se efetiva uma fusão, se em

TABELA XV

PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE A PREÇOS CONSTANTES DE MERCADO DE 1970 - DADOS COMPARATIVOS - MINAS GERAIS E BRASIL - PERÍODO 1950-80

Cr$/Hab

Anos	Minas Gerais Cr$/Hab	Brasil Cr$/Hab	Minas Gerais/Brasil
1950	580	1160	50,0
1951	616	1193	51,6
1952	567	1258	45,1
1953	645	1251	51,6
1954	622	1337	46,5
1955	645	1387	46,5
1956	672	1390	48,3
1957	758	1458	52,0
1958	783	1524	51,4
1959	802	1562	51,3
1960	831	1663	50,0
1961	904	1782	50,7
1962	912	1822	50,1
1963	865	1799	48,1
1964	968	1800	53,8
1965	1080	1796	60,1
1966	1059	1812	58,4
1967	1109	1848	60,0
1968	1178	1966	59,0
1969	1236	2133	58,0
1970	1429	2256	63,3
1971	1482	2465	60,1
1972	1675	2674	62,6
1973	1871	2974	62,9
1974	2164	3177	68,1
1975	2412	3274	73,7
1976	2757	3504	78,7
1977	2969	3605	82,4
1978	3057	3686	82,9
1979	3186	3837	83,0
1980	3293	4038	81,6

FONTE: Superintendência de Estatística e Informações/SEPLAN MG

determinada praça ambos os bancos que se fundem mantêm agências, com o remanejamento pode sobrar uma carta-patente. Esta, sob determinadas condições pode ser transferida. E a preferência, quase sempre, recai sobre São Paulo, onde as oportunidades de rendimento são muito mais promissoras. Isso não é culpa do Banco Central, mas sim o espelho de uma fragilidade dos próprios setores produtivos de Minas Gerais. Nossa economia não consegue acompanhar a paulista".[21] Esta afirmação é comprovada por um dirigente do Banco Nacional ao dizer que "recentemente, com a incorporação fomos obrigados a encerrar trinta agências do Estado. Vamos colocá-las no interior de São Paulo porque a duplicidade de patentes exige esse remanejamento".[22] Também o Banco de Minas Gerais transferiu setenta agências de Minas para o interior de São Paulo no período 1966-71.[23]

Com efeito, entre 1968 e 1974 Minas passa de 850 para 771 agências bancárias enquanto em São Paulo há um crescimento de 2.737 para 2.939 no mesmo período. O crescimento paulista acompanha o brasileiro, que no mesmo ano aumentou o número de agências de 7.587 para 8.320.[24]

Assim, a explicação da perda de agências bancárias em Minas estaria mais relacionada com as oportunidades surgidas com o processo de fusões, que ao permitirem escolhas locacionais direcionaram-se para a economia de maior vulto nacional. Além disto, existe a hipótese de que Minas tivesse um excessivo número de agências em seu próprio território, com, provavelmente, 50% delas funcionando abaixo de seu ponto de equilíbrio.[25] Ao se efetuarem as fusões podia-se esperar que as agências menos lucrativas situadas em Minas se transferissem para São Paulo.

b) Capacidade Empresarial

Uma outra vertente de explicação para o relativo declínio da importância dos bancos mineiros é que estes não souberam acompanhar as modificações institucionais promovidas após 1964. Com a Lei da Reforma Bancária do final daquele ano e o posterior incentivo às fusões e incorporações estimulados pelo Governo Federal, restava aos bancos mineiros o caminho da verticalização em grandes conglomerados ou sua absorção por outras instituições de crédito. Instaurou-se uma nova maneira de operar que ia além das simples operações de cobrança de títulos, ordem de pagamento e cofre de aluguel. Os bancos comerciais passam a ser a cabeça de um complexo financeiro que deveria lidar também com operações de open-market, financiamento a prazo mais longo, seguros, etc. Nas palavras de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, ex-diretor de vários bancos mineiros, "o banco comercial hoje é apenas a célula máter, o núcleo que aglutina um conjunto de organizações pondo a seu serviço a rede de agências".[26]

Os bancos mineiros, de acordo com Marco Túlio Felício da Silva, ex-diretor do BMG, "tiveram pouca preocupação de inovar, de reformular, de sistematizar, de programar e de prever perspectivas futuras. Enquanto isso ocorria, os bancos paulistas faziam exatamente o contrário. Preparavam-se para um futuro inevitável em que as técnicas modernas ocupariam o lugar de soluções tradicionais já superadas".[27] Outro diretor de banco como Paulo Camilo de Oliveira Penna observa que "a perda de liderança bancária do Estado não é um problema geográfico e sim uma questão de mentalidade (grifo nosso). Faltou ao banqueiro mineiro há quinze anos, quando comandava o sistema bancário do país, capacidade gerencial e organizacional para manter o lugar que tão bem tinha conquistado".[28]

A concentração das explicações para o declínio dos bancos mineiros no contexto nacional, na falta de visão e capacidade empresarial dos banqueiros locais, deve ser vista com reserva. Na realidade, dos cinco grandes bancos brasileiros da atualidade - Nacional, UNIBANCO, Real, BRADESCO e Itaú - os três primeiros originaram-se principalmente de Minas. O fato de suas sedes não se localizarem mais no Estado pode significar muito mais o fato de que as reformas pós-64 exigiam a formação de grandes bancos nacionais, que normalmente tenderiam a se localizar em São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais pólos econômico-financeiros do país. Com efeito, mesmo antes de 1964, a principal explicação para o sucesso dos bancos mineiros era a sua capacidades de abrir agências em outros estados[29] e certamente a maior parte de seus negócios já se faziam fora de Minas.

É por esta razão que o conceito de "bancos mineiros" precisa ser melhor esclarecido. O fato da sede ser em Minas não tem muito significado para o desenvolvimento do Estado, se a maior parte das captações e aplicações são feitas fora de Minas e se o lucro dos negócios não é reinvertido no próprio Estado. No processo de concentração bancária que se intensificou na segunda metade da década de 60 era natural que os bancos mineiros se tornassem nacionais ou perdessem sua importância. Aliás, como já se sugeriu, a importância dos bancos mineiros devia-se ao fato de serem bancos de abrangência nacional e não somente de importância regional.

Assim, não se pode acusar de forma generalizada os banqueiros mineiros de terem fracassado como empresários. Alguns, certamente, viram seus negócios sucumbirem como foi o caso do Mineiro do Oeste, mas este não foi o caso geral. E uma parte deles - é sempre bom lembrar - veio a tornar-se sócia de empreendimentos de vulto nacional, como foi o caso do Moreira Salles, Lavoura e Nacional.

De qualquer forma, talvez possa se dizer que tenha faltado uma certa dose de "agressividade" por parte de alguns bancos sediados no Es-

tado, especialmente durante o período de auge da política de fusões/incorporações. Isto é, existiam algumas instituições em Minas que, dado a sua forte tradição no setor e a sua ampla rede nacional de agências já constituída, ostentavam, aparentemente, um potencial de crescimento elevado (casos do Comércio e Indústria e Minas Gerais, por exemplo). Tratavam-se, em síntese, de instituições com capacidade de sobreviver ao processo de concentração bancária, desde que entrassem na luta pelo "gigantismo". Entretanto, entre a opção de procurar crescer aceleradamente e marcar posição no "ranking" (o que exigiria uma considerável injeção de recursos) ou vender os bancos num momento em que os seus preços encontravam-se em patamares bastante elevados, esses banqueiros parecem ter optado pelo segundo caminho, isto é, pelas vendas milionárias. Ressalte-se o fato de que essa opção pela venda em condições vantajosas não é válida apenas para as instituições de maior porte, mas também para os pequenos estabelecimentos. Ou seja, as cifras relativas às vendas de bancos pequenos foram bastante elevadas. Nesse sentido, e segundo reportagem do Jornal Opinião, "o banqueiro mineiro Carlos Alberto de Freitas vendeu no ano passado (1972) o Banco Comércio Varejista para o Comercial Aplik recebendo Cr$ 30 milhões. Comenta-se que ele gastou 3 milhões numa agradabilíssima tourneé de 45 dias pela Europa... Na volta, preferiu continuar descansando: teria aplicado Cr$ 15 milhões e estaria recebendo, todo final de mês, 500 mil cruzeiros de juros". Na mesma linha, o presidente do Banco Mineiro dizia que "por uma boa proposta vende o controle acionário do banco".[30]

Por outro lado, é bom lembrar também que o rápido fortalecimento dos bancos sediados em São Paulo, ocorrido principalmente à partir da segunda metade dos anos sessenta, não se fez em detrimento apenas do desaparecimento de importantes instituições mineiras. Na verdade, a escalada dos bancos sediados em São Paulo corresponde a um esvaziamento mais geral dos bancos de caráter regional no país, que atinge de cheio, por exemplo, também os bancos gaúchos e baianos. Assim, segundo outra reportagem do Jornal Opinião baseada em documento elaborado por banqueiros daqueles dois estados, o "Rio Grande do Sul perde o controle de nove dos onze bancos particulares que possuía em 1963. Os dois que ainda restam - Sul Brasileiro e Crédito Real - não contam mais com a sólida participação - 80% dos depósitos - que a rede bancária privada gaúcha tinha há 10 anos; atualmente eles não dispõem sequer de 50% dos depósitos gaúchos... Na Bahia, os dois bancos privados, locais, o Econômico e o Bahia, possuiam até junho deste ano (1973) 56,3% dos depósitos totais em poder da renda bancária privada. Com a venda do Banco da Bahia ao BRADESCO essa situação muda radicalmente, porque os grandes bancos de âmbito nacional passaram a dominar mais de 70% dos depósitos baianos em poder dos bancos comerciais

particulares. ..."Com a absorção do Banco da Bahia, o BRADESCO passou a controlar 69 agências no Norte e Nordeste do país, enquanto os bancos nordestinos de âmbito nacional (Econômico e Nacional do Norte) dispõem de apenas 48".[31]

c) Bancos Comerciais e outras Instituições Financeiras com Sede em Minas Gerais

Nesta seção examinaremos a questão de se os bancos comerciais teriam sido substituídos por outras instituições financeiras, especialmente aquelas ligadas à captação de depósitos de médio e longo prazo, operações mercantis, empréstimos para investimentos de longa maturação, etc. Esta é uma hipótese plausível, uma vez que com o intenso processo inflacionário e a generalização do uso da correção monetária era de se esperar que os bancos comerciais perdessem a sua importância relativa, uma vez que a maior parte de sua captação refere-se a depósitos à vista.

A nossa análise concentrar-se-á nas instituições financeiras com sede em Minas Gerais. Aqui utilizaremos o indicador empréstimos ao invés de depósitos, uma vez que para algumas instituições a maior parte de sua captação se faz através de repasses e não de depósitos. Este é o caso dos bancos de investimento privados e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Antes de passarmos ao exame dos dados, é necessário esclarecer que em apenas um caso, o BDMG, conseguiu-se obter o total de empréstimos liberados no ano. Nos outros foi necessário utilizar um indicador relativamente imperfeito dos empréstimos efetuados, que é o fluxo de empréstimos em determinado ano. Este fluxo é calculado subtraindo-se o saldo da conta empréstimos no final de um ano pelo mesmo saldo do ano anterior. Optamos por utilizar este procedimento, pois o saldo no final do período representa apenas a carteira de devedores do banco e não os empréstimos efetivados naquele ano. As limitações deste método são evidentes, e a principal delas é que subestima o total dos empréstimos realizados pelos bancos comerciais, pois os mesmos têm um giro bastante inferior a um ano. Feitas estas ressalvas passemos ao exame da Tabela XVI.

Os dados não permitem identificar uma nítida tendência ascendente de nenhum dos segmentos das instituições financeiras na década de 70. No entanto, fica claro que a participação dos bancos de investimentos e das financeiras é pouco significativo no movimento de empréstimos das instituições mineiras, situando-se na maioria dos anos em menos de 10% do total. É nítida também a preponderância do sistema financeiro estatal (BEMGE, CREDIREAL, MINASCAIXA e BDMG) no volume de empréstimos totais,

TABELA XVI

EMPRÉSTIMOS DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS SEDIADAS EM MINAS GERAIS - 1972-1982 - EM MILHÕES DE CRUZEIROS

	Bancos Comerciais						Minas Caixa			Bancos de Investimentos (*)(**)			Financeiras (***)			BDMG		Total	
	Privado			Estatais															
	Saldo	Fluxo	%	Saldo	Fluxo	%	Saldo	Fluxo	%	Saldo	Fluxo	%	Saldo	Fluxo	%				%
1972	4.555,2	-	-	2.097,7	-	-	652,7	-	-	2.068,5	-	-	1.125,8	-	-	210,8	-	-	
1974	6.140,2	1.585,0	37,3	4.153,1	2.055,4	48,3	1.865,7	1.213,0	28,5	951,7	-1.116,8	-26,3	907,5	-218,6	-5,1	734,4	17,3	4.252,4	100
1976	13.600,8	7.460,6	29,8	10.741,2	6.588,1	26,3	6.734,6	4.868,9	19,5	1.965,7	1.014,0	4,1	3.158,5	2.251,0	8,9	2.849,5	11,4	25.032,1	100
1977	18,320,4	4,719,6	19,8	17.951,9	7.210,7	30,2	10.995,3	4.260,7	17,8	2.799,1	833,4	3,5	5.749,8	2.591,3	10,8	4.285,2	17,9	23.900,9	100
1978	23.472,1	5.151,7	15,8	26.191,4	8.239,5	25,2	17.812,9	6.817,6	20,9	2.926,4	127,3	0,4	10.854,7	5.104,9	15,6	7.216,8	22,1	32.657,8	100
1979	41.255,3	17.783,2	30,2	43.456,5	17.265,1	29,2	29.771,0	11.958,1	20,3	4.422,9	1.496,5	2,5	12.079,0	1.220,3	2,1	9.237,2	15,7	58.360,4	100
1980	66.539,1	25.283,8	23,7	76.966,4	33.509,9	31,3	57.444,8	27.673,8	25,9	4.936,6	513,7	0,5	16.025,1	3.950,2	3,7	15.922,7	14,9	106.854,1	100
1981	128.948,5	62.409,4	20,1	180.393,5	103.427,1	33,3	147.990,4	90.545,6	29,2	8.950,6	4.014,0	1,3	26.701,8	10.676,7	3,4	38.869,9	12,5	309.942,7	100
1982	269.920,6	140.972,1	19,0	432.879,5	252.486,0	34,0	342.322,4	194.332,0	26,1	17.037,2	8.086,6	1,1	75.103,9	48.402,1	6,5	99.134,8	13,3	743.413,6	100

FONTE: Revista Bancária Brasileira - vários números
SEPLAN - Comportamento da Economia Mineira 1960-1977 - Documento nº 17
Pevista do ANBIO - vários números
ACREFI - Associação das Empresas de crédito financiamentos e investimentos
BOMG

* - O item empréstimos e financiamentos dos Bancos de Investimento agrupa as seguintes contas:
1969 à 1974 - Empréstimos e financiamentos, Devedores por responsabilidade cambial, Oevedores por recursos externos, Devedores por financiamento BNH, Devedores por financiamento FINAME
1974 à 1978 - Empréstimos e financiamentos, refinanciamentos com recursos externos (Resolução 63, Eximbanik), refinanciamento com recursos oficiais (FINAME, POC, PIS, BNH)
1979 à 1982 - Empréstimos e financiamentos, financiamentos especiais, repasses governamentais (setor privado e governo); outros repasses de recursos; repasses de recursos externos (setor privado, governo e Eximbank)

** - Bancos de Investimento - Banco Mercantil de Investimento 1971 à 1983
- ICI Banco de Investimento do Comércio e Indústria 1969 à 1975
- BMG - Banco de Investimento 1969 à 1975
- Banco Mineiro do Oeste de Investimento 1971 à 1974

*** - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 1982
- AGRIMISA - Agrícola de Minas S.A. CFI; Ambar S.A. CFI; BMG Financeira S.A. CFI; CREOIREAL Financeira CFI; Economisa Financeira CFI; Hercules S.A. CFI; Financeira BEMGE CFI; Financeira Progresso CFI; Mercantil do Brasil Financeira CFI; Minas Investimentos S.A. CFI; Rural Financeira CFI.

Os dados referentes ao BOMG referem-se aos financiados liberados anualmente.

embora com a ressalva de que o volume de financiamentos dos bancos comerciais privados esteja certamente subestimado.

O que se pode inferir destes dados é que os bancos mineiros não parecem ter sido substituídos por outras instituições financeiras mineiras. O que prepondera é o setor estatal e evidentemente a ação de outros grandes bancos de nível nacional em território mineiro.

V - CONCLUSÕES

1 - O processo de fusões/incorporações colocado em prática pelas autoridades monetárias na segunda metade dos anos sessenta atingiu em cheio os bancos sediados no Estado. Não nos referimos aqui apenas à diminuição em si do número de "bancos mineiros", mas também ao fato de que no bojo desse processo desapareceram alguns dos mais tradicionais estabelecimentos do país sediados em Minas Gerais, tais como o Comércio e Indústria de Minas Gerais e o Banco de Minas Gerais.

2 - À exceção do Banco Nacional, estabelecimento de grande porte e que mantém a sua sede jurídica no Estado por fatores de natureza política, o sistema bancário privado mineiro é hoje constituído por três instituições de pequeno porte (Agrimisa, Progresso, Interpart) e por um único estabelecimento de tamanho médio (Mercantil do Brasil). Por outro lado, verifica-se uma forte presença do Estado na rede bancária mineira, através do BEMGE, Credireal e Caixa Econômica que, no conjunto, sobrepujam hoje os bancos privados mineiros em volume de depósitos. Registre-se inclusive o forte crescimento dos depósitos totais da Caixa Econômica que ultrapassam os depósitos do Banco Nacional já a partir de 1981.

3 - O "esvaziamento bancário mineiro" não pode ser explicado por uma suposta decadência da economia do Estado no período enfocado. De um lado, o crescimento do Produto Interno Bruto no Brasil e em Minas Gerais não apresenta diferenças significativas seja no período 1960-77, seja no período de 1967-74, momento de auge das fusões/incorporações. E da mesma maneira, comparando-se os dados disponíveis relativos ao desempenho do setor industrial, observamos que Minas Gerais apresenta índices de crescimento superiores aos de São Paulo para os períodos 1959-70, 1970-75 e 1974-79.

4 - Uma explicação para o declínio dos bancos sediados no Estado na "incompetência empresarial dos banqueiros mineiros" - incapazes de adaptarem-se à nova realidade econômico-financeira que emerge com as reformas do período 1964-66 - deve ser vista com ressalvas. Ainda que talvez tenha faltado uma certa dose de agressividade a determinados estabelecimentos, devemos lembrar que parte dos banqueiros mineiros veio a tornar-se sócia de grandes empreendimentos financeiros de porte nacional. Por outro lado, essa perda de espaço dos bancos mineiros (em especial para os bancos sediados em São Paulo) corresponde a um esvaziamento mais geral dos bancos de caráter regional no país e que atinge também estabelecimentos de outros estados tais como Bahia e Rio Grande do Sul, por exemplo.

5 - Os dados obtidos não apontam na direção de uma substituição dos bancos comerciais mineiros por outras instituições financeiras aqui sediadas ao longo do período analisado, tais como bancos de investimento e financeiras. Na verdade, a participação destas no movimento global de empréstimos das instituições mineiras é pouco significativa, situando-se na maior parte do período abaixo dos 10% do total.

6 - O ponto de partida para o entendimento do "esvaziamento bancário mineiro" reside, em nossa visão, na hipótese de que o processo de fusões e incorporações exerceu aí um papel relevante, na medida em que desembocou na formação de um pequeno número de grandes conglomerados, liderados por bancos comerciais com abrangência nacional, sendo natural que estas novas instituições se localizassem nos grandes centros financeiros do país, Rio de Janeiro e, em especial, São Paulo. A localização nesses estados se faria mais em função do tamanho absoluto de sua economia do que de seu crescimento relativo; com efeito, a economia paulista era no final da década de 60 cerca de três vezes e meio o tamanho da economia de Minas Gerais.

7 - A importância, hoje, do Sistema Estadual de Crédito, Financiamento e Investimento, composto pelos conglomerados BEMGE e Credireal, Caixa Econômica e o Banco de Desenvolvimento é marcante na rede bancária mineira. Segundo dados de 31/12/1982, o volume de depósitos totais destas instituições atingia a cifra de 429 bilhões de cruzeiros e, para este ano, a soma das variações da conta "Operações de Crédito" de todos eles foi de 529 bilhões de cruzeiros, número esse que se constitui num bom indicador da capacidade de empréstimos do sistema. Para termos uma ordem de grandeza desses números, podemos compará-los ao Orçamento Estadual de 1982. O total da receita subiu a 363 bilhões e o total da despesa foi de 387 bilhões, verificando-se, portanto, que o volume de recursos movimentado por essas instituições chega mesmo a superar o orçamento.

De outro lado, o Credireal e o BEMGE são hoje os maiores bancos comerciais com sede em Minas em volume de depósitos (excluindo o Nacional) e a Caixa Econômica equipara-se aos grandes bancos comerciais nacionais também em volume de depósitos.

Ora, uma maior integração desse complexo financeiro de propriedade do Estado a um programa de governo voltado para o desenvolvimento econômico/social - o que exigiria a transformação inclusive dos bancos comerciais em verdadeiros instrumentos de política econômica do governo - poderia suprir, pelo menos em parte, a queda das receitas advindas da forte recessão por que passa a economia nos últimos anos, abrindo espaço para se explorar as verdadeiras potencialidades deste sistema.[32]

NOTAS

1 - Para uma análise mais ampla das reformas ver, dentre outros, os trabalhos de SOCHACZWSKI, A.C. Financial aspects and ecomomic development of Brazil, 1952-1969. Tese de Doutorado, London School of Economics, 1980; MOURA DA SILVA, A. Intermediação financeira no Brasil: origens, estrutura e problemas. São Paulo, FIPE/USP, 1979; SIMONSEN, M. H. A imaginaçao reformista. In:___. A nova economia brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974; ZINI Jr. A.A. Uma avaliação do sistema financeiro no Brasil da reforma de 1964-65 à crise dos anos 80. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1982; PASSOS, C. Faro Estrutura financeira e desenvolvimento: o caso do Brasil. 1 ed., São Paulo, 1973; TAVARES, M.C. Natureza e contradiçoes do desenvolvimento financeiro recente. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

2 - Existe uma ampla literatura referente às relações entre desenvolvimento financeiro e desenvolvimento econômico. A discussão sobre este ponto extrapola totalmente os objetivos deste trabalho. Reconhecemos, entretanto, a importância do tema para a evolução da pesquisa, razão pela qual procuraremos analisá-lo mais detidamente em outro trabalho. GURLEY, J. e SHAW, E. Financial aspects of economic development. American Economic Review, 45(4), sep. 1955; GOLDSMITH, R. La estructura financiera y lo crescimiento económico, México, CEMLA, 1963; FRAY, L. Desenvolvimento econômico e estrutura do mercado financeiro. Rio de Janeiro, Zahar; SOCHACZWSKI, op. cit. Para uma resenha dessa discussão, ver ZINI Jr., op. cit.

3 - Para uma análise do sistema financeiro na década de 50 ver, principalmente: SOCHAZWSKI, A.C., op. cit., e PASSOS, C. op. cit.

4 - É importante ressaltar o fato de que os bancos comerciais não conseguiram elevar o nível real de seus empréstimos ao setor privado, tal como se pode depreender da Tabela a seguir.

5 - SIMONSEN, op. cit, p. 125.

6 - ALMEIDA, J.S.G. As financeiras na reforma do mercado de capitais: o descaminho do projeto liberal. Tese de Mestrado, UNICAMP, 1981, p. 10. (mimeo).

7 - Vale ressaltar que a aplicação da correção monetária restrita ao Sistema Financeiro de Habitação não expressaria a amplitude que tal mecanismo viria a ter como instrumento de proteção do valor dos títulos. Para esse ponto ver TAVARES, M.C. Ciclo e crise. Tese de Prof. Titular, Rio de Janeiro, UFRJ, 1978. (mimeo); ALMEIDA, op. cit. e, ainda, MOURA DA SILVA, op. cit.

8 - TAVARES, op. cit. p. 143, 1978.

9 - ZINI Jr., op. cit. Esta modificação na composição dos ativos financeiros poderia sugerir a perda de importância dos bancos comerciais dentro do sistema financeiro. Entretanto, devido à formação dos conglomerados, "fica claro que, em que pese os bancos comerciais terem perdido participação em termos dos saldos de aplicação do sistema financeiro, em virtude de permanecerem funcionando na faixa das operações convencionais de curto prazo, o mesmo não se pode afirmar quanto ao seu poder decisório (...) sobre o mercado financeiro como um todo. Sua participação na intermediação extra-bancária se faz, indiretamente, através do controle acionário que exercem sobre bancos de investimento e financeiras". SUZIGAN et alii. Financiamento de projetos industriais no Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.

SISTEMA BANCÁRIO - SALDO REAL DOS EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO

SALDOS EM FIM DE ANO - Cr$ BILHÕES

Anos	Empréstimos ao Setor Privado (Milhões de Cruzeiros Correntes)	Índice Geral de Preços por Atacado (Base = Média 1953=100)	Índice de Empréstimos Reais ao Set.Privado (1953=100)
1951	85,6	82,5	103,8
1952	102,2	90,4	113,0
1953	120,4	113,2	106,4
1954	152,2	140,3	108,5
1955	171,4	153,5	111,7
1956	205,4	192,9	106,5
1957	254,5	199,4	127,6
1958	311,5	255,0	122,2
1959	400,9	347,1	115,5
1960	565,0	460,8	122,6
1961	781,4	691,6	112,9
1962	1.254,5	1.037,0	121,0
1963	1.945,9	1.855,0	104,9
1964	3.506,3	3.648,6	96,1
1965	3.621,6	4.638,0	119,0

FONTE: Situação Monetária e Creditícia - EPEA, p. 84. Transcrito em Zini, Jr., op. cit.

(Relatório de Pesquisa, 9) citado por RODRIGUEZ, R.B. Desigualdades financeiras regionais no Brasil 1968/80. Tese de Mestrado, CEDEPLAR/UFMG, 1982. p. 46.

10 - Esse importante ponto será discutido no capítulo 5 do trabalho de Zini Jr. Esquematicamente, caracteriza-se o setor financeiro a partir dos seguintes pontos: - Trata-se de um segmento marcado (1) pelo alto grau de conglomeração das instituições financeiras (acompanhada da oligopolização); (2) que mantém ligações de interesses muito pouco profundas com a indústria, comércio e agricultura; (3) que apresenta uma considerável abertura externa, expressa pelo estreitamento de ligações com o mercado financeiro internacional. (4) Por outro lado, no seu interior existem diversas unidades de conta a saber: valores contratados em termos nominais, valores vinculados a divisas estrangeiras e os contratos com cláusula de correção monetária, o que introduz um forte potencial instabilizador. (5) A quinta característica seria o fato do setor operar com um amplo expectro de taxas de juros, desde muito negativas até muito positivas o que é, em si, um forte indutor à especulação. Para os pontos 4 e 5 ver também MOURA DA SILVA, op. cit. e TAVARES, 1978, op. cit.

11 - Para uma discussão maior das "motivações" da política de fusões/incorporações por parte das autoridades econômicas ver, dentre outros: BOUZAN, A. Os bancos comerciais no Brasil. Uma análise do desenvolvimento recente (1965/1971). São Paulo, Federaçao Brasileira das Associações de Bancos, 1972; ZINI Jr., op. cit.; TAVARES, 1972, op. cit.; TENABAN. Simpósio sobre fusões e incorporações. Rio de Janeiro, Mestre Jon, 1972.

12 - Ver RODRIGUEZ, op. cit., cap. 6.

13 - MOURA DA SILVA, op. cit., p. 44.

14 - ZINI Jr. op. cit., p. 220.

15 - O mapeamento dos bancos sediados em Minas Gerais no período baseou-se em informações do Sindicato dos Bancos de Minas Gerais, em vários números da Revista Bancária Brasileira eem FONTENLA, V.P., História dos bancos no Brasil, 1977, p. 123-36 e no artigo "Os mesmos juros, apesar da inflação", in Banas-Brasil Financeiro 1974/75, p. 161-77.

16 - Diário do Comércio, 18-10-75, p. 2-24.

17 - RODRIGUEZ, op. cit.

18 - SEPLAN/MG, Comportamento da Economia Mineira, Doc. 17, 1978.

19 - BDMG, Diagnóstico da Economia Mineira, vol. 5, p. 18.

20 - Só recentemente a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) realizou um trabalho contendo estimativa do PIB de São Paulo, para o período 1975-80. No entanto, o referido trabalho ainda não foi publicado.

21 - Diário do Comércio, op. cit., p. 10.

22 - Diário do Comércio, op. cit., p. 23.

23 - "Ascenção e Queda dos Bancos Mineiros", Visão, 14-2-72, p. 34.

24 - RODRIGUEZ, op. cit.

25 - BDMG, op. cit., vol. VI, p. 66.

26 - "Ascenção e Queda ...", op. cit., p. 38.

27 - Idem, p. 28.

28 - Ibidem, p. 34.

29 - COSTA, F.N., op. cit., p. 242.

30 - "Bancos: O Maior Negócio", Opinião, nº 63, p. 5.

31 - "Bancos: Baianos e Gaúchos Preocupados", Opinião, nº 56, p. 11.

32 - SCHWARTZMAN, J. "O papel social dos bancos estaduais", Diário do Comércio, 07/07, 1983.

A N E X O

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1966

		Depósitos em 30/12/66 (Em mil cruzeiros)
*	01. Banco Mineiro da Produção................	125.666
*	02. Banco Hipotecário e Agrícola de M.Gerais.	71.347
	03. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A....	200.771
	04. Banco Nacional de Minas Gerais...........	218.610
	05. Banco Comércio e Indústria de M.Gerais...	134.903
	06. Banco Mercantil de Minas Gerais..........	96.053
	07. Banco Agrícola de Sete Lagoas............	6.191
	08. Banco Mineiro S/A........................	6.243
	09. Banco da Produção S/A....................	180
	10. Banco da Lavoura de Minas Gerais.........	249.180
	11. Banco de Minas Gerais....................	89.672
	12. Banco Mineiro do Oeste...................	82.602
*	13. Banco Moreira Salles.....................	205.460
*	14. Banco Ribeiro Junqueira S/A..............	16.205
	15. Banco Econômico de Minas Gerais S/A......	2.052
	16. Banco Crédito Pessoal do Brasil..........	2.335
	17. Banco Comércio Varejista.................	2.398
	18. Banco Mineiro de Descontos...............	763
	19. Banco Triângulo Mineiro..................	5.976
	20. Banco Dumont.............................	501
*	21. Banco Raul de Paula e Silva..............	386
	22. Banco do Planalto de Minas Gerais........	15.964
*	23. Banco de Miraí S/A.......................	126
*	24. Banco Nacional do Comércio de MinasGerais.	75.715
	TOTAL	1.609.299

11.08.67 - Mineiro da Produção e Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais se fundem no Banco do Estado de Minas Gerais.

17.10.67 - Comércio e Indústria de Minas Gerais incorpora o Ribeiro Junqueira S/A.

11.07.67 - Agrícola Mercantil (RGS) funde-se com o Moneira Salles formando o União de Bancos Brasileiros.

Banco de Miraí S/A passa a denominar-se Banco do Progresso de Minas Gerais.

Raul de Paula e Silva é adquirido pelo Banco Brasileiro do Oeste de Minas.

19.10.66 - Nacional do Comércio de Minas Gerais incorporado ao Planalto de Minas Gerais.

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1967

		Depósitos em 30/12/67 (Em mil cruzeiros)
	01. Banco do Estado de Minas Gerais.........	248.162
	02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A...	264.353
	03. Banco Nacional de Minas Gerais..........	363.210
	04. Banco Comércio e Industria de M.Gerais..	219.035
	05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A.....	127.118
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A......	10.783
	07. Banco Mineiro S/A.......................	21.407
	08. Banco da Produção.......................	267
	09. Banco da Lavoura de Minas Gerais........	380.655
	10. Banco de Minas Gerais...................	164.125
	11. Banco Mineiro do Oeste..................	141.311
	12. Banco Econômico de Minas Gerais S/A	3.011
*	13. Banco Crédito Pessoal do Brasil S/A.....	2.836
	14. Banco Comércio Varejista................	9.187
	15. Banco Mineiro de Descontos S/A	929
	16. Banco Dumont............................	700
*	17. Banco do Planalto de Minas Gerais.......	26.277
	18. Banco do Progresso de Minas Gerais......	116
	19. Banco Triângulo Mineiro.................	10.526
	TOTAL	1.994.808

28.07.68 - Banco Crédito Pessoal do Brasil S/A incorporado pelo Banco Nobre de Minas Gerais, com sede no Rio de Janeiro.

31.10.68 - Banco de Minas Gerais absorve o Planalto de Minas Gerais.

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1968

	Depósitos em 31/12/68 (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	332.040
02. Banco de Crédito Real de Minas Gerais....	375.344
03. Banco Nacional de Minas Gerais...........	597.944
04. Banco Comércio e Industria de M. Gerais..	290.087
05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A......	209.527
06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A.......	16.396
07. Banco Mineiro S/A........................	49.513
08. Banco da Produção........................	369
09. Banco da Lavoura de Minas Gerais	609.731
10. Banco de Minas Gerais S/A................	303.820
11. Banco Mineiro do Oeste...................	278.054
12. Banco Econômico de Minas Gerais S/A......	6.329
13. Banco Comércio Varejista.................	19.287
14. Banco Mineiro de Descontos S/A...........	1.402
15. Banco Dumont S/A.........................	1.038
16. Banco do Progresso de Minas Gerais.......	7.079
17. Banco Triângulo Mineiro S/A..............	12.678
TOTAL	3.111.538

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS
1969

Depósitos em 31/12/69
(Em mil cruzeiros)

	01. BEMGE S/A................................	361.921
	02. Banco de Crédito Real de Minas Gerais.....	424.709
	03. Banco Nacional de Minas Gerais............	622.564
	04. Banco Comércio e Industria de M.Gerais....	319.276
	05. Banco Mercantil de Minas Gerais...........	214.141
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A........	22.707
	07. Banco Mineiro S/A.........................	53.867
	08. Banco da Produção S/A.....................	363
	09. Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A......	681.563
	10. Banco de Minas Gerais S/A.................	333.059
	11. Banco Mineiro do Oeste....................	280.998
	12. Banco Econômico de Minas Gerais S/A.......	9.846
	13. Banco Comércio Varejista..................	23.222
	14. Banco Mineiro de Descontos S/A............	1.658
*	15. Banco Dumont..............................	633
	16. Banco do Progresso de Minas Gerais........	17.379
	17. Banco Triângulo Mineiro S/A...............	20.235
	TOTAL	3.388.101

1970 - Banco Dumont é incorporado pelo Banco de Minas Gerais

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1970

		Depósitos em 31/12/70 (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A................................	559.013
	02. Banco de Crédito Real de M. Gerais S/A....	504.225
	03. Banco Nacional de Minas Gerais S/A........	748.181
	04. Banco Comércio e Indústria de M.Gerais SA	409.454
	05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A.......	256.876
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A........	26.836
	07. Banco Mineiro S/A.........................	54.056
	08. Banco da Produção.........................	424
*	09. Banco da Lavoura de Minas Gerais	1.003.282
	10. Banco de Minas Gerais S/A.................	385.167
	11. Banco Mineiro do Oeste....................	343.264
	12. Banco Econômico de Minas Gerais S/A.......	23.279
	13. Banco Comércio Varejista S/A..............	25.904
	14. Banco Mineiro de Descontos S/A............	2.416
	15. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A....	19.336
*	16. Banco Triângulo Mineiro S/A...............	19.365
	TOTAL	4.379.078

1971 - O Lavoura de Minas Gerais passa a denominar-se Banco Real com Sede em São Paulo.

Triângulo Mineiro altera sua razão social para Nacional do Triângulo Mineiro.

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1971

		Depósitos em 31/12/71 (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A..................................	605.518
	02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A......	638.073
	03. Banco Nacional de Minas Gerais S/A.........	909.417
	04. Banco Comércio e Indústria de M.Gerais S/A.	516.374
	05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A........	354.831
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A.........	45.850
	07. Banco Mineiro S/A..........................	53.653
	08. Banco da Produção..........................	594
	09. Banco de Minas Gerais S/A..................	439.352
	10. Banco Mineiro do Oeste.....................	403.589
	11. Banco Econômico de Minas Gerais S/A........	24.790
*	12. Banco Comércio Varejista S/A...............	22.360
*	13. Banco Mineiro de Descontos S/A.............	2.375
	14. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A.....	21.306
*	15. Banco Nacional do Triângulo Mineiro........	24.770
	TOTAL	4.058.230

11/72 - Nacional do Triângulo Mineiro incorporado pelo Nacional de Minas Gerais

1972 - Mineiro de Descontos incorporado pelo Halles Comércio e Industria

1972 - Comércio Varejista passa a denominar-se Banco Comercial APLIK

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1972

		Depósitos em 31/12/72 (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A	930.407
	02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	880.047
	03. Banco Nacional S/A	2.135.813
	04. Banco Comércio e Indústria de M.Gerais S/A.	742.307
	05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A	810.239
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	61.812
	07. Banco Mineiro S/A	87.811
	08. Banco da Produção	844
*	09. Banco de Minas Gerais S/A	783.230
*	10. Banco Mineiro do Oeste S/A	421.683
*	11. Banco Econômico de Minas Gerais S/A	27.387
	12. Banco Comercial Aplik	29.317
	13. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	39.745
	TOTAL	6.950.642

12.10.73 - Minas Gerais incorporado pelo Real

03/73 - Mineiro do Oeste incorporado pelo BRADESCO

02/73 - Econômico de Minas Gerais incorporado pelo Mineiro

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1973

		Depósitos em 31/12/73 (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A	1.157.676
	02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	1.210.839
	03. Banco Nacional S/A	2.624.016
	04. Banco Comércio e Indústria de M.Gerais S/A.	1.124.344
*	05. Banco Mercantil de Minas Gerais S/A	1.137.656
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	93.452
	07. Banco Mineiro S/A	129.071
	08. Banco da Produção	812
	09. Banco Comercial Aplik	60.037
	10. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	55.028
	TOTAL	8.487.868

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1974

		Depósitos em 31/12/74 (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A	1.718.186
	02. Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A.	1.487.877
	03. Banco Nacional S/A	3.383.764
**	04. Banco Comércio e Industria de M.Gerais S/A	1.258.842
	05. Banco Mercantil do Brasil S/A	1.451.027
	06. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	134.972
	07. Banco Mineiro S/A	189.852
	08. Banco da Produção	1.089
	09. Banco Comercial Aplik	94.913
	10. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	72.524
	TOTAL	9.793.046

* Mercantil de Minas Gerais incorporou o Mercantil do Brasil (RJ) e passa a ter a sua denominação

**04.03.74 - Nacional incorporou o Comércio e Indústria de Minas Gerais.

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1975

	Depósitos em 31/12/75 (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	2.665.732
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	2.312.960
03. Banco Nacional S/A	6.902.521
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	2.317.880
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	211.144
06. Banco Mineiro S/A	319.089
07. Banco da Produção	2.755
08. Banco Comercial Aplik	75.873 *
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	123.901
TOTAL	14.931.855

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1976

	Depósitos em 31/12/76** (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	3.360.664
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	3.056.914
03. Banco Nacional S/A	9.253.267
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	3.345.089
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	356.495
06. Banco Mineiro S/A	419.566
07. Banco da Produção	3.980
08. Banco Comercial Aplik	168.992
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	191.783
TOTAL	20.156.758

* - Balancete de 28.11.75
** - Exclusive depósitos do FGTS e PIS/PASEP

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1977

	Depósitos em 31/12/77* (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	5.779.925
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	5.274.256
03. Banco Nacional S/A	13.210.691
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	4.383.958
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	516.179
06. Banco Mineiro S/A	634.975
07. Banco da Produção	4.141
08. Banco Comercial Aplik	169.081
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	280.048
TOTAL	30.253.254

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1978

	Depósitos em 31/12/78* (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	7.702.430
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	7.337.879
03. Banco Nacional S/A	16.530.162
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	6.084.277
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	679.476
06. Banco Mineiro S/A	751.431
07. Banco da Produção	8.655
08. Banco Comercial Aplik	136.817
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	543.227
TOTAL	39.774.354

* - Exclusive depósitos FGTS e PIS/PASEP

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1979

	Depósitos em 30/12/79* (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	12.369.094
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	13.136.728
03. Banco Nacional S/A	33.511.667
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	9.532.109
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	1.258.454
06. Banco Mineiro S/A	1.581.979
07. Banco da Produção	20.513
08. Banco Comercial Aplik	235.546
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	1.149.818
TOTAL	72.795.908

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1980

	Depósitos em 31/12/80* (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	21.480.492
02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	18.847.392
03. Banco Nacional S/A	57.625.167
04. Banco Mercantil do Brasil S/A	16.447.212
05. Banco Agrícola de Minas Gerais S/A	2.197.030
06. Banco Mineiro S/A	2.366.671
07. Banco da Produção	56.429
08. Banco Comercial Aplik	692.825
09. Banco do Progresso de Minas Gerais S/A	2.594.292
TOTAL	122.307.510

1981 - Mineiro incorporado pelo UNIBANCO

* - Exclusive depósitos FGTS, PIS/PASEP

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1981

		Depósitos em 31/12/81* (Em mil cruzeiros)
	01. BEMGE S/A	30.803.054
	02. Banco de Crédito Real de M.Gerais S/A	34.471.214
	03. Banco Nacional S/A	116.730.254
	04. Banco Mercantil do Brasil S/A	29.784.031
	05. Banco do Progresso de Minas Gerais	5.898.407
	06. Banco Agrimisa	4.867.123
**	07. Banco Comercial Aplik	852.265
	08. Banco da Produção	108.409
	TOTAL	223.514.757

BANCOS SEDIADOS EM MINAS GERAIS

1982

	Depósitos em 30/12/82** (Em mil cruzeiros)
01. BEMGE S/A	65.646.082
02. Banco de Crédito Real de Minas Gerais	71.147.286
03. Banco Nacional S/A	171.343.331
04. Banco Mercantil do Brasil	52.350.164
05. Banco Agrimisa	10.542.203
06. Banco da Produção	162.232
07. Banco do Progresso S/A	11.053.856
08. Banco Interpart	1.673.631
TOTAL	383.918.887

* - Exclusive Depósitos FGTS, PIS/PASEP

** - Vendido ao Interpart, com sede em Belo Horizonte.

UMA BREVE NOTA SOBRE O DESEMPENHO RECENTE DAS EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS

JOÃO HERALDO LIMA*

* Professor da FACE/UFMG e professor e pesquisador do CEDEPLAR/UFMG

UMA BREVE NOTA SOBRE O DESEMPENHO RECENTE DAS EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS

I - INTRODUÇÃO

A contribuição de Minas para o esforço de ampliação das exportações brasileiras vem se caracterizando, nos últimos dez anos, por uma marcante regularidade. A participação média das exportações mineiras no total exportado pelo país situou-se em torno de 10% no período 1973/82 (ver Tabela I).

Todavia, esta estabilidade encobre um rápido processo de diversificação no interior da pauta de exportações. No período em questão, ao mesmo tempo em que Minas mantém constante a sua participação relativa, verifica-se uma nítida tendência de queda na participação dos produtos básicos em favor dos industrializados.[1]

A expansão e diversificação industrial experimentadas pela economia mineira, a partir do início da década de 70, estão na origem destas modificações. No período 1970-77 a indústria mineira atingiu uma taxa média de crescimento anual da ordem de 16,4%.[2] Esta vigorosa expansão contemplou os mais variados setores de indústria manufatureira, tais como: têxtil (26%), vestuário e calçados (16,3%), couros, peles e similares (14,4%), papel e papelão (13,5%), mecânica (26%), material de transporte (32%), etc.[3]

A partir de 1978-79, quando o crescimento econômico entra em declínio, as exportações passam a representar uma importante fonte alternativa de demanda. Foi possível então que se compensasse, como no caso de alguns segmentos do setor metalúrgico, automobilístico, têxtil, etc., a queda da demanda interna por uma ampliação das vendas externas.

II - A EVOLUÇÃO RECENTE: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Um exame da pauta de exportações de Minas Gerais evidenciará um maciço predomínio dos produtos básicos (Tabela II), com especial desta-

---

1 - Os produtos exportáveis, de acordo com a CACEX, classificam-se em "básicos" e "industrializados", subdividindo-se estes últimos em "semi-manufaturados" e "manufaturados".

2 - DINIZ (1981), p. 225.

3 - Ibid, Tabela 39, p. 228.

que para o minério de ferro (Tabela III) que é o principal produto de exportação do Estado.

O período 73/82 comporta uma divisão em duas fases nitidamente distintas. A primeira, que se estende até 1975, indica uma elevada e regular participação dos produtos básicos, e a segunda, que se inicia em 1976 apresenta um gradual declínio dos básicos e uma crescente participação dos industrializados (Tabela II).

A liderança ocupada pelo minério de ferro, apesar de incontestável, é declinante. E é importante assinalar que este declínio relativo não pode ser atribuído a uma queda de preços ou a uma diminuição da quantidade exportada. Como bem ilustra a Tabela IV os preços médios alcançados pelo produto são relativamente estáveis e as quantidades exportadas não apresentam variações significativas.

A categoria "Outros Produtos Minerais" (indicada na Tabela V), engloba uma ampla gama de produtos, todos com reduzida participação individual no total da exportação de básicos.[4]

"Produtos de Origem Animal" e "Produtos Agrícolas" (Tabela V), que constituem as outras duas categorias mais importantes do conjunto de básicos, também não apresentam sinais de crescimento, excetuando-se apenas os anos de 81 e 82. Este fato poderia indicar que a exportação de alguns produtos marginais de fato tende a se elevar como resposta à queda da demanda interna.

Em resumo, o comportamento das exportações de básicos ainda é comandado pelo desempenho do minério de ferro. A expectativa de que o Estado de Minas viesse a se firmar como exportador de alimentos, como a carne congelada, por exemplo, não apenas não se confirmou, como parece ter escassas chances de se concretizar dentro das circunstâncias atuais. Mesmo detendo o maior rebanho bovino nacional, a ampliação das exportações de carne congelada demandaria pesados investimentos destinados a conferir ao produto os padrões mínimos de qualidade e higiene exigidos pelo mercado internacional.

Quanto aos produtos industrializados, as suas taxas de crescimento são bem mais expressivas, quando comparadas com as dos produtos básicos, embora se possa perceber que seu ritmo de crescimento vem decain

---

[4] - Os dados referentes a muitos dos produtos contidos nesta categoria certamente estão subestimados em virtude da existência de um ativo mercado de contrabando de gemas e diamantes. Contudo, é improvável que a inclusão deste segmento viesse a alterar significativamente o padrão de crescimento apresentado por estes produtos.

do a partir de 1978, quando a expansão sobre o ano anterior chegou a atingir quase 59% (Tabela VI).

Entretanto, o que mais chama a atenção no tocante aos produtos industrializados é a crescente participação das manufaturas a partir de 1977 (Tabela VII). É inegável que esta ocorrência está associada ao início das atividades da FIAT Automóveis. De fato, a expansão das exportações de "Material de Transporte" (Tabela VIII) foi tão vigorosa nos últimos anos que chega mesmo a ofuscar o bom desempenho apresentado por outros produtos. Merece registro, por exemplo, o caso de "Produtos Siderúrgicos Manufaturados" (que inclui itens como fios de ferro e aço, chapas de ferro e aço, tubos de ferro e aço, etc.) e "Máquinas e aparelhos elétrico/eletrônicos" (que congrega motores a explosão, máquinas de escrever e calcular, geradores de corrente contínua, válvulas eletrônicas, etc.) cujo valor das exportações tem acompanhado o ritmo de evolução das exportações de manufaturas. Embora não citados nominalmente na Tabela VIII, é possível identificar ainda produtos cuja expansão recente vale a pena assinalar. É o que ocorre, por exemplo, com a exportação de pasta para a fabricação de papel. Este produto, recém-chegado à pauta de exportação de Minas, saltou de irrisórios 3,5 milhões de dólares em 1977, para aproximadamente 100 milhões de dólares em 82.

Portanto, não nos parece correto atribuir a diversificação da pauta mineira apenas ao advento da FIAT. Embora marcante, este episódio em si não é suficiente para explicar a expansão das exportações de inúmeros produtos manufaturados.

A pauta de semi-manufaturados (Tabela IX) é amplamente dominada por dois produtos, o ferro-gusa e o ferro-liga, que, de longa data se constituem em marca registrada da indústria mineira. Entretanto, é importante registrar que a fabricação de ferro-liga vem sofrendo um contínuo processo de ampliação dos tipos de ligas produzidas. Outros produtos que recentemente aumentaram a sua participação no conjunto dos semi-manufaturados (Tabela IX) também se vinculam diretamente à siderúrgia.[5] Portanto, não é exagero se afirmar que a pauta de semi-manufaturados de Minas restringe-se a produtos siderúrgicos.

---

5 - Como é o caso, por exemplo, de "Desbastes de ferro e aço".

Os dados mencionados na seção precedente mostram com clareza a mudança de estrutura das exportações de Minas Gerais no decorrer da última década. O crescimento das vendas externas de produtos manufaturados, com destaque para o item "Material de Transporte" é um eloqüente indicador desta tendência.

Todavia, mesmo diante da constatação da existência de um rápido processo de diversificação não há como escapar à conclusão de que a pauta exportadora de Minas ainda é pobre. Se antes era praticamente minério e produtos siderúrgicos semi-manufaturados, agora, juntaram-se a estes, produtos siderúrgicos manufaturados e material de transporte. A economia de Minas Gerais sempre esteve vinculada aos recursos naturais. As exportações se diversificaram, mas ainda assim limitando-se a aproveitar a base de recursos naturais existentes. A própria produção de manufaturados se acha estreitamente ligada à indústria siderúrgica. A exploração mineral e a siderurgia ainda são os elementos centrais, não apenas das exportações, mas de toda a atividade econômica do Estado. Paralelamente à velha e tradicional siderurgia, as vastas reservas minerais de Minas[6] possibilitaram o surgimento recente de indústrias de alumínio, zinco, ferro-ligas, química (aproveitando as reservas de fósforo do Triângulo Mineiro), além da exploração de minerais atômicos.

A busca de consolidação de barreiras à entrada leva as empresas a procurarem desenvolver suas atividades junto às fontes de matérias-primas, principalmente, quando a relação peso das matérias-primas/produtos acabados é elevada. Embora existam recursos minerais em outras regiões do país, em nenhuma delas as condições existentes permitem exploração econômica no curto prazo. As descobertas recentes, especialmente na Amazônia, se tornarão economicamente viáveis somente a médio e longo prazos.

Excluídos o petróleo, o carvão e o sal marinho, Minas Gerais responde, aproximadamente, por 60% da produção mineral do país. No curto prazo, tudo indica que qualquer expansão da demanda por recursos minerais, processados ou não, tenderá a reforçar a posição de Minas como produtor/exportador de produtos vinculados à sua base de recursos naturais.

No caso de Minas Gerais, portanto, houve crescimento das exportações com diversificação. Mas o tipo de diversificação ocorrido foi li-

---

6 - Além das conhecidas reservas de ferro, ouro, zinco e bauxita, o estado ainda possui significativas quantidades de pirocloro, níquel, fosfato, calcário, dolomita, grafita, feldspato, etc.

mitado. Esteve sempre condicionado pelo patrimônio de recursos naturais existente no Estado.[7] Neste sentido, Minas ainda pode aprofundar, e muito, o aproveitamento de suas vantagens comparativas.

Do ponto de vista das finanças estaduais, a intensificação das atividades voltadas para a exploração/exportação de recursos naturais é vantajosa, pois propicia a geração de recursos que o Estado não recolheria caso estivesse exportando manufaturados. O IUM, embora de competência tributária federal, destina apenas 10% de sua arrecadação à União, cabendo 20% ao município onde se localiza a exploração e 70% ao estado. Portanto, a perda de receita imposta ao estado não é excessiva.

Com a revogação do crédito-prêmio de ICM em janeiro de 79, o Estado arca, atualmente, com o ônus da isenção do ICM aos produtos manufaturados. A perda de receita que aí se verifica é considerável. A isenção de ICM como porcentagem (por dentro) do valor exportado pode ser calculada a partir da alíquota (por fora) do ICM. Considere os seguintes termos:

P_{fob} = preços FOB das exportações

P_{cf} = preço a custo de fatores

t = alíquota (por fora) do ICM

Então, podemos escrever:

$$ICM = tP_{fob} \qquad (1)$$

$$P_{fob} = P_{cf} + tP_{fob} \qquad (2)$$

$$P_{fob} = \frac{1}{1-t} P_{cf} \qquad (3)$$

Substituindo (3) em (1), obtemos

$$ICM = \frac{t}{1-t} P_{cf} \qquad (4)$$

No caso de exportações isentas de ICM, o preço a custo de fatores é igual ao preço FOB, o que permite então escrever

$$ICM = \frac{t}{1-t} P_{fob} \qquad (5)$$

---

7 - Não houve, como no sul do país, nenhuma expansão na exportação de produtos primários não-tradicionais.

Considerando-se, para efeito de cálculo, a alíquota de 13,0 por cento vigente nas operações externas, o Estado de Minas deixou de arrecadar, somente no período 79-82, o equivalente a 436 milhões de dólares. Dentro do quadro de penúria financeira em que vivem os estados brasileiros, este valor, que corresponde a uma média anual de 109 milhões de dólares, é sem dúvida expressivo.

Vimos, anteriormente, que a participação das exportações de Minas no total das exportações brasileiras foi bastante estável no decorrer da última década. Além disso, a evolução da especialização relativa da produção mineira para mercados externos também não se alterou significativamente no período. Tal especialização, que indicaria a "vocação exportadora" do Estado, poderia ser medida pelo quociente apresentado no quadro abaixo, onde os termos X_M, Y_M e X_B, Y_B representam, respectivamente, as exportações e o produto interno bruto (ambos a preços correntes) de Minas e do Brasil.

Ano	$\frac{X_M / Y_M}{X_B / Y_B}$
1973	1.05
1974	1.10
1975	1.56
1976	1.42
1977	1.06
1978	1.16
1979	1.21
1980	1.13
1981	1.22
1982	1.41

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN - 1981
Anuário Estatístico - Exportações - CACEX, 1982
Relatório BACEN - 1982

Os dados acima indicam que a "vocação exportadora" de Minas não tem se acentuado. Este resultado estaria sugerindo que, apesar do crescimento das exportações, a importância relativa do mercado interno permanece. Esta conclusão, embora não chegue a invalidar a generalizada expectativa de que as vendas externas constituem-se na principal "alternativa para a crise", chama a atenção para o fato de que as exportações não cresceram mais rapidamente do que a produção.

Finalmente, gostaríamos de assinalar que o desempenho das exportações no período janeiro-junho de 83, quando confrontado com igual período do ano anterior, apresenta uma tendência nitidamente declinante. As vendas de manufaturados caíram 17,7%, enquanto o decréscimo na de básicos atingiu a 10,5%. Em compensação, o crescimento das exportações de semi-manufaturados cresceu de 24%. No conjunto, as exportações mineiras no período não conseguiram repetir o comportamento do ano anterior, acusando uma queda de 10,4%. Mesmo que algumas empresas ou setores, tomados isoladamente, estejam conseguindo ampliar as suas vendas externas, o desempenho das exportações em 83 deverá ser inferior ao de 82.

Minas exporta de maneira muito concentrada para uns poucos países, quase todos pertencentes ao bloco capitalista desenvolvido. No período 1976-81 (ver Tabela X) o Japão e a Alemanha Ocidental, respectivamente, foram os dois maiores compradores (sobretudo de minério) das exportações do Estado. Até 1979 os Estados Unidos ocupavam o terceiro lugar. Em 80 este posto passaria a pertencer à Itália que, em 82, chegaria a alcançar o segundo lugar, logo atrás do Japão. Neste último ano apenas estes quatro países foram responsáveis por quase 60% das vendas externas de Minas. A recuperação do crescimento das mesmas terá, necessariamente, de aguardar a reativação econômica destes países. Considerando-se a gama de produtos que Minas Gerais exporta no momento, as chances de ampliação do número de compradores não parecem grandes. Há mesmo que se esperar pelo reaquecimento das economias centrais. Vale lembrar também que o desempenho futuro das exportações de alguns importantes produtos, especialmente manufaturados e semi-manufaturados siderúrgicos, dependerá, em parte, do rumo que tomarão as intensas campanhas protecionistas ora em curso nos Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, etc.

TABELA I

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS E BRASIL
VALORES GLOBAIS(*)

US$ Milhões

Ano	Minas Gerais (Valor FOB) US$	Brasil (Valor FOB) US$	% MG/Brasil
1973	509,7	6.199,2	8,2
1974	745,2	7.950,9	9,4
1975	1.134,3	8.669,9	13,1
1976	1.258,0	10.128,3	12,4
1977	1.175,6	12.120,2	9,7
1978	1.308,8	12.658,9	10,3
1979	1.665,2	15,244,4	10,9
1980	2.080,1	20.132,4	10,3
1981	2.470,1	23.293,0	9,4
1982	2.733,6	20.175,1	13,4

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

(*) As exportações de Minas Gerais não incluem o "café cru em grão".

TABELA II

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS, SEGUNDO O GRAU DE ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS

US$ Milhões - FOB

Ano	(1) Produtos Básicos		(2) Produtos Industrializados		(3) Exportações Totais
	US$	% 1/3	US$	% 2/3	
1973	414,3	81,3	95,4	18,7	509,7
1974	608,9	81,7	136,1	18,3	745,2
1975	963,9	85,0	170,4	15,0	1.134,3
1976	1.048,9	83,4	209,1	16,6	1.258,0
1977	916,1	77,9	259,5	22,1	1.175,6
1978	896,1	68,5	412,5	31,5	1.308,8
1979	1.021,1	61,3	644,1	38,7	1.665,2
1980	1.234,9	59,4	845,2	40,6	2.080,1
1981	1.394,2	56,4	1.075,9	43,6	2.470,1
1982	1.499,6	54,8	1.234,0	45,1	2.733,6

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

TABELA III

EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO:
VALOR E PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES DE MINAS

Ano	US$ Milhões FOB	Participação Relativa %
1973	362,5	71,1
1974	569,6	76,4
1975	908,2	80,1
1976	995,5	79,1
1977	869,6	74,0
1978	857,8	65,5
1979	970,0	58,2
1980	1.174,8	56,5
1981	1.299,7	52,6
1982	1.434,2	52,4

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

TABELA IV

MINÉRIO: COTAÇÕES MÉDIAS E QUANTIDADE EXPORTADA

Ano	Preços Correntes US$/tonelada	Preços Constantes de 1975* US$/tonelada	Quantidade 1.000t
1973	8,1	10,5	30.462
1974	9,6	10,5	44.910
1975	12,7	12,7	59.252
1976	14,8	14,1	71.682
1977	15,2	13,7	67.093
1978	14,4	12,0	57.217
1979	15,4	11,4	59.484
1980	17,9	11,7	62.731
1981	18,6	11,1	65.794
1982	20,4	11,9	69.826

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.
Internacional Financial Statistics - Fundo Monetário Internacional.

* Deflator: IPA-EUA.

TABELA V

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS: PRODUTOS BÁSICOS

US$ Milhões

Ano	(1) Minério de Ferro		(2) Outros Produtos Minerais (*)		(3) Produtos Agrícolas (**)		(4) Produtos Origem Animal (***)		(5) Total de Básicos
	US$	% 1/5	US$	% 2/5	US$	% 3/5	US$	% 4/5	
1973	362,5	87,5	18,5	4,5	2,9	0,7	25,6	6,2	414,3
1974	569,4	93,5	19,5	3,2	7,4	1,2	11,6	1,9	608,9
1975	908,2	96,9	17,9	1,8	24,3	2,5	13,5	1,4	963,9
1976	995,5	94,9	18,5	1,8	15,4	1,5	18,5	1,8	1.048,9
1977	869,6	94,9	7,1	0,8	17,7	1,9	21,7	2,4	916,1
1978	857,8	95,7	11,5	1,3	5,5	0,6	21,5	2,4	896,3
1979	970,0	95,0	15,4	1,5	10,9	1,1	24,1	2,4	1.021,1
1980	1.174,8	95,1	22,3	1,8	12,9	1,0	26,4	2,1	1.234,9
1981	1.299,7	93,2	28,7	2,1	18,4	1,3	47,4	3,4	1.394,2
1982	1.434,2	95,6	13,4	0,9	12,0	0,8	40,0	2,7	1.499,6

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

(*) Compreende: bauxita calcinada e não-calcinada, tantalita, pirocloro, quartzo e quartzito, carbono natural de magnésio, mica e seus resíduos, combustíveis e óleos minerais, diamantes, águas marinhas, ametista, citrino, esmeraldas, olhos de gato, topázios, turmalinas, etc.

(**) Compreende: flores, folhagens, folhas e ramos para ornamentação, abacaxis, milho em grão com casca, farelo de soja, etc.

(***) Compreende: carne de bovino e eqüino congeladas, frangos ou galinhas congeladas, chifres e outros resíduos, etc.

TABELA VI

VARIAÇÃO* DAS EXPORTAÇÕES DE MINAS, SEGUNDO O GRAU DE ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS

Ano	Produtos Básicos %	Produtos Industrializados %
1973	53,1	40,3
1974	47,0	42,7
1975	58,3	25,2
1976	8,8	22,7
1977	- 12,7	24,1
1978	- 2,3	58,9
1979	13,9	56,1
1980	20,9	31,2
1981	12,9	27,3
1982	7,6	14,7

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

* Base ano anterior.

TABELA VII

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS: PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

US$ Milhões - FOB

Ano	(1) Semi-manufaturados		(2) Manufaturados		(3) Total Industrializados
	US$	% 1/3	US$	% 2/3	
1972	27,7	40,7	40,3	59,3	68,0
1973	43,5	45,6	51,9	54,4	95,4
1974	70,6	51,9	65,5	48,1	136,1
1975	93,1	54,6	77,3	45,4	170,4
1976	141,6	67,7	67,5	32,3	209,1
1977	133,5	51,4	126,0	48,5	259,5
1978	198,6	48,1	213,9	51,8	412,5
1979	289,7	45,0	354,4	55,0	644,1
1980	338,9	40,1	506,3	59,9	845,2
1981	332,2	30,9	743,7	69,1	1.075,9
1982	284,7	23,1	949,3	76,9	1.234,0

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG - 1981.

TABELA VIII

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS: PRODUTOS MANUFATURADOS

US$ Milhões - FOB

Ano	(1) Produtos Siderúrgicos/ Manufaturados (*)		(2) Máquinas e Aparelhos Elétricos/ Eletrônicos (**)		(3) Material de Transporte (***)		(4) Tecidos e Fios de Algodão		(5) Outros		(6) Total Manufaturados
	US$	% 1/6	US$	% 2/6	US$	% 3/6	US$	% 4/6	US$	% 5/6	
1973	10,0	19,3	4,6	8,9	0	0	12,4	23,9	24,9	48,0	51,9
1974	16,6	25,3	8,2	12,5	1,4	2,1	13,2	20,1	26,1	39,4	65,5
1975	18,6	24,1	10,0	12,9	4,4	5,7	15,4	19,9	28,9	37,4	77,3
1976	13,4	19,8	11,6	17,2	2,4	3,6	15,2	22,5	24,9	36,9	67,5
1977	23,4	18,6	45,3	35,9	7,3	5,8	28,3	22,4	21,7	17,2	126,0
1978	37,4	17,5	60,2	28,1	27,6	12,9	19,9	9,3	68,8	32,2	213,9
1979	60,4	17,0	90,2	25,4	54,0	15,2	35,0	9,9	114,8	32,4	354,4
1980	91,8	18,1	90,2	17,8	138,7	27,4	36,0	7,1	149,6	29,5	506,3
1981	124,1	16,7	78,7	10,6	312,3	42,0	35,1	4,7	193,5	26,0	743,7
1982	194,2	20,4	114,2	12,0	449,2	47,3	30,2	3,2	161,5	17,0	949,3

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX)
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN MG 1981

* - Compreende: fio-máquina e outros fios de ferro e aço, chapas e tubos de ferro e aço

** - Compreende: motores de explosão e seus componentes, máquinas de movimentação e perfuração do rolo e seus componentes, máquinas de escrever e calcular e suas peças, geradores de corrente contínua, chave comutadora, ou seletora, canhão eletrônico montado p/ televisor doméstico, válvulas eletrônicas receptoras e outros

*** - Compreende: tratores, veículos p/transporte de pessoas e de cargas, outros

TABELA IX

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS: PRODUTOS SEMI-MANUFATURADOS

US$ Milhões

Ano	(1) Couro Bovino		(2) Ferro Gusa		(3) Ferro Liga		(4) Outros		(5) Total Semi-Manufaturados
	US$	% 1/5	US$	%	US$	%	US$	%	
1973	1,0	2,2	20,8	47,8	17,9	41,1	3,8	8,7	43,5
1974	0,5	0,7	30,7	43,5	35,1	49,7	4,3	6,1	70,6
1975	1,8	2,0	62,2	66,8	26,3	28,2	2,8	3,0	93,1
1976	4,5	3,2	73,7	52,0	52,3	36,9	11,0	7,8	141,6
1977	5,6	4,2	82,2	61,6	39,7	29,7	6,0	4,5	133,5
1978	4,8	2,4	107,1	53,9	66,6	33,5	20,1	10,1	198,6
1979	9,4	3,2	126,6	43,7	95,2	32,9	58,5	20,2	289,7
1980	3,9	1,2	114,4	33,8	109,2	32,2	111,4	32,8	338,9
1981	4,3	0,4	83,4	25,1	141,4	42,6	103,1	31,0	332,2
1982	5,2	1,8	75,4	29,3	103,3	36,3	100,8	35,4	284,7

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX)
Anuário Estatístico de Minas Gerais - SEI/SEPLAN - MG-1981.

TABELA X

EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS SEGUNDO O PAÍS DE DESTINO

US$ Milhões

Países / Ano	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1932
Japão	308,7	309,3	319,1	308,2	393,3	483,0	480,3	609,0
Alem. Ocidental	162,0	211,3	199,6	217,8	238,9	313,9	361,4	358,9
Itália	45,3	85,3	100,0	106,6	135,0	223,0	283,6	436,2
EUA	180,0	149,5	92,6	143,4	149,6	181,4	246,9	141,0
França	48,3	64,4	66,0	64,4	65,4	84,8	98,9	127,9
Reino Unido	38,2	64,6	60,0	60,0	76,2	49,2	58,0	52,4
Bélgica	30,2	38,0	40,0	55,4	73,1	83,0	93,6	113,3
Argentina	83,5	55,6	49,5	31,8	89,2	75,4	83,9	10.4,4

FONTE: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX)
Anuário Estatístico de Minas Gerais SEI/SEPLAN, Minas Gerais 1981.

REFERÊNCIA

DINIZ, C.C. (1981). Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira, UFMG/PROED, Belo Horizonte.

A CRISE DO EMPREGO EM MINAS GERAIS

PAULO DE TARSO ALMEIDA PAIVA*

* Pesquisador e Professor do CEDEPLAR/UFMG

Este trabalho pretende avaliar a situação do emprego em Minas Gerais no início dos anos oitenta. Muito embora seja desnecessário se recorrer a dados estatísticos para demonstrar a crise de emprego, a informação empírica é necessária para uma avaliação mais precisa da extensão da crise, de suas causas imediatas e suas tendências. No caso de Minas Gerais estas informações são bastante precárias. Os índices mensais de emprego referem-se apenas à região metropolitana de Belo Horizonte. Os dados sobre a população economicamente ativa para Minas Gerais são levantados pelos Censos Demográficos a cada 10 anos. O último levantamento ocorreu em 1980. As PNADs enumeram, também, a população economicamente ativa, mas durante a década de setenta as informações sobre Minas Gerais vinham agrupadas com as do Espírito Santo. Ademais existe uma diferença acentuada nas enumerações das PNADs e dos Censos Demográficos, principalmente com relação à população feminina economicamente ativa.

Não obstante se procurou neste trabalho sistematizar as informações disponíveis sobre o crescimento da população economicamente ativa ao longo dos últimos anos e as principais alterações na sua dimensão demográfica (seção 1) projetam o crescimento da população economicamente ativa na década de oitenta (seção 2) e analisam a evolução dos índices de emprego oferecendo algumas hipóteses de interpretação de sua variação (seção 3). A parte final do trabalho tenta juntar as principais observações das análises anteriores com o objetivo de oferecer uma interpretação conclusiva para discussão neste seminário.

---

* O autor faz parte da equipe de pesquisadores do CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - FACE/UFMG.

1 - A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

A População Economicamente Ativa (PEA) é constituída dos indivíduos de 10 anos e mais que exerceram alguma atividade econômica nos últimos 12 meses que precederam a data da pesquisa (Censo ou PNAD) e daqueles que, tendo trabalhado ou não, estavam procurando emprego.

A PEA de Minas Gerais dobrou no pós-guerra. De 2.402.812 indivíduos em 1950 ela chegou a 4.736.190, em 1980, segundo os censos demográficos. (Tabela A.1).

A PEA mineira tem crescido a uma taxa média anual de 2,3% superior à taxa média de crescimento da população total no mesmo período (1950/80) que foi de 1,8% e da população de 10 anos e mais que foi de 2,1%. Na década de setenta a PEA cresceu mais rapidamente (3,1%). Se no futuro prevalecer o ritmo de crescimento recente, a PEA de Minas Gerais dobrará em 22 anos e não em 30 anos como ocorreu até então.

No caso da Área Metropolitana de Belo Horizonte, segundo dados dos Censos Demográficos, a PEA teria apresentado uma taxa média de crescimento anual de 6,5% entre 1970 e 1980. No período 1978 a 1981 esta taxa seria de 3,1% ao ano segundo os dados da PNAD. Crescendo a 6,5% ao ano, a PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte dobrará em 11 anos e a 3,1% ela dobrará em 22,7 anos.

Estas taxas indicam a velocidade necessária para crescer o emprego a fim de manter a mesma situação do ponto inicial.

Em suma, a PEA de Minas Gerais tem crescido a um ritmo superior ao crescimento da população e seu crescimento se intensificou na década passada. A PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte cresce a uma velocidade bem superior ao crescimento da PEA do Estado significando uma concentração crescente de novos trabalhadores na área metropolitana e implicando em uma necessidade maior de geração de empregos nesta região.

Alguns aspectos de estrutura da PEA mineira merecem destaque:

a) A PEA feminina tem crescido mais rapidamente do que a PEA masculina (ver Tabela A.1). As mulheres que representavam 11,5% da PEA em 1950 chegam a 25,9% em 1980. Embora existam algumas dificuldades na enumeração nos censos demográficos de mulheres na PEA[1] a tendência de aumento da participação feminina em atividades econômicas tem sido detectada também em outras pesquisas como nas PNADs. É inegável o aumento da participação feminina, principalmente, na PEA urbana.
Como conseqüência, do contingente que entra no mercado de trabalho a cada ano a proporção de mulheres é ainda maior.

b) Uma das mudanças mais significativas no perfil demográfico da PEA, no longo prazo, é a redução da participação relativa de velhas (50 anos e mais) e de jovens (10 a 19 anos).
Em 1980 67% da PEA eram constituídos de pessoas entre 20 e 49 anos. Há de se ressaltar, contudo, que entre os jovens a participação relativa das mulheres é superior à sua participação média (ver Tabela A.2).
Considerando que jovens e mulheres têm uma maior propensão a ficarem desempregados, este fato sugere a necessidade de se dar uma atenção mai or a estes segmentos da PEA no combate ao desemprego.

TABELA 1

ESTIMATIVAS DO PIB DE MINAS GERAIS POR TRABALHADOR E
SUA VARIAÇÃO ENTRE 1970 E 1980, POR SETOR DE ATIVIDADES

	PIB/PEA	
	70	80
Total	4,59	9,13
Agropecuária	1,74	3,83
Indústria	17,40	24,51
Construção	3,47	6,27
Comércio e Serviços	5,52	8,76

FONTE: Tabela A.3.

c) Observando as distribuições da PEA e do PIB por setores de atividade em 1980, verifica-se que durante o período houve uma queda da participa - ção relativa da agropecuária tanto na PEA como no PIB. A indústria de transformação apresentou um ganho relativo maior no PIB tendo como resultado um crescimento do PIB por trabalhador de 17,40 em 1970 para 24,51 em 1980. (Tabela 1).

As atividades de comércio e serviços praticamente mantiveram sua posição relativa na distribuição do PIB mas apresentaram um ganho maior na distribuição da PEA. (Ver Tabela A.3).

Estas transformações parecem indicar três aspectos importantes na estrutura do emprego de Minas Gerais.

Primeiro, uma queda relativa da participação da agropecuária na absorção de mão-de-obra.

Segundo, muito embora o índice de produtividade da indústria de transformação tenha aumentado consideravelmente na década de setenta, seu volume de empregos cresceu consideravelmente no período.

Terceiro, o setor Comércio e Serviços engloba um conjunto de atividades que é bastante heterogêneo tanto do ponto de vista tecnológico como de suas relações sociais de produção. Estão neste conjunto não só atividades com altos índices de produtividade, como serviços de computação, atividades financeiras, etc., como atividades comerciais de pequeno varejo, serviços pessoais, etc. Na PEA estão, ainda, incluídos, vários trabalhadores engajados em atividades informais, cujo produto dificilmente entra na estimativa do PIB.

Embora o índice do PIB por trabalhadores do setor apareça inferior à média do Estado em 1980, os subsetores responsáveis pelo crescimento do produto do setor devem ter índices de produtividade bastante elevados.

TABELA 2

PEA SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL EM TERMOS DE SALÁRIOS MÍNIMOS, MINAS GERAIS, 1980

	Total	Sem Rendimento*	Até 1 SM	1-3 SM	3-10 SM	10-20 SM	Mais de 20
PEA	4.736.190	267.709	1.762.613	1.875.893	657.422	116.625	55.928
%	100,0	5,7	37,2	39,6	13,9	2,5	1,1
Acumulada		5,7	42,9	82,5	96,4	98,9	100,0

FONTE: Censo Demográfico 1980, IBGE.

* Estão incluídos os indivíduos procurando trabalho, sem rendimento e os sem declaração.

d) Com os dados do censo demográfico de 1980 é possível se analisar a distribuição de rendimento da PEA de Minas Gerais (ver Tabela 2). Em 1980, 37,2% da PEA tinham rendimento igual ou inferior a um salário mínimo. Acrescentando-se os 5,7% que não tinham rendimentos, chega-se a conclusão que 42,9% da PEA em Minas Gerais recebiam rendimento inferior ou igual ao salário mínimo.
Somando-se aqueles que recebiam mais de 1 salário mínimo até 3 salários mínimos, chega-se a 82,5% da PEA. Se se tomasse 3 salários mínimos co-

mo a linha de pobreza absoluta[2] tem-se, então, em Minas Gerais uma situação onde apenas 16,9% de seus trabalhadores teriam rendimento suficiente para sustentar isoladamente uma família acima do limite de pobreza absoluta. Este fato ao lado do crescimento do desemprego aberto indica quão profunda é a crise no mercado de trabalho em Minas Gerais.

c) Segundo os dados dos censos demográficos durante a década de setenta ocorreu uma grande transformação na distribuição espacial da PEA em Minas Gerais (ver Tabela 3). A participação relativa dos trabalhadores com domicílio rural caiu de 47,1% em 1970 para 29,9% em 1980, correspondendo, aproximadamente, à redução da participação do emprego agrícola no total do emprego em Minas Gerais de 47,5% para 30,9% no mesmo período. Os ganhos foram distribuídos entre a região metropolitana de Belo Horizonte (de 15,2% para 21,3%) e para os outros centros urbanos (de 37,7% para 48,8%).

Este processo de urbanização da PEA tem efeitos bastante claros sobre o nível de emprego. Em Minas Gerais, segundo os censos agropecuários recentes, as unidades familiares de produção contribuem com a maior parcela no volume do total da produção agrícola. Estas unidades produtivas não utilizam mão-de-obra assalariada, e, em conseqüência, não contribuem para a geração de empregos. Concentram-se, pois, nos centros urbanos tanto os seus desempregados quanto os desempregados provenientes da zona rural.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DA PEA DE MINAS GERAIS
POR REGIÃO DE DOMICÍLIO, 1970 E 1980

	1970	1980
PEA Total	3.460.615 (100,0)	4.736.190 (100,0)
Região Metropolitana	525.506 (15,2)	1.010.353 (21,3)
Outras Regiões Urbanas	1.304.178 (37,7)	2.311.075 (48,8)
Região Rural	1.630.931 (47,1)	1.414.762 (29,9)

FONTE: Censos Demográficos, 1970 e 1980, IBGE.

2 - PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO DA PEA ENTRE 1980 E 1986

O crescimento da PEA nos próximos anos irá depender do ritmo de crescimento da população de 10 anos e mais e das variações nas taxas de atividade por idade e sexo.

Por seu turno, o crescimento da população de 10 anos e mais dependerá, basicamente, do comportamento dos saldos migratórios entre Minas Gerais e outras regiões e da variação nos níveis de mortalidade. Variação da mortalidade nos intervalos de idade entre 15 e 49 anos e no período de 6 a 4 anos não deve ser muito grande, exceto devido a catástrofes, güerras, etc. Mais difícil é, sem dúvida, a previsão da tendência dos saldos migratórios. Se se mantiver a tendência constante das últimas três décadas (ver Tabela A.1), a população mineira de 10 anos e mais crescerá à taxa média anual de 2,1%. As variações nas taxas de atividade são bem mais difíceis de serem projetadas. Dependem fundamentalmente do que irá ocorrer no mercado de trabalho, da estrutura de emprego, das variações nas taxas de salários, dos níveis de desemprego, de variações na estrutura ocupacional, da formação e qualificação de mão-de-obra, etc.

A previsão da tendência destes fatores é menos segura ainda quando se passa a estimar a PEA de sub-regiões, como no caso da Área Metropolitana de Belo Horizonte. Para minimizar os riscos de projeção da PEA, optamos por trabalhar com diferentes hipóteses apresentando intervalos de plausibilidade dentro dos quais a PEA deverá se situar.

A Tabela 4 apresenta as estimativas de crescimento da PEA de Minas Gerais entre 1980 e 1986 conforme duas taxas anuais de crescimento. A taxa da década de setenta (3,1%), e a taxa histórica de crescimento (2,3%). Primeiro tomou-se como base a PEA enumerada no Censo Demográfico de 1980 e depois a PEA enumerada na PNAD de 1981. Verifica-se que muito embora no final do período (1986) a diferença entre a maior e a menor estimativa esteja em torno de 13%, o incremento médio anual (indicador da necessidade de geração de empregos) sob o crescimento mais rápido com a PEA da PNAD 81 é 48,6% maior do que o incremento médio anual sob a taxa do crescimento menor e a PEA do Censo de 1980.

No período entre 1982 e 1986 o aumento da PEA mineira deverá se situar entre 707 mil a 472 mil novos trabalhadores. Neste intervalo situa-se o volume de novos empregos que deverão ser gerados para manter a mesma situação de 1982. Deve-se observar, ainda, que este incremento da PEA refere-se ao saldo entre entrantes na PEA e trabalhadores que morrem e que deixam o mercado de trabalho por qualquer razão. Não havendo perfeita subs

tituição no mercado de trabalho, ter-se-á que gerar mais empregos para a-comodar o segmento de novos trabalhadores que não terão os ingredientes necessários para ocupar os lugares vacantes. Outro aspecto ainda é que no contingente de novos trabalhadores a proporção de mulheres é superior àquela da PEA devido ao fato do aumento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho.

A Tabela 5 apresenta as projeções da PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte. Neste caso, quatro alternativas de crescimento também foram utilizadas. A taxa de crescimento da PEA (3,11) entre 1978 e 1981, e a taxa de crescimento da PEA da Área Metropolitana entre 1970 e 1980 (6,51) combinadas com a PEA do censo de 1980 e da PNAD de 1981.

Na Área Metropolitana de Belo Horizonte vivem, atualmente, mais de 1 milhão de trabalhadores e ingressam no mercado de trabalho anualmente entre 77 e 33 mil novos trabalhadores. Dados os diferentes ritmos de crescimento da PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte e de Minas Gerais, a participação relativa de Belo Horizonte no total de empregos a ser gerado cada ano tem aumentado consideravelmente. Por exemplo, em 1986 a PEA de Belo Horizonte poderá chegar a se constituir em 27% da PEA do Estado.

Combinando as estimativas das tabelas 4 e 5 pode-se observar que, em média, no período de 1980 a 1986 o incremento anual da PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte poderá chegar a representar 67% do incremento médio anual da PEA estadual. Dentro dos limites destas estimativas, o incremento médio anual da PEA da Área Metropolitana de Belo Horizonte nunca será inferior a 20% do incremento médio anual da PEA de Minas Gerais, no período 1980 a 1986.

TABELA 4

ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO DA PEA DE MINAS GERAIS

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Incremento Médio Anual
I - PEA do Censo de 1980								
a) Taxa de Crescimento 70/80 = 3,1%	4.736.190	4.883.012	5.034.385	5.190.451	5.351.355	5.517.247	5.688.282	158.682
b) Taxa de Crescimento 50/80 = 2,3%	4.736.190	4.845.122	4.956.560	5.070.561	5.187.184	5.306.489	5.428.538	115.391
II - PEA da PNAD de 1981								
a) Taxa de Crescimento 70/80 = 3,1%	5.117.226	5.275.860	5.439.412	5.608.033	5.781.882	5.961.121	6.145.916	171.448
b) Taxa de Crescimento 50/80 = 2,31%	5.157.243	5.275.860	5.397.205	5.521.340	5.648.331	5.778.243	5.911.143	125.650

TABELA 5

ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO DA PEA DA ÁREA METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Incremento Médio Anual
I - PEA do Censo de 1980								
a) Taxa de Crescimento 70/80 = 6,5%	1.010.353	1.076.026	1.145.968	1.220.456	1.299.785	1.384.271	1.474.249	77.316
b) Taxa de Crescimento 78/81 = 3,1%	1.010.353	1.041.674	1.073.966	1.107.259	1.141.584	1.176.973	1.213.459	33.851
II - PEA da PNAD de 1981								
a) Taxa de Crescimento 70/80 = 6,5 %	1.005.075	1.070.405	1.139.981	1.214.080	1.292.995	1.377.040	1.466.548	76.912
b) Taxa de Crescimento 78/81 = 3,1%	1.038.222	1.070.405	1.103.588	1.137.799	1.173.071	1.209.436	1.246.928	34.784

3 - A SITUAÇÃO DO EMPREGO EM MINAS GERAIS

Não se pode analisar a situação do emprego em Minas Gerais fora do contexto mais geral da crise que atinge o mercado de trabalho no Brasil, fruto esta dos efeitos da política de ajustamento da economia.

Do pós-guerra aos anos setenta, a economia brasileira foi dinâmica o suficiente para gerar empregos a um ritmo superior ao crescimento da população economicamente ativa. O emprego na indústria de transformação, em particular, não só cresceu mais rapidamente do que a população economicamente ativa como também teve aumentada sua taxa média anual de crescimento ao longo do tempo. Entre 1949 e 1969 o emprego neste setor cresceu a uma taxa média anual de 2,7%. Esta taxa elevou-se para 3,7% ao ano no período 1959-70 e chegou a 7,4% ao ano no período 1970-75. Neste período a geração de empregos no Brasil não chegou a se constituir em um problema grave a exigir redirecionamentos na condução da política econômica. De fato, a elevação do nível de emprego sempre foi entendida como resultante do crescimento econômico. Como a economia crescia a taxas relativamente altas (a taxa estimada do crescimento anual do PIB potencial é de 7,08%), não se fazia necessário estabelecer políticas específicas de emprego. "A melhor política do emprego é o crescimento econômico" parece ser a melhor síntese do pensamento dominante no período.

Em Minas Gerais o emprego não-agrícola também cresceu a taxas elevadas. O emprego na indústria de transformação cresceu entre 1970 e 1978 a uma taxa média anual de 7,9%[1] respondendo à expansão da economia mineira no período.

Na segunda metade da década de setenta a economia brasileira entrou em fase de desaceleração com o esgotamento da capacidade ociosa e o prolongamento da crise do sistema monetário e financeiro internacional. De maneira geral a orientação da política econômica neste período se caracterizou pela tentativa de controlar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e conter a tendência ascendente da inflação. Resultou daí uma queda na taxa de crescimento dos investimentos reais na indústria de transformação[2] e, conseqüentemente, uma desaceleração no crescimento do produto e do emprego na indústria de transformação. Enquanto de 1978 a 1980 o produto na indústria de transformação apresentou taxas anuais de crescimento em torno de 6 a 7%, inferiores aos 11 a 15% do primeiro qüinqüênio, o emprego cresceu a taxas anuais de 1,9% em 1978 a 3,5% em 1980, bastante aquém da média anual de 7,4% no período 1970-75.

Em 1981 a crise do emprego se agravou. Durante todos os meses de 1981 as taxas de desemprego nas seis áreas metropolitanas cobertas pe

la Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE foram superiores às de 1980. Por exemplo, a taxa média anual de desemprego na área metropolitana de São Paulo passou de 5,65% em 1980 para 7,25% em 1981; no Rio de Janeiro esta taxa pulou de 7,50% para 8,61% e em Belo Horizonte, de 7,60% para 8,97%. Este aumento nos níveis de desemprego não foi provocado apenas pela "pressão da oferta" discutida na seção anterior, mas, sobretudo, pela queda no volume de empregos. Os dados do Sine-MTb mostram que os níveis de emprego na indústria e na construção civil, principalmente, caíram nas principais áreas metropolitanas do país e na maioria dos estados cobertos pela pesquisa. A mesma tendência continuou em 1982, embora em ritmo mais lento (ver Tabela A.4).

Como exemplos vale ressaltar que segundo os dados do SINE-MTb o volume de emprego na indústria em 1982 era 15,2% menor do que o de 1978 em São Paulo, 19,0% no Rio de Janeiro e 5,2% em Belo Horizonte. Na construção civil a queda relativa nestes quatro anos foi de 29,6% em São Paulo, 30,2% no Rio de Janeiro e de 0,01% em Belo Horizonte.

Evidentemente que esta queda no nível de emprego não pode ser atribuída a fatores da oferta de mão-de-obra. Dificilmente poderia ser devida à política salarial. O impacto maior causado pela política salarial adotada a partir de novembro de 1979 sobre os custos das empresas aconteceu na sua implantação em 1980, quando o produto na indústria de transformação cresceu 7,6% e o emprego 3,5%. Crescimento este superior ao dos anos anteriores. A partir de novembro de 1980 as modificações introduzidas na política salarial e a não aplicação do reajuste acima do INPC ao maior salário mínimo do país passaram a reduzir em relação à prática do ano anterior o aumento real da massa salarial. Não parece ter sido a política salarial a causa da queda no nível de emprego.

A causa principal teria sido a política econômica adotada a partir do final de 1980. Neste ano, com o crescimento de 7,9% do PIB, acelerou-se a inflação e agravou-se o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos. A balança comercial apresentou um déficit de 2,8 bilhões de dólares e o déficit em transações correntes chegou a 12,4 bilhões de dólares, 24% maior do que o do ano anterior. Deparando com dificuldades crescentes para ampliar o nível real de crédito externo e vendo suas reservas cambiais se reduzirem em relação ao valor das importações,[3] as autoridades econômicas brasileiras tomavam uma série de medidas em dezembro de 1980 visando reduzir o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Dentre estas medidas merecem destaque: a elevação de 15% para 25% da alíquota de IOF sobre importações de bens e serviços, excluído o petróleo; a eliminação das pré-fixações das correções monetária e cambial; e uma liberalização dos controles sobre os juros e sobre os preços cuja majoração está sujeita à autorização do CIP.

Em conseqüência os custos de produção aumentaram em razão das restrições e do aumento nas taxas reais de juros. Em função de estimular a captação de empréstimos em dólar, se permitiu a elevação dos juros internos a níveis jamais atingidos. A atividade produtiva de risco foi atingida diretamente. Em 1981 o produto da indústria de transformação caiu em 9,8% e com ele o nível de emprego caiu 7,7%. 1981 foi o ano das demissões em massa e da queda no crescimento do PIB. Iniciou-se aí a recessão dos anos oitenta.

Em 1982 houve um ligeiro afrouxamento na orientação contracionista[4] que permitiu um crescimento de 8,0% na produção de bens duráveis de consumo em razão, sobretudo, da expansão na produção de gênero de material de transporte (8,7%). O setor de bens de capital, contudo, apresentou um desempenho negativo com uma queda de 10,94%. O crescimento da produção de bens duráveis de consumo se deveu aos estímulos dados à produção de carros a álcool (substituição das frotas de táxis, por exemplo) e à expansão do crédito das financeiras.[5] O setor de bens de capital continuou sentindo principalmente a queda dos investimentos do setor público, a quase paralisação das grandes obras e o baixo nível de atividade do setor privado.

Com o agravamento do desequilíbrio no balanço de pagamentos e as dificuldades na manutenção das linhas de crédito externo, o Brasil se submeteu às diretrizes do FMI no final de 1982. As medidas tomadas então e no início de 1983 visando o ajustamento externo reforçaram as restrições às importações e não afetaram as taxas de juros no sentido de sua queda. A meta de um superávit de 6,0 bilhões de dólares na balança comercial está sendo atingida através de uma compressão nas importações. Em termos nominais no primeiro semestre de 1983 as exportações cresceram 5,9% em relação a igual período de 1982, enquanto as importações caíram em 23%. Esta redução drástica nas importações tem um efeito direto sobre os níveis de atividade e de emprego.

No ano de 1983 outras políticas direcionadas para o ajustamento interno (controles do déficit público e da inflação) completam o quadro de medidas restritivas à expansão da atividade produtiva e do emprego. De fato, tanto pelo lado dos custos de produção quanto pelo lado do consumo o desempenho da economia brasileira nos anos oitenta tem levado a uma drástica redução no volume de postos de trabalho.

Para Minas Gerais não existem dados disponíveis indicando a evolução do nível de emprego no início dos anos oitenta. Os disponíveis referem-se à região metropolitana de Belo Horizonte. Os índices de emprego do SINE-MTb, tendo como base a média de 1978, mostram, por exemplo, que

na região metropolitana de São Paulo houve uma queda do índice total de 7,24% entre 1978 e 1982 (médias anuais) enquanto na região metropolitana de Belo Horizonte, ocorreu um aumento de 6,69% no mesmo período.[6] Examinando, porém, o comportamento destes índices a partir de 1980 o resultado é diferente. (Ver Tabela A.4). Em primeiro lugar, há uma queda acentuada de junho de 1980 a junho de 1983 (-13,7% em São Paulo e -8,4% em Belo Horizonte). Em segundo lugar, o índice total de emprego de Belo Horizonte mostra, em média, uma tendência declinante durante todo o período que se acelerou em 1983. Em terceiro lugar, a diferença entre os índices de Belo Horizonte e de São Paulo tende a se reduzir em 1983. Isto equivale a dizer que em 1983 a queda nos índices de Belo Horizonte é superior à queda nos índices de São Paulo, não só no índice total mas em todos os setores.

Um simples exercício mostra este ponto claramente. Entre 1980 e 1982 o emprego caiu mais rapidamente em São Paulo do que em Belo Horizonte. Considerando que a causa principal da queda do emprego é a desativação do sistema produtivo e que São Paulo é o pólo dinâmico da economia brasileira pode-se representar o índice mensal de emprego em Belo Horizonte como uma função do índice mensal de emprego em São Paulo.[7] De fato, exceto para a construção civil há uma alta correlação entre os índices de Belo Horizonte e de São Paulo (ver Tabela 6).

TABELA 6

RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE EMPREGO ESTIMADOS E OBSERVADOS PARA BELO HORIZONTE, JANEIRO A JUNHO DE 1983

	Total	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços
1983					
Jan.	1,023	1,014	1,263	0,987	1,003
Fev.	1,036	1,035	1,289	0,992	1,009
Mar.	1,045	1,049	1,302	0,993	1,015
Abr.	1,047	1,048	1,332	0,990	1,015
Maio	1,049	1,049	1,339	1,007	1,015
Junho	1,051	1,053	1,335	1,021	1,014
Parâmetros					
a=	76,22	44,06	76,47	-54,22	-5,83
b=	0,23	0,57	0,23	1,51	1,06
r=	0,78	0,98	0,27	0,87	0,98
n=	24	24	24	24	24

FONTE: Tabela A.4.

Em 1983 parece estar havendo uma queda maior no nível de emprego em Belo Horizonte em relação a São Paulo. Os índices estimados usando a equação definida na nota 7 são em geral superiores àqueles observados como mostra a Tabela 6. Mesmo no caso do setor comércio onde o coeficiente b é consideravelmente maior do que 1, a partir de maio de 1983 os índices estimados estavam acima dos observados.

Esta intensificação em 1983 na queda do nível de emprego em Belo Horizonte pode ser vista também nos índices de emprego da FIEMG (Tabela A.5). Segundo estes dados, no primeiro semestre de 1983 houve uma queda de 31,6% no nível de emprego da construção civil. Entre os gêneros industriais as quedas mais acentuadas foram na madeira e mobiliário (10,6%), mecânica (-10,1%), metalurgia (-9,1%), papel e papelão (-8,1%) e minerais não-metálicos (-4,9%).

Em suma, excluído o interior do Estado, o nível de emprego de Minas Gerais está caindo ao longo dos anos de recessão. Até 1982 esta queda era menor do que a que apresentou São Paulo. Em 1981, nos meses de julho a setembro a construção civil chegou a recuperar os níveis de 1980. A partir dos últimos meses de 1982 a queda se acentuou marcadamente na construção civil e no setor industrial. Este comportamento requer uma "explicação" que indique as especificidades de Minas Gerais na crise econômica.

Uma interpretação poderia fazer um paralelo entre a evolução das economias mineira e brasileira na crise àquilo que ocorreu no último ciclo de expansão. Como naquela época a taxa anual de variação do PIB mineiro manteve-se acima da taxa do PIB brasileiro entre 1974 e 1977, levando muitos a pensar que a economia mineira crescia mais do que a brasileira, agora na fase recessiva a economia mineira irá também se retrair mais rapidamente do que a economia brasileira. Há razões para se supor assim. A economia mineira é altamente concentrada em bens intermediários [8] e seu nível de atividade depende do desempenho dos setores produtores de bens finais localizados, principalmente, em São Paulo, e na demanda externa de produtos siderúrgicos e de minério de ferro, excluído o café. Comparada a outras economias regionais mais diversificadas, com maior peso relativo de bens de salários (tecidos, produtos alimentares, calçados, etc.), a economia mineira está estruturalmente menos preparada para se ajustar a uma queda na produção de bens duráveis. Mais especificamente, como do ponto de vista da classificação industrial por categorias de uso, o setor de bens de capital é o mais atingido pela crise e como seu peso relativo na economia mineira é maior do que na economia brasileira, o desempenho da economia mineira deveria ser mais negativo do que a média do país. Este argumento está, aliás, desenvolvido na "Análise do Comportamento da E-

conomia Mineira no primeiro semestre de 1983" onde se afirma que "a elevada concentração da indústria mineira em um número reduzido de produtos faz com que ela fique bastante vulnerável aos efeitos externos, especialmente nacionais, em particular nos ciclos recessivos"[9].

Todavia até 1982 o desempenho da economia mineira não pareceu pior do que o da economia brasileira, se se compara as taxas de variação anual do PIB e da produção física. Da mesma maneira, a queda do nível de emprego em Belo Horizonte em 1981 e 1982 foi menor do que em São Paulo. Somente em 1983 é que tanto os indicadores de produção quanto os de emprego sugerem que Minas Gerais estaria com níveis negativos mais acentuados do que o Brasil e São Paulo.

Para procurar uma avaliação preliminar desta questão aparentemente contraditória torna-se necessário examinar a relação entre o crescimento do produto em Minas Gerais e no Brasil.

A Tabela 7 apresenta estimativas das elasticidades da produção física de alguns gêneros de Minas Gerais em relação ao Brasil, usando as variações mensais dos índices de produção no anos de 1981 e 1982. Estes gêneros representam mais de dois terços da produção industrial de Minas Gerais.

TABELA 7

ESTIMATIVAS DAS ELASTICIDADES DA PRODUÇÃO FÍSICA DE MINAS GERAIS EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO FÍSICA DO BRASIL PARA GÊNEROS SELECIONADOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO, 1981 E 1982

Variação Mensal

Minerais Não-Metálicos	Metalurgia	Material de Transporte	Têxtil	Produtos Alimentares	Bebidas
a= 0,30 b= 1,15 r= 0,79 n= 23	a= 0,26 b= 0,88 r= 0,63 n= 23	a= 1,83 b= 0,81 r= 0,42 n= 23	a= 0,16 b= 0,44 r= 0,76 n= 23	a= -0,47 b= 0,78 r= 0,73 n= 23	a= 0,26 b= 1,01 r= 0,45 n= 23

FONTE: Índices do Brasil = FIBGE.
Índices de Minas Gerais: SEI/SEPLAN/MG.

Verifica-se que apenas no gênero de minerais não-metálicos a elasticidade seria maior do que 1. Em todos os outros casos as estimativas sugerem que a queda no nível de produção física no Brasil acarretaria uma queda mensal em Minas Gerais. Por exemplo, supondo-se uma queda de 10% na produção física brasileira em minerais não-metálicos, em Minas Ge

rais haveria uma queda no mesmo mês de 11,8%. A igual variação nacional (-10%) a metalurgia em Minas Gerais cairia em 8,5%, materiais de transporte 6,3%, têxtil 4,2%, produtos alimentares 8,3% e bebidas 9,8%.

Estes dados não sugerem que a produção industrial em Minas Gerais deveria cair mais do que no Brasil, a não ser pelo efeito de composição. O mesmo exercício para o total da indústria de transformação sem automóveis para o período 1976 a 1982 indica uma elasticidade de 0,92 para a variação das médias anuais da produção física.

Análise semelhante pode ser feita para a variação do produto estadual e nacional, onde se estima a elasticidade do PIB de Minas Gerais em relação ao PIB do Brasil. Aqui se procura ver até que medida uma variação do PIB brasileiro causa variação maior no PIB mineiro. Utilizando a série de taxas anuais de variação do PIB de 1971 a 1982, estimou-se as elasticidades. Neste caso procurou-se verificar não somente a relação imediata mas os possíveis efeitos defasados.

A Tabela 8 apresenta os resultados para três situações. Hiato 0 que relaciona as variações do PIB brasileiro e mineiro no mesmo período e hiato 1 e hiato 2 que considera o efeito da variação do PIB brasileiro sobre o PIB mineiro com a defasagem de 1 e de 2 anos.

TABELA 8

ESTIMATIVAS DA ELASTICIDADE DO PIB DE MINAS GERAIS EM RELAÇÃO AO PIB DO BRASIL - PERÍODO: 1971 A 1982

Variação Anual

Hiato 0	Hiato 1	Hiato 2
a= 2,36 b= 0,90 r= 0,71 n= 12	a= 1,73 b= 0,90 r= 0,65 n= 12	a= -1,90 b= 1,20 r= 0,55 n= 12

FONTE: PIB de Minas Gerais: SEI/SEPLAN/MG.
PIB do Brasil: Fundação Getúlio Vargas.

O resultado apesar de preliminar é interessante. Durante os últimos 12 anos (está incluindo aí o segmento mais expressivo do último ciclo de expansão da economia mineira) a elasticidade do PIB mineiro em relação ao brasileiro seria inferior à unidade com hiatos 0 e 1. Mas com uma defasagem de 2 anos o efeito sobre a economia mineira seria ampliado. Assim, por exemplo, uma queda de 1% no PIB brasileiro corresponderia a um

aumento de 1,5% do PIB mineiro no mesmo ano, a um aumento de 0,8% no primeiro ano e a uma queda de 3,1% no segundo ano. Em sendo assim, a economia mineira estaria sofrendo em 1983 o impacto da queda de 3,5% do PIB brasileiro em 1981. Da mesma forma, a retração de 1981 e 1982 foi parcialmente amortecida. A crise de 1983 combinaria então este tipo de efeito defasado que estaria, por exemplo, afetando atualmente a construção civil e a produção de minerais não-metálicos com condições contextuais responsáveis pela queda das exportações mineiras e da produção metalúrgica.[10]

Relativamente às variáveis nos níveis de emprego cabem duas observações. Primeiro que muito embora o nível de emprego em 1981 e 1982 em Belo Horizonte tenha mantido acima do nível de São Paulo a sua queda foi superior à variação do produto. Isto é possível se verificar com relação à indústria de transformação, principalmente em 1982. Parece que no curto prazo a variação do emprego não responde apenas à variação do produto. Há necessidade de maiores estudos para se determinar as razões da queda mais acentuada do emprego em 1982 em relação ao produto que em vários gêneros apresentou, inclusive, um aumento ao longo do ano.

Segundo, em 1983 está ocorrendo uma queda muito mais acentuada nos níveis de emprego. Isto em parte deve ser devido à intensificação do processo recessivo em Minas Gerais neste ano. Torna-se necessário verificar em que medida a queda no nível de atividade em Minas Gerais é mais acentuada do que em São Paulo, por exemplo. Igualmente seria importante se conhecer a evolução dos níveis de emprego no interior do Estado.

4 - CONCLUSÕES

Este trabalho procurou reunir os dados relativos ao crescimento da PEA e à evolução do emprego em Minas Gerais. Muito embora as informações disponíveis sejam ainda precárias algumas observações finais podem ser avançadas a título de conclusões preliminares:

a) A PEA está crescendo a taxas superiores a seu crescimento histórico devido à incorporação das mulheres nas atividades econômicas;

b) este processo é mais intenso ainda nos centros urbanos devido à migração com destino urbano e à maior participação feminina neste mercado de trabalho;

c) a concentração da PEA na Área Metropolitana de Belo Horizonte está se dando a um ritmo bastante rápido;

d) a partir de 1980 os níveis de emprego estão caindo, principalmente na construção civil e na indústria;

e) em 1983 esta queda se intensificou consideravelmente;

f) como resultado há um aumento no hiato do emprego, isto é na diferença entre a PEA e o volume de emprego. Por exemplo, em Belo Horizonte, se em 1978 toda a PEA estivesse empregada haveria em 1982 5% de desempregados com um crescimento médio anual da PEA de 3% nestes 4 anos. Esta taxa de desemprego subiria para 8,6% e 12,1% se a taxa média anual de crescimento da PEA fosse de 4% e 5%, respectivamente.

g) nestas condições verifica-se que cresce rapidamente o contingente de indivíduos sem acesso a um emprego regular. Embora as razões da queda do nível de emprego sejam conjunturais, diante das condições específicas de alteração da PEA, de migração, da queda da renda familiar real e da forma existente da organização do mercado de trabalho a resultante é o aumento do peso relativo do subemprego e do nível de pobreza. Problemas que a simples recuperação da economia não será suficiente para acabar.

SEÇÃO 1

1 - A enumeração do Censo Demográfico de 1980 parece ter sido mais abrangente do que a enumeração dos censos anteriores. Mas o Censo Demográfico continua enumerando menos mulheres e jovens (homens e mulheres) do que a PNAD. Por exemplo enquanto o censo de 1980 mostra uma PEA feminina para Minas Gerais de 1.194 mil a PNAD de 1981 indica 1.535 mil 14 meses após. Esta diferença é maior ainda quando se trata da PEA feminina rural. 163 mil no censo de 1980 e 300 mil na PNAD de 1981.

2 - A Fundação IBGE tomou como linha de pobreza absoluta a renda familiar igual a 3,5 salários mínimos. Ver FIBGE, Indicadores Sociais, relatório 1979, Rio de Janeiro, 1979. Do ponto de vista da renda familiar em 1975, em Minas Gerais 46,2% das famílias tinham rendimento inferior a 3,5 salários mínimos.

SEÇÃO 3

1 - Ver Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Salários na Industrialização Mineira: os anos 70, Tese de Mestrado, CEDEPLAR, 1982, p. 28-33.

2 - As taxas anuais de investimento real foram:
1976 = -9,4%; 1977 = -20%; 1978 = 0,6%; 1979 = -16,4%; e 1980 = -3,0%, segundo Boletim de Conjuntura Industrial ano 1, número 2, novembro de 1981, IEI-UFRJ, p. 49.

3 - Ver Pérsio, Arida (org.), Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982 e Conjuntura Econômica, 35(1), janeiro de 1981.

4 - Ver Boletim de Conjuntura Industrial, vol. 3, nº 2, abril de 1983, IEI-UFRJ, p. 29-33.

5 - Idem.

6 - Ver Análise Conjuntural do Emprego - indicadores diretos e indiretos 5(7), agosto de 1983, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, p. 91 e 92.

7 - Foi usada uma regressão simples do tipo $y_{ij} = a+b+x_{ij}$, onde y_{ij} é o índice de emprego em Belo Horizonte no mês i e no setor j e x_{ij} é o mesmo índice em São Paulo no mês e setor.

8 - Em 1980 as indústrias de minerais não-metálicos e metalurgia representavam 47,4% do valor agregado bruto a custo de fatores da indústria de transformação. Ver Minas Gerais: indicadores sócio-econômicos, 1950-1980, SEI/SEPLAN/MG, p. 258.

9 - Ver Indicadores de Conjuntura - Minas Gerais, 5(4), agosto de 1983, p. 447-457. Neste artigo, contudo, não se procura explicitamente justificar a relação da economia mineira com a economia brasileira da mesma forma nos ciclos de expansão e retração.

10 - O artigo "Análise do comportamento da economia mineira no primeiro semestre de 1983" citado na nota 9, apresenta dados importantes sobre o desempenho da economia mineira. Cabe mencionar as taxas negativas de 9,3% e 18,5% na produção metalúrgica e de minerais não-metálicos, respectivamente. As exportações caíram em 10,4% em relação ao primeiro semestre de 1982.

TABELA A.1

POPULAÇÃO DE MINAS GERAIS E TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL

	População				Taxas Médias de Crescimento Anual (%)			
	1950	1960	1970	1980	50/60	60/70	70/80	50/80
Pop. Total*	7.732.397	9.657.738	11.487.415	13.389,605	2,2	1,7	1,5	1,8
Pop. 10 + *	5.362.886	6.583.451	8.082.989	9.925.451	2,1	2,1	2,1	2,1
PEA Total	2.402.812	2.989.798	3.460.615	4.736.190	2,2	1,5	3,1	2,3
PEA Masc.	2.126.201	2.520.458	2.808.888	3.541.772	1,7	1,1	2,3	1,7
PEA Fem.	276.611	469.340	651.727	1.194.418	5,3	3,3	6,1	4,9

FONTE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970 e 1980 - IBGE.

Obs.: * População residente.

TABELA A.2

DISTRIBUIÇÃO DA PEA POR IDADE E SEXO, MINAS GERAIS, 1980

Grupo Etário	Distribuição Etária da PEA	Participação Relativa de Mulheres por Idade	Taxas de Atividade por Grupo Etário	
			Homens	Mulheres
Total	100,0	25,2	71,9	23,8
10-14	3,9	30,3	17,8	7,9
15-19	15,8	31,4	66,9	30,2
20-24	17,8	29,3	89,9	36,9
25-29	14,3	25,3	95,6	31,8
30-39	20,6	23,8	95,8	29,1
40-49	14,3	21,3	92,6	24,9
50-59	8,7	18,1	83,4	18,2
60 e mais	3,9	13,7	46,4	6,7

FONTE: Censo Demográfico de 1980.

TABELA A.3

DISTRIBUIÇÃO DA PEA E DO PIB POR SETORES DE ATIVIDADE
MINAS GERAIS - 1970 E 1980

	1950	1980
A) PEA		
Total	3.460.615 (100,0)	4.736.190 (100,0)
Agropecuária	1.717.333 (49,6)	1.518.442 (32,1)
Indústria	311.236 (9,0)	658.314 (13,9)
Construção	200,824 (5,8)	457.310 (9,7)
Comércio e Serviços	1.231.222 (35,6)	2.102.124 (44,4)
B) PIB* (Cr$1.000.000,00)		
Total	15.892 (100,0)	43.236 (100,0)
Agropecuária	2.986 (18,8)	5.815 (13,4)
Indústria	5.417 (34,1)	16.137 (37,3)
Construção	696 (4,4)	2.869 (6,6)
Comércio e Serviços	6.793 (42,7)	18.415 (42,6)

FONTE: Censos Demográficos 1970 e 1980 e Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1981.

* = Média de 1969, 70, 71 e 1979, 8Q, 81, a preços constantes de 1970.

TABELA A.4

ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO PARA AS ÁREAS METROPOLITANAS DE BELO HORIZONTE E SÃO PAULO SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA LEVANTADA PELO SINE-MTb

BASE = JUNHO de 1980 = 100

Período	Belo Horizonte					São Paulo				
	Total	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços	Total	Indústria	Const. Civil	Comércio	Serviços
1981										
Jan.	98,58	98,65	91,97	100,42	99,90	97,87	96,77	66,41	101,42	99,75
Fev.	98,78	98,23	94,06	100,47	100,12	97,24	95,36	67,60	101,14	100,21
Mar.	98,56	97,82	91,04	98,45	101,07	96,31	93,63	67,72	100,30	100,47
Abr.	98,01	96,53	93,16	96,80	100,60	95,64	92,36	68,63	99,76	100,88
Maio	97,87	94,96	94,99	96,77	101,08	94,98	91,04	69,31	100,19	101,08
Jun.	98,15	94,33	97,87	95,95	101,58	94,05	89,71	68,69	98,96	100,94
Jul.	98,28	93,51	100,12	95,21	102,07	93,05	88,16	67,45	99,04	101,09
Ago.	98,32	92,83	102,81	94,16	102,21	91,06	85,04	66,42	98,48	101,07
Set.	97,83	92,24	100,31	93,26	102,35	90,47	84,13	65,63	98,19	101,16
Out.	97,40	91,75	97,39	93,90	102,45	90,08	83,35	66,16	98,86	101,16
Nov.	97,28	92,20	94,12	97,35	102,94	89,79	82,48	64,75	101,54	101,62
Dez.	96,35	90,56	91,45	94,24	102,59	88,96	81,69	62,68	99,43	101,42
1982										
Jan.	96,33	90,34	91,43	93,43	102,94	89,12	81,76	83,33	98,28	101,63
Fev.	96,58	90,20	92,68	93,66	103,27	89,20	81,73	83,68	97,84	102,18
Mar.	96,83	91,12	91,47	93,10	103,46	89,42	82,19	82,71	97,69	102,43
Abr.	97,36	90,76	94,64	92,97	104,18	89,94	82,38	83,04	98,34	103,24
Maio	97,60	91,19	93,08	92,93	104,85	90,29	82,77	63,33	98,55	103,96
Jun.	97,54	90,99	92,01	92,53	105,26	90,24	82,88	61,87	97,00	104,22
Jul.	97,62	90,93	91,09	92,73	105,77	90,31	82,85	79,26	97,00	104,68
Ago.	97,83	90,64	90,44	93,72	106,56	90,45	82,70	60,50	97,51	105,58
Set.	97,10	90,14	85,72	93,52	106,71	90,32	82,48	59,77	97,73	105,80
Out.	96,84	90,17	82,04	93,65	106,99	90,09	81,85	60,10	98,02	106,16
Nov.	96,66	89,85	78,36	94,41	107,48	89,91	81,32	60,20	100,47	106,61
Dez.	95,36	88,49	73,82	94,50	107,30	88,93	80,25	62,22	98,80	106,34
1983										
Jan.	94,41	87,48	70,57	93,41	107,18	87,96	78,83	55,93	97,11	106,42
Fev.	93,15	85,22	68,82	93,70	106,76	87,40	77,97	54,32	97,62	106,58
Mar.	92,24	83,77	67,76	93,55	106,32	86,88	77,28	52,09	97,62	106,83
Abr.	92,02	83,69	66,34	92,90	106,38	86,69	77,00	52,71	96,97	106,91
Maio	91,74	83,47	65,59	92,19	106,24	86,40	76,76	50,23	97,58	106,78
Jun.	91,58	83,01	65,59	91,66	106,63	86,28	76,56	49,16	98,06	106,97

FONTE: Análise Conjuntural do Emprego: Indicadores diretos e indiretos, 4:10, out. 82 e 5:7, agosto 83, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

TABELA A.5

ÍNDICE DE EMPREGO INDUSTRIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE SEGUNDO PESQUISA DA FIEMG[1]

(Base: Dez. 1982 = 100)

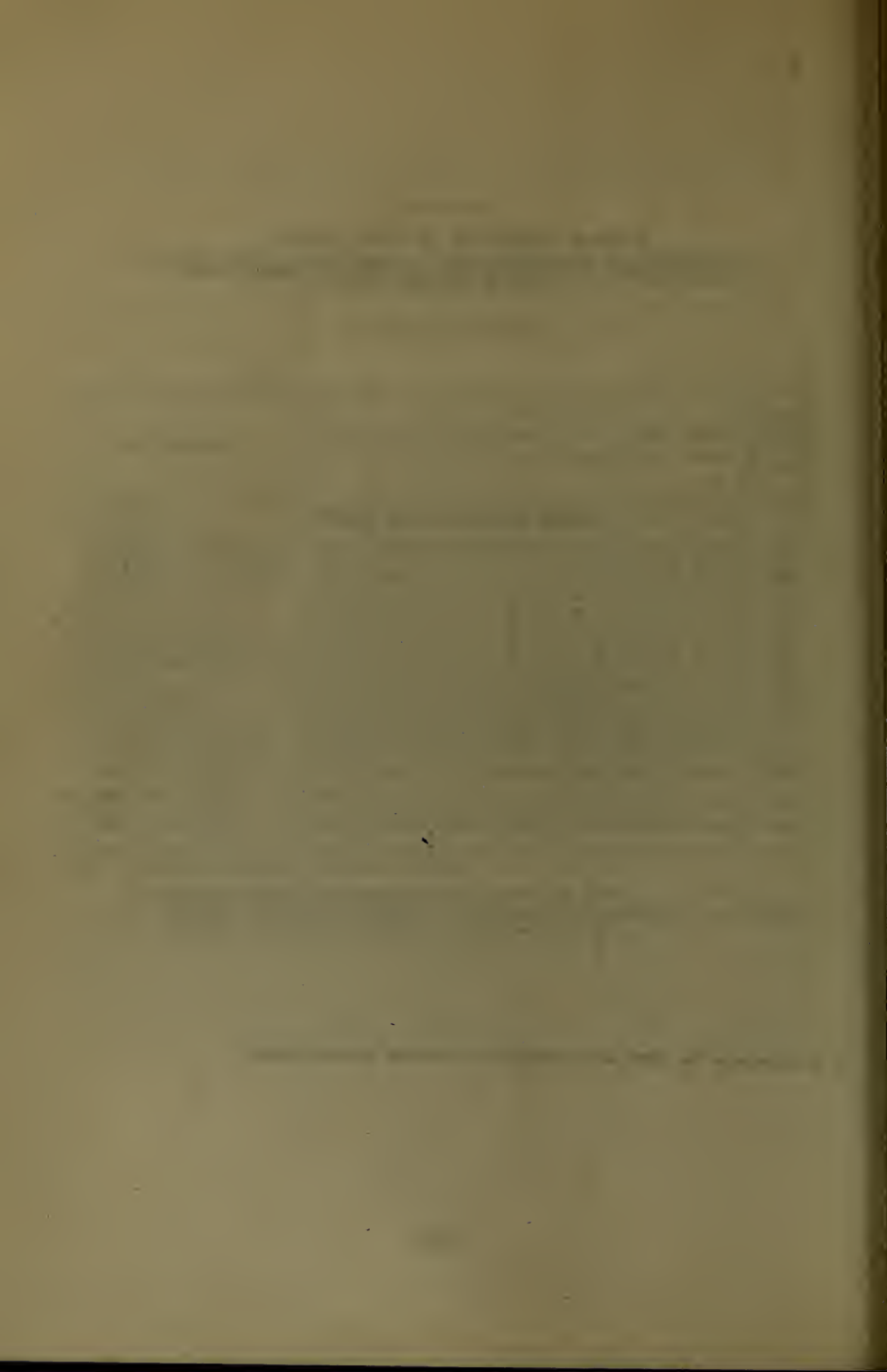
Setor Industrial	1982 Dez.	1983 Jan.	1983 Fev.	1983 Março	1983 Abril	1983 Maio	1983 Junho	Variação Percentual - Dez. 82 a Jun. 83
A) Indústria	100,00	99,01	97,02	96,35	96,39	96,17	95,67	- 4,33
Extrativa Mineral	100,00	99,22	98,23	99,49	99,89	101,93	103,10	3,10
Minerais Não-Metálicos	100,00	99,04	96,52	94,67	95,04	94,94	95,06	- 4,94
Metalurgia	100,00	98,20	96,16	94,48	93,69	92,69	90,91	- 9,09
Mecânica	100,00	98,82	92,61	92,00	89,43	89,17	89,89	-10,11
Mat. Elet. e Com.	100,00	97,85	95,78	96,84	96,70	96,18	95,61	- 4,39
Mat. Transporte	100,00	99,64	96,17	95,96	95,71	95,50	95,32	- 4,68
Madeira e Mobiliário .	100,00	99,29	97,40	95,27	92,91	88,42	89,36	-10,64
Papel e Papelão	100,00	99,38	95,63	86,25	86,88	90,00	91,88	- 8,12
Química[2]	100,00	100,07	100,52	100,22	100,45	101,71	101,78	1,78
Mat. Plástica	100,00	100,24	101,83	101,46	102,44	96,59	96,59	- 3,41
Têxtil	100,00	99,12	98,03	98,89	101,66	104,04	103,68	3,68
Couro, Peles[3]	100,00	101,27	101,27	100,48	103,15	101,45	100,00	0,0
Prod. Alim. e Bebidas	100,00	99,73	99,81	99,71	100,96	100,75	101,49	1,49
Editorial e Gráfica ..	100,00	98,92	100,00	100,24	100,96	100,60	98,92	- 1,08
B) Construção Civil	100,00	93,15	83,64	77,90	77,70	72,87	68,40	-31,60
C) Total Geral (A+B) ...	100,00	98,18	95,12	93,73	93,74	92,86	91,80	- 8,20

FONTE: Comissão de Assuntos Sindicais - FIEMG.

1 - 169 empresas e 76.632 empregados em dezembro de 1982.
2 - Inclusive produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, velas e sabões.
3 - Inclusive vestuário, calçados e artigos de tecidos.

O SETOR INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS:
CARACTERÍSTICAS, DESEMPENHO RECENTE E PERSPECTIVAS

PAULO EDUARDO ROCHA BRANT*

* Economista do BDMG e Professor da PUC-MG e FACE/UFMG

O SETOR INDUSTRIAL EM MINAS GERAIS: CARACTERÍSTICAS, DESEMPENHO RECENTE E PERSPECTIVAS

O objeto deste texto é o setor industrial em Minas Gerais[1]. Em especial, pretende-se aqui analisar seu comportamento no período mais recente (1980-1983) e, ademais, antever algumas tendências de sua evolução no futuro próximo.

Considerou-se importante, a despeito deste não ser o propósito central do texto, sustentar e balizar aqueles objetivos com uma tentativa de caracterização em grandes linhas do setor industrial do Estado.

Desnecessário dizer que o texto situa-se em um nível bastante exploratório. Os temas aqui tratados certamente demandam, para uma abordagem mais profunda e rigorosa, trabalhos de maior fôlego. Seu intento é fundamentalmente sistematizar algumas informações e algumas idéias, de forma a constituir-se em ponto de partida para debates e discussões ao longo do II Seminário sobre a Economia Mineira a realizar-se em Diamantina.

I. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SETOR INDUSTRIAL MINEIRO

Os aspectos a seguir arrolados propiciam uma visão panorâmica da estrutura atual do setor industrial do Estado, bem como de algumas de suas alterações mais marcantes ocorridas no decorrer dos últimos 15 anos.

a) Importância do setor industrial no contexto da economia do Estado:

No que concerne à importância do setor industrial no âmbito da economia do Estado, observa-se que sua participação direta no PIB estadual tem evoluído sistematicamente ao longo das duas últimas décadas, atingindo cerca de 32% em 1982.

---

[1] Para os efeitos deste texto, entenda-se como indústria, a indústria de transformação, excluído pois o setor da construção.

QUADRO 1	PARTICIPAÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL NO PIB DE MG (preços correntes de mercado)
1960	21,4%
1970	27,0%
1975	25,8%
1980	29,4%
1981	29,1%
1982	31,9%

FONTE: Superintendência de Estatística e Informações - SEI/SEPLAN-MG

Constata-se, pois, ter o setor industrial evoluído a taxas bem mais elevadas que a economia estadual como um todo. Inquestionavelmente, a dinâmica da economia do Estado é hoje, em grande parte, determinada pelo seu comportamento. Importa destacar, ainda, que a participação direta da indústria de transformação no PIB do Estado é ligeiramente superior à média nacional (estimada em torno de 27%).

b) Composição do setor industrial do Estado:

Quanto ao perfil da estrutura industrial mineira, o quadro seguinte é ilustrativo.

QUADRO 2	VALOR AGREGADO BRUTO DO SETOR INDUSTRIAL EM MG, A CUSTO DE FATORES, A PREÇOS CORRENTES Estrutura: por categoria de uso e gênero			
	Valores em %			
	1970	1975	1980	1982
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	36,8	33,3	25,5	26,7
Têxtil	9,5	8,1	5,9	5,8
Prod.Alimentares	17,4	15,2	10,5	10,6
Bebidas	1,2	1,7	1,0	1,1
Fumo	1,8	1,2	1,7	2,7
Madeira	1,2	1,C	1,0	0,7
Mobiliário	1,7	1,6	1,2	1,2
Couros e Peles	0,6	0,5	0,3	0,3
Vestuário, Calçados	1,3	2,1	2,5	2,8
Editorial e Gráfica	2,1	1,9	1,4	1,5
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	49,7	44,9	51,3	48,1
Metalurgia	32,4	24,1	27,2	21,1
Minerais Não-Metálicos	10,8	13,2	10,1	12,3
Papel e Papelão	0,9	1,0	1,5	1,5
Química	5,3	6,1	12,0	12,4
Borracha	0,3	0,5	0,5	0,8
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL	8,8	12,6	14,5	16,4
Material Elétrico e de Comunicações	1,3	2,4	2,1	2,0
Material Transporte	1,6	2,2	4,9	6,5
Mecânica	5,9	8,0	7,5	7,9
DIVERSOS (1)	4,7	9,2	8,7	8,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
FONTE: SEI/SEPLAN-MG				

(1) Inclui produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabão e velas, produtos de matéria plástica, atividades administrativas, etc.

À luz do quadro anterior, observa-se que em termos de categorias de uso,a evolução da indústria mineira, a partir de 1970, deu-se no sentido de reduzir a participação relativa dos bens não-duráveis de consumo e aumentar em contrapartida, a dos bens de capital e de consumo durável. A nível de gêneros de indústria, tal evolução reduziu significativamente as participações relativas dos produtos ali-

mentares e da metalurgia, e razoavelmente da indústria têxtil. De outro lado, ampliou de forma notável a importância relativa dos gêneros químico e material de transporte e de forma razoável a da indústria mecânica.

No que diz respeito à composição atual do setor, destacam-se num primeiro plano, a metalurgia, a indústria química, os minerais não-metálicos e os produtos alimentares (participação conjunta de 56,4%). Secundariamente, postam-se os gêneros mecânico, materiais de transporte e têxtil (participação conjunta de 20,2%), os demais tendo importância pouco significativa.

A propósito do perfil da estrutura industrial mineira, é interessante a observação do quadro seguinte:

QUADRO 3 — VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL - Preços Correntes 1977

Estrutura: por categoria de uso e gênero (Em %)

BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEL	32,4
Têxtil	6,3
Produtos Alimentares	11,3
Bebidas	1,7
Fumo	1,1
Madeira	2,4
Mobiliário	1,9
Couros e Peles	0,5
Vestuário, Calçados	4,1
Editorial e Gráfica	3,1
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	35,1
Metalurgia	12,6
Minerais Não-Metálicos	6,3
Papel e Papelão	2,5
Química	12,2
Borracha	1,5
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL	23,4
Material Elétrico e de Comunicações	5,9
Material Transporte	7,2
Mecânica	10,3
DIVERSOS (1)	9,1
TOTAL	100,0
FONTE: FIBGE	

(1) Inclui produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabão e velas , produtos de matérias plásticas, atividades administrativas, etc.

Da comparação dos Quadros 2 e 3 anteriores salta aos olhos a observação de que, tomando-se o perfil da indústria brasileira como paradigma[1], a indústria de transformação de Minas Gerais apresenta algumas especificidades extremamente marcantes. De fato, desponta no caso mineiro a enorme participação relativa dos bens intermediários em geral e, em especial, dos produtos metalúrgicos e minerais não-metálicos, cujos percentuais de contribuição ao produto industrial são aproximadamente o dobro da média nacional. Em contraposição, constata-se em Minas Gerais uma importância relativa significativamente mais baixa no que concerne aos bens de consumo durável e de capital, particularmente o gênero materiais elétricos e de comunicações, o qual participa no produto industrial do Estado com um percentual em torno de um terço da média do País.

c) <u>Propriedade do capital na indústria de Minas Gerais</u>:

A despeito da não disponibilidade de dados precisos, é possível identificar outro traço peculiar na estrutura industrial mineira. Trata-se da distribuição da propriedade entre o setor público e o privado nacional e estrangeiro.

Com efeito, há fortes evidências no sentido de que o peso relativo das empresas públicas, especialmente federais, é significativamente maior na indústria de Minas Gerais do que no setor industrial do País como um todo. Uma delas é a grande importância relativa do subsetor de produtos intermediários na estrutura industrial mineira, aliada ao fato da maioria absoluta das empresas públicas industriais encontrar-se no referido subsetor, grande parte delas em Minas Gerais. Ademais, é interessante a constatação de que, considerado o conjunto das 185 maiores sociedades anônimas industriais sediadas no Estado, em dezembro/76, 57% do imobilizado líquido referiam-se a empresas controladas pelo poder público (20% referiam-se a empresas estrangeiras e 23% a privadas nacionais)[2]. É também ilustrativa a observação de que para o agregado

---

[1] Pressupõe-se aqui não ter ocorrido alterações de vulto no perfil industrial do Brasil no período 1977-1982.

[2] Fonte: SEI/SEPLAN-MG

das 50 maiores sociedades anônimas industriais com sede em Minas Gerais, em 1981, 34% do faturamento global couberam às empresas estatais (38% às estrangeiras e 28% às privadas nacionais)[1], [2].

No que tange à participação das empresas estrangeiras, as evidências são menos claras, mas também apontam no sentido de que é superior à média nacional. Um dado significativo a considerar a este respeito é que, no período 1971-1977, período em que notoriamente intensificou-se em relação à tendência histórica o ritmo das inversões estrangeiras no País, 25% das mesmas dirigiram-se à Minas Gerais. Tal dado ganha a sua real dimensão quando se considera a participação do Estado na produção industrial do País - aproximadamente 7,1% em 1977[3]-.

Quanto às empresas privadas nacionais, sua importância no contexto do setor industrial mineiro é certamente menor que a média do País.

A propósito da importância relativa das empresas públicas, estrangeiras e privadas nacionais no âmbito da indústria em Minas Gerais, vale observar que as participações das mesmas no montante dos investimentos decididos para o Estado no período da chamada Nova Industrialização (1970-1977) foi de 63,5% , 20,3% e 16,2% , respectivamente.

Outro aspecto importante a se destacar é a relação que se observa entre a propriedade do capital e os diversos gêneros de indústria. Assim, a presença das empresas públicas dá-se fundamentalmente na metalurgia e na indústria química, gêneros onde são largamente predominantes. Já as empresas estrangeiras, orientam-se no essencial em direção às indústrias de bens de capital e duráveis de consumo e metalúrgica. As empresas privadas nacionais prevalecem em praticamente todos os gêneros não-duráveis de consumo e nas indústrias de bens intermediários, excluídas a metalúrgica e a química.

---

[1] Fonte: SEI/SEPLAN-MG.

[2] Evidentemente, tais dados são apenas ilustrativos, não autorizando de per si qualquer conclusão definitiva. As qualificações mais óbvias em relação aos mesmos dizem respeito ao fato de que o indicador imobilizado líquido é tendencioso, na medida em que as empresas estatais concentram-se em indústrias altamente intensivas de capital, e à observação de que nas amostras utilizadas, praticamente contemplou-se o universo daquelas empresas no Estado.

[3] Dados extraídos de Diniz, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira.

d) Estrutura do emprego:

O quadro a seguir propicia uma visão panorâmica da distribuição do emprego no interior do setor industrial do Estado.

QUADRO 4	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM MG		
	PESSOAL OCUPADO EM 31.12.80 [1]		VALOR AGREGADO BRUTO, A CUSTO DE FATORES, A PREÇOS CORRENTES, EM 1980 (Em %)
	Em mil Pessoas	Em %	
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	145	36,0	25,5
Têxtil	37	9,2	5,9
Prod.Alimentares	50	12,4	10,5
Bebidas	4	1,0	1,0
Fumo	1	0,3	1,7
Madeira	6	1,5	1,0
Mobiliário	11	2,7	1,2
Couros e Peles	2	0,5	0,3
Vestuário, Calçados	27	6,7	2,5
Editorial e Gráfica	7	1,7	1,4
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	129	31,9	51,3
Metalurgia	71	17,6	27,2
Minerais N.Metálicos	42	10,4	10,1
Papel e Papelão	4	1,0	1,5
Química	9	2,2	12,0
Borracha	3	0,7	0,5
BENS DE CAPITAL E DE CONS. DURÁVEIS	63	15,7	16,4
Mat.Elétrico e de Comunicações	8	2,0	2,0
Mat. Transporte	16	4,0	6,5
Mecânica	39	9,7	7,9
DIVERSOS [2]	66	16,4	8,8
TOTAL	403	100,0	100,0

[1] FONTE: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Industrial - 1980.

[2] Inclui produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabão e velas, produtos de matérias plásticas, atividades administrativas, etc.

O quadro anterior reflete de maneira nítida as características dos diferentes gêneros de indústria no que concerne à questão do emprego. Assim, é clara a tendência absorvedora de mão-de-obra dos bens não-duráveis de consumo - exceto bebidas e fumo -, cujas contribuições ao emprego industrial são substancialmente mais importantes que as relativas ao valor agregado. Em contraposição, é também transparente a tendência inversa no que tange às indústrias metalúrgica e química.

II. DESEMPENHO DO SETOR INDUSTRIAL MINEIRO NO PERÍODO RECENTE: ALGUNS DADOS

a) Nível de atividade:

A análise da evolução do setor industrial em Minas Gerais no passado recente impõe a consideração de dois períodos substantivamente distintos.

O primeiro deles, abrangendo os anos da década dos 70, caracteriza-se pela fantástica expansão do produto em quase todos os gêneros industriais, com destaque especial para as indústrias mecânica e de material de transporte. É o período da Nova Industrialização, o período do milagre, o qual não será abordado neste texto.

O outro, compreendendo os anos subseqüentes, até o dia de hoje, marca a ruptura drástica daquela tendência, e a queda significativa e generalizada do nível da atividade industrial do Estado.

Os números do Quadro 5 adiante falam por si.

QUADRO 5	VALOR AGREGRADO BRUTO DO SETOR INDUSTRIAL MINEIRO, A CUSTO DE FATORES, A PREÇOS CONSTANTES DE 1970 Taxas anuais de crescimento médias (Em %)			
DISCRIMINAÇÃO	1970-1975	1975-1980	1970-1980	1980-1982
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	15,8	9,6	12,7	0,7
Têxtil	22,8	1,6	11,7	3,5
Prod.Alimentares	11,1	6,5	8,8	- 2,7
Bebidas	23,3	13,9	18,5	- 12,4
Fumo	6,9	28,8	17,3	3,6
Madeira	6,2	5,3	5,7	- 3,2
Mobiliário	14,6	8,6	11,6	- 2,1
Couros e Peles	7,3	2,6	4,9	3,4
Vestuário, Calçados	34,4	31,6	33,0	7,5
Editorial e Gráfica	9,9	13,5	11,7	- 4,2
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	6,3	16,8	11,4	- 5,4
Metalurgia	3,9	19,9	11,6	- 6,6
Minerais Não-Metálicos	13,6	7,3	10,4	- 4,1
Papel e Papelão	13,9	29,4	21,4	- 3,2
Química	- 1,2	18,2	8,1	- 4,2
Borracha	28,1	16,0	21,9	7,5
BENS DE CAPITAL E CONS. DURÁVEIS	28,2	15,7	21,8	- 6,3
Mat. Elétrico e de Comunicações	36,5	- 14,8	7,8	- 8,3
Mat. Transporte	27,5	27,5	27,5	- 4,6
Mecânica	26,3	17,4	21,8	- 6,8
DIVERSOS (1)	49,4	17,9	32,7	- 3,3
TOTAL	14,1	13,9	14,0	- 3,3
FONTE: SEI/SEPLAN-MG				

(1) Inclui produtos farmacêuticos e veterinários, perfumaria, sabão e velas, produtos de matéria plástica, atividades administrativas, etc.

O ano de 1981 representou de fato um ponto de inflexão na trajetória evolutiva do setor industrial em Minas Gerais no passado próximo. Neste sentido, vale a observação dos quadros seguintes:

QUADRO 6	ÍNDICES DE PRODUÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO. Base: Igual período do ano anterior = 100
PERÍODO	ÍNDICE
Janeiro - dezembro/78	107,1
Janeiro - dezembro/79	104,4
Janeiro - dezembro/80	107,7
Janeiro - dezembro/81	90,5
Janeiro - dezembro/82	103,5
Janeiro - junho/83	93,0
FONTE: SEI/SEPLAN-MG	

QUADRO 7	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, MERCADO CEMIG, EM MINAS GERAIS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.	
ANO	CONSUMO (em Gwh)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR
1978	8.768	-
1979	10.667	+ 22%
1980	12.431	+ 17%
1981	12.453	0%
1982	12.703	+ 2%
1983 (1)	8.321	- 2%
FONTE: SEI/SEPLAN-MG		

(1) Até agosto.

Tais quadros manifestam de forma transparente a queda na atividade industrial do Estado a partir de 1981, uma ligeira recuperação em 1982 e o aprofundamento da tendência recessiva nos primeiros meses do ano em curso.

No que se refere ao comportamento específico dos diferentes segmentos da estrutura industrial, em linhas gerais tendeu a reproduzir o padrão observado para a indústria como um todo. Tomando-se os principais gêneros industriais de Minas Gerais, os quadros seguintes propiciam uma visão desagregada preliminar do

desempenho recente do setor industrial mineiro.

QUADRO 8	ÍNDICES DE PRODUÇÃO FÍSICA EM MINAS GERAIS Base: Igual período do ano anterior = 100			
DISCRIMINAÇÃO	jan-dez/80	jan-dez/81	jan-dez/82	jan-jun/83
Metalurgia	112,7	82,8	105,3	90,7
Química	104,5	86,9	110,3	103,1
Minerais Não-Metálicos	109,3	91,6	100,5	81,5
Prod.Alimentares	103,3	99,2	95,6	98,2
Mat.de Transporte	95,8	91,9	113,6	-
Têxtil	103,6	100,3	106,8	-

FONTE: SEI/SEPLAN-MG

QUADRO 9	PRODUÇÃO FÍSICA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SIDERÚRGICOS DE MINAS GERAIS					
DISCRIMINAÇÃO	jan-jun/81		jan-jun/82		jan-jun/83	
	Quant. (1000 t)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	Quant. (1000 t)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	Quant. (1000 t)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
Ferro-gusa	3.401	-	3.152	- 7,3%	3.028	- 3,9%
Aço bruto	2.793	-	2.683	- 3,9%	2.299	- 14,3%
Laminados Planos	1.406	-	1.331	- 5,3%	1.234	- 7,3%
Laminados Não-Planos	945	-	858	- 9,2%	777	- 9,4%

FONTE: IBS - Estatística

QUADRO 10	PRODUÇÃO FÍSICA DE CIMENTO PORTLAND EM MINAS GERAIS	
PERÍODO	QUANTIDADE (1.000 t)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO ANO ANTERIOR
Janeiro-dezembro/78	6.790	-
Janeiro-dezembro/79	7.240	+ 6,6%
Janeiro-dezembro/80	8.026	+ 10,9%
Janeiro-dezembro/81	7.621	- 5,0%
Janeiro-dezembro/82	7.061	- 7,3%
Janeiro-agosto/83	3.600	- 26,2%
FONTE: SEI/SEPLAN-MG		

QUADRO 11	PRODUÇÃO DE AUTOMÓVEIS EM MINAS GERAIS	
PERÍODO	QUANTIDADES (Unidades)	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO ANO ANTERIOR
Janeiro-dezembro/78	97.302	-
Janeiro-dezembro/79	129.321	+ 32,9%
Janeiro-dezembro/80	160.187	+ 23,9%
Janeiro-dezembro/81	130.260	- 18,7%
Janeiro-dezembro/82	163.936	+ 25,9%
Janeiro-agosto/83	98.258	- 13,4%
FONTE: SEI/SEPLAN-MG		

A partir dos dados disponíveis, é possível inferir que, dos principais gêneros industriais do Estado, o têxtil e o de produtos alimentares experimentaram variações menos acentuadas no nível de atividade que os demais. A metalurgia e a indústria de minerais não-metálicos parece terem sido os subsetores mais sensíveis à tendência recessiva no contexto da indústria mineira. O panorama geral que se pode vislumbrar para o momento, caracteriza-se, em suma, pela ocorrência de razoável capacidade ociosa em praticamente todo o parque industrial do Estado.

b) Nível dos investimentos:

Como era de se esperar num quadro de retração generalizada no

nível de atividade, o volume de investimentos fixos no Estado reduziu-se drasticamente a partir de 1979. A este respeito, é útil a observação do quadro adiante.

QUADRO 12	PROJETOS APROVADOS PELO CDI / MIC (Investimentos Fixos)		
ANOS	1. MINAS GERAIS Em Cr$ 1.000.000,00 Correntes	2. BRASIL Em Cr$ 1.000.000,00 Correntes	1/2
1979	14.629	44.611	32,8%
1980	4.085	25.102	16,3%
1981	13.359	138.083	9,7%
1982	2.276	224.118	1,0%

FONTE: Relatório Anual 1982 - CDI/MIC

Os dados do quadro anterior tornam-se mais contundentes se cotejados com os referentes ao período 1971-1979. De fato, ao longo destes 9 anos, 25% do montante global dos investimentos fixos do projetos aprovados pelo CDI/MIC dirigiram-se a Minas Gerais. Tendo em conta tais dados, a queda no nível de inversões industriais em Minas Gerais foi bastante mais intensa que no País como um todo.

QUADRO 13	PROJETOS APROVADOS PELO CDI/MIC (Investimentos Fixos)		
ANOS	1. MINAS GERAIS Em Cr$ 1.000.000,00 de 1974	2. BRASIL Em Cr$ 1.000.000,00 de 1974	1/2
1971	1.115	6.593	16,9%
1972	3.371	17.944	18,8%
1973	7.075	25.457	27,8%
1974	5.851	29.169	22,2%
1975	1.236	12.892	9,6%
1976	19.860	50.260	39,5%
1977	552	15.186	3,6%
1978	2.134	10.004	21,3%
1979	2.662	8.116	32,8%
TOTAL	43.856	175.621	25,0%

FONTE: Diniz, Clélio Campolina. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira.

III. DESEMPENHO DO SETOR INDUSTRIAL MINEIRO NO PERÍODO RECENTE: ANÁLISE SUMÁRIA

Na análise dos dados referentes ao comportamento recente da indústria mineira vem à tona a questão relativa ao grau de autonomia deste processo vis-à-vis a evolução global da economia do País. Em outros termos, importa destacar das causas gerais que estão por detrás da crise geral da economia brasileira, e que naturalmente também explicam as vicissitudes regionais e setoriais que hoje assolam o País, as peculiaridades do fenômeno industrial mineiro.

No que concerne ao nível da atividade industrial do Estado, há de se indagar de início acerca do destino de sua produção. Neste ponto, cabe ressaltar um traço importante da indústria de Minas Gerais, qual seja, a intensa dependência da demanda de origem externa ao Estado e, mais recentemente, externa ao País para a realização de sua produção.

De fato, numa análise desagregada, envolvendo os principais gêneros industriais do Estado, é fácil a constatação de tal fenômeno.

Na indústria de minerais não-metálicos, por exemplo, 61% da produção de cimento do Estado foi realizada fora de Minas Gerais em 1982.

Na metalurgia, também a título de exemplo, cerca de 80% da produção de aços planos de Minas foi vendida fora do mercado mineiro em 1982.

No que respeita à indústria têxtil, aproximadamente 85% do valor da produção mineira realizam-se fora das fronteiras do Estado.

Em relação à indústria de materiais de transporte, tomando-se o ramo automobilístico como ilustração, mais de 80% de suas vendas destinam-se a atender demandas externas ao Estado.[1]

Quanto à indústria mecânica, dada sua própria configuração - enorme especialização na produção seriada de vagões e sob encomenda para as

---

[1] Importa ressaltar neste ponto que os gêneros anteriormente mencionados, metalurgia, minerais não-metálicos, têxtil e materiais de transporte responderam em 1982 por, aproximadamente, 16% do valor agregado do setor industrial mineiro.

indústrias metalúrgica e cimenteira e a mineração, pouca vinculação estabelecendo com as demais atividades industriais e o setor agropecuário -, depende fundamentalmente dos grandes projetos de âmbito nacional, da chamada "política nacional de investimentos"[1].

Emerge das considerações precedentes uma conclusão inevitável, qual seja, a de que o nível da atividade industrial do Estado regula-se no essencial por variáveis exógenas à economia estadual, a de que o desempenho do setor industrial mineiro atrela-se visceralmente aos rumos gerais da economia do País. Mesmo sem a disponibilidade de dados precisos, é possível afirmar-se que tal atrelamento dá-se no caso de Minas Gerais num nível bem mais intenso do que em relação à maior parte das outras economias estaduais. Neste sentido, esta seria a especificidade do caso mineiro, a extrema dependência, o caráter essencialmente reflexo do comportamento de sua produção industrial em relação ao nível global da atividade econômica do País, como decorrência natural de suas características estruturais.

Duas observações devem ser feitas neste ponto.

Em primeiro lugar, é mister que se destaque que parte importante dos vínculos da indústria do Estado com a demanda da economia nacional dá-se através da demanda de investimentos, especialmente no que tange aos gêneros mecânico, metalúrgico e de minerais não-metálicos. Tal aspecto é importante na medida em que se leva em conta o fato de que o nível dos investimentos tende a se retrair de forma mais intensa nas crises e, ademais, tende a oscilar defasadamente em relação ao nível geral da atividade econômica.

Em segundo lugar, é forçoso enfatizar o papel das exportações no desempenho recente da indústria mineira, em especial dos gêneros metalúrgico, materiais de transporte e têxtil. Os quadros a seguir são bastante ilustrativos a este respeito.

---

[1] Veja, Lemos, Maurício Borges - Natureza e Perspectivas da Indústria de Bens de Capital em Minas Gerais - CEDEPLAR - mimeo.

QUADRO 14	EXPORTAÇÕES DE MINAS GERAIS[1] (Em t)				
DISCRIMINAÇÃO	1978	1979	1980	1981	1982
Chapas de Ferro e Aço	88.062	119.756	187.372	134.859	378.108
Ferroligas	33.488	49.562	49.971	101.743	83.893
Ferro-gusa	987.579	950.907	806.781	679.499	635.896
Fios e Tecidos de Algodão	7.203	9.333	9.272	10.879	10.016
FONTE: SEI/SEPLAN-MG					

(1) A expansão das exportações dos mencionados produtos no período janeiro-abril/83 foi de, respectivamente, + 132%, + 12%, + 129% e + 4% em relação a igual período de 1982.

QUADRO 15	DISTRIBUIÇÃO DO FATURAMENTO ENTRE MERCADO INTERNO E EXPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA DE MINAS GERAIS		
ANOS	MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÕES	TOTAL
1979	79,1%	20,9%	100,0%
1980	69,5%	30,5%	100,0%
1981	47,7%	52,3%	100,0%
1982	47,6%	52,4%	100,0%
FONTE: INDI/Panorama do Setor Mecânico - Brasil - MG			

Verifica-se pelos quadros anteriores o grande incremento das exportações dos produtos considerados. Tais exportações certamente atuaram como importante atenuante dos impactos decorrentes da retração da atividade econômica do País.

Em síntese, o nível da atividade do setor industrial em Minas Gerais, suas oscilações, suas quedas e ascensos, determinam-se fundamentalmente fora dos contornos da economia estadual. Dada a sua tênue articulação interna, as respostas significativas para sua crise atual encontram-se na análise da problemática global da economia do País, quase nada havendo a se buscar na análise particular de seus aspectos interiores.

Em relação à queda abrupta do nível dos investimentos, avultam as particularidades da estrutura industrial do Estado apontados no item I deste trabalho, atinentes ao grande peso do capital estatal e estrangeiro na referida estrutura e, especificamente, na composição dos investimentos efetuados em Minas nos últimos 15 anos. Assim, os cortes intensos e sistemáticos nos gastos das empresas estatais, sempre mais fortes na parcela referente aos investimentos, e os problemas cambiais do País, certamente respondem na maior parte pela inexpressividade das inversões dos últimos 3 anos no Estado vis-à-vis a década dos 70.

IV. PERSPECTIVAS PARA O SETOR INDUSTRIAL EM MINAS NO FUTURO PRÓXIMO

A partir do seu desempenho recente, e tendo em conta suas características estruturais, que rumos podem ser previstos para o setor industrial de Minas Gerais no futuro próximo?

No curto prazo, dados os parâmetros que hoje estão colocados a nível da política econômica do Governo Federal, o que se pode antever é certamente a agudização da crise que se abate sobre a indústria mineira. O programado corte nos gastos públicos, a política monetária extremamente restritiva que se antecipa para o próximo ano, a redução nos salários reais, enfim, toda a política econômica prevista para o futuro imediato seguramente arrastará o nível da atividade econômica do País e da indústria mineira em particular para patamares ainda mais baixos que os atuais.

Dentro deste quadro, podem ser feitas as considerações seguintes no que concerne especificamente ao setor industrial de Minas Gerais.

Dos seus gêneros industriais mais representativos, os efeitos recessivos tendem a ser mais brandos, como o foram até o momento, nas indústrias de produtos alimentares e têxtil,o que, na ótica do emprego, tende a ser um fator positivo, haja vista o alto coeficiente de absorção de mão-de-obra destes subsetores.

Os subsetores metalúrgico, mecânico e de minerais não-metálicos tendem a ser, em contraposição, mais afetados, tendo em vista a forte dependência dos mesmos em relação à demanda de investimentos. Tal fenômeno, considerado o peso destes subsetores na produção industrial

do Estado, aponta no sentido de tornar a queda na atividade industrial mineira mais dramática que a média do País.

No que se refere às exportações, tudo faz crer que continuarão, ainda, em maior escala, a se constituir em importante escoadouro , principalmente para a produção dos subsetores metalúrgico, têxtil e de materiais de transporte. Os limites desta demanda são, seguramente, no entanto, não muito elásticos.

Um ponto adicional a ser enfatizado é que a estrutura industrial do Estado tornar-se-á, inevitavelmente, a curto prazo, mais fortemente concentrada no ramo siderúrgico e com maior participação das empresas estatais. Isto em decorrência da entrada em operação no 2º semestre de 1984 da Siderúrgica Mendes Júnior (capacidade aproximada de 700 mil toneladas/ano), em fins do mesmo ano da Açominas (capacidade aproximada de 2.000 mil toneladas/ano) e da possível instalação nos próximos 2 anos de um novo laminador da ACESITA.

Quanto aos investimentos, inexistem quaisquer indicações no sentido de reversão da tendência declinante dos últimos 3 anos. Muito ao contrário, tais indicações têm o sentido inverso.

As considerações precedentes foram feitas tendo como pano de fundo a perspectiva que se pode vislumbrar a partir do ponto de vista imediato e conjuntural. Ampliada tal perspectiva, descolados os olhos da conjuntura em busca de um horizonte de mais largo prazo , há que se pensar naturalmente na superação do impasse sobretudo político que hoje imobiliza a economia do País e na retomada do seu processo de desenvolvimento. Dentro deste novo prisma, o que se pode antever em termos do setor industrial em Minas Gerais?

Num primeiro momento, há indicações no sentido de que a resposta da indústria mineira a uma retomada do nível da atividade econômica do País tende a se dar com uma certa defasagem, em função talvez de uma dependência relativamente maior da demanda de investimento, que reage com um certo atraso em função da existência da capacidade ociosa. Tal assertiva carece certamente de análises um pouco mais rigorosas, que transcendem os limites do texto. Encontra respaldo, porém, na experiência de retomada da economia brasileira dos anos 60, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

QUADRO 16	BRASIL E MINAS GERAIS: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB	
ANOS	BRASIL	MINAS GERAIS
1968	11,2%	8,6%
1969	10,0%	5,4%
1970	8,8%	6,0%
1971	12,0%	5,3%
1972	11,1%	14,8%
1973	14,0%	13,4%
1974	9,5%	17,5%
1975	5,6%	13,2%
1976	9,7%	16,1%
1977	5,4%	9,4%
1978	4,8%	4,6%
1979	6,8%	5,8%
1980	7,9%	5,0%

FONTE: Diniz, Clélio Campolina - Economia e Planejamento em Minas Gerais: Notas para Discussão - CEDEPLAR, mimeo.

Como se constata, é nítida a defasagem, na retomada e na irrupção da crise, entre o PIB do Brasil e o de Minas Gerais. Tal curioso fenômeno, dado o vulto da contribuição direta e indireta do setor industrial ao produto mineiro, provavelmente se reproduziu a nível deste setor.

A mais largo prazo, quando se coloca então a possibilidade de um surto de novas inversões, o que se pode afirmar de pronto é que Minas Gerais seguramente continua a se constituir em localização privilegiada para a localização de novos projetos, tendo em conta sua posição geográfica, a disponibilidade de recursos naturais, de infra-estrutura, etc. Inexiste, no entanto, evidentemente, a possibilidade de se antever a direção desta nova possível onda de investimentos. É possível, porém, exercitar algumas especulações a respeito.

Um aspecto que é interessante destacar, por exemplo, é que uma concentração nas indústrias metalúrgica e cimenteira tende a ser dificilmente evitável, dadas as vantagens locacionais de Minas Gerais no que concerne a tais indústrias vis-à-vis os demais estados da Federação. Neste sentido, outra tendência que tenderia a prevalecer

então seria a grande importância do investimento público.

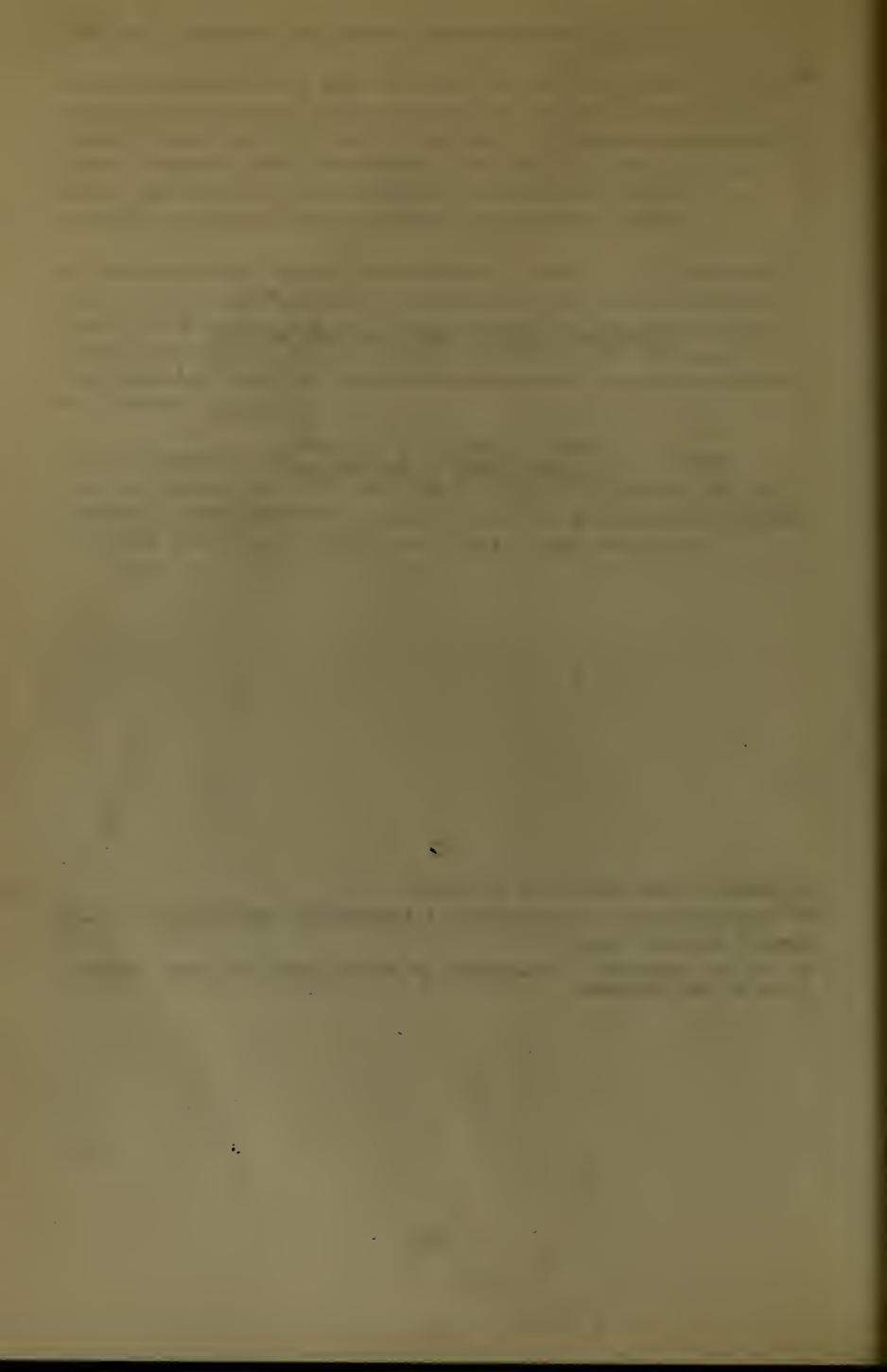
Caberia ressaltar neste ponto duas características digamos negativas da estrutura industrial mineira, passíveis de serem atenuadas num processo significativo de novas inversões. Tratam-se da baixa articulação interna da referida estrutura e da pequena significação na mesma da indústria eletroeletrônica, seguramente o subsetor que abrigará os maiores avanços tecnológicos no futuro próximo.

No que concerne ao aparato institucional de apoio, o qual certamente pode vir a ter papel relevante na orientação dos investimentos privados, o que se anseia é que, inserido dentro de um contexto efetivamente democrático, atue no sentido de induzir tais investimentos a se colocarem a serviço dos objetivos maiores da sociedade e dentro de critérios estritamente seletivos.

Por fim, espera-se que o surto de crescimento, que provavelmente virá, não deixe como rastro as mesmas seqüelas do anterior, mas que sustente o estabelecimento e a consolidação de uma sociedade substantivamente democrática e justa, mais livre e menos desigual.

AS RAÍZES DO ENDIVIDAMENTO MINEIRO RECENTE

FABRÍCIO AUGUSTO DE OLIVEIRA*
RAUL DE MATTOS PAIXÃO JÚNIOR**

*Da Fundação João Pinheiro e da PUC-MG
**Da Superintendência de Estatística e Informações, Secretaria do Planejamento de Minas Gerais
Os autores agradecem a colaboração de Regina Maria do Carmo Lobato e Silva da Mata Machado.

AS RAÍZES DO ENDIVIDAMENTO MINEIRO RECENTE

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, elaborado para apresentação no II SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, promovido pelo CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas Gerais, em novembro de 1983, encontra-se ainda em desenvolvimento pelos autores; como tal, deve ser entendido de forma preliminar, dada a concisão de tempo e de espaço com que foi elaborado. No atual estágio, refere-se apenas a hipóteses, ainda não devidamente quantificadas, que o **feeling** parece mostrar serem promissoras, no caso de Minas Gerais.

O elevado grau de endividamento atingido pelo setor público mineiro — administração direta — tem sido motivo de grande preocupação. Por um lado, o comprometimento cada vez mais elevado de suas receitas com os encargos da dívida tem reduzido os recursos disponíveis para a realização de novos investimentos; por outro, crescem assustadoramente, já como mecanismo sistemático de captação de recursos, as operações de crédito, estreitando-se fortemente o raio de manobra para os condutores da política econômica do Estado.

Assim, a preocupação deste trabalho consiste em discutir as principais causas que teriam provocado esse endividamento. Nesse sentido, investigar-se-ão não somente os efeitos resultantes da reforma do sistema tributário de 1966, como também suas deformações posteriores, a Lei Estadual 5.261 de 1969 e o comportamento da economia mineira nas duas últimas décadas, tentando apreender as influências que essas variáveis teriam exercido sobre as receitas do Estado. Do lado das despesas, procura-se analisar em que grau e medida a própria administração interna, aqui entendida como a forma de atuação do setor público estadual na economia, teria contribuído para essa expansão acentuada da dívida pública mineira.

2. INTRODUÇÃO

Tornou-se prática habitual, há bom tempo, atribuir a responsabilidade pelas dificuldades financeiras e pelo crescente endividamento que vem minando as administrações públicas estaduais e municipais, à reforma tributária centralizante e con-

centradora de recursos, realizada no bojo das reformas instrumentais de meados da década de 60.

A tese, que não é nova, não deixa de ter seu lado de verdade, mas precisa ser melhor qualificada e avaliada.

Parece haver consenso em torno do caráter centralizador da reforma de 1966, que transformaria, de fato, o federalismo numa ficção. Isto porque além de ter-se transferido a maioria dos impostos para a esfera federal, mantendo apenas dois sob a competência estadual (o ICM e o ITBI) e outros dois sob a competência municipal (o IPTU e o ISS), a reforma ainda retirou dessas esferas toda a autonomia que possuiam para criar e reajustar alíquotas, além de estabelecer mecanismos que permitiam ao poder central exercer controle sobre a alocação de parcelas ponderáveis de seus gastos. Nesta perspectiva, tanto os Estados como os Municípios permaneceriam de pés e mãos atados, quer para influirem na determinação da política tributária, quer para reverterem uma situação que lhes fosse desfavorável. O federalismo sucumbia, assim, diante do regime burocrático-autoritário, centralizador por natureza, que se instaurara.

Entretanto, é de se observar que esse raciocínio contempla apenas o lado da receita, e, mesmo este com uma visão parcial ao não contemplar, por exemplo, a margem de manobra que os Estados ainda tinham, por menor que fosse, de manipularem a arrecadação do ICM.

A recorrência à dívida pública advém, **stricto sensu**, segundo a teoria das financas públicas, de eventuais atencipações de receita que, por alguma razão, o Governo venha a fazer; da necessidade de cobrir desequilíbrios orçamentários; ou da realização de obras para as quais os seus recursos revelem-se insuficientes. **Lato sensu**, a dívida pública está atrelada também à execução da política monetária; porém, esta perspectiva não pode ser considerada quando se trata das finanças estaduais, visto encontrar-se aquela sob a responsabilidade do Governo Federal (1).

(1) Silva, F.R. Finanças Públicas. São Paulo, Atlas, 1978, p. 264.

O gap existente entre as receitas e as despesas públicas, origem da dívida, pode ser explicado pelo comportamento de uma, de outra, isoladamente, ou da conjugação das duas variáveis. Por um lado, pela retração ou crescimento insuficiente das receitas face às despesas, que podem ser provocados pela crise econômica, pela baixa elasticidade dos impostos e inadequação do quadro tributário, ou porque abriu-se mão de recursos para incentivar determinadas atividades econômicas. Por outro lado, pela expansão desmesurada das despesas públicas face às receitas, resultante da implementação de planos e programas por parte do setor público, sem a adequação de competente mecanismo de financiamento.

Paralelamente, e muito provavelmente, não seria de se desprezar a eficiência e eficácia da máquina administrativa estadual, que possibilita a fuga de arrecadação, via sonegação.

3. COMPORTAMENTO DA ECONOMIA MINEIRA NO PERÍODO 1960-82

Se a população, o emprego e o produto são três bons indicadores macroeconômicos, não apenas por mostrarem o comportamento quantitativo da economia, como também, no caso, por refletirem a expansão da base tributável, a economia mineira presenciou, no vintênio 1960-80, um notável desempenho. Neste período, devem ser destacados os seguintes fenômenos:

a) - uma diminuição dos fluxos migratórios para fora do Estado;

b) - a ocorrência de um grande crescimento do emprego e da taxa de participação; e

c) - um grande crescimento do produto interno bruto, sobressaindo-se a indústria de transformação.

Três períodos significativos marcam a história econômica de Minas Gerais nos últimos vinte e dois anos:

1º - o decênio 1960-70, quando, parece, a economia assenta as bases para a demarragem posterior;

2º - a década 1970-80, que corresponde ao período de maior crescimento econômico da economia mineira, pelo menos desde que se iniciou a medição do produto interno bruto, em 1950;

3º - o biênio 1980-82, caracterizado por uma recessão sistemática, que vem se prolongando até o primeiro semestre de 1983.

Se, por um lado, o grande crescimento ocorrido nos dois decênios nega suporte empírico para a explicação da queda da receita tributária e crescente endividamento do setor público estadual — administração direta — outras causas deveriam ser buscadas, além da recessão, para explicar o decréscimo observado no biênio 1980-82.

3.1 POPULAÇÃO TOTAL

Modificações susbtantivas aconteceram no comportamento demográfico de Minas Gerais, no decênio 1970-80, todas convergindo para a constatação de um elevado crescimento econômico, dado o suposto teórico de a fecundidade e a mortalidade variarem inversamente à renda, e o saldo líquido migratório, diretamente.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a grande queda ocorrida na taxa bruta de natalidade (-23,8%), resultado de decréscimo também significativo (-32,1%) na taxa de fecundidade total, que passou de 6,3 para 4,3 filhos por mulher, do decênio anterior à década 1970-80[2].

Em segundo lugar, a taxa bruta de mortalidade apresenta uma queda de -19,7%, ao passar de 11,7 para 9,4 por mil habitantes, ainda fortemente influenciada por uma alta taxa de mortalidade infantil, em que pese esta ser também decrescente na década considerada, caindo de 95,5 para 71,1 por mil.

Essa queda na taxa bruta de mortalidade levou a um ganho de cinco pontos na esperança de vida ao nascer, que aumentou de 55,2 para 60,3 anos.

---

(2) A este respeito e dos demais indicadores demográficos, ver Ivone Soares Aranha e Márcia Brant Pinheiro Moreira, Aspectos da Evolução Demográfica e do Emprego em Minas Gerais, Período 1960-1980, in INDICADORES DE CONJUNTURA — MINAS GERAIS. Belo Horizonte, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Superintendência de Estatística e Informações, v. 4, nº 1, Fevereiro 1982, páginas 93 e seguintes.

Finalmente, e da perspectiva de Estado caracterizado historicamente como de emigração, deve-se ressaltar a queda significativa do saldo líquido migratório na última década, ao passar de -14,60 para -7,40 por mil, com decréscimo de -49,3%, embora a migração ainda persista em níveis absolutos elevados.

Esses dados traduzem o maior poder de retenção populacional da economia mineira no último decênio e o poderoso fator de atração que constituiu o desenvolvimento estadual recente.

3.2 EMPREGO

Mantidas constantes as demais condições, o nível de emprego de uma economia é função direta do crescimento do produto. Também aqui, alterações relevantes ocorreram na década 1970-80.

A população ocupada cresceu a uma taxa anual de 3,1%, enquanto a população total crescia a 1,5%, fazendo com que o crescimento do emprego absorvesse com segurança o crescimento demográfico. O comportamento econômico embutido nesses dados destaca-se ainda mais quando se tem em vista o decênio 1960-70, uma vez que, neste, as taxas foram, respectivamente, de 1,2 e 1,6%.

Em consequência, a taxa de participação sobe bastante: 30,1% em 1970 e 35,3% em 1980. À primeira vista, poder-se-ia creditar tal aumento a variáveis puramente demográficas, como, por exemplo, mudanças substanciais na estrutura de idades, advindas da queda observada na fecundidade, e diminuição relativa da emigração.

Entretanto, demonstra-se[(3)], ao se padronizar a estrutura etária, que, dos 5,2 pontos percentuais de acréscimo na taxa de participação, 2,7 eram explicados por variações tipicamente demográficas, enquanto que os restantes 2,5 pontos somente poderiam ser explicados pela dinâmica interna da economia, ao aumentar substancialmente a oferta de empregos.

---

(3) Idem, ibidem.

3.3 PRODUTO INTERNO BRUTO

Variável síntese do crescimento econômico, o Produto Interno Burto - PIB de Minas Gerais apresentou o seguinte comportamento a partir de 1960 (em taxas de crescimento anuais):

	1960-70	1970-80	1980-82
- PIB total (4)	7,3	10,8	-0,8
- PIB agropecuário................	3,4	4,0	0,7
- PIB indústria de transformação..	9,7	12,5	-1,9
- PIB comércio....................	7,4	8,4	-4,9

Apesar de as taxas apresentadas falarem por si, alguns comnetários tornam-se necessários, no sentido de se ver o fenômeno de outra maneira. No caso do PIB total, o decênio 1960-70 marca a sua duplicação (a preços constantes!); já na década 1970-80, ele cresce 2,8 vezes, também a preços constantes. Mais marcante é o caso da indústria de transformação: ela cresce 2,5 vezes, entre 1960 e 1970, e 3,2 vezes, entre 1970 e 1980.

Em contrapartida, o biênio 1980-82, apesar de recessivo, não apresenta quedas alarmantes, quer ao nível do PIB total (-0,8%), quer ao nível do da indústria de transformação .... (-1,9%).

Os diferenciais de crescimento assinalados levaram a mudanças substantivas na estrutura do parque produtivo mineiro, com decréscimo forte e sistemático da participação da agropecuária, e consequente crescimento dos setores não-agropecuários, especialmente da indústria de transformação:

	1960	1970	1980	1982
- PIB total (5)	100,0	100,0	100,0	100,0
- PIB agropecuário................	29,6	20,5	12,4	10,0
- PIB não agropecuário...........	70,4	79,5	87,6	90,0
- PIB indústria de transformação..	21,4	26,7	29,9	30,6

---

(4) Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1981 e 1982. Foram destacados os setores que representaram, no quinquênio 1978-82, 96,1% da arrecadação total do ICM.

(5) Idem.

Nesse desenvolvimento, a transferência crescente do poder gerador de renda aos setores não-agropecuários, além de mostrar o aprofundamento do modelo que lhe é intrínseco, só fez aumentar a base tributável, dada a legislação vigente, que concentra neles praticamente toda a arrecadação.

A título de exemplificação, vale ressaltar o fato de os setores não-agropecuários terem respondido, nos últimos cinco anos[6], por 99,9% da arrecadação do ICM, e somente a indústria de transformação, por 59,1%.

Desagregando-se os dois decênios em subperíodos,[7] mais consentâneos com as modificações tributárias ocorridas, as mesmas observações são pertinentes:

	1960-66	1966-70	1970-75	1975-80	1980-82
- PIB total[8]......	5,8	9,5	12,7	8,1	-0,8
- PIB indústria de transformação.....	7,8	12,5	14,2	9,1	-1,9

Em nenhum momento até 1980, percebe-se, a economia deixou de crescer muito e de expandir sua base tributável; apenas variou a intensidade com que isso se deu.

4. A ESTRUTURA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA - DESFAZENDO MITOS

A Reforma Tributária de 1966, em que pese centralizadora, colocava também como objetivo o fortalecimento das esferas inferiores, no que diz respeito à sua participação no "bolo" tributário. Assim, apesar da competência tributária de Estados e Municípios restringir-se apenas a quatro impostos, entre os quais figurava o ICM com alta produtividade, sua competência financeira era bem mais ampla, uma vez que os recursos arrecadados, por exem-

---

(6) Idem.

(7) 1960-66: prévio à reforma tributária; 1966-70: implantação e consolidação da reforma de 1966; 1970-75: implantação e consolidação da Lei 5.261 de incentivos fiscais; 1975-80; crédito-prêmio e isenções às exportações; 1980-82: recessão agravada pelos incentivos fiscais.

(8) Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1981 e 1982.

plo, com o IUM e o ITR, deveriam ser integralmente transferidos aos mesmos, apesar de sua administração ficar sob a competência da União. Ademais, fatias dos recursos arrecadados com outros impostos (IUCL, IUEE, por exemplo) deveriam ser transferidas às esferas inferiores, ainda que para serem aplicadas no desenvolvimento do setor de onde se originassem. Os recursos do próprio Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados deveriam ser transferidos, na proporção da arrecadação de 10% de cada um, para o Fundo de Participação dos Estados e Municípios - FPEM, também criado com a Reforma.

Desta maneira, procurou-se criar mecanismos que promovessem uma boa discriminação de receitas entre as esferas da Federação, de forma a evitar desequilíbrios acentuados em suas finanças. E as próprias inovações técnicas introduzidas no principal imposto estadual (transformação do IVC, de caráter cumulativo, no ICM, de incidência sobre o valor agregado), aliadas à substancial elevação de sua alíquota, fariam com que as receitas tributárias estaduais aumentassem sua elasticidade. Assim é que, se entre 1960-66, enquanto o PIB mineiro crescia a uma taxa anual de 5,8% e a receita tributária estadual a 2,4%, entre 1967-70, esse crescimento alcançou 10,6% para o PIB e os recursos tributários alcançaram a espantosa taxa de 22,9%.

Apesar de se tratar ainda de primeiro indicador, torna-se claro que a Reforma Tributária, se implantada em sua plenitude, viria a contribuir para expandir, efetivamente, as receitas das esferas inferiores.

Porém, sua estrutura passaria a ser completamente mutilada já a partir de 1967, ano de sua implantação, com a mudança dos condutores da política econômica e com a prioridade que passou a ser conferida ao crescimento econômico, transformando-se, **inter alia**, o instrumento tributário em poderosa ferramenta do processo de acumulação. Com isso, o Governo Federal passaria a abrir mão, desbragadamente, de parcela expressiva de seus recursos para amparar e estimular setores tidos como prioritários no processo de crescimento (exportador, financeiro, etc.). A essa aventura, entretanto, o poder central, dada a dimensão do empreendimento, não se lançaria isoladamente e arrastaria compulsoriamente, porque comandante pleno da política econômica e tributária, Estados e Muni-

cípios para a mesma, com a edição de Atos Complementares e sucessivos decretos-leis, que terminariam por mutilar completamente o sistema tributário nacional, desvirtuando-o de seus proprósitos iniciais.

Em consequência, expropriaram-se dessas esferas recursos aos quais tinham legalmente direito, como aconteceu com a redução do FPEM (de 20 para 12%, em 1968), dos quais 2% passariam a ser destinados à composição de um Fundo Especial; de igual forma, a participação dessas esferas no IUCL seria reduzida, já em 1967, de 60 para 40%; por outro lado, gradativamente, envolveram-se os Estados em programas de responsabilidade do Governo Federal, como foi o de incentivos às exportações de manufaturados, sem que seus encargos tenham sido assumidos pela União. A isenção do ICM concedida às exportações, a partir de 1967, e a extensão do crédito-prêmio, em 1970, representariam para os Estados e Municípios drenagens significativas de recursos. Como se não bastasse, estabeleceram-se isenções de alíquotas do ICM para uma série de produtos tidos como essenciais ao processo produtivo (máquinas, equipamentos, etc.), além de estendê-lo a alguns produtos agrícolas e alimentares. A própria alíquota do ICM, determinada a nível federal, sofre reduções devido à estratégia da política econômica global.

Internamente, e por paradoxal que possa parecer, o Estado auxiliava essa drenagem de recursos. Montou-se um generoso esquema de incentivos fiscais, com a promulgação da Lei 5.261, de 1969, que previa o retorno à empresa de 25,6% do ICM que deveria recolher aos cofres do Tesouro como resultado de suas atividades econômicas. A Lei estabelecia o prazo de fruição desses incentivos em 5 anos, ou, alternativamente, até o limite de 100% dos investimentos realizados em capital fixo para os projetos de implantação, ampliação ou ainda de abertura de novas linhas de produção e fabricação de novos produtos. Em apenas quatro anos, 390 projetos seriam aprovados, beneficiando-se dos incentivos previstos, embora nem todos eles tenham sido executados[9].

(9) À época, foi concedida uma enxurrada de incentivos fiscais. Da perspectiva de instrumento locacional, errou-se muito. Boa parte dos incentivos dirigiu-se à ampliação... Boa parte, a empresas de controle acionário da União: USIMEC, AÇOMINAS, ACESITA, entre outras.

Tese desenvolvida sobre o assunto[10] estimou que, entre 1970 e 1977, a paticipação dos incentivos no total arrecadado do ICM corresponderia a cerca de 1,97%, sendo que em 1976 esse percentual representaria 3,41% de sua arrecadação.

Anteriormente, constatou-se que a elasticidade da receita tributária estadual teria sofrido uma acentuada expansão a partir da implantação da Reforma Tributária. Agora, se se considera a "partilha" dos recursos tributários gerados em Minas — à exceção dos impostos municipais — entre 1967 e 1970, observa-se que a participação do Estado realmente declina, de 52,6% para 48,9%. Contudo, deve-se reconhecer não ser esta perda tão expressiva a ponto de explicar o grande endividamento a que o Estado se lançaria. As informações existentes a este respeito são ainda mais inequívocas: até 1970, as operações de crédito realizadas pelo erário público mineiro eram completamente inexpressivas em relação a sua receita total, tendo se situado, neste último ano, em torno de 1%.

Muito diferentes apresentam-se os dados para os anos de 1971-75. Neste período, enquanto o PIB mineiro cresce a uma taxa de 14,7% a.a., a receita tributária própria do Estado expande-se à taxa anual de 12,9%, indicando que a elasticidade dos tributos tenha sofrido um decréscimo, muito provavelmente como resultado da grande drenagem de recursos ocorrida. Em virtude disto, a participação estadual nos tributos aqui gerados — novamente à exceção de municipais — declina de 48,9% em 1971 para 45,4% em 1975, enquanto a da União se eleva de 41,9% para 46,3%.

Que poderia explicar essa piora na "performance" do sistema tributária estadual? Além das sangrias constatadas anteriormente, parte desse desempenho somente poderia ser atribuída às aberrações que continuaram sendo cometidas pelo Governo Federal, comandante supremo da política tributária. Entre outras, a concessão do crédito-prêmio às exportações de manufaturas, a partir de 1970, sem que a União assumisse inteiramente seus encargos, e a redução das alíquotas do ICM em 3 pontos percentuais, entre 1971

---

(10) Duarte Filho, F.C. Incentivos Fiscais na Industrialização de Minas Gerais: Lei 5.261/69. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1979 (Tese de Mestrado) p. 145.

e 1975, em parte para compensar a criação do PIS, reduzindo assim, os encargos tributários.

Em consequência, da Reforma Tributária de 1966, concebida como um todo orgânico, parece ter ficado apenas seu esqueleto, dadas as mutilações introduzidas ao sabor dos casuísmos da política econômica. Mesmo assim, outras variáveis seriam necessárias para explicar o brutal endividamento mineiro.

6. A ESTRUTURA DA DESPESA - O CRESCIMENTO A QUALQUER CUSTO OU O CUSTO DO CRESCIMENTO

Até aqui, vimos a existência de drenagem sistemática de recursos da arrecadação tributária estadual, inclusive com ajuda paradoxal do setor público mineiro. Mas, pergunta-se: seria essa retração suficiente para explicar a brutal elevação das operações de crédito, que em 1971 salta para 12,6% da receita total, e que, a partir daí, mantém-se sempre em níveis consideráveis?

Ou melhor: a piora no comportamento da receita resultante do mutilamento que vinha sendo inflingido ao sistema tributário seria capaz de explicar a deterioração das finanças estaduais, ou algo teria ocorrido internamente que agravaria, ou seria a causa principal dessa situação?

Os anos de ouro do "milagre" econômico brasileiro despertaram fascínio em muitas administrações estaduais e não poucas se lançaram — principalmente as que haviam conseguido montar um adequado aparato institucional, caso de Minas Gerais[(11)] — no atraente sonho da industrialização, esperando superar o "atraso relativo" a que estavam submetidas suas economias. Os mentores da política econômica mineira também pressentiram ter chegado a hora e a vez de Minas dar o "grande salto" e apontaram seu parco arsenal de instrumentos em direção à cobiçada industrialização.

Ao lado dos incentivos fiscais da Lei 5261, o Estado atuou fortemente do lado do gasto público. Esta frente, ine

---

(11) Diniz, C.C. Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira. Belo Horizonte, Imprensa da UFMG, 1981.

quivocamente mais explicativa, refere-se à forma como o setor pú — blico se lançou na promoção da industrialização, participando, por um lado, da constituição do capital de empresas que se implantaram (FIAT, FMB, AÇOMINAS, USIMEC, etc.), fazendo também aportes seguidos para sua expansão, e, por outro, garantindo, através de verdadeiras doações, a infra-estrutura econômica e social requerida para o seu funcionamento.

Em consequência, tanto os seus investimentos, como as inversões financeiras e as transferências de capital cresceram a níveis assustadores a partir do início da década de 70, sem que houvesse, como se viu (antes, ao contrário), correspondente adequação de suas fontes de receitas ao novo papel que ele passava a desempenhar.

A esse respeito, a composição das despesas do setor público — administração direta-é elucidatica(12). Se, até 1971, a administração estadual primou por adotar uma política de "austeridade" financeira, com as despesas correntes representando neste último ano cerca de 90% das despesas totais, já em 1972 observa-se um grande crescimento das despesas de capital, que se manteria nos anos seguintes, com participação considerável de todos seus componentes, com destaque especial para a rubrica " inversões financeiras", a qual se mantém em patamar elevado até 1978.

Ora, na ausência de uma adequação de suas fontes de receita para suprir as suas necessidades ampliadas de recursos, de que expediente o Estado lançaria mão? A análise precedente indica que só restaria como alternativa diante desta situação a realização de operações de crédito, que marcariam o ponto de partida do brutal endividamento em que hoje o Estado se vê mergulhado. De fato, foi exatamente a partir de 1971 que o setor público mineiro lançar-se-ia com voracidade na contratação de empréstimos para desempenhar seu papel de promotor do crescimento industrial. Os dados referidos propiciam uma visão insofismável sobre esta questão. Observa-se que, se, em 1970, as operações de crédito representaram tão somente 0,9% da receita total, a partir de 1971 essa participação mantém-se sempre elevada, tendo atingido 26,5% em

(12) Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1982.

1972. Em virtude disso, a dívida, como proporção da receita total, exclusive operações de crédito, que havia declinado de 1,5 em 1967 para perto de 0,7 em 1972, como resultado da administração financeira de austeridade desse período, volta a situar-se em patamares superiores a 0,9, tendo atingido em 1976 a casa de 1,12.

7. COMPORTAMENTO CONJUNTURAL DAS FINANÇAS DE MINAS

As finanças do Estado têm raízes estruturais, como se viu, não se explicando apenas pelo comportamento do triênio. Neste sendito, vale ressaltar que a recessão implantada desde 1981, como objetivo mesmo de política econômica por parte do Governo Federal, veio apenas agravar a situação pré-existente; não teve, assim, o poder de causação.

Alguns indicadores parecem relevantes para configurar essa situação de desaguadouro natural de endividamento histórico. Comecemos pelo serviço da dívida, aqui entendido como encargos mais amortização (em percentagem):

	serviço da dívida/ receita tributária	serviço da dívida/ receita total exclusive operações de crédito
- 1980[13]	13,2	9,4
- 1981................	13,3	9,6
- 1982................	16,1	12,0
- 1983 (1º semestre)..	22,1	16,9

Torna-se claro que o serviço da dívida tem absorvido uma parcela cada vez maior, quer da receita tributária, quer da receita total, exclusive operações de crédito, comprometendo perigosamente a capacidade de pagamento do Estado.

Por outro lado, a composição do serviço da dívida tem se tornado também preocupante, tendo em vista o crescimento acelerado de seus encargos, nos últimos três anos, o que tem levado o Estado a gastar cada vez mais parcela substancial de sua receita com juros e correção monetária neles embutidos (em percentagem):

(13) Anuário Estatístico de Minas Gerais, 1982, e SEI/SEPLAN MG.

	encargos da dívida/ serviço da dívida	encargos da dívida/ receita tributária
- 1980(14)............	56,8	7,5
- 1981................	57,1	7,6
- 1982................	53,1	8,6
- 1983 (1º semestre)..	50,4	11,1

Apesar de decrescentes no período, os encargos da dívida ainda representam metade de seu serviço; por outro lado, é claramente crescente sua participação na receita tributária, dada a queda desta. Vale dizer, no 1º semestre de 1983, o setor público estadual gastou 11,1% de sua receita tributária com o pagamento de juros e correção monetária gerados pela sua dívida.

O dado eminentemente conjuntural entra aqui. É crescente a relação despesa total/receita total, exclusive operações de crédito:

- 1980[15] 1,04
- 1981......................... 1,13
- 1982......................... 1,23
- 1983 (1º semestre)........... 1,33

O paradoxal dessa situação encontra-se no fato de que, enquanto as despesas de capital (investimentos mais inversões financeiras) cresceram no biênio 1980-82 à taxa de 2,5% a.a., as despesas correntes conheceram uma expansão de 7,3% a.a.

Dada a legislação existente, outro caminho não haveria senão o aprofundamento das operações de crédito. E foi o que ocorreu. Essas vêm representando fatias consideráveis das receitas do Estado. São as seguintes as relações operações de crédito/receitas totais (em percentagem):

- 1980[16] 11,4
- 1981......................... 10,6
- 1982......................... 12,9
- 1983 (1º semestre)........... 20,3

---

(14) Idem, ibidem.
(15) Idem, ibidem.
(16) Idem, ibidem.

Em consequência, a dívida da administração direta estadual somou, em 30 de junho de 1983, 608,9 bilhões de cruzeiros, o equivalente a 1,1 bilhões de dólares e a 1,7 vezes da receita total de 1982, incluindo operações de crédito.

Paralelamente, a recessão tem agravado essa situação. A arrecadação do ICM cai, no biênio 1980-82, -1,2%, o que é aparentemente compatível com a queda do PIB total em -0,8% e a do da indústria de transformação em -1,9%. Entretanto, esses números mostram uma menor produtividade tributária por parte do Estado, quando se tem em vista que o crescimento de sua participação em tributos federais foi,no mesmo período, de 1,2% ao ano.

Já no 1º semestre de 1983, quando comparado com igual período do ano anterior, a queda da arrecadação do ICM é desproporcional à queda do PIB total e a do PIB da indústria de transformação: o primeiro cai -14,9%, o segundo, -2,9%, e o terceiro, -7,0%. Considerando-se o comércio, com um declínio de -3,9%, confirma-se a assertiva anterior.

Poder-se-ia argumentar que isto se deve à isenção de ICM concedido às exportações de manufaturados, especialmente de produtos siderúrgicos. O raciocínio é correto, se bem padeça de força para explicar defasagem tão grande, apesar de representar também drenagem substancial de recursos potencialmente arrecadáveis. Raciocinemos com a siderurgia, que representou, em 1982, 17,8% da arrecadação do ICM. No mesmo ano, as exportações de produtos siderúrgicos somaram aproximadamente 10,0% da produção total. Logo, o poder explicativo dessas isenções chega apenas a 1,8 pontos percentuais da taxa de crescimento da arrecadação do ICM.

Assim, se se toma a arrecadação da indústria como ponto modal (-7,0%), ainda restaria para ser explicada defasagem de 6,1 pontos percentuais (14,9 - 7,0 - 1,8), provavelmente devida a isenções específicas de produtos e/ou a pura e simples sonegação, bastante convidativa em tempos de crise.

Esses dados tornam-se mais preocupantes quando se tem em vista o aumento da alíquota para operações internas (de 15,0 em 1980 para 15,5%, em 1981,e 16,0% a partir de 1982)

e a instituição da cobrança do ICM sobre produtos pecuários, especialmente bovinos e suinos[17].

Como resultado desse processo, e apesar da austeridade financeira implantada pelo atual Governo, no fechamento do 1º semestre de 1983, as receitas totais, exlcusive operações de crédito, somaram 231,4 bilhões de cruzeiros, não sendo suficientes para cobrir sequer as despesas correntes, que chegaram a 233,5 bilhões, com defasagem de -0,9%.

Essa situação afigura-se bem pior que os resultados apresentados em 1982, quando as receitas, exclusive operações de crédito, montaram a 316,1 bilhões e as despesas correntes, a 287,9 bilhões de cruzeiros, com um saldo positivo, portanto, de 9,8%[18].

Desta maneira, as finanças públicas vêm sendo pressionadas tanto pela rigidez para cima das receitas, dadas as drenagens de recursos observadas, e a recessão que já entra em seu terceiro ano, como pela rigidez para baixo das despesas, não apenas pelo montante de compromissos assumidos pelo Estado, como também pela exacerbação do processo inflacionário, em que pesem os reajustes salariais em índices aproximadamente iguais à metade da inflação em 1983.

O desaguadouro natural, realimentando o processo, são o aumento das operações de crédito e o consequente inchamento da dívida pública.

8. RAÍZES HISTÓRICAS DO ENDIVIDAMENTO MINEIRO

A hipótese com que se iniciou este trabalho dizia respeito ao fato de ser possível debitar somente ao aviltamento do sistema tributário nacional, com a apropriação indevida de recursos por parte do Governo Federal de recursos das outras esferas, seu empobrecimento, ou se se poderia atribuir, também às pró

---

(17) INDICADORES DE CONJUNTURA - MINAS GERAIS. Belo Horizonte, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, Superintendência de Estatística e Informações, v. 4, n. 1, fevereiro, 1982.

(18) Idem, v. 5, n. 4, agosto, 1983.

prias administrações internas, através do desgoverno de suas finanças e de realização de investimentos sob o alento do otimismo irradiado do "milagre" econômico, parcela dessa responsabilidade. Fica muito fácil e cômodo debitar sempre a fatores externos a responsabilidade plena pelas nossas deficiências e equívocos.

Ora, dificilmente alguém discordará que as aberrações tributárias cometidas nos descaminhos da política econômica contribuiram decisivamente para, ainda que a longo prazo, lançar essas esferas em dificuldades financeiras, em que hoje se encontram mergulhadas. Entretanto, há de se convir, como procurou-se demonstrar, que a Reforma Tributária de 1966, em si, teve pouco papel explicativo do endividamento mineiro; mais tiveram seus desdobramentos posteriores, casuísticos por excelência, que distorceram o espírito inicial da Reforma. Ainda assim, em que pese a drenagem de recursos provocada, não se pode atribuir a esses casuísmos toda a responsabilidade pela brutal dívida pública de Minas Gerais.

Por outro lado, o comportamento da economia no vintênio considerado não ofereceu obstáculos à expansão da base tributável; ao contrário, além de ter ocorrido um grande crescimento econômico, teve-se, paralelamente, uma mudança radical na estrutura produtiva do Estado, com predominância cada vez maior dos setores não-agropecuários, e, nestes, da indústria de transformação.

Assim, as raízes históricas do endividamento mineiro, parece, encontram-se muito mais vinculadas à forma de atuação do setor público estadual na busca do desenvolvimento a qualquer custo, gastando muito além de sua capacidade financeira, do que propriamente do lado da receita, em que pese ter havido aqui também significativa evasão de recursos potencialmente arrecadáveis.

Nem sempre o sabido é conquistado. Trata-se, agora, de conquistar a verdade de que o endividamento mineiro é também fruto de responsabilidade solidária ou de irresponsabilidade no crescimento.